

CÉSAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

**CIÊNCIA, TÉCNICA E PERIODISMO NO RIO DE JANEIRO
(1808-1852)**

**FRANCA
2010**

CÉSAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

**CIÊNCIA, TÉCNICA E PERIODISMO NO RIO DE JANEIRO
(1808-1852)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, como requisito para obtenção do título de doutor. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.
Área de concentração: História e Cultura Social.

**FRANCA
2010**

Silva, César Agenor Fernandes da
Ciência, técnica e periodismo no Rio de Janeiro (1808–1852)
/César Agenor Fernandes da Silva. –Franca : UNESP, 2010.

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito e
Serviço Social – UNESP

1. Cultura literária – História – Rio de Janeiro, 1808-1852.
2. Periodismo – Progresso – Brasil, séc.19. 3. Periódicos – História –
Brasil.

CDD – 981.57

CÉSAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

CIÊNCIA, TÉCNICA E PERIODISMO NO RIO DE JANEIRO (1808-1852)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, como requisito para obtenção do título de Doutor em História. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

Área de Concentração: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Jean Marcel Carvalho França

1º Examinador:

2º Examinador:

3º Examinador:

4º Examinador:

Franca, de de 2010.

À Alice.

A importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor. Na medida em que por muito tempo acreditou nos conceitos e nomes das coisas como em *aeternae veritates* [verdades eternas], o homem adquiriu esse orgulho com que se ergue acima do animal: pensou ter realmente na linguagem o conhecimento do mundo. O criador da linguagem não foi modesto a ponto de crer que dava às coisas apenas denominações, ele imaginou, isto sim, exprimir com as palavras o supremo saber sobre as coisas; de fato, a linguagem é a primeira etapa do esforço da ciência.

Friedrich Nietzsche

Agradecimentos

Em primeiro lugar o agradecimento institucional à CAPES pelo apoio dado a essa pesquisa.

Ao Jean Marcel Carvalho França pela dedicação, presteza, compreensão e orientações dadas à quase dez anos, quando dei meus primeiros passos no universo da pesquisa.

Às Profas. Dras Márcia Regina Capelari Naxara e Tânia da Costa Garcia pelas sugestões e apontamentos feitos no exame geral de qualificação que muito contribuíram para o encaminhamento desta tese.

À Marina Buffa César que me recebeu de bom grado em sua casa no Rio de Janeiro durante a realização da pesquisa nos arquivos e bibliotecas e, especialmente, pela amizade. Estendo esses agradecimentos à Maria Renata da Cruz Duran que gentilmente cedeu alguns documentos transcritos e fotografados que muito contribuíram para o andamento do trabalho, assim como a Lilian Martins de Lima com a qual troquei versões digitalizadas de periódicos oitocentistas.

Aos funcionários do *Arquivo Edgard Leuenroth* (AEL - Unicamp) pela atenção e educação prestadas durante o trabalho de digitalização de microfilmes. Aos membros do *Núcleo de Documentação, Memória e História do Colégio Pedro II* (Nudom) que gentilmente cederam programas de ensino do Imperial Colégio Pedro II e aos funcionários do *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, sempre educados e prestativos.

Aos amigos Alexandre Budaibes, Marcos Pulicano, Leandro Teodoro, Marcelo Diniz, Paulo Roberto, Rodrigo Matheus Silva, Maria Carolina Sameshima, Elisa Verona, Domingos Vendramini, Vinícius Rezende e, especialmente, ao Maicon Carrijo. Amplio também a todos os meus colegas de trabalho atuais.

Aos meus familiares Agenor, Maria Alice e Clarice pelo apoio e amor irrestrito e incondicional.

À Flávia Dramis Pimenta pelo carinho, companheirismo e paciência.

E, por fim, à Alice Parzewski Silva apenas por existir.

RESUMO

Em 10 de maio de 1808, no Rio de Janeiro, foi revogada a proibição para a instalação e funcionamento de tipografias no Brasil. Surgiram, nesse momento, uma gama variada de escritos e escritores nacionais que formaram, em pouco tempo, uma “literatura nacional” – na concepção mais abrangente do século XIX. Dos prelos da primeira tipografia brasileira, a Impressão Régia, veio à luz uma série muito variada de publicações, que incluíam ofícios, editais, romances, jornais, livros sobre avanços técnicos e científicos, entre tantas outras. A criação dessa tipografia, obra do governo joanino que estava instalado no Rio de Janeiro, não foi um ato isolado, mas fazia parte de um plano que almejava transformar e civilizar o Brasil. A elite intelectual local também aderiu ao plano civilizatório. Após o retorno do monarca para Portugal e a Independência do país, esse projeto foi intensificado. Ferramenta importante destas ações com objetivos civilizatórios foram as revistas de época, que anunciavam, quase sem exceções, em suas introduções, que seu objetivo era o de levar e espalhar a luz entre os homens livres do país. Essas publicações foram importantes na formulação de um discurso acerca do Brasil, do brasileiro e de sua literatura que gradativamente foi sendo absorvido pela sociedade. O presente tem por objetivo compreender as nuances e os contornos do projeto civilizatório para o Brasil veiculado pela imprensa periódica “cultural”, produzida no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, e o papel que a ciência e a técnica ocuparam nesse projeto, tendo em vista que a ciência e a técnica eram sinônimos e extremamente valorizadas no continente Europeu (parâmetro de civilização). Em resumo, pretendemos compreender qual o lugar destas tópicas no pensamento brasileiro oitocentista e sua relação com as práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: história da imprensa; ciência e técnica; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

On May 10, 1808, in Rio de Janeiro, was revoked the prohibition for the installation and functioning of the press in Brazil. Emerged at that time, a range of national writers and writings that formed in a short time, a "national literature". Since then a varied gamma appeared of national publications that dealt with diverse subjects. The creation of this printing, the work of D. João that government, was not an isolated act, but was part of a plan which sought to convert and civilize Brazil. The intellectuals have also acceded to the plan of civilization. After returning to Portugal of the monarch and the Independence of the country, this project was intensified. Important tool civilizing goals with these actions were the magazines. Most of periodicals, in its introductions, said that its objective one was to take and to spread the illustration between the free men of the country. These publications were important in formulating a discourse about Brazil, the Brazilian and his literature was gradually being absorbed by society. This aims to understand the variety and perimeter of the civilizing project for Brazil reported in the press, produced in Rio de Janeiro in the first half of the nineteenth century and the position that science and technology had in this project. In short, we want to understand what place these topics in nineteenth-century Brazilian thought and its relation to social practices.

KEY WORDS: history of the press; science and technology; Rio de Janeiro.

RESUMEN

El 10 de mayo de 1808, en Río de Janeiro, fue derogada la prohibición de la instalación y funcionamiento de las imprentas en Brasil. Surgió en ese momento, una serie de escritores nacionales y los escritos que se formaron en poco tiempo, se quedó conocida como una literatura "nacional" - en la perspectiva más amplia del siglo XIX. De las máquinas de imprimir por primera vez en Brasil, la Imprenta Real, salió a la luz una serie de publicaciones variadas, que incluyen cartas, avisos, novelas, periódicos, libros que demostraban los avances técnicos y científicos, entre muchos otros. La creación de esta publicación, quedó a cargo del gobierno de D. Joao VI, que se instaló en Río de Janeiro, lo que no fue un acto aislado, sino parte de un plan que pretendía convertir y civilizar a Brasil. La élite intelectual local también adhirió al plan de la civilización. Con el regreso del monarca a Portugal y después de la independencia del país en septiembre del año 1822, este proyecto se intensificó. Sin embargo, como herramienta importante de esta civilización estuvieron algunas acciones, se publicaron revistas de la época, anunciando que casi sin excepción, en su introducción, su objetivo era llevar y divulgar la luz entre los hombres libres del país. Estas publicaciones fueron importantes en la formulación de un discurso sobre Brasil, el brasileño y su literatura fue siendo gradualmente absorbida por la sociedad. Además, la tesis doctoral tiene por objetivo comprender los matices y los contornos del proyecto civilizador de Brasil, que fuera publicada por la prensa periódica "cultural", producida en Río de Janeiro en la primera mitad del siglo XIX y el papel que la ciencia y la tecnología tenía en este proyecto, observando que la ciencia y la tecnología eran sinónimos y de alto valor en el continente europeo (parámetro de la civilización). En resumen, deseamos entender lo que son estos temas en el pensamiento brasileño del siglo XIX y su relación con las prácticas sociales.

PALABRAS CLAVE: historia de la prensa, la ciencia y la tecnología; Río de Janeiro.

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
Capítulo 1 <i>Letras, razão e civilização no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.....</i>	17
Capítulo 2 <i>Ciência, técnica e instrução no Rio de Janeiro: instituições de ensino e a sociedade fluminense.....</i>	69
Capítulo 3 <i>Ciências, técnica e civilização nas páginas das revistas literárias.....</i>	124
Considerações Finais.....	182
Documentos e Referências Bibliográficas.....	187
Anexos.....	201

Apresentação

No século XV, o alemão Johannes Gutenberg inventou a prensa mecânica, que possibilitou uma transformação sem precedentes na história da comunicação e do conhecimento do homem ocidental. No Brasil, em 1808, após um longo período de restrição ao acesso a textos impressos, os brasileiros puderam desfrutar dos benefícios da imprensa, passando a adquirir mais facilmente livros e outros objetos tipografados. Além disso, uma série de impressos passaram a ser editados em território brasileiro.

Livros, panfletos, teses médicas, narrativas de viagem, peças de teatro, ensaios científicos, jornais e revistas passaram a fazer parte do cotidiano do brasileiro letrado.¹ A nova situação só foi possível graças à transferência da Corte portuguesa para o Brasil, pois, ao fixar residência na América, D. João VI e sua corte tomaram uma série de medidas para transformar a cidade do Rio de Janeiro. Tal transformação visava, sobretudo, elevar a cidade a um patamar condizente com seu novo status de sede da administração do Império português. O objetivo do monarca, em poucas palavras, era europeizar a urbe e seus habitantes. Os intelectuais brasileiros rapidamente abraçaram o projeto de europeização da Colônia promovido pela administração joanina. A imprensa²

¹ Na virada do século XX para o XXI os historiadores voltaram suas atenções para a formação da chamada cultura letrada no Brasil, que envolve desde a produção de textos nacionais ao consumo e circulação de livros e impressos em geral. Desde então, alguns grupos de pesquisa ligados a universidades nacionais, como o *Memória da Leitura* da Unicamp, debruçam-se sobre o tema. Vale mencionar que a inspiração para esse tipo de abordagem foi dada pelos estudos de historiadores franceses como Roger Chartier e Philippe Ariès, pois na Europa alguns historiadores se dedicam há mais tempo ao estudo do livro, da imprensa, da leitura e das práticas culturais daí derivadas. No Brasil, essa é uma tendência relativamente recente e, ao contrário dos historiadores franceses, ainda não se pode contar com a seriação de documentos para a realização de tais estudos de maneira mais ampla. Sobre a história das práticas culturais em torno das letras no Brasil Cf. ABREU, Márcia. Belas letras no Novo Mundo. **Cultura**, Lisboa, v.14, p.9-34, 2002; ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999; BOSCHI, Caio C. A comercialização de livros da diretoria geral de Estudos para o Brasil (apontamentos para uma investigação histórica). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.601-629, 1999; ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005; ALGRANTI, Leila. Mezan. **Livros de Devoção, Atos de Censura** – ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2004. FERREIRA, Maria Bessone da Cruz; NEVES, Maria Lucia Bastos P. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. In: *História Hoje: balanço e perspectivas*. IV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: ANPUH, 1990, p.190-202.

² A história da imprensa no Brasil teve suas primeiras linhas escritas por membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no começo do século XX. Desde então outros trabalhos continuaram a ser editados de forma espaçada. Cf. RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)** - Com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988; VIANNA, Hélio. **Contribuição a história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945; SODRÉ, Nelson

ganhou, nesse cenário, papel de destaque, sendo considerada então um dos pilares para a consolidação da civilização entre nós.

Os homens de letras oitocentistas acreditavam no poder da palavra para transformar a realidade local. A quase totalidade dos jornalistas escrevia, na introdução dos seus periódicos, que o desenvolvimento da literatura era fundamental para que o novo país superasse os problemas que o afligiam. “Um país sem literatura é um jardim sem flores”. Essa frase foi utilizada como epígrafe do artigo “Jornalismo”, publicado na revista literária *O Beija-Flor*,³ em 1849. Manoel de Araújo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, redatores do periódico, além de destacarem em tal artigo a importância da imprensa para seus contemporâneos, dão a conhecer um dos principais objetivos da elite letrada da época. Ouçamo-los:

É incontestável a necessidade e utilidade do *jornalismo*, mormente nos países adolescentes, onde a civilização se acha atrasada, tornando-se preciso trabalhar por lhes dar o impulso conveniente para que eles possam comparar-se na escala das nações. Porém é também fácil conhecer quão pernicioso e terrível é o *jornalismo* quando o escritor, esquecendo a sua alta missão, desce os degraus do aviltamento para chafurdar-se nesse lodaçal imundo da intriga e da calúnia, e por outro lado, da lisonja e da bajulação.

A literatura de um povo é (permita-se-nos a ficção) o espelho da alma de uma nação, e a instrução conseguintemente o revérbero de sua luz. As luzes difundidas pelo jornalismo na população é um grande meio de conseguir-se aperfeiçoamento moral de um povo nascente; porém este aperfeiçoamento só pode ser obtido por meio de instruções religiosas, das imagens do bem, da exaltação das virtudes, e nunca pela maledicência, que é, por assim dizer, o gênio do mal.

Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977; ARAUJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida: jornalismo impresso, 1826 a 1986**. João Pessoa : s.n.], 1986; CASTRO, Renato Berbert de. **A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia: (Cachoeira, 1823 - Salvador, 1831)**. São Paulo : Ática, 1984. FERNANDES, Luis. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908**. Dados historicos e bibliographicos. Contribuição do Estado para a Exposição comemorativa do primeiro centenario do apparecimento da Imprensa no Brazil, 13 de maio, 1808-1908. Natal: Typ. d'A Republica, 1908. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: A idade d'ouro do Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1978. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A astúcia liberal**. Bragança Paulista: EDUSF e Ícone, 1999. A ideia central apresentada neste livro pode ser encontrada em OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Política e Memória Histórica: Gonçalves Ledo e a questão da “Independência”. In: LEWKOWICZ, Ida; SAMARA, Eni de Mesquita; BRESCIANE, Maria Stella. **Jogos da Política**. São Paulo: FAPESP, ANPUH, s/d; NEVES, Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977

³ **O Beija-Flor, jornal de instrução e recreio**. Rio de Janeiro: Tip. de Guanabarenses de L. A. F. de Menezes, 1849.

Nos países cultos a imprensa tem sido sempre considerada como um meio civilizador, e mesmo seria uma completa anomalia pretender que a presteza dos tipos fosse inventada para perverter e espalhar a corrupção, quando o não foi senão para derramar o bem. A torrente de luz que dela dimana quando a sabedoria a preside incendeia pelo amor da pátria, pode comparar-se a um sol puro e benéfico que vem sazonar os frutos da inteligência do povo. O combate lícito de opiniões para descobrir a verdade, a propagação das idéias úteis, a indagação das ciências, a explicação dos melhoramentos das artes e indústria, a descoberta, em suma, daquilo que deve convir à humanidade quer no ramo científico, quer no político ou industrioso, eis a grande missão do *jornalista*, eis a fonte perene dos bens que a imprensa nos pode prodigalizar;

Este jornal, redigido pelos três distintos literatos, os Srs. Manoel de Araújo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, promete muito, ou, para melhor dizer, promete tudo. Ele é a bandeira hasteada por três poetas para promover a emulação... Oxalá este exemplo seja seguido por aqueles que os podem imitar.

As então cultuadas publicações cariocas podem ser divididas em dois tipos: o primeiro, muito comum e abundante, foram os jornais, que tratavam do cotidiano político do Império.⁴ O segundo tipo esquivou-se deliberadamente da política, dedicando-se à difusão da literatura e do conhecimento técnico-científico. Essas publicações veicularam textos de natureza variada, como contos, poesias, memórias, biografias, narrativas de viagem, ensaios científicos, estudos de matemática, entre outros. Inspiradas nas revistas literárias européias, as publicações nacionais empenharam-se em difundir as letras entre os brasileiros e lançar o embrião de uma cultura científica no país.

A propósito dos conhecimentos e valores científicos, tornou-se corriqueiro, nas páginas dessas revistas literárias, a veiculação de artigos que tratavam de avanços

⁴ Sobre a ligação entre imprensa e cotidiano político do Brasil no século XIX um dos estudos mais importantes foi produzidos por LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Cia das Letras, 2000. A historiadora descreve o fervoroso e tenso debate promovido pelas folhas públicas no Brasil entre 1821 e 1823. O debate promovido pelos letrados girava em torno da condição política do país e dos projetos de Estado distintos. A abordagem da autora centrou-se na prática jornalística e, ao fazer isso, Lustosa diluiu as personagens e realçou, sobretudo, a contenda e o momento de definição da forma de Estado adotada no Brasil durante a Independência, bem como o papel primordial assumido pelas folhas públicas nesse processo. Outros trabalhos que centram seus esforços no estudo imprensa política estão presentes na coletânea organizada por Marco Morel e Tânia Maraia Bressone “*História e Imprensa no Brasil*”. Nesse livro problematiza-se a difusão de ideais liberais, e o surgimento dos periódicos em diversas localidades e momentos da história do país. Também aborda-se a contribuição da imprensa para formação de uma opinião pública. MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **Op. Cit.**

técnico-científicos, entendidos em um sentido bastante amplo: novas invenções, registros de novas patentes, observações astronômicas recém divulgadas, métodos de aprendizagem há pouco descobertos, progressos nas áreas da medicina, das ciências sociais, da arquitetura e da engenharia, inovações do maquinário da indústria, aperfeiçoamentos de instrumentos musicais, etc.

A questão central que será aqui discutida gira exatamente em torno de tais avanços: que papel eles tiveram, melhor, que papel a ciência e a técnica ocuparam no processo de construção da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX. Para responder a tal indagação, tentaremos descrever, ao longo de 3 capítulos, os elementos que permitiram a emergência de uma cultura científica na futura capital do país independente, o Rio de Janeiro.⁵

No primeiro capítulo, abordaremos os impactos da transferência da Corte portuguesa para a formação da cultura letrada brasileira. As medidas adotadas pela administração joanina contribuíram significativamente para a mudança de perspectiva da vida na então Colônia. Foram instalados órgãos administrativos que imprimiram rapidamente mudanças importantes para melhorar a instrução dos súditos e a vida na cidade. Entre as medidas de D. João, a mais celebrada pela elite letrada foi a criação da Impressão Régia, primeira tipografia oficial instalada no país. A abertura dessa tipografia, que inicialmente serviria apenas para imprimir papeis do governo, permitiu que uma série de jornais, revistas e panfletos viesse a público. A partir de então, várias tipografias foram instaladas na cidade e com elas uma massa de jornais e revistas passaram a circular no cotidiano do fluminense letrado.

Aliado às medidas para transformação do cotidiano do carioca, houve, a partir de 1808, um incentivo para que novos inventos e maquinários fossem instalados no Brasil. Entre o período joanino e o Reinado de Pedro II, as ações do governo direcionavam-se

⁵ Sobre a formação de uma cultura científica no Brasil merecem destaque os estudos de história da ciência realizados por historiadores ligados ou publicados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). FERREIRA, Luis Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827-1843. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, v.11 (suplemento 1), p.93-107, 2004. KURY, Lorelai. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, Fiocruz, v.2, p.267-291, jul.-out., 1998. DANTES, Maria Amélia M (org). **Espaços da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001; LOPES, Margaret Lopes. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Brasília: UNB, 2004. OLIVEIRA, José Carlos de. **D. João VI - Adorador do Deus das Ciências?** A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808-1821). Rio de Janeiro: e-papers, Coleção Engenho & Arte v.8, 2005. Com a mesma perspectiva adotada neste trabalho, que alia a difusão de conhecimentos técnico-científicos pela imprensa periódica oitocentista, a historiadora Lorelai Kury organizou o livro **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

para a formação de uma indústria nacional e para a ampliação e melhora da produção agrícola. Daí o segundo capítulo dedicar-se a mapear os incentivos dados e as medidas tomadas pelo Estado no sentido de promover a instrução técnico-científica e implementar a presença da ciência e da técnica estrangeiras no país.

No último capítulo, a narrativa se prende aos conteúdos técnico-científicos veiculados nas páginas da imprensa periódica. Os conhecimentos difundidos estavam ligados diretamente a um projeto civilizatório. Ao lançar mão de textos impressos, o letrado tinha, como um dos seus objetivos principais, educar a população e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento da pátria. A ciência e a técnica, como o leitor poderá acompanhar nesta última parte, eram itens indispensáveis neste árduo processo de educação.

Capítulo 1 *Letras, razão e civilização no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*

Não pode haver dúvida que os atuais iluminados ministros da Corte do Rio de Janeiro trabalharão em promover as ciências entre um povo tão capaz de ser nelas proveito; e de converter a sua aquisição em fins úteis. Da introdução de tal medida, se deve datar uma total mudança no caráter moral, e costumes gerais dos Brazilianos; comunicar-se-ia a instrução a todas as classes; e os conhecimentos úteis descendo de pais e filhos, se difundiriam bem depressa. Isto seria o verdadeiro fundamento e alicerce da prosperidade do país, porque talvez não há no mundo um território tão rico em produções naturais, e ao mesmo tempo tão desprezado por falta de uma população instruída e industriosa.

Hipólito da Costa, 1812

O desembarque e o estabelecimento da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro, em 1808, constituiu, sem dúvida, um acontecimento ímpar tanto na história da cidade quanto de toda a colônia. Foi então adotada e levada a cabo pelos membros da administração portuguesa, instalada na cidade, uma série de medidas interessadas em adaptá-la ao seu novo status: o de capital do Império Português. Mudanças de várias ordens ocorreram no cotidiano do carioca, desde aquelas relacionadas à arquitetura das casas, até as referentes à higiene pública, passando pelas relativas à instrução, à administração, ao comércio e a tantos outros setores da vida local.

A viagem atlântica que trouxe o monarca contou com o apoio estratégico da armada de guerra britânica, após acordos diplomáticos entre os dois governos. A transferência da sede da Corte para o Brasil já tinha sido esboçada em outros momentos da história portuguesa, mas foi a ameaça da invasão das tropas francesas que pôs o plano em prática.¹ Vale mencionar que alguns exageros sobre o número dos membros dessa comitiva, em torno de quinze mil almas, acabaram por se fixar no discurso historiográfico acerca do evento. Essas assertivas perduraram por um longo período em livros de História de diversos níveis. Nos dias 8 e 9 de março, chegaram ao porto, aproximadamente, trinta navios que tinham a capacidade para transportar, no máximo, entre 450 a 500 tripulantes. Para o transporte das 15 mil pessoas, deveriam ter cruzado o

¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **O Império Luso-brasileiro: 1750-1822**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

Atlântico no mínimo 1875 barcos,² número de embarcações que, no período, provavelmente nem a poderosa marinha do Império Britânico possuía. Todavia, a população da cidade foi encorpada com a chegada sempre crescente dos europeus de diversas regiões do Velho Mundo. As 15 mil pessoas, que engordaram consideravelmente a população do Rio de Janeiro, foram, pois, gradualmente se instalando na cidade.

Os testemunhos de época contam-nos que as melhores casas da cidade do Rio, assim como as de Salvador, tiveram as iniciais P.R. (Príncipe Regente) pintadas em suas portas para que seus donos se retirassem e cedessem os prédios para os membros da nobreza. O P.R. também se popularizou no período como “Ponha-se na Rua”. Entretanto, como compensação, a coroa pagou regularmente aos antigos proprietários um aluguel denominado *aposentadoria*. Este foi pago até 1823, ano em que o extinguiram – havia então somente 129 aposentadorias,³ número minguado para o volume de cortesãos que supostamente teriam buscado abrigo na cidade.

A adoção das *aposentadorias* – prática antiga e não condizente com os novos tempos na visão de alguns contemporâneos – sofreu duras críticas dos brasileiros. Uma das mais contundentes veio de Londres, em outubro de 1808, nas páginas do jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, de autoria do brasileiro, radicado na Inglaterra, Hipólito José da Costa. O redator do periódico, ao noticiar a adoção do sistema das aposentadorias no Brasil, fez a seguinte consideração:

Pelos últimos navios chegados daquele País se receberam vários papéis oficiais, e notícias do Estado daquele novo Império; eu tenho de lamentar, que se adotasse ali o sistema antigo das aposentadorias, um dos mais opressivos regulamentos do intolerável Governo feudal; e que não pode deixar de fazer o novo Governo do Brasil odioso ao Povo; porque, na verdade, apenas se pode sofrer um ataque tão direto aos sagrados direitos de propriedade, qual é o de mandar sair um homem para fora de sua casa, para acomodar outro, que a ela não tem direito.⁴

² CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista**. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.95-97. As listagens com os nomes de pessoas que desembarcaram junto com o príncipe e a família real, presentes em forma de micro-filme no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, são extensas; porém, longe de conter a mítica quantia de 15 mil almas.

³ Ibid.

⁴ COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Brasiliense, v.1, n.5, out., 1808, p.420-421. (2001).

À revelia da indignação exposta nas páginas do *Correio Braziliense* – jornal que marcou o início de debates públicos importantes sobre os destinos do Brasil na imprensa periódica do período⁵ – as casas em melhores condições foram ocupadas e serviram de moradia para os membros da Corte. Porém, o ataque à ação do governo de D. João em relação à adoção das aposentadorias, realizado por Hipólito da Costa, marca bem o tom dos debates e idéias que passariam a penetrar com cada vez mais intensidade no país. A defesa de princípios modernos de condução do Estado foi a principal bandeira levantada pelo *Correio Brasiliense* e por outras publicações luso-brasileiras que surgiram na época. Tal postura caracteriza o discurso sobre o devir do Brasil de uma parcela considerável da sua elite letrada e sinaliza que algumas amarras⁶ impostas, de longa data, ao futuro país, não resistiriam por muito tempo.

A presença da Corte e as transformações daí decorrentes mudaram para sempre a vida no Rio de Janeiro. O projeto de civilizar os brasileiros - a europeização - foi abraçado pelos homens de letras do país de tal maneira que acabou por nortear os seus discursos e ações por todo o século XIX.

A cidade tinha como principal meio de comunicação o seu porto que, desde meados do século XVIII, firmava-se como o principal ponto de chegada e saída de produtos vindos da Europa, do Oriente e da África – especialmente escravos. Após 1808, com a abertura dos portos, ele ganhou ainda maior proeminência.⁷ Os diversos produtos trazidos do além-mar faziam-se notar no uso cotidiano, tal como os sapatos de

⁵ Assunto que será abordado mais à frente.

⁶ Desde fins do século XVIII, em diferentes localidades da Colônia, movimentos locais – como a Revolta dos Alfaiates e a Inconfidência Mineira – reivindicavam a adoção de algumas liberdades como a de imprensa e econômica.

⁷ No entanto, a cidade, antes de se tornar a sede administrativa do império, era peça importante na dinâmica imperial portuguesa desde fins do século XVIII, sobretudo em razão da atuação dos seus homens de negócio. Os comerciantes fluminenses de “grosso trato”, parafraseando termo do historiador João Fragoso, lidavam com todo tipo de mercadoria como charque, trigo, escravos, tecidos, tabaco, pau-brasil etc. Esses homens formaram redes de comércio estendidas por várias partes do império português, do atual Rio Grande do Sul a Macau, passando por Angola e Goa.⁷ Vale realçar que essa rede formou-se e funcionou sem a intermediação direta de Portugal. O ponto forte desses negócios era a arrematação dos contratos de dízimos. Esses contratos, como definiu Helen Osório, “prática vigente nas monarquias do Antigo Regime europeu”, consistiam em: “[...] ceder a particulares, por meio de contratos que eram arrematados, a prerrogativa de cobrar direitos, negociar com exclusividade algum produto ou abastecer alguma região ou instituição [...]. Em Portugal, os contratos que cediam a exploração do monopólio de produtos coloniais – como o pau-brasil, tabaco e diamantes – estiveram entre os mais importantes.” OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.109-137. A partir de 1780, os homens de negócio da praça do Rio de Janeiro, de acordo com a autora, já dominavam esses contratos no Rio Grande do Sul. O sucesso dos cariocas nos negócios coloniais veio em decorrência da prosperidade da região das Minas. Esse foi um dos motivos da escolha da sede da Corte. Ibid., p.121

seda vindos da China e os tecidos multicoloridos, vindos do Oriente, principalmente de Goa, na Índia.⁸ Livros, jornais, vinhos, farinha de trigo e todo gênero de produto passaram a fazer parte da vida da sociedade fluminense. Uma forma de vida burguesa começou a ser experimentada com a transferência da Corte portuguesa para a América. As novas condições de vida, que passaram a ser também um anseio dos fluminenses, vieram acompanhadas por uma série de medidas positivas para elevar o status da nova sede do poder real. Nesse processo, os modelos advindos da civilização européia, especialmente da não portuguesa, nortearam as ideias e as ações que os homens de letras passaram a ter em relação à sociedade brasileira.

Ora é sabido que a abertura dos portos, em 1808, não simbolizou apenas uma virada na dinâmica econômica e comercial da colônia.⁹ A medida administrativa, celebrada por vários setores da sociedade brasileira, permitiu que europeus passassem a circular e a se estabelecer no país. Franceses, ingleses e austríacos foram os principais protagonistas dessa primeira leva migratória. A maior parte das relações de viagem que deixaram criticavam, com intensidade, hábitos locais de várias ordens: da higiene dos cortesãos ao mal aproveitamento dos recursos naturais, passando pelas condições urbanas, pela instrução, pela vida das famílias, pela religiosidade, enfim, por um sem número de aspectos do cotidiano da cidade e do país.¹⁰ Vale dizer que o discurso dos

⁸ FREYRE, Gilberto. **Sobrados & Mucambos**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁹ Duas das figuras mais expressivas do período joanino, Hipólito da Costa e José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, que em vários pontos discordavam, elogiaram a atitude do príncipe regente.

¹⁰ A preocupação com a higiene e salubridade do europeu vem de um processo de longa duração. O processo civilizatório do Velho Mundo data, de acordo com Norbert Elias, do final da Idade Média e foi se tornando lentamente parte integrante da subjetividade ocidental. No entanto, na passagem do século XVIII e no decorrer do século XIX, a ideia de civilização é redimensionada, os problemas de higiene e salubridade passam a ser da alçada da ciência e, especialmente, da medicina moderna. Além das questões cotidianas dos habitantes do Brasil terem chamado a atenção dos estrangeiros, o poder público passou a esboçar uma preocupação cada vez maior com a saúde da população. Inquietação que já se manifestava entre os homens públicos cariocas desde fins do século XVIII, mas foi intensificada com a chegada de D. João e nos governos subsequentes. No Brasil, Os homens de letras, por sua vez, utilizaram as páginas dos jornais para veicular essas idéias. Em 1813, **O Patriota** – primeira revista literária editada no Rio de Janeiro – trouxe uma série de textos que trataram dessa questão. Em um dos artigos, foi reproduzido um texto do médico português Bernardino Antonio Gomes. Esse artigo foi extraído de um parecer, apresentado à Câmara do Rio de Janeiro em 1798, sobre as moléstias que assolavam a cidade. Bernardino Gomes disse o seguinte sobre a forma como eram ocupadas as casas: “Não se deve aqui postergar a imundice doméstica originada da escravatura: todos querem ter muitos escravos, e às vezes em uma bem pequena casa, onde mal cabe a família do Senhor; há famílias de escravos, que portanto vivem amontoadas num pequeno quarto ou loja: qual será o ar destes pequenos aposentos respirado por muitas pessoas por natureza, e condições imundas?” **O Patriota**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, v.1, n.2, p.60, 1813. A Câmara do Rio de Janeiro queria solucionar o problema das várias doenças endêmicas que afligiam a cidade, e além dos serviços do doutor Bernardino Medeiros, encomendou parecer de outros dois médicos, Manoel Joaquim Marreiros e Antonio Joaquim de Medeiros. As interrogações acerca da insalubridade e das doenças giravam em torno do *clima* (quente e úmido); da *umidade* (em razão da “baixeza do pavimento da cidade” e dos alagamentos); dos *ventos* (em especial pela má circulação atribuída à posição geográfica e ao sentido das ruas que expunham as casas ao sol durante todo o dia); da

viajantes foi, em larga medida, incorporado pelos homens letrados do Brasil, funcionando como uma espécie de diagnóstico da “incivilidade” brasileira.

Em 1816, o *Correio Braziliense* veiculou a seguinte opinião do seu redator – que representa a de muitos outros dos seus contemporâneos – sobre o importante papel dos viajantes estrangeiros e de suas narrativas para o Brasil:

Por mais prejudicado que pareça um estrangeiro, que publica as suas viagens a um país nascente, como é o Brasil, sempre os naturais do país o devem ouvir; e com tanta mais atenção, quanto mais acerbos fazem as acusações e críticas que ele fizer; porque é este o meio de emendar muitos males do Estado.¹¹

[...]

Não pode ser indiferente aos habitantes do Brasil as reflexões, que fazem as pessoas sensatas, que visitam o seu país; sobre os seus costumes, legislação, comércio, &c. e tanto mais, quanto um estrangeiro pode ver muitos objetos por diferentes faces, e melhor do que os naturais, a quem os prejuízos, e o hábito, muitas vezes, impedem ver seus próprios defeitos. É verdade que também os prejuízos ou ignorância desses viajantes podem induzi-los a perverter os fatos; mas sempre é bom ouvi-los, e refletir no que eles dizem.¹²

O conselho dado por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense* foi acolhido por seus contemporâneos. Os exemplos disso estão por todo lado. No Rio de Janeiro, no início do século XIX, os hábitos dos citadinos, que vinham de longa data e que, aos olhos dos novos habitantes, contribuía para fazer do Rio de Janeiro uma cidade extremamente insalubre, começaram a ser alterados lentamente, tanto pelo exemplo dos *modos civilizados* trazidos pelos membros da corte e pelos visitantes, como pela ação da Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro, que além de baixar leis e editais que

imundice (fruto dos hábitos e das águas empoçadas); além disso, os vereadores queriam saber quanto o pavimento da cidade deveria ser erguido para remediar a umidade e para o escoamento das imundícies, e por fim, “quais são as outras causas morais e dietéticas das ditas doenças”. Os discursos dos três médicos tinham diretrizes comuns quanto às causas das enfermidades. Para eles, essas doenças eram ocasionadas, sobretudo, pela insalubridade e umidade latente da cidade que provinha dos terrenos “pantanosos” com águas paradas, geralmente localizados nos bairros pobres, como, por exemplo, em Mata-Porcos, Mata-Cavalos e Catumbi, onde os terrenos exalavam vapores prejudiciais à saúde. Também, os médicos apontaram o grande nivelamento de muitos terrenos, propícios a alagamentos, com o mar, o qual, somado ao fator climático, agravava a situação, pois, como disse o doutor Bernardino Gomes, a cidade estava quase abaixo do Trópico de Capricórnio, e, conseqüentemente, apresentava altas temperaturas durante praticamente o ano inteiro, além das oscilações de até dez graus registrada pelos termômetros no mesmo dia. Somava-se a isso a estrutura urbana e geográfica que impedia a livre circulação dos ventos para dissipação dos vapores e amenização do calor. Entre as soluções, foi sugerida a demolição de um morro, o combate a problemas morais como a prostituição e a instalação de um aparelho policial para conter os abusos dos citadinos. Esses textos foram publicados nos números dois, três e quatro do jornal *O Patriota*.

¹¹ *Correio Braziliense*, v.9, n.50, jul., 1812, p.101

¹² *Ibid.*, v.16, n.93, fev., 1816, p.141-148

impunham uma mudança de atitude da população com relação ao espaço público,¹³ também vigiava os costumes dos cidadãos – especialmente os dos escravos e pobres livres – para que esses não atentassem contra a ordem e os bons costumes¹⁴. Entre os muitos e variados excessos que foram coibidos, encontram-se: o de despejar os dejetos da casa, carregados em tigres e urinóis, nas costas dos cativos, nas praias e em vielas, o de passar por certas ruas com animais de carga e carroças e o de criar animais, como porcos e galinhas, nas ruas.¹⁵ Todas essas proibições vieram por meio de editais expedidos, em sua maioria, pelo intendente de polícia Paulo Fernandes Vianna e contaram com o apoio do aparelho burocrático instalado na cidade juntamente com a Corte.

O papel mais proeminente do aparelho policial foi o de fiscalizar os costumes dos cativos. Uma simples aglomeração de escravos na rua já dava motivo para a ação policial. Os alvos prioritários da ação da intendência não poderiam nem mesmo andar sem fazer nada pelas ruas, pois não fazer nada, vadiar, também era considerado motivo para repreensão.¹⁶ Nesses novos tempos vivenciados na cidade, a ordem e os bons costumes deveriam ser preservados a todo custo.

¹³ O Edital de 11 de junho de 1809, de autoria do Intendente Geral de Polícia, que proibia aos moradores da cidade de “terem rótulas ou gelosias de madeira nas janelas das suas casas, &c.” CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 1993, v.2, p.27. Essa medida visava acabar com o aspecto sombrio que essas peças de decoração davam às ruas; além disso, as gelosias e as grades eram consideradas como objetos que impediam a renovação dos ventos. O cônego Luís Gonçalves dos Santos, em 1811, ao concordar com as medidas régias disse que “nunca o Rio de Janeiro executou ordem superior com tanto gosto e geral satisfação. Era certamente espetáculo agradável ver, em todas as ruas, ao mesmo tempo caírem por terra as disformes e fúnebres gelosias à voz da autoridade pública, que aconselhava e mandava o desassombramento de uma cidade que, sendo já famosa pela sua situação plana, ruas pela maior parte retas e regulares, limpas e bem calçadas (...), ostentava ainda a aparência de moradia de encarcerados (...)” apud FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p.18-19.

¹⁴ HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

¹⁵ Medidas legislativas em relação à Saúde Pública também foram tomadas, como, por exemplo, os dois alvarás referendados pelo Conde de Aguiar, em 22 de janeiro de 1812. O primeiro estabelecia “um juízo de provedoria mor de saúde, para regular as quarentenas, que devem fazer os navios dos diversos portos, e os que trazem carga de Negros”; já o segundo estabelecia o regulamento para a atuação dos delegados do Físico-mor “para evitar os danos, que podem resultar a saúde publica da imperícia dos curadores, e fraudes dos medicamentos, e drogas, de que se compõem”. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, v.2, p.34-35.

¹⁶ A vadiagem era conceituada por lei – Decreto de 4 de Novembro de 1755, Aviso de 27 de Janeiro de 1757 e Carta Régia de 25 de Fevereiro de 1789. No edital régio fixado em Lisboa por ordem do Intendente interino Geral de Polícia, João de Mattos Vasconcelos Barbosa Magalhães, em março de 1812, o vadio era definido da seguinte maneira: “se considerem vadios todos aqueles homens, ou rapazes, em estado de se ocuparem, que se acharem sem domicílio certo, sem abrigo, ou destino, dormindo debaixo de alpendres, telheiros, cais, estaleiros.” Edital reproduzido no **Correio Braziliense**, v.8, n.47, abr., p.409-411.

No entanto, além das ações coercitivas coordenadas pelo Intendente Paulo Fernandes, floresceram igualmente, nos tempos de D. João VI, medidas que ajudaram a melhorar a vida dos habitantes do Rio de Janeiro. As ações da administração joanina voltaram-se, sobretudo, para a criação, com notável velocidade, de diversas instituições públicas, como, por exemplo, o Jardim Botânico,¹⁷ a Biblioteca Imperial e a Impressão Régia. Em 1813, foram criados o curso de Cirurgia, para tentar resolver os problemas ligados à saúde,¹⁸ a Academia Real Militar e outros cursos técnicos — era preciso melhorar a formação dos habitantes locais, para que estes pudessem ocupar posições na máquina administrativa do país, que começava a ganhar forma e volume.

Uma das medidas mais comemoradas pela gente letrada da colônia que começava a ganhar ares de país foi a permissão de utilizar as “caixas de letras” para produzir escritos impressos, após séculos de cerceamento. A vontade de imprimir no Rio de Janeiro não era nova. No século XVIII, um impressor lisboeta, Antonio Isidoro da Fonseca, após fechar sua tipografia na capital lusitana e migrar para o Brasil a convite do governador Gomes Freire,¹⁹ abriu na cidade a sua “segunda oficina”. Nessa tipografia, de vida efêmera, foram impressas três obras, duas contendo panegíricos ao Bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Antonio do Desterro Malheiro, e uma terceira, cujo título era *Conclusiones Metaphysicas*, de autoria do frei Francisco de Faria.²⁰ No século XIX, atribuíram a Fonseca a publicação de mais duas obras no Brasil, *Exame de Artilheiros* e *Exames de Bombeiros*. Entretanto, a historiografia contemporânea

¹⁷ O Jardim Botânico, durante o século XIX, exerceu um papel importante no desenvolvimento científico do país no campo da botânica, pois foi um espaço para o estudo e o cultivo de mudas de diversas culturas, não apenas do Brasil, mas de diversas regiões do mundo. Em meados do oitocentos, o Jardim era uma das referências internacionais no que diz respeito ao cultivo e à aclimação de plantas. DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: DANTES, Maria Amélia M (org). **Espaços da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.27-56.

¹⁸ Inicialmente queriam abrir um curso de Medicina, mas a necessidade de formação de homens que lidassem com problemas de saúde eram tantos que optaram por formar cirurgiões. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Linguagem, Cultura e Sociedade: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821**. São Paulo, 2.v., 1973. Tese (livre docência em Teoria da História) – FFLCH/USP.

¹⁹ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005, p.92.

²⁰ MORAIS, Rubens de Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p.64-65. Ver também CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista**. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.240. Segundo Cavalcanti, “essas obras foram fac-similadas e publicadas como anexo às *Duas charadas bibliográficas*, de Félix Pacheco. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1931.” No estudo de Paulo Berger sobre a atividade tipográfica e editorial no Rio de Janeiro do século XIX foram reproduzidas as imagens das capas e de algumas páginas dessas obras. BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Cia Industrial de Papel Parahy, 1984, p.V-VI.

constatou que essas obras realmente circularam pelo país, mas foram impressas na Europa.²¹

Parece que o “conhecido perigo” que os impressores corriam era real, pois a iniciativa de Fonseca foi mal recebida pelo governo do Reino. A tipografia começou suas atividades em maio de 1747 e, em 6 de julho do mesmo ano, foi expedida uma Provisão pelo rei D. João V, endereçada ao governador do Rio de Janeiro, ordenando o encerramento das suas atividades e o imediato envio dos exemplares produzidos para a Europa. A provisão trazia o seguinte conteúdo:

Dom João por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em África, senhor da Guiné [...]. Faço saber a vós, governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro, quer por constar que deste reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de letras de imprensa, no qual não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis ao mesmo tempo, em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir, nem correm as obras; portanto, se vos ordena que, contando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis seqüestrar e remeter para este reino, por conta de seus donos e entregar a quem eles quiserem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam nem consintam que se imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos sem embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhes a pena de que, fazendo o contrário serão remetidos presos para este reino à ordem de meu Conselho Ultramarino, para ministros, mandareis intimar da minha parte esta mesma ordem para que lhe dêem a sua devida execução e a façam registrar nas suas ouvidorias.²²

Antes de Fonseca, entre 1703 e 1706, no Recife, uma pequena tipografia chegou a funcionar por iniciativa do jesuíta Antônio da Costa, imprimindo “letras de câmbio, orações e estampas religiosas”²³; contudo, sobre essa iniciativa são poucas as informações disponíveis: apenas se sabe que, em junho de 1706, durante o reinado de D. Pedro II, O Pacífico, uma carta régia foi expedida mandando sequestrar as letras e os papéis avulsos impressos.²⁴

²¹ MORAIS, Rubens de Borba. **Op. cit.** CAVALCANTI, Nireu. **Op. cit.**

²² Apud MORAIS, Rubens Borba. **Op. cit.**, p.64.

²³ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005, p.88. BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Cia Industrial de Papel Parahy, 1984, p.V-VI.

²⁴ RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)** - Com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988, p.310.

A provisão expedida contra Antonio Isidoro da Fonseca foi prontamente atendida pelo governador Gomes Freire e não só os livros foram remetidos para Portugal, como também foram o prelo todo e o próprio Fonseca. Em vão, o impressor, em 1750, ainda tentou nova autorização para reinstalar sua oficina. Além de todos os motivos declarados no documento, os tipógrafos das cidades de Lisboa e do Porto exerceram uma forte pressão sobre o governo português para que o mesmo impedisse tal iniciativa.²⁵ Tal pressão, aliada à vontade de controle do próprio governo, resultou na reafirmação da total proibição das letras de imprensa no Brasil. Outro aspecto que contribuiu para a restrição foi o fato de os livros não darem muito dinheiro na terra dos colonizadores e, conseqüentemente, de os metropolitanos não poderem admitir concorrência, especialmente no caso do Brasil, a colônia mais importante de Portugal.²⁶

No que concerne ao ensino das letras no Brasil — outro foco de atenção da administração joanina, como mencionamos —, foram sobretudo os padres da Companhia de Jesus e de algumas outras ordens religiosas, como a dos beneditinos e a dos franciscanos, que durante todo o período colonial se encarregaram de exercer tal função. Os jesuítas fundaram escolas, montaram bibliotecas em diversas cidades (Salvador, São Luis, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo) e, no ano de 1662, até ensaiaram equiparar seus cursos aos oferecidos nas universidades de Évora e Coimbra, tentativa frustrada pelo governo português.²⁷ Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, criou-se um vácuo na educação dos portugueses da América, especialmente nos territórios mais afastados. Os indígenas foram os que mais sofreram com isso, pois a expulsão dos padres não foi acompanhada de medidas que dessem continuidade ao trabalho de alfabetização. A multiplicação das aulas de primeiras letras só voltou a ocorrer no século XIX, ao longo do período joanino.

Tais melhorias, no entanto, vieram, no Brasil de D. João VI, acompanhadas pelo incremento da censura. O sistema de censura, que tentava impedir a veiculação e propagação de doutrinas “errôneas” que atentassem contra o “Rei” e a “Fé”, teve seu início em 1536, com a instalação da Inquisição no Reino. Até a administração pombalina, a censura era exercida por três “poderes” distintos: o *Santo Ofício* e o *Ordinário* (ambos defendendo a Igreja), e o *Desembargo do Paço*, representante do

²⁵ CAVALCANTI, Nireu. **Op. cit.**, p.145-146.

²⁶ MORAIS, Rubens Borba. **Op. cit.**, p.67.

²⁷ *Ibid.*, p.3-9

poder real.²⁸ O marquês de Pombal unificou todo o sistema. Os trâmites que envolviam a censura, como a aprovação das listas de livros encomendadas do reino pelos comerciantes de várias partes dos domínios portugueses, ficaram sob a responsabilidade da *Real Mesa Censória*.²⁹ O Rio de Janeiro, em 1808, foi aparelhado com um órgão responsável por essas atividades.³⁰

Não obstante, com a instalação da Impressão Régia, torna-se importante retornar à permissão para se produzir escritos impressos. Em 1808, no dia 13 de maio, publicou-se o seguinte edital:

Tendo-me constado, que os Prelos, que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; e Atendendo à necessidade, que há da oficina de impressão nestes meus estados: Sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimam exclusivamente toda a Legislação, e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração a mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e da guerra o tenha assim entendido; e procurará dar ao emprego da

²⁸ As obras que não eram aprovadas pelos censores entravam para o *índex expurgatório*. A censura era feita sobre as obras e não necessariamente sobre os autores. Ter uma obra censurada não significava que todos os outros livros escritos seriam incluídos no *índex* e, por vezes, censuravam-se apenas fragmentos de textos.

²⁹ ABREU, Márcia. Belas letras no Novo Mundo. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.9-34, 2002; ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros, leituras e missivas no Rio de Janeiro. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.85-103, 2002; NEVES, Maria Lucia Bastos P. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.665-697, 1999.

³⁰ Foram nomeados censores no Brasil: José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, Mariano José Pereira da Fonseca, Frei Inocêncio Antônio Neves Portugal, Frei Antônio de Arriba e Francisco de Borja Stockler. ALGRANTI, Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999, nota 28, p.644. O sistema de censura no país, mesmo muito atuante, enfrentou alguns problemas. As listas brasileiras de obras proibidas não eram organizadas de forma homogênea e, por vezes, dois censores não censurariam a mesma obra, autor, ou fragmento, pois, dependendo do arrolamento, não havia como saber se a obra “A” constava da lista “X” e da “Y” ao mesmo tempo. Além disso, muitas vezes a obra estava em francês e o título aparecia em português e vice-versa. Não é preciso dizer que essa forma de organização gerou uma série de problemas, pois o censor acabava por não saber se a obra já havia sido proibida por despacho real ou por outro censor; além disso, havia a pressão dos comerciantes, que reclamavam dos prejuízos que tinham por suas mercadorias ficarem muito tempo paradas na alfândega esperando por liberação. O censor Francisco de Borja Garção Stockler, em 1819, exprimiu a seguinte queixa depois de uma série de problemas encontrados com as listas e com os livreiros: “Por meio de relações em que essas circunstâncias se não especifiquem, não pode o juízo dos censores deixar de ficar incerto e de retardar-se em consequência a expedição deste gênero”. Prossegue o censor: “Se este fosse o único defeito da relação de livros que acompanha a petição dos suplicantes (o fato da lista ser mal feita) eu a desembaraçaria em grande parte e me limitaria a pedir ilustração sobre o resto. Mas são muitas as causas da perplexidade a que elas me conduzem.” Francisco de Borja Garção Stockler apud ALGRANTI, Leila Mezan., **Op. cit.**, p.642.

oficina a maior extensão, e lhe dará todas as instruções, e ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao meu Real serviço. Palácio do Rio de Janeiro, em treze de maio de mil oito centos e oito – *com a Rubrica* Do Príncipe Regente, N.S.³¹

Apesar de algumas restrições à publicação de algumas obras que eram consideradas ímpias e sediciosas, a instalação da Imprensa Régia foi, como referimos, extremamente comemorada.³² Foram várias as publicações que surgiram dos seus prelos, além dos papéis do governo, como ofícios, editais, avisos, regulamentações e todo tipo de impressos burocráticos; obras variadas também vieram a público, desde estudos de climatologia³³ a ensaios de economia política, passando pela impressão de diversos panfletos e do periódico a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Havia uma ânsia por parte dos letrados brasileiros em publicar, pois as filas de trabalhos só aumentavam e a tipografia não tinha capacidade para suprir tal demanda. Lilia Moritz Schwarcz definiu bem a questão ao dizer que a “Imprensa Régia já nasceu com o trabalho atrasado”.³⁴ Durante os seus 14 anos de atividades, saíram dos seus prelos 1427 documentos de Estado e, aproximadamente, 1428 obras diversas (livros, periódicos, folhetos etc.).³⁵

Com a liberação das letras impressas, surgiu uma cultura escrita produzida sistematicamente no Brasil. As letras foram, então, tomadas como um dos mais importantes elementos para o desenvolvimento da civilização entre nós. Periódicos, folhetos, livros, opúsculos foram escritos e impressos no Brasil com o intuito de

³¹ **Correio Braziliense**, v.1, n.6, nov., 1808, p.517-518. A instalação da Imprensa Régia foi recebida com entusiasmo pelo redator do Correio Braziliense que não poupou elogios ao monarca e a seu ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Segundo Hipólito da Costa, “o decreto que fica assim acima transcrito, não pode deixar de infundir um grande prazer, em todos homens bem intencionados, e amigos da humanidade”. Ibid.

³² Além da já citada boa recepção de Hipólito da Costa, o padre Pereca também registrou o seguinte comentário: “O Brasil até ao feliz dia 13 de maio do ano de 1808 não conhecia o que era Tipografia; foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente Sol, viesse vivificar este país, não só quanto a sua agricultura, comércio, e indústria, mas também quanto as artes e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobrirão todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria. SANTOS, Luiz Gonçalves dos. Memórias para servir a história do Reino Unido do Brazil. apud MORAES, Rubens de Borba. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, p.XVII.

³³ *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro* de autoria do físico-mor e médico da Real Câmara, Manoel Vieira da Silva, publicada em 1808. Este último texto, segundo Borba Moraes, foi o primeiro a versar sobre a higiene pública e teve suas preposições acerca da melhora do clima e da higiene postos em prática cem anos depois pelo prefeito Pereira Bastos. Ibid., p.XXIII.

³⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.251.

³⁵ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**

promover as luzes e fomentar o desenvolvimento do futuro país. Foi no período joanino que teve início, como definiu Antônio Cândido, a *Aufklärung* brasileira.³⁶

Em 1813, na introdução do número de estreia d'*O Patriota: Jornal Litterario, Político, Mercantil &c.*,³⁷ uma das publicações literárias mais importantes do início do século XIX, o editor ressaltou o papel das letras da seguinte maneira:

É uma verdade, conhecida ainda pelos menos instruídos, que sem a prodigiosa invenção das letras, haveriam sido muito lentos os progressos nas Ciências, e nas Artes. Por elas o Europeu transmite ao seu antípoda as suas descobertas, e as mais doces sensações da nossa alma, os nossos mesmos suspiros (para falar com Pope) voam do pólo á Índia [...]. voa a despeito das injúrias do tempo, e prende remotíssimos anéis da cadeia não interrompida dos erros do entendimento, e dos crimes do coração humano.³⁸

Em um primeiro momento, o que estava em jogo era, em última instância, a tentativa de um Império (o português) – que já não era mais grandioso como tinha sido – reerguer-se e adentrar na modernidade em pé de igualdade com as outras nações européias. Para tanto, era essencial que a Colônia mais importante do império, então sede deste Império, se tornasse uma nação civilizada. Imersos em tal contexto, os homens de letras brasileiros de então - a primeira elite política e intelectual do Brasil a se ver enquanto tal - incorporaram o ideal de que o país deveria se civilizar.

Como mencionamos, o objetivo do monarca português era “europeizar” os habitantes do Rio de Janeiro e aperfeiçoar a formação intelectual e moral dos homens livres, para que estes pudessem lidar melhor com os negócios do Estado. Nesse sentido, as ações do monarca se configuraram em uma espécie de “*cruzada*” com objetivos “*civilizatórios*”. Além dos prédios e da mudança do espaço urbano no Rio de Janeiro, D. João VI promoveu a visita e a circulação de visitantes estrangeiros – de nacionalidade, em sua maioria, francesa e inglesa —, aqueles mesmos com quem o editor do *Correio Braziliense* dizia ter o país muito a apreender.³⁹

³⁶ CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) 1750-1836**. 8.ed. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

³⁷ *O Patriota* foi o segundo periódico literário e científico produzido pela inteligência brasileira. O primeiro magazine cultural do Brasil, segundo Hélio Vianna, foi a revista *As Variedades ou Ensaio de Literatura da Bahia*. O *Patriota* trouxe em suas páginas resenhas críticas, traduções de autores inéditos no Brasil como Voltaire, por exemplo, poemas de poetas nacionais, entre outros assuntos ligados às letras e às ciências.

³⁸ **O Patriota - Jornal Literário, Político e Mercantil &c.**, v.1, n.1, jan., 1813

³⁹ As diversas influências desses viajantes foram estudadas por Gilberto Freyre em *Ingleses no Brasil e Um Engenheiro Francês no Brasil*

Esse incentivo dado pela Coroa para que homens esclarecidos, cientistas (naturalistas), viessem conhecer e estudar as terras da América foi notório, haja vista a quantidade de relatos produzidos e publicados sobre o Brasil nesse período.⁴⁰ As visitas desses ilustrados foi uma constante no oitocentos e ganharam mais impulso⁴¹ no reinado de D. Pedro II, amante das letras e das ciências, como gostava de se auto-retratar.⁴²

A presença desses viajantes trouxe um pedaço da Europa para o Brasil. Além de dar uma amostra dos *modos civilizados*, também contribuiu para a circulação de ideias por meio de suas publicações, pinturas, aulas e das diversas atividades que exerceram no Brasil. As interpretações dos viajantes publicadas nas populares *relações de viagens* balizaram, em larga medida, os escritos e ideias dos homens de letras brasileiros acerca do que seria o Brasil, seu povo, sua história, sua literatura e sua civilização.

As narrativas de viagem formaram um discurso acerca do Brasil e dos brasileiros que foi amplamente veiculado e incorporado nos debates, escritos literários e periódicos produzidos pelos homens de letras nos primeiros decênios do século XIX.⁴³ Essa imagem auxiliou, ou melhor, aliou-se à busca que estes homens promoveram: de uma origem e de uma definição para o País e para o seu povo. Foi nas ideias acerca do Brasil formadas pelas descrições dos viajantes que as Belas Letras se pautaram para descrever o país, ou seja, esta maneira de ver o Brasil vinculada pelo estrangeiro serviu como um guia ou, talvez, como uma forma pré-estabelecida de olhar para si mesmo. Para mais, as narrativas acabaram contribuindo para a formação de um universo vocabular que foi incorporado nos textos das primeiras obras literárias brasileiras.⁴⁴

⁴⁰ Um levantamento destes relatos pode ser encontrado na bibliografia organizada por BERGER, Paulo. **Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros (1531-1900)**. Rio de Janeiro, 1964. Citamos alguns exemplos: ELLIS, Henry Sir. *Journal of the proceedings of the late embassy to China; comprising a correct narrative of the public transactions...* Sir Henry Ellis. Londres, 1818; PRIOR, Sir James. *Voyage along the eastern coast of Africa, to Mosambique, Johanna, and Quiloa; to St Helena; to Rio de Janeiro, Bahia*. Londres, 1819. Mac Leod, John. *Narrative of a Voyage, in his majesty's late ship Alceste, to the yellow sea (...)*; ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Journal von Brasilien, oder Vermischte nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen reisen gesammelt von W.C. [i.e. L.] von Eschweg*, 1818.

⁴¹ Os vários incentivos dados à imigração de europeus para o Brasil foi reforçado durante o reinado de Pedro II. ALENCASTRO, Luis Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, v.2, 1997.

⁴² Em seu diário há uma celebre citação “Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo” apud CARVALHO, José Murilo de. **D Pedro II**. 7ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p.77.

⁴³ SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. O Narrador a Viagem. São Paulo: Cia das Letras, 1990 p.29-31.

⁴⁴ Ibid.

Todo esse processo e o aumento gradativo da influência estrangeira na vida cultural do país podem ser interpretados como uma política da administração joanina no Brasil. As transformações ocorridas na sede da Coroa do Império Português, entre os anos de 1808 e 1822, foram significativas e as modificações iniciadas por D. João VI e sua Corte constituiriam apenas o início de um processo que se estenderia pelo século XIX. As ações da Corte joanina nos trópicos tiveram um duplo desdobramento: o primeiro foi o coroamento, em certa medida, dos seus esforços no sentido de “europeizar” os costumes e de “melhorar” a formação intelectual e moral – usando uma expressão da época – dos homens livres da praça do Rio de Janeiro; o segundo, não planejado, foi lançar as bases para a formação de uma elite local emergente e embrionária que acabou por conduzir o Reino Unido do Brasil a um Império independente, isto é, a cruzada civilizatória teve reflexos não planejados na sua gênese, culminando na apropriação do projeto de civilização, iniciado nos anos joaninos, pela elite local.

O projeto civilizatório dos letrados oitocentistas tinha, em mais alta conta, a instrução dos homens livres. Era importante que as luzes fossem derramadas sobre todas as classes. A educação no início do século XIX, na concepção dos letrados, não se restringia ao espaço escolar. Nesse sentido, os homens de letras lançaram mão de meios variados, indo do jornalismo à oratória, pois acreditavam que exerciam uma ação pedagógica vital para o país.

Os sermões nos púlpitos proferidos por frei Francisco de Monte Alverne,⁴⁵ que tanto agradavam os fluminenses e que se popularizaram no período joanino, podem ser colocados como um dos principais exemplos das “atividades instrutivas” promovidas no Rio de Janeiro. Nesse cenário, coube às letras impressas o papel de maior relevo, pois foram tomadas como elemento fundamental para iluminar a sociedade.⁴⁶

No que toca às letras impressas, um dos tipos de escritos que mais teve destaque no país foram os periódicos. Tal como a imprensa periódica que despontava no Velho Mundo nas últimas décadas do século XVIII, ocupando o papel de um importante agente educativo,⁴⁷ esse gênero de publicação teve um espaço privilegiado no Brasil oitocentista. Embora inicialmente tenham sofrido bastante com a ação da censura do

⁴⁵ Ibid., p.325. Ver também FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1999.

⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Monárquico, t.II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

⁴⁷ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. **The Spectator, o teatro das luzes – diálogo e imprensa no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

governo português, os magazines tiveram um papel fundamental na formação da cultura escrita brasileira e no debate público que ocorreu na formação do Estado e, posteriormente, na configuração do que poderíamos chamar de “identidade nacional”, que se efetivaria no decorrer do século XIX.

Houve uma explosão de publicações periódicas no Brasil oitocentista em várias províncias,⁴⁸ sobretudo após 1821, quando a censura foi revogada. No Rio de Janeiro, esse tipo de escrito proliferou. Estima-se que, entre 1821 e 1850, tenham sido editados cerca de 60 títulos na cidade. Em alguns momentos mais pontuais, como nos anos que antecederam a Independência e o início dos anos 30, com a abdicação de Pedro I,⁴⁹ uma enorme gama de publicações periódicas e de panfletos vieram a público. No século XIX, a maior parte desses periódicos tratava de temas políticos, no sentido restrito da palavra. Eles lidaram com as questões diárias da governança e deram importante contribuição para a formação de uma “opinião pública”, ao apresentarem a seu público conceitos como o de povo, “população” e governo.⁵⁰

Um bom exemplo desse tipo de publicação é “*A Verdade*: jornal miscelâneo”, cujos redatores foram Paulo Barbosa da Silva, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho. *A Verdade* teve periodicidade regular, saindo de dois em dois dias, mas em alguns períodos, de três em três. Nas páginas desse jornal, assim como em muitos outros, eram reproduzidas as atas das Câmaras do interior do Rio de Janeiro, da Assembléia e do Senado, bem como das Câmaras de outras regiões do país, como a de Salvador, por exemplo. Eram veiculadas também notícias do exterior, geralmente novidades das cidades europeias. A sua introdução é exemplar, pois afirma que o amor pela pátria é uma das maiores virtudes que se pode cultivar, e seu conteúdo condena os vícios como uma espécie de praga que pode corromper a nação. *A Verdade* (um título bem pretensioso) foi apresentada a seu público da seguinte maneira:

⁴⁸ Ver a este respeito o **CATALOGO DE PERIÓDICOS MICROFILMADOS**, que está organizado por estados e CENTENÁRIO da imprensa no Brasil. **RIHGB**, 2.v., 1908 (edição especial). Parte I – Gênese e Programa da Imprensa periódica brasileira. Parte II – Annaes da imprensa periódica no Brazil.

⁴⁹ Ver o trabalho de LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**. Sobre a imprensa no ano da abdicação e nos anos subseqüentes ver esses estudos BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835); SILVA, Wlamir. A imprensa pedagógica liberal na província de Minas Gerais (1825-1842); ambos In: _____. NEVES, Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006; CAMO

⁵⁰ O historiador Marcello Basile aponta as três principais tendências dos debates promovidos pela imprensa brasileira nos anos 30 do século XIX. Os jornais se dividiam entre os que seguiam as tendências liberais, tanto a *moderada* quanto a *exaltada*, e a postura conservadora dos *caramurus*. BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: _____. NEVES, Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **Op. cit.**, p.61-ss.

Amar sua Pátria, (*diz l'ablé Barthelemey*) é fazer todos os seus esforços para que ela seja temível de fora, e tranquila interiormente. As vitórias, e os tratados vantajosos lhe atraem o respeito das Nações. Somente a conservação das Leis, e dos costumes, pode sustentar sua tranquilidade interior. Assim em quanto os generais, e negociadores capazes opõe aos inimigos do estado, é necessário opor a licença, e aos vícios, que tendem a tudo destruir; Leis, e virtudes, que tendem a tudo restabelecer; e daqui que multidão de deveres tão essenciais, como indispensáveis, para cada uma classe de Cidadãos, e para cada Cidadão em particular!

[...]

Para cumprir uma tão sublime tarefa, não é bastante desempenhar, os empregos que ela voz confia, de defender suas Leis, conhecer seus interesses, derramar mesmo vosso sangue, em um campo de batalha, ou em lugar público. Ela tem inimigos mais perigosos, que as alianças das Nações, e as divisões intestinais; é a guerra surda, e lenta, mas viva, e continua que os vícios fazem aos costumes; guerra tanto mais funesta, que a Pátria não tem por si mesmo algum meio de a evitar, ou de sustentar.

[...]

Jornalistas da ordem, dignai-vos de nos admitir as vossas fileiras, favorecei nossos começos, desculpai nossos erros, pois se nos faltam luzes, temos copiosos desejos de bem-fazer, julgai de nós por esta Lei.⁵¹

Outro bom exemplo é o jornal carioca *O Sete d'Abril*, que marca bem a questão da importância da opinião pública. Em 1833, o *jornal* aponta, por exemplo, que o não respeito por ela foi um dos motivos para a queda de Pedro I:

Quando o “ex-Imperador” queria fazer de bom “careta” para iludir os Brasileiros, dizia: – Está acabado o tempo de esmagar os homens! – E depondo os Gigantes, repeliu: – O Governo que não se regula pela OPINIÃO PÚBLICA se torna o flagelo da humanidade! – Se ele tivesse fiel a estes princípios de eterna verdade, nem estaria corrido do solo em que as proferiu, para ir fazer vítimas no país que o viu nascer.⁵²

Os excertos expostos mostram bem a preocupação que os jornalistas tinham com o Brasil, com a conduta dos seus cidadãos⁵³ e com o bom governo. Para isso, os redatores sempre aclamavam a opinião pública que, por sinal, estava sendo formada, ou melhor, criada ao mesmo tempo em que a imprensa no país. A ideia de que a imprensa

⁵¹ **A Verdade:** jornal miscelânico. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1832-1834. p.1-3.

⁵² *O Sete d'Abril*. Rio de Janeiro, 15 jun., 1833 p.3 (grifo do original) apud CANO, Jeferson. Áticos e Beócios na república das letras: aspectos da opinião pública no Rio de Janeiro (1836-1837). **Cadernos AEL**, Campinas, v.9, n.16/17, p.16-52, 2002, p.18.

⁵³ Sobre a cidadania no Brasil do século XIX ver CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; VIEIRA, Martha Victor. Nacionalidade e cidadania nos fundamentos do Estado Imperial, **Estudos de História**, v.10, n.1, p.117-129, 2003.

deveria ser “objetiva”, “revelar as verdades dos fatos”, ser “isenta de opinião”, não se aplica aos periódicos oitocentistas. Os conteúdos carregavam uma marca muito forte de quem escrevia, embora na primeira metade do século XIX os textos não fossem assinados e, em alguns casos, houvesse somente algumas siglas, pouco identificáveis – problema que trataremos à frente. Mais uma importante ressalva deve ser feita: não foram só os periódicos que tratavam da vida cotidiana da política no império que floresceram. Pelo contrário, os magazines que lidavam apenas com assuntos literários e científicos também prosperaram. Até mesmo jornais voltados para o público feminino e para temas como a moda circularam com relativo êxito na Corte.⁵⁴

Ainda no que concerne a preocupação com o Brasil, um movimento muito importante teve início na década de 30 do oitocentos: os brasileiros letrados passaram a organizar estudos do passado para fundar a história da jovem nação, baseada, sobretudo, nos grandes vultos, nos homens bons.⁵⁵ Esse movimento ganhou espaço institucional com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.⁵⁶ Contudo, essa história deveria ser escrita por brasileiros, lembrando que, no início do século XIX, alguns textos sobre o passado nacional foram escritos por estrangeiros, ingleses em sua maioria. Em Londres, em 1809, o inglês Andrew Grant foi o primeiro forasteiro a publicar uma história do Brasil.⁵⁷ Já a primeira história da cidade do Rio de Janeiro foi escrita na narrativa do naturalista francês Louis Freycinet.⁵⁸ O texto cobre da fundação à chegada e instalação de D. João VI no Brasil, finalizando em 1820.

Mas os estrangeiros logo tiveram concorrência. O segundo periódico literário publicado no país, *O Patriota* (1813-1814), tinha uma seção intitulada História. Nessa seção foram veiculados artigos sobre o passado colonial, artigos escritos ou recuperados por portugueses do Brasil e de Portugal, como a “*Memória histórica e geográfica da descoberta das Minas, extraída de manuscritos de Cláudio Manoel da Costa, secretário*

⁵⁴ Como, por exemplo, o **Correio das modas**: jornal critico e litterario das modas, bailes, theatros... Rio de Janeiro, RJ : Typ. de Laemmert, v.1, n.1 (05 de janeiro de 1839) -v.2, n.53 (31 de dezembro de 1840).

⁵⁵ A revista do IHGB é exemplar nessa questão, pois sempre publicou biografias de brasileiros ilustres “por suas armas e virtudes.” Uma das primeiras a ser publicada foi a BIOGRAFIA de José Basílio da Gama, José da Silva Lisboa (Visconde de Cayrú), José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho e monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo. **RIHGB**, t.1, v.1, 1839, 388p.

⁵⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador**. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998; PINHEIRO, Maciel. **O Rio de Janeiro através das revistas**. I Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

⁵⁷ MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. v.2 (1794-1855). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78, p.37-ss.

⁵⁸ FREYCINET, Louis de. **Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S. M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820** (3 volumes). Disponível em: Gallica, bibliothèque numérique de la Bibliothèque nationale de France. <<<http://gallica.bnf.fr/>>>. Acesso em junho de 2005

do governo daquela Capitania, que consultou muitos documentos autênticos, existentes na Secretaria de Governo, e em outros Arquivos” e a “História do Rio de Janeiro, descobrimento, e primeira restauração deste território”, para ficarmos em poucos exemplos.⁵⁹

O primeiro texto trata da descoberta e fundação de Mariana e das Minas, como o próprio título indica. Já o segundo traça uma história da cidade do Rio de Janeiro desde a sua descoberta até os dias de D. João VI. Nesses textos de História, ressalta-se quase sempre o Estado do Brasil como membro importante da nação portuguesa e de quão cobiçado é pelos estrangeiros. Wilson Martins definiu bem a questão ao dizer que o país passava a ser objeto da história.⁶⁰ Diferentemente da história produzida no império português, a partir dos anos 30 e 40, a historiografia produzida no país tinha por foco a construção do Brasil.⁶¹

A literatura e os literatos também ocuparam, nesse período, lugar de destaque. Os homens de letras buscaram, a partir da constituição de um discurso e de uma prática literária, as origens do país e nisso podemos perceber a formação de um pensamento com contornos nacionais. Nelson Schapochnik observa que os homens de letras, a partir dos anos 30, passaram a organizar antologias e estudos de história da literatura produzida no Brasil, instituindo o início de um cânone literário brasileiro.⁶² Além da compilação dos textos que seguiam critérios de exaltação do Brasil, em detrimento de concepções puramente estéticas,⁶³ foram publicadas nos periódicos diversas “Biografias dos brasileiros ilustres por suas letras, armas, virtudes”, cuja publicação tinha por objetivo maior situar o momento da produção da obra de autores nacionais, a fim de organizar cronologicamente a história das letras brasileiras, medir “os progressos,

⁵⁹ Textos publicados respectivamente em **O Patriota**, v.1, n.4, 1813, p.40-61 e v.1, n.5, p.61-77, 1813, esse último teve continuação nos números 6 e 7. Outro exemplo de texto veiculado na seção História foi: Estrato da História da capitania de Goiás, ordenada pelo cirurgião Mor José Manoel Antunes da Frota. v.3, n.2, p.25-34, 1814.

⁶⁰ MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. v.2 (1794-1855). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78, p.37-ss

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Op. cit.**

⁶² SCHAPOCHNIK, Nelson. Dos parnasos e florilégio aos ensaios de história literária: experimentos românticos. **História**, São Paulo, v.16, p.157-172, 1997. BARBOSA, Januário da Cunha. **O Parnaso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1829. MAGALHÃES, D. J. G. de. Ensaio sobre a literatura no Brasil. **Nitheroy (Paris)**, v.1, n.1, p.7-23, 1836; VARNHAGEN, F. A. **Florilégio da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: ABL, 3.v., 1987. No texto *Estudos Históricos*, Varnhagen diz o seguinte sobre a obra de Januário da Cunha Barbosa: “Se o cônego Januário merece, nos diferentes ramos da literatura brasileira, uma reputação muito maior do que a que lhe dão suas obras na poesia, sobretudo, os seus serviços foram maiores do que os que indica o seu *Nitheroy*. Januário foi o primeiro coletor de poesias brasileiras, que promoveu o gosto pelas letras americanas e delas foi, na imprensa, na tribuna e até no púlpito, estrênuo e acérrimo campeão”.

⁶³ SÜSSEKIND, Flora. **Op. cit.**

apresentar um balanço, estabelecer e comparar um antes e um depois, bem como demonstrar a originalidade desta literatura”.⁶⁴

A *Nitheroy, revista brasiliense*, editada na França em 1836, no seu primeiro número, apresentou a seus leitores brasileiros um “Ensaio sobre a história da literatura”, no qual dá a seguinte definição desse gênero de escrito:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência. E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar as gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade.⁶⁵

Uma nova prática cultural, sobretudo na capital do Império do Brasil, foi se enraizando desde 1808 e se perpetuaria ao longo do oitocentos. A valorização dos sermões nos púlpitos, das aulas particulares e públicas, das peças de teatro, dos clubes de leitura, das sociedades literárias, das missões científicas e a proliferação de periódicos são exemplos importantes dessa nova prática. Esclarece-nos Antonio Candido que, entre os temas produzidos pela intelectualidade no período, as tópicas centrais, que evidenciam bem os objetivos comuns destes homens, são muito salientes. Tais tópicas, além de se configurarem como uma “agenda”, também definiram os principais traços de “nossa época das luzes”, que não ficou restrita aos anos pré-independência, mas se propagou para as “gerações” posteriores. De acordo com Candido:

Se percorremos a *literatura pública* do tempo, encontraremos nelas temas característicos: ânsia de instrução, crença na educação para plasmar o homem na sociedade, amor pela liberdade política e intelectual, desejo de reformas políticas, patriotismo, confiança na razão para impor normas do progresso.⁶⁶

Ainda segundo Antônio Cândido, um público consumidor e produtor de cultura emergiu no início do século XIX e os periódicos, com destaque para revistas que

⁶⁴ SCHAPOCHNIK, Nelson. **Op. cit.**, p.160-161.

⁶⁵ **Niterói, revista brasiliense letras e artes**. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/6>>> Acesso em maio de 2009.

⁶⁶ CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.240.

lidavam exclusivamente com “temas culturais” (literatura e ciência, sobretudo), tiveram papel fundamental na circulação das letras e das ideias e incentivaram as novas práticas e posturas diante da sociedade.⁶⁷

Isabel Lustosa também ressaltou o mesmo ponto em seu estudo sobre a imprensa brasileira no período da Independência.⁶⁸ Segundo a autora, os redatores dos periódicos, quase sem exceções, diziam na introdução de suas empresas que seus objetivos eram o de promover as luzes no Brasil entre os homens livres e melhorar a sociedade como um todo. Esses homens acreditavam que estavam exercendo uma missão pedagógica importante, pois julgavam que o País precisava caminhar rumo aos patamares das nações mais avançadas da Europa.

Hipólito da Costa, por exemplo, na abertura de seu incansável *Correio Braziliense ou Armazém Literário* (1808-1822), destacou o papel que os homens instruídos deveriam assumir diante dos desafios que se apresentavam por todo o território português:

O primeiro dever de um homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças Físicas, ou Morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles, que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia, e do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente, e o trabalho dos redatores das folhas públicas, quando estes, munidos de uma crítica sã, e de uma censura adequada representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado, e as sólidas conjecturas sobre o futuro.⁶⁹

Outra revista importante do período, *O Patriota*, em sua introdução, ao apresentar sua “carta de intenções”, destacou o importante papel que assumia diante de seus concidadãos ao divulgar as letras e as luzes:

[...] mas instruídos pela física de que os raios do Sol, que dispersos

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.497.

⁶⁹ **Correio Braziliense ou Armazém Literário**, v.1, n.1, jun., p.A2, 1808. O *Correio Braziliense* foi editado em Londres entre os anos de 1808 e 1822 e circulou em várias localidades do Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Fruto dos esforços de Hipólito José da Costa, seu editor e único redator, o *Correio* desafiou o sistema de censura do império português durante 14 anos ininterruptamente. Além do mais, é considerado o primeiro jornal brasileiro, apesar de não ter sido editado no país.

aquecem apenas os corpos duros, juntos em um foco derretem os mais densos metais, **os sábios** se propuseram a comunicar reciprocamente suas luzes, para que da união delas resultasse aquele intenso calor, que vencesse a frieza da preguiça e a dureza da ignorância (grifo meu).⁷⁰

Essas “cartas de intenções”, no entanto, não proliferaram apenas nos anos joaninos, uma vez que podem ser observadas durante toda a primeira metade do século XIX. Foi comum, nas introduções ou nas epígrafes, os jornalistas enunciarem que seus jornais estavam a serviço das luzes e que, como homens de talento, ou sábios, deveriam exercer um papel importante na sociedade brasileira. Vale ressaltar que, após 1822, muitos desses magazines frisaram a importância do conhecimento e da liberdade de imprensa para a manutenção da ordem social e para o bom desempenho do governo e do Estado. Essa recorrência, que se estende por todo o período aqui abordado, pode ser observada por meio de alguns exemplos.

Os *Annaes fluminenses de sciencias, artes e litteratura* (1822) fizeram sua apresentação ao leitor dizendo que serviriam de estímulo aos sábios e ressaltaram o legado da administração joanina no Rio de Janeiro:

O nome de *Annaes Fluminenses* convêm perfeitamente a esta obra, que servirá de estímulo para os Sábios, que a quizerem enriquecer com os seus conceitos; não só por ser escrita nesta *Província*, cuja disposição natural, fertilidade e temperatura a tornam própria para ser o empório do Comércio entre a Europa e as duas Índias, mas também por ser consagrada principalmente as Instituições Políticas e Literárias, que nela tiveram lugar durante a residência do Monarca.⁷¹

O *Jornal Científico, Econômico e Literário, ou coleção de várias Peças e memórias, relações de viagem, poesias e Anedotas* (1826) afirma que a imprensa periódica é um dos meios mais fáceis de se propagarem as luzes para tornar a nação mais culta:

Entre os oportunos meios de se promover o melhoramento dos conhecimentos humanos, é sem dúvida um dos mais fáceis e vantajosos, o de se pôr em sucessivo uso o giro dos escritos periódicos: e, com efeito, tem sido pela luminosa adoção de um tal uso e giro de Jornais literários (sempre extensamente profícuos, quando escudados pela bem entendida liberdade da imprensa, maravilhoso, veículo de propagação dos conhecimentos úteis, que tem merecido a zelosa garantia dos Governos mais bem constituídos) que nos dois

⁷⁰ **O Patriota - Jornal Literário, Político e Mercantil &c.** Rio de Janeiro: Impressão Régia, v.1, n.1, jan., 1813, p.I-IV

⁷¹ **Annaes Fluminense de Sciencias, Artes e Literatura.** Rio de Janeiro, RJ : Typ. de Santos e Sousa, Tomo 1, n.1, t.1, n.1, jan., 1822, p.3

últimos passados séculos, a custa das fadigas de sábios e intrépidos Regeneradores da antiga desprezada, abatida, e mesmo agrilhoada Filosofia, e através de milhares de obstáculos terríveis, opostos por bárbara Superstição, e por desmesurado Fanatismo, se difundirão, com emissão maravilhosa, as Luzes Científicas, sobre as Nações Civilizadas.

É por este mesmo fácil e vantajoso meio, que no atual século de prodígios, se tem continuado e continua a promover o maior avanço da ilustração e de conhecimentos entre todos os Povos cultos.

[...] aquele grão de ilustração [das Luzes Literárias] a que são susceptíveis de chegar pela leitura sucessiva de muitas e interessantes obras do mundo científico, que nos havemos proposto a ofertar-lhes distributivamente nos diferentes números deste Jornal [...].⁷²

O Beija-Flor (1830), em sua introdução, intitulada “Profissão de fé”, reforça o papel e a responsabilidade dos periodistas e diz que o primeiro objetivo dos que se dedicam a publicar é o de ilustrar os contemporâneos e contribuir para construção da ordem social:

Todo aquele, que usando de autorização do pacto social de publicar por via da imprensa suas opiniões, sem dar conta prévia, sobe afrontamente sobre um tribunal de sua própria criação, aonde ele liga a conduta do governo, ou dos concidadãos, e assume o papel do orador, castigando, ou avisando a comunidade, e os indivíduos, tem de certo por restrito dever fazer a sua profissão de fé, tanto para dar as suas palavras o peso da consciência, e da probidade, como fornecer ao público que lhe amodesta, uma medida com a qual este possa a seu turno avaliar, e sentenciar. Conhecer-se-á então, se motivos mais nobres do que a vil sede de ganho, ou do interesse particular o lançarão sobre o mar tempestuoso da publicidade. Alias não queremos dizer que se não deva tirar um lucro honroso do talento, e das fadigas consumidas neste emprego. Todo trabalho merece salário; o mesmo sacerdote vive do altar. Mas a lembrança deste lucro deve vir somente em segunda linha, ficando após a esperança de contribuir a emenda da ordem social, e ilustração dos contemporâneos.⁷³

O auxiliador da indústria nacional (1833), jornal vinculado à “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” (fundada em 1832) e dedicado aos agricultores, técnicos e industriais, realçou, no seu texto da apresentação, os progressos das nações civilizadas da Europa com o advento da ciência, da técnica e da indústria e apontou qual seria o caminho que a publicação seguiria:

É para concorrer a estes progressos, e para aparecer a realização de bens, que só a propagação das luzes pode produzir no Brasil, que a

⁷² *Jornal Científico, Econômico e Literário, ou coleção de várias Peças e memórias, relações de viagem, poesias e Anedotas*, Rio de Janeiro: Typ. de Torres, v.1, n.1, 1826, p.IV.

⁷³ *O Beija-flor*. Rio de Janeiro: Tip. de Gueffier, n.1, 1830, p.3-4.

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional aqui estabelecida empreende esta publicação periódica de Memórias e Notícias interessantes a todas as classes industriais. Passa a sua empresa a ser bem acolhida dos Brasileiros interessados na prosperidade do Império e possam igualmente coadjuvá-la com as suas observações e experiências, aqueles nossos Concidadãos, que por seu saber e Patriotismo devem concorrer à glória da nossa Pátria pelo melhoramento da nossa indústria.⁷⁴

O propagador dos conhecimentos úteis (1836) não teve uma introdução ou um discurso preliminar (outro termo muito usado nessas publicações); porém, em seu primeiro artigo, tocou em um assunto que outros magazines no período também valorizaram: a instrução pública no Brasil. *O Propagador* apresentou suas intenções e criticou a maneira como o ensino vinha sendo tratado no país:

Os Governos que se hão sucedido no Brasil desde a sua elevação a categoria de Reino, Nação independente e Império até o presente, não tem dado a instrução nacional toda consideração e importância como exigia a influência que ela exerce sobre o caráter de um povo. Quando a instrução de uma nação não se tem assas consolidado, nem é tão geral como cumpria que fosse para desenvolver-lhe o gérmen; as melhores instituições vêm a ser elementos de perturbação arremessados no meio da sociedade, por isso que se acham em circunstâncias de poder satisfazer as necessidades que elas geram: tais instituições – prodigalizam direitos e deveres –, enfraquecem os governos que são em consequência forçados a multiplicar leis, com certeza provável de lhes ser impossível aplicá-las satisfatoriamente, – concentram demasiado numa meia dúzia de cabeças ardentes e pressurosas em adquirir o imenso complexo de idéias que deviam ser gradual e insensivelmente absorvidas por toda uma nação. Estas idéias em virtude de sua natureza, fermentam, e fazem explosão por estarem confinadas, e comprimidas em espaço muito limitado: e assim as instituições que produzem maior desenvolvimento de forças, do que convinha para serem ultimamente empregadas, vem a perecer por causa do perigoso excedente delas que revela necessariamente comprimir a bem da tranquilidade pública.⁷⁵

O Jornal da sociedade amante da instrução (1839) também reforçou, em sua epígrafe, o papel da educação sobre o caráter do povo:

[epígrafe] A boa educação da mocidade, é a melhor garantia da felicidade de um Estado

A *Gazeta de Domingo* (1839-1840) valorizou o conhecimento científico e

⁷⁴ **O Auxiliador da Indústria Nacional ou Coleção de Memórias e Artigos Interessantes.** Rio de Janeiro: Typ. de Seignot-Planchet, v.1, n.1, 1835, p.10.

⁷⁵ **O Propagador de conhecimentos úteis.** Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1836.

ressaltou a necessidade do Rio de Janeiro contar com uma publicação semanal que propagasse os conhecimentos e noções das ciências:

Os Empresários desta nova publicação, percebendo a falta, que sentia o Rio de Janeiro, de uma Revista semanal, que, ao passo que recreasse a imaginação, o satisfizesse a curiosidade dos habitantes desta Cidade, se propusesse a um fim útil, qual o de propagar os conhecimentos e noções de todas as Ciências; resolveram estabelecê-la, unindo-se a colaboradores de reconhecidas luzes, e talento.⁷⁶

A ideia de missão, comum entre os periodistas, continuou na segunda metade do século XIX, como mostra a introdução do jornal *A Abelha* (1856):

A abelha almeja um cantinho, em que se possa averbar no grande livro do progresso da última metade do século dezenove. Tentando trabalhar em favor do desenvolvimento desta bela terra do Brasil, e conhecendo o valor da imprensa e a importância do jornalismo, não desconhece também que há de ser aquilatada pelo que em si for, e não pelo que valem essas duas potências civilizadoras. É essa a razão, porque deixando de as endeusar, não são apregoa por pomposas declamações e pomposas frases. Pequenina hoje, podendo apenas sacudir de suas débeis asas o pólen das flores, que tem de converter em favos o mel, nutre esperanças de poder, ainda um dia, apresentar em extenso panorama, o fruto das lucubrações desses cidadãos ilustres, que tem a peito preparar para sua pátria um futuro melhor.⁷⁷

Esse padrão não ficou restrito apenas às publicações da cidade do Rio de Janeiro, pois pode ser encontrado em outras regiões do país durante o mesmo período, como, por exemplo, na introdução do primeiro jornal da província de Goiás, *Matutina Meyapontense*, de 1830:

[...] um povo instruído, vendo a necessidade da Nação, abraça e sofre, sem murmurar, os impostos; considera o Governo como o seu maior bem, e aborrece o homem sedicioso e turbulento, como o maior inimigo da Sociedade: não entra pois em dúvida, que a instrução seja a melhor e maior Garantia dos Governos Constitucionais. Firme nesses princípios e persuadido que os Periódicos têm concorrido, em grande parte, para se espalharem as luzes entre o povo, empreendi a árdua empresa de redigir o Periódico MATUTINA MEYAPONTENSE.⁷⁸

⁷⁶ **A Gazeta dos Domingos:** revista enciclopédica semanal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Americana, v.1, n.1, 1839, p.1.

⁷⁷ **A Abelha:** semanário científico, industrial e litterario. Rio de Janeiro, RJ: Empresa Nacional do Diário, n.1, 12. jan., 1856, p.1.

⁷⁸ **Matutina Meyapontense.** Disponível em : ww.bn.br.

Abrindo um parêntese, o título *Matutina Meyapotense* seguiu uma tendência de outros periódicos que, a partir dos anos 20 do oitocentos, passaram a adotar nomes que faziam referência direta à cultura local. A adoção de títulos de nomes de animais típicos do país como o Beija-Flor,⁷⁹ por exemplo, fez parte dessa tendência. Mais comum, no entanto, foram os títulos que faziam alguma referência às luzes (Aurora, Lanterna Mágica, Luz Brasileira, Farol do Império etc.).

Tal como os novos modos sociais que os brasileiros queriam adquirir, o periodismo nacional no século XIX, como mencionamos há pouco, teve como parâmetro o europeu. No final do século XVIII, na Europa, os jornais assumiram o papel de propagadores das luzes e passaram a “constituir-se num poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as ideias e maneiras das pessoas comuns”.⁸⁰ No país, bem como por toda a América espanhola,⁸¹ essa função também foi ocupada pelas folhas públicas. Não se trata, porém, de uma imitação ou reflexo do que ocorria na Europa, mas sim da incorporação de um princípio que valorizava a palavra escrita e as possibilidades de transformações que as luzes poderiam proporcionar a seus semelhantes; por isso, no Brasil, a imprensa periódica – um suporte dinâmico e que deveria estar preferencialmente livre de censuras –, foi tomada como uma das principais ferramentas na ação dos homens de letras.

Um tipo específico de publicação surgiu nesse momento: as auto-intituladas Revistas Literárias, que não tratavam apenas de literatura. Eram publicações seriadas que, ao trazerem à luz os mais diversos temas, atendiam a demanda social por novas ideias e hábitos, sobretudo no Rio de Janeiro, sede da corte brasileira. Os periódicos noticiavam os acontecimentos e novidades do Velho Mundo e da política internacional, publicavam poemas, novelas, papéis oficiais⁸² e comerciais, avisos variados, anúncios, documentos históricos, relações de viagem, avanços técnicos e científicos, debates políticos etc. Nesse sentido, podemos afirmar que a imprensa no Brasil teve um caráter mais formativo do que informativo. O tamanho em páginas de cada publicação variava bastante: algumas tinham 6 páginas, outras 100 por número, mas a maioria possuía entre

⁷⁹ O pássaro colibri ainda foi objeto de estudos da embrionária ciência natural brasileira, visto como um símbolo da fauna do país. KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **Manguinhos**, v.3 (suplemento), p.863-880, 2001.

⁸⁰ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.145. Sobre a imprensa periódica Pallares-Burke tem outros textos publicados como, por exemplo, **The Spectator, o teatro das luzes – diálogo e imprensa no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

⁸¹ Ibid.

⁸² Leia-se documentação do governo.

20 e 30 páginas.

Diferentemente do que acontece em nossos dias, nos quais o jornal é descartável, os periódicos oitocentistas eram encadernados e encarados como coleções. Em muitos casos, apresentavam numeração contínua, ou seja, se a primeira edição terminasse na página 50, a segunda começaria na 51. Os jornais eram, ao final de um determinado período – trimestre, semestre, ano etc., dependendo do seu tamanho –, encadernados e vendidos em tomos como uma espécie de enciclopédia. A propósito, esses periódicos seguiam o modelo do conhecimento enciclopédico emergente no século XVIII, que era apresentar e abordar uma diversidade de temas numa mesma publicação, com o objetivo de educar seu leitor e de servir como um material para consultas.

Os jornais e o próprio periodismo publicados no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, tiveram, entretanto, características distintas em comparação às enciclopédias. O periodismo brasileiro, até meados do século XIX, teve uma marca muito predominante: os magazines ficavam, em sua maioria, sob a responsabilidade de um único redator. Esses redatores dificilmente assinavam seus nomes nos jornais e, quando o faziam, era sob pseudônimo. Quando havia colaboradores fixos ou ocasionais, os textos eram assinados⁸³.

É interessante observar que a lei de imprensa de 1821, reforçada na constituição de 1824, proibia o anonimato.⁸⁴ A preocupação com a responsabilidade dos autores sobre seus textos no Brasil seguiu um movimento que vinha ocorrendo no Velho Mundo. Na Europa ocidental, do meio para o fim do século XVIII, a preocupação com a questão da autoria começou a se manifestar. O “quem escreve” ou “quem fala” passou a ser um dos objetos de legitimação do próprio texto, de sua autoridade, e a figura do autor passou a ser requisitada, a exercer uma função.⁸⁵ A Inglaterra formulou a lei de copyright em 1765. Essa lei também foi criada em outros países do continente no início do século XIX, especialmente pela influência das ações de guerra de Napoleão, pois os territórios ocupados pela França passaram a incorporá-la, como no caso da Itália, em

⁸³ Mesmo nas fichas catalográficas dos magazines elaboradas na Biblioteca Nacional (fruto dos esforços do historiador José Honório Rodrigues, em boa parte) não foi possível encontrar o nome dos redatores. No entanto, em alguns trabalhos historiográficos dispersos, como o trabalho de VIANNA, Hélio. **Contribuição a história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 (que normalmente tratam de personagens), é possível encontrar a autoria de um ou outro periódico. Dos anos 60 do século XIX em diante, o historiador que se debruçar sobre este tipo de documentação não enfrentará tal problema.

⁸⁴ LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.**

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **O que é o autor?**. Vega: Passagens, 1992.

1810, por decreto de Napoleão.⁸⁶

A autoria não declarada no Brasil, em alguns casos, parece ter provocado certo incômodo, especialmente quando os debates se acaloravam.⁸⁷ Em 1834, o estadista Diogo Antônio Feijó publicou um texto, na edição número 6 do jornal *Justiceiro*, sobre o jornalismo no Brasil, no qual se queixa do anonimato e de alguns defeitos da lei de imprensa.

Tal tem sido entre nós a marcha do jornalismo. A lei é culpada dos seus excessos. Já foi reformada, mas autorizando indistintamente a todos para se constituírem diretores do espírito público, órgãos de opinião nacional, os censores de seus empregados não exigindo garantia do escritor, pela qual não possa iludir a responsabilidade, tem animado aos perversos, tem exposto a inocência e a honra a toda sorte de sofrimentos, tem desgostado ao homem de bem, vendo-se entregue à discrição dos maldizentes, sem outro recurso que a forçada requisição; e exagerando o homem sensível, atacado no melindre de sua vida privada, o tem obrigado a lançar mão da vindita reprovada pelas leis, onde têm parecido não poucos desses temerários ou abjetos escritores. Assim os nossos legisladores se apressam em emendar uma lei que a experiência assaz tem mostrado quanto é insuficiente para obstar os primeiros abusos da imprensa. Assim o público tenha aprendido a prevenir-se contra jornais que não apresentam outro fim que terem os seus redatores à sua disposição essa arma temível, para com ela ferirem seus adversários ou rivais, saciaram paixões ignóbeis e impunemente espalharem pelo público em tom dogmático erros, opiniões falsas ou o fel de negras calúnias.⁸⁸

Em 1836, o jornal quinzenal “*O indicador da utilidade pública: folha política, científica e litteraria*”, que era impresso na Tipografia de Pereira, na rua detrás do Hospício no número 222, em seu prospecto compartilha da mesma opinião de Feijó no balanço que promove da produção jornalística do país desde a Independência. Contudo, o texto ainda traz uma outra questão relevante: a da exaltação do papel da imprensa e de sua liberdade. Foram vários os jornais que destacaram o mesmo ponto ao longo do período, como *O Beija-Flor* (1830), *A Miscelânea Científica* (1835), *O Globo* (1844), entre outros. *O indicador da utilidade pública* expôs sua análise sobre a situação da

⁸⁶O Correio Braziliense noticiou em várias oportunidades a adoção dessa lei em diversas regiões que foram ocupadas pelas tropas napoleônicas.

⁸⁷Situação semelhante foi vivenciada no período da Independência. Quando os debates se acaloravam, os homens envolvidos no processo e que escreviam seus periódicos, panfletos e afins partiam para a injúria, e quando nem isso funcionava iam às vias de fato, como, o então, príncipe Pedro ordenou que fizesse contra os redatores do Reverbero Constitucional Fluminense e de outros jornais de oposição. LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.** Ver também OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A astúcia liberal**. Bragança Paulista: EDUSF e Ícone, 1999.

⁸⁸ CALDEIRA, Jorge (org.). **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: Editora 34, 1999, p.143 (Coleção Fundadores do Brasil).

imprensa periódica no Brasil nos termos seguintes:

A Imprensa, a mais importante das descobertas, que tem feito os homens, que marcou uma época de contínuo movimento para o aperfeiçoamento do espírito humano, que por sua natureza imortal e independente na sua duração até das revoluções, que abalam, e destroem os fundamentos dos Impérios; e que pela transcendência de sua ação, e efeitos parece o resultado de uma inspiração da Divindade, para dissipar a ignorância, difundir a ilustração por todos os pontos da Terra, retirar os povos da barbárie, da miséria, dos crimes, e dos vícios, que os degradavam; fazer lhes conhecer os seus direitos, e interesses; e elevá-los aquele grau de aperfeiçoamento moral, e social, de que são susceptíveis as faculdades humanas, este invento maravilhoso, a cuja existência estão ligados os progressos das artes, e das ciências, e dos destinos do gênero humano, tem contudo no Brasil servido, na mão das facções, quase unicamente de instrumento de insultos, de calúnias, e de desmoralização; e como meio de difundir por todas as classes da sociedade o hábito da abnegação de todos os sentimentos nobres, e o desprezo para a Autoridade Pública, e para todos os direitos gerais, e individuais; de satisfazer sórdidas ambições, ódios rancorosos, e vinganças abjetas; de estabelecer em princípio a anarquia, e de relaxar, e dissolver todos os vínculos da Associação.

[...]

os periódicos publicados desde a Independência do Império, ou seja nos diferentes períodos do Governo de Pedro I, ou nos que lhe sucederam, desde a abdicação, com limitadas exceções, tem todos aberrado mais ou menos do sublime, e divino fim da arte de escrever, e da faculdade da publicação dos pensamentos; todos mais ou menos se tem apartado da linha de conduta e do intuito, a que deve tender o público escritos – a ilustração dos homens, e especialmente dos seus Compatriotas; a divulgação das verdades úteis sobre tudo na ordem dos direitos, dos deveres, e das necessidades, e conveniências sociais;

[...]

Fora do Império os efeitos de um semelhante aviltamento, e abuso da imprensa periódica, tem sido a opinião generalizada, de que nos achamos no maior atraso moral, e político, e no mais alto grau de desmoralização, e falta de todos os elementos de organização, e existência social; e com esta opinião a da falta de segurança individual, e garantias a indústria estrangeira, e o desvio de grande número de inteligências, de capitais, de braços, e de recursos de todo o gênero, que deviam afluir ao nosso solo, e concorrer para o rápido desenvolvimento da sua opulência, e grandeza colossal.⁸⁹

Retornando à questão da autoria, era comum a reprodução e tradução de conteúdos extraídos de revistas européias – nem sempre citadas –, como notícias de guerras, tratados e, especialmente, avanços técnicos e científicos. Alguns jornais, como *O Auxiliador da Industria Nacional*, preenchiam quase todas as suas páginas com esse tipo de artigo. Os textos originais veiculados tinham um caráter eminentemente

⁸⁹ **O Indicador da Utilidade Pública:** Folha Política, Scientífica e Litteraria. Rio de Janeiro: Tipografia de Pereira, n.1, 12 abr., 1836, p.1-2.

ensaístico, o que acabou por criar um padrão na vertente periódica das Belas Letras. Essa característica deu a tônica até meados do século XIX, mais especificamente até meados da década de 50, quando a prática jornalística se alterou. O formato dos periódicos passou, então, ao tamanho grande e o número de diários aumentou consideravelmente. Além disso, houve uma modificação na maneira de lidar com a notícia e com a informação, que passaria a ser recebida em maior escala nas décadas de 60 e 70, com a chegada do telégrafo, e tratada por “profissionais”.⁹⁰ Outro ponto que também merece destaque é o da especialização dos autores. Na segunda metade do século, um autor não escrevia mais sobre tudo, mas sobre temas específicos. Esse movimento tem sua emergência nos anos 50 do oitocentos e pode ser claramente visualizado em revistas como a *Guanabara*⁹¹ e a *Minerva Brasiliense*.⁹²

Outras marcas desse tipo de periodismo era a inexistência de magazines diários, a curta duração (normalmente chegavam a publicar sete números⁹³), o formato livro, a auto manutenção a partir das subscrições ou pela iniciativa de seus editores e a não disponibilidade de oficinas próprias.⁹⁴ Uma questão que pode ajudar a entender a efemeridade das revistas do período são os seus custos elevados de manutenção.⁹⁵

O mercado editorial brasileiro estava em formação e, além disso, não havia um número muito grande de leitores na praça do Rio de Janeiro⁹⁶ e muito menos no restante do país. Outra dificuldade encontrada pelos jornalistas era a pouca eficiência das redes de distribuição. Ainda que obtivessem financiamento (parcial ou total) dos donos das tipografias, os jornais de maior circulação não conseguiam arcar com todos os seus

⁹⁰ IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. **Imprensa Fluminense: ensaios e trajetos**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977; VIANNA, Hélio. **Op. Cit.**. SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. **Patrimônio e Memória**, Assis, v.n.2, p.1-20, 2006.

⁹¹ **Guanabara**: revista mensal artística, científica e litteraria. Rio de Janeiro: Typ. Guanabarenses, de L.A.F. de Menezes, 1850.

⁹² **Minerva Brasiliense**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typ. de J.E.S. Cabral, 1843-1845.

⁹³ Criou-se no período a sentença “mal dos sete números” para registrar essa característica.

⁹⁴ IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. **Op. cit.**, p.14. Sobre as oficinas de impressão consultamos o acervo da biblioteca nacional em << <http://catalogos.bn.br/>>>

⁹⁵ Luis Otavio Ferreira, pesquisador da Fundação Osvaldo Cruz, em artigo publicado sobre o início da imprensa médica brasileira (1827-1843), na revista *Manguinhos – história, ciência e saúde*, chamou atenção para esse ponto. FERREIRA, Luis Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827-1843. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, Fundação Osvaldo Cruz, v.11 (suplemento 1), p.93-107, 2004.

⁹⁶ Para se ter uma idéia do público seletivo de leitores nesse período, pode-se projetar um número, pois no final do Império o Brasil tinha aproximadamente 80% de analfabetos. CARVALHO, José Murilo de. **D Pedro II**. 7ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2007; estudo mais detalhado de Carvalho sobre a questão pode ser visto em **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

custos.⁹⁷ A Academia de Medicina Imperial, por exemplo, nos primeiros anos da década de 40 do oitocentos, editava um jornal que recebia subsídio do Governo e, mesmo assim, os custos demasiadamente elevados não permitiram que a publicação sobrevivesse por mais de 3 anos⁹⁸ – o jornal era anual e padeceu do mal dos sete números.

O *Jornal Científico, Económico e Litterario...* é um outro bom exemplo para ilustrar a questão. Ele foi redigido por José Vitorino dos Santos e Sousa e de Felisberto Inácio Januário Cordeiro⁹⁹ e impresso na tipografia *Torres*. O *Jornal Científico* foi divulgado de maio a julho de 1826, dividido em três números que compuseram o seu único volume. Detalhe interessante é a folha de rosto: nos dois primeiros números, trazia uma ilustração com um dos símbolos da maçonaria (pirâmide com um olho no topo), que, no terceiro número, foi suprimida. Na introdução do segundo número, comemorou-se a boa recepção do público. Os redatores, animados com esse relativo sucesso, escreveram:

O amplo consumo, que há tido o primeiro nº do nosso jornal nos indica e afiança aceitação do Público ilustrado, que assim parece demonstrar-se satisfeito com a escolha que fizemos das diversas matérias, que os cinco títulos gerais estabelecidos para o entrecho do nosso Periódico, com efeito inculcam, e com vários artigos, que debaixo dos primeiros quatro títulos incluimos no seu dito primeiro Nº. Animados pois, com tão favorável acolhimento, nós continuamos a dedicar-nos com efetivo zelo, e com esmero, a composição e arranjo dos subsequentes Números; e para os constituir-mos cada vez mais interessantes ao mesmo Público deligenciaremos, por todos os meios e modos, que estiverem ao alcance de nossas faculdades, não só enriquecê-los com descrições interessantes, e artigos noticiosos, que tenham, por assim dizer-mos, imediato contato com os progressos da civilização, e da prosperidade do Brasil; mas aperfeiçoá-los, evitando cuidadosamente os defeitos, e as incorreções que aparecem no primeiro Nº; ao que todavia deu causa a irregularidade, etc., com que foi impresso.¹⁰⁰

⁹⁷ Ver o caso da tipografia fundada pelo francês radicado no Rio de Janeiro Pierre François Plancher, que foi um dos maiores tipógrafos instalados na Corte (imprimindo até jornais oficiais) e que não conseguiu manter os periódicos médicos e literários que ajudou a fundar. FERREIRA, Luis Otávio. FERREIRA, Luis Otávio. *Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827-1843. Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fundação Osvaldo Cruz, v.11 (suplemento 1), p.93-107, 2004. Sobre Plancher um estado mais detalhado pode ser conferido em HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2.ed ver. e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005, p.137-150.

⁹⁸ FERREIRA, Luis Otávio. *Op. cit.*

⁹⁹ Na capa do periódico aparece apenas a informação de que ele foi redigido por “dois amadores das ciências”. As informações sobre autoria foram retiradas de VIANNA, Hélio. *Op. cit.*, p.107-108.

¹⁰⁰ *Jornal Científico, Económico e Litterario*, n.2, jun., 1826, p.91.

Entretanto, no texto intitulado “Aos leitores”,¹⁰¹ na seção Variedades, na edição número três – a última, por sinal –, os autores queixam-se dos altos custos de manutenção do periódico e do baixo número de subscritores que a publicação obteve. Essa provavelmente foi a razão pela qual o magazine deixou de ser produzido. Logo após se desculparem com seu público por não terem publicado alguns textos que haviam prometido, os autores comentaram:

Tínhamos tencionado, desde logo que nos propusemos a fatura deste Periódico, aumentar, para o futuro, a quantidade de páginas de cada número,(I) e por consequência a de seus diferentes artigos, uma vez que o nosso zelo, e os nossos trabalhos fossem remunerados pelo seu maior consumo, e que assim se nos demonstrasse o Público satisfeito de nossas tarefas literárias, e propenso a auxiliar-nos.

Para com mais firme apoio continuarmos na nossa empresa, deliberamo-nos logo a princípio, a recorrer ao Governo; e com efeito, a esse fim dirigimos ao Ministro Secretário d’Estado dos Negócios do Império, o Memorial que prometemos transcrever no 2º nº (o que não foi praticável) e que vai agora incluído debaixo do título geral – *Variedades*.

A vista pois do aqui expressado, quem teria, em idênticas circunstâncias, (salvo querendo de ser mártir de zelo próprio) feito mais do que nós?

Haver-mos despendido com a impressão &c. dos 3 primeiros números perto de 360\$000 réis – publicado sucessivamente um em cada mês – excedido de vários modos o que prometemos; e apesar de tudo isto sermos menos protegidos, menos coadjuvados, e até (o que é mais mortificativo) menos poupados a suspeitas de falhas de exatidão no cumprimento do que anunciamos nos Prospecto, parece na verdade inverossímil! Esta espécie de surpresa sobe de ponto quando se pondera, que este nosso Jornal é o único Periódico mensal, que há ao presente na capital do Império Brasílico, e em suas 19 províncias; e que não obstante ser único, ser amplamente variado e interessante, e serem evidentes os esforços de seus Redatores, ele está aponto de não prosseguir em quanto não corresponder o seu consumo as despesas de sua impressão, que há sido taxada de morosa, suposto nos magoe o pararmos, ou abandonarmos a sua fatura por um tal motivo, assaz desagradável por não inculcar maior tendência para a leitura.¹⁰²

Os autores também se queixaram das reclamações que “alguns mal intencionados” faziam em relação a um suposto atraso da publicação. Eles rebateram as acusações dizendo que a maior parte das suas vidas, “que muito se aproximam do inverno da existência humana”, foi dedicada aos estudos continuados, consumidos em viagens criativas e instrutivas pelo exterior, nas quais fizeram múltiplas meditações e “múltiplas análises”, e em tarefas literárias, que se desdobraram em “diversas

¹⁰¹ Ibid., p.267-269.

¹⁰² Ibid., p.193-195.

composições”¹⁰³ A justificativa estava claramente apoiada na ilustração que esses homens possuíam, homens como José Vitorino dos Santos Sousa, que foi “major de engenheiros, bacharel em matemáticas, lente da Academia Militar, autor de compêndios de geometria e astronomia”,¹⁰⁴ impressor/editor e jornalista. Os historiadores Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho, mesmo com prismas diferentes, demonstram que o século XIX foi dominado pelos bacharéis, pelos homens de letras. Dominar a palavra era dominar a cidade,¹⁰⁵ palco de ação desses “meninos-homens” que saíam do interior, iam e vinham do Velho Mundo e que lentamente venceram a gradual batalha que se estabeleceu entre o engenho e a praça.¹⁰⁶

Os bacharéis José Vitorino e Felisberto Inácio, no mesmo artigo dirigido aos leitores, em uma nota de rodapé, expõem outro ponto interessante sobre os custos dos periódicos. Eles informam o preço cobrado pela assinatura e o valor que as outras “folhas periódicas” normalmente cobravam:

O 2º nº bem o demonstra; pois que, contem 13 folhas completas de impressão, as quais se fossem vendidas a razão de 80 reis cada uma, preço, geral de todas as folhas periódicas do Rio de Janeiro, importariam 1040 reis e ainda assim mesmo tem havido quem diga ser caro o preço de cada número, não obstante custar, por assinatura de semestre 666 reis; e isto sem se atender a despesa que acresce pela sua encadernação.¹⁰⁷

Um problema que crescia os custos de produção era o elevado preço do papel. Em 1835, o periódico *A Miscellania Scientífica*¹⁰⁸ pede desculpas a seus leitores por uma falha. A primeira folha era impressa em papel colorido, cuja cor não sabemos definir: os microfilmes registram apenas em preto e branco. Mas, no final da terceira edição, há uma nota na qual o redator pede desculpas: aquela edição saiu em papel branco pela falta do colorido no mercado.¹⁰⁹ Cinco anos antes, em 1830, na revista *O Beija-Flor*,¹¹⁰ no último texto veiculado, *Despedida do Beija-Flor*, o(s) redator(es)

¹⁰³ Ibid., p.195-196.

¹⁰⁴ RIZZINI, Carlos. **Op. cit.**, p.322.

¹⁰⁵ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UNB, 2004.

¹⁰⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹⁰⁷ **Jornal Científico**, n.3, jul., 1826, p.194-195.

¹⁰⁸ Rio de Janeiro: Tip. de José Andrés Garcia Ximenes, 1835. O preço do exemplar avulso indicado na primeira página era de 320 réis. Na sequência do capítulo será exibido um quadro (quadro I) no qual os preços dos exemplares avulsos e das assinaturas estão detalhados.

¹⁰⁹ **A Miscellania Scientífica**, n.3, ago., 1835, p.19.

¹¹⁰ **O Beija-Flor**: annaes brasileiros de sciencia, politica, litteratura, etc. Rio de Janeiro: Tip. de Gueffier, 1830.

afirmavam que cumpriam seu(s) objetivo(s) de publicar 8 números, queixando-se dos altos preços do papel e da subscrição (4 mil réis), que “seria apenas para poucos”.¹¹¹

Apesar das dificuldades orçamentárias, o número de publicações periódicas continuou crescendo, sobretudo nos anos 30 do século XIX, pois, nos anos 20, o número foi bem oscilante, indo da grande explosão de publicações de várias matizes nos anos próximos à Independência aos anos magros, como o de 1826,¹¹² no qual havia pouco mais de 6 publicações no Rio de Janeiro, sendo apenas uma revista literária, *O Jornal Científico*. Em 1830, *O Beija-Flor* publicou artigo intitulado “A Imprensa no Brasil”, no qual faz balanço da quantidade de publicações que surgiram no país e na Corte. O texto ainda traz uma questão interessante: a da prosperidade dos negócios referentes à publicação, venda e distribuição de textos.

Se os progressos da Imprensa fossem degraus certos de um termômetro para o adiantamento da civilização, podíamos nos felicitar do nosso avançamento, pois que de quatro anos para cá o número das publicações periódicas tem quadruplicado no Brasil. Em 1827 apenas se contavam 12 ou 13, e hoje, conforme a conta tirada da Aurora de sexta-feira do corrente, 54 saem a luz no Império; destes 16 pertencem a Corte. Em 1827 apenas havia 8, portanto o número tem dobrado; é verdade que as revoluções e eclipses são freqüentes neste giro da letra redonda: v. g. uma das publicações enumeradas pela Aurora, *La Revue Brésilienne*, já desapareceu. Mas outras duas a renderam imediatamente; o *Espelho da Justiça*, e *Le Messenger*, jornal francês, que saiu a luz duas vezes por semana, a datar do 1º de Dezembro: este vem preencher o vão que aquela agradável produção deixaria no nosso sistema de periodicidade, aonde a língua francesa, tão usual aqui, deve por força ter um representante.

Aliás fazendo abstração da influência moral que a publicidade exercita para desenvolvimento do espírito público, da educação, e da industria, contentando-nos com o produto pecuniário deste ramo de trabalho, acharemos que entre Diretores, Compositores, Impressores, e Distribuidores mais de 200 pessoas são empregadas e sustentadas por 54 publicações, além dos mais ofícios que acham ocasionalmente algum lucro nos trabalhos anexos, e dos mais empregos das imprensas, em obras extensas, ou folhas avulsas, bem como das profissões anexas de Livreiros, e Encadernadores, podendo sem exageração taxar-se a mais de duzentos contos de reis o capital que nisto gira. Uma aquisição industrial de tanta monta, de que não havia sombra, há 9 anos, merece que se apreciem bem as vantagens que a liberdade de imprensa traz consigo, mormente quando se refletir que a

¹¹¹ *O Beija-Flor*, n.8, 1830, p.232-234.

¹¹² Nesse ano, eram produzidos na cidade apenas cinco periódicos: *Atalaia da liberdade* (4/2/ a 3/1826), *A malagueta* (18/12/1821 a 3/1832), *O Spectador brasileiro* (28/6/1824 a 21/5/1827), *Triumpho da legitimidade* (9/12/1825 a 28/01/1826) e, por fim, *O verdadeiro liberal*: periódico político literário (2/3 a 6/4/1826). Catálogos da Biblioteca Nacional disponíveis em www.bn.br; e **CATÁLOGO de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994; FONSECA, Godim da. **Biografia do Jornalismo Carioca**. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

impulsão que dá, e luzes que espalha “aprol” das mais industrias, promovem talvez empresas, e melhoramentos, cujo produto, se se pudesse avaliar em cifras, passaria de muito aquele que diretamente dimana da mesma liberdade.¹¹³

O editor francês, radicado no Rio de Janeiro, Pierre François Plancher, por exemplo, tinha como principal fonte de lucro os periódicos e os livros de ficção.¹¹⁴ Plancher, bonapartista, ao se instalar no Rio de Janeiro, em 1824, estabeleceu boas relações com o imperador D. Pedro I, recebendo do monarca o título de Impressor Imperial; sua tipografia se tornou uma espécie de imprensa do Estado, sendo batizada de *Tipografia Imperial e Constitucional*.¹¹⁵

As técnicas tipográficas eram praticamente artesanais. Álvaro Santos Simões Junior descreve com detalhes a maneira como eram organizados os tipos nas “caixas de imprensa” (outro nome dado às tipografias) e à dificuldade de composição. Em contrapartida, era muito fácil errar ou perder horas de trabalho durante o período em que vigorou a composição manual:

Somente no final do século XIX chegaria ao fim a composição manual, que seria então superada pela composição mecânica. Na composição manual, os tipos eram de metal ou madeira e possuíam forma de minúsculos paralelepípedos de mesma altura. O caráter ficava inscrito em uma das faces menores. Os chamados brancos tipográficos, mais baixos, formavam as entrelinhas.

Os tipos eram distribuídos de forma organizada nos compartimentos da caixa tipográfica. Na parte de baixo, mais próxima do corpo do compositor, localizava-se a caixa baixa com os tipos de uso freqüente: o alfabeto minúsculo e os brancos tipográficos. Na parte de cima, chamada de caixa alta, dispunham-se as maiúsculas, os versais e sinais de pontuação. Nos frequentes tumultos causados por conflitos políticos no Rio de Janeiro, bastava aos interessados em calar determinada folha apoderar-se de sua caixa de tipos, virá-la de cabeça para baixo e espalhar com os pés (ou patas) as peças pelo chão. Chamava-se a essa atividade meritória *empastelar* um jornal.¹¹⁶

Isso não quer dizer que a qualidade do material impresso no Brasil era ruim. Pelo contrário, de acordo com Rubens Borba Moraes, desde o início da impressão no país, com a Impressão Régia, o material, o acabamento, os tipos, tinham uma qualidade

¹¹³ *O Beija-Flor*, n.3, 1830, p.104-106.

¹¹⁴ FERREIRA, Luis Otávio. *Op. cit.*, p.96. Uma lista dos livros de ficção editados pelo tipógrafo francês pode ser vista em HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p.137-ss. Entre os periódicos impressos por Plancher, podemos citar *O Spectador Brasileiro*, *Aurora Fluminense*, *Diário do Rio de Janeiro*, entre outros.

¹¹⁵ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p.144.

¹¹⁶ SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. *Patrimônio e Memória*, Assis, v.n.2, p.1-20, 2006, p.10

admirável e nada deviam às peças publicadas no Velho Mundo. Os livros de matemática editados no início do século XIX, por exemplo, graficamente atingiam um resultado excelente e, além disso, apresentavam um conteúdo atualizado em relação à produção europeia.¹¹⁷

Logo depois de decretada a liberdade de imprensa, em 1821, pelo então príncipe D. Pedro, o quase monopólio exercido pela Impressão Régia para a publicação de qualquer tipo de papel foi suspenso e uma série de tipografias particulares começaram a ser inauguradas no Rio de Janeiro. Já em 1821, foram inauguradas duas: a *Nova Tipografia* e a *Tipografia de Moreira e Garcez*. Em 1822, quatro novas foram instaladas: *Silva Porto e Cia*, pertencente a Felizardo Joaquim da Silva e Moraes e ao português Manuel Joaquim da Silva Porto (livreiro e ex-administrador da Impressão Régia); a *Santos e Sousa ou Oficina dos Anais Fluminenses*, de José Vitorino dos Santos e Sousa; a do *Diário*, de Zeferino Vito de Meireles (também ex-funcionário da Impressão Régia); e, por fim, a de *Torres e Costa*, de Inocêncio Francisco Torres e Vicente Justino da Costa.¹¹⁸ Dez anos depois, espalhadas pelo centro da cidade, destacavam-se nove tipografias por seu tamanho e qualidade de impressão, sendo elas “A Tipografia Nacional de Nicolao Lobo Viana, de Emile Seignot Plancher, de Torres, de R. Ogier, de Souto, de Lessa e Pereira, de Gueffier e Cia e de T. B. Hunt e Cia.”¹¹⁹

Como bem observaram os editores do *Beija-Flor*, em 1830, a tipografia e suas publicações eram negócios que movimentavam a economia da cidade. Em 1832, Renato Ogier, francês radicado no Brasil desde 1827¹²⁰ e proprietário da Tipografia de R. Ogier, publicou *O Manual da Tipografia Brasiliense*, para auxiliar os homens de letras a lidar com os negócios tipográficos. Segundo ele,

Este manual é indispensável aos homens de letras. Os livreiros e editores acharam nele o molde mais vantajoso de publicar as suas edições, e corrigir as provas: em fim todos que tem relações mais ou menos diretas com a tipografia encontrarão, neste volume, o menor possível, algumas instruções de que devem necessitar diariamente.¹²¹

¹¹⁷ MORAES, Rubens de Borba, p.XXIV. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 2.v., 1993.

¹¹⁸ RIZZINI, Carlos. **Op. cit.**, p.322.

¹¹⁹ OGIER, R. **Manual da Tipografia Brasiliense por R. Ogier, antigo impressor de Paris, estabelecido no Rio de Janeiro desde 1827**. Traduzido por um brasileiro. Rio de Janeiro na Typographia de R. Ogier, Editor, Rua da Cadeia, n.142, 1832, p.11.

¹²⁰ Segundo consta nos registros de sua tipografia junto à Câmara da Cidade, Ogier era naturalizado brasileiro. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Vários Papéis referentes a tipografias, jornais e oficinas de artes gráficas (1833-1887) Códice 44-7-16.

¹²¹ *Ibid.*, p.I-II.

O *Manual* foi editado, segundo seu autor, para mostrar alguns caminhos que os negócios tipográficos tomavam no Brasil e na Europa, bem como para corrigir alguns desatinos locais; R. Ogier diagnosticava e prescrevia a cura. Tipógrafo de longa data, o francês introduziu sua obra da seguinte maneira:

Ao público não exponho essa obra como se fosse inteiramente nova: o seu merecimento consiste antes na escolha dos materiais, e em a ter eu posto em harmonia com os usos estabelecidos no Brasil. Adicionei-lhe observações, que a minha experiência me suscitara, e uma prática de trinta anos, adquirida nas principais cidades da Europa, como Milão, Turim, Dresde, Viena, Amsterdã, Bruxelas e Paris, junta às indicações que fiz nas obras que abundam, sobre esta arte.

Ogier, cuja família, após sua morte, manteve-se nos negócios tipográficos no Rio de Janeiro,¹²² detalhou todos os procedimentos que deveriam ser tomados para a boa impressão e administração de uma tipografia, desde a descrição das diferentes qualidades de papéis até a remuneração de cada funcionário da empresa, passando pelos sinais que deveriam ser seguidos na correção dos originais e provas para a impressão. Para o francês, possuir uma tipografia não era apenas ter um negócio que imprimia papéis e dava velocidade à transmissão do pensamento; tratava-se de uma arte, uma técnica, que deveria ser dominada completamente em seus fundamentos teóricos e práticos. Seu manual deveria convencer

... de erro a muitas pessoas (ou quase todas) que tem ingerência com tipografias, em pensarem que esta arte consiste unicamente num amontoado de letras posto num instrumento de ferro a fim de formar a extensão das linhas, de que se fazem as páginas, as quais submetidas a imprensa transmitem velozmente o pensamento. Este erro induziu muitos a levantar tipografias, persuadidos de que podiam administrar, como se costuma fazer com qualquer outra profissão, ou com um armazém, que se confia à direção d'um caixeiro; mas o seu mau resultado os convenceu bem depressa do seu erro, e os obrigou a dar mão ao seu plano. Não suponho todavia haver tocado a perfeição, que exige um tal trabalho: aos meus colegas pertence julgar se ferí, ou não, o alvo, a que desfechei.

A tipografia como um negócio, um meio de vida, alastrou-se pelo Rio de Janeiro, atraindo homens muito experientes e também iniciantes e aventureiros. Não foram poucas as iniciativas de estrangeiros e brasileiros em abrir, geralmente nas

¹²² BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro**: impressores bibliográficos (1808-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Cia Industrial de Papel Parahy, 1984.

proximidades do centro da cidade, empresas nesse ramo. Para se ter uma idéia da extensão e da importância da imprensa na Corte, entre os anos de 1821 e 1850 conta-se, por baixo, que foram instaladas mais de 58 tipografias na cidade, que se dedicavam, entre outras coisas, à impressão de livros e periódicos.¹²³ Essas 58 tipografias não funcionaram todas simultaneamente: algumas foram efêmeras e outras existem até hoje; entretanto, o número é muito significativo, havendo em alguns períodos, sobretudo da década de 30 em diante, cerca de vinte em funcionamento simultâneo — se estendermos por todo o dezenove, a contagem total de impressores bibliográficos ultrapassa uma centena.¹²⁴

O número de leitores podia não ser gigantesco para um país que se queria moderno e civilizado, mas o mercado editorial era vivo, dinâmico e pulsante. Quando uma tipografia fechava, outra logo era inaugurada, bem como os diversos títulos de periódicos políticos e literários, seja para padecer no sétimo número ou para durar por muitos anos.

Vale mencionar que o comércio de livros, desde a chegada da Corte, era praticamente dominado por comerciantes franceses e o mercado editorial também ficou sob o mesmo domínio.¹²⁵ O já citado Plancher foi o nome de maior destaque entre os francos. Entre os editores locais, na década de quarenta, destacou-se Francisco de Paula Brito e a sua loja Petalógica “(uma peta = uma mentira)”,¹²⁶ onde muitos literatos do período se reuniam para discutir literatura e declamar poesia. Paula Brito foi, sem dúvida, um dos principais impressores/editores brasileiros oitocentistas. Paulo Berger faz o seguinte registro sobre o tipógrafo:

Machado de Assis começou sua vida como simples tipógrafo e tornou-se o maior escritor brasileiro. Francisco de Paula Brito começou como

¹²³ BERGER, Paulo. **Op. Cit.** No levantamento, estudo e análise da atividade tipográfica do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, Berger se utilizou do Códice 43.1.22 – **Estabelecimento de oficinas de impressão, litografia e gravura**, localizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (atualmente interditado) e no Almanak Laemmert. Entretanto, vale realçar que o bibliógrafo listou apenas os impressores bibliográficos, ou seja, aqueles que publicavam livros e revistas, excluindo os que só se dedicaram a serviços gráficos e à impressão de material do Estado como avisos, editais, portarias, posturas, etc.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Hoje, existe material interessante sobre a produção, circulação e consumo de livros no Brasil colonial e imperial feitos pelo grupo de pesquisa *Memória da Leitura*, coordenado por pesquisadores ligados à Unicamp e com participação de historiadores e literatos de outras instituições. Entretanto, o primeiro a chamar a atenção para o papel que os franceses exerceram no comércio de livros no país foi Gilberto Freyre em **Um engenheiro francês no Brasil**. A primeira edição data de 1939. Neste trabalho utilizamos a 2.ed. rev. e muito ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 2.t, 1969, p.219-ss.

¹²⁶ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2.ed ver. e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005, p.154.

simples livreiro e tornou-se o maior tipógrafo da época e, conforme palavras de Machado de Assis: ‘foi o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós’.¹²⁷

Tal fama se deve à qualidade que Paula Brito possuía e que era encarada como um dos principais meios para se obter sucesso no meio tipográfico/editorial no Rio de Janeiro, ser instruído. De acordo com o *Manual da Tipografia Brasiliense*, o dono da tipografia e os responsáveis pela composição da obra, os compositores, deveriam ser homens instruídos ou, no caso dos últimos, terem ao menos domínio da língua. O tipógrafo ideal, de acordo com o *Manual*, deveria

...possuir algum fundo de instrução: fora mesmo de desejar que tivesse extensos conhecimentos em letras, artes e ciências, por que muitas vezes os autores o consultam, e ele é o seu arbitro. Um autor se justifica de suas faltas, exprobrando-as ao impressor: convêm, pois, que este possa argüi-lo tão bem de suas negligências. Se não é possível que possua profundos conhecimentos, deve ao menos conhecer a linguagem, e os termos para se não achar estranho a qualquer manuscrito, que se lhe apresente. Não se pode exigir o mesmo conhecimento dos oficiais, entretanto um bom compositor deve ao menos conhecer bem a sua língua.¹²⁸

Para ver seu panfleto, livro, revista ou qualquer outra forma de palavra impressa, o autor deveria encaminhar seu manuscrito à tipografia de sua preferência, barganhar o valor e submeter seu manuscrito aos cuidados de impressores, aprendizes, compositores, paginadores e corretores, responsáveis pelo minucioso trabalho das prensas. O autor, entretanto, deveria ser cuidadoso com seu original, para facilitar o trabalho gráfico e dar materialidade às suas ideias, além de economizar seus réis, evitando, assim, a impressão de várias provas adicionais. Um autor, ainda segundo as recomendações de Ogier, deveria

... mandar o seu Original com boa ortografia, pontuação, letra inteligente, de maneira que se possa ler a distância de um braço, e tudo isto para evitar a perda de tempo dos compositores; do contrário há razão de pedir uma indenização por causa do ruim original. Este deve ser feito a meia-margem, para que as emendas, e citações se façam com menos riscaduras que for possível, e se apresentem d’uma maneira clara, e inteligível. As linhas mui compridas fazem nascer os bordões e dobrões. O que seguir deve cair sobre a margem de frente de modo que se possa cortar a folha para juntar à prova, ou em caso de

¹²⁷ BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Cia Industrial de Papel Parahy, 1984, p.32-33.

¹²⁸ OGIER, R. **Manual da Tipografia Brasiliense por R. Ogier, antigo impressor de Paris, estabelecido no Rio de Janeiro desde 1827**. Traduzido por um brasileiro. Rio de Janeiro na Typographia de R. Ogier, Editor, Rua da Cadeia, n.142, 1832, p.50

necessidade dividi-la por muitos compositores ao mesmo tempo em alguns momentos de urgência.

Um autor deve meditar, emendar e demorar seu original antes de o mandar para a tipografia; por que se ele tiver a mania de aperfeiçoar nas provas, a sua obra apesar de todos os desvelos ficará atulhada de repetições, pedaços destacados, defeitos de toda a casta, mostrará precipitação, e acanhamento, por que em provas tão sobrecarregadas lhe é impossível abrangê-la em todas as suas partes; e deve esperar depois por uma execução de tipografia mui viciosa.¹²⁹

Após o manuscrito ganhar vida impressa, ele voltava ao autor para verificação e possíveis remendos ou acréscimos de informações. Daí, passava por nova correção, até que todos os erros, ou quase todos, fossem sanados. Personagem importante nesse processo era o corretor, responsável pela correção não apenas dos textos, mas também das provas. Ogier, que afirma ser o Corretor tão importante quanto o tipógrafo, detalha o processo que vai da primeira versão impressa do original entregue até a sua aprovação para a impressão da edição derradeira:

Um Corretor, além da erudição que se tem direito esperar dele, deve conhecer as regras da tipografia: não basta que ele indique o mal, deve prescrever o melhor remédio, que se lhe deve dar.

[...]

Além das faltas de ortografia, mesmo as de gramática ou de construção que se acharem no original, o Corretor deve cuidadosamente emendá-las, e até os menores defeitos tipográficos, que temos notado nos artigos desta obra, e que tratam da composição, da compaginação, dos quadros, que ele pode consular a este respeito.

[...]

O corretor de segundas provas lê por inteiro os *Bons para imprimir* e ajunta suas correções as do autor. Entrega depois o *Bom* ao compaginador, que o corrige, e transmite a pessoa encarregada de ver as terceiras provas.

O corretor encarregado desta última função não faz mais do que conferir sobre a terceira prova se as correções do *Bom para imprimir* foram exatamente feitas. Ele nota por baixo da terceira prova o nº do Prelo, e o nome do impressor, a fim de que o homem por jornal saiba onde deve corrigir quando a revisão lhe for apresentada.¹³⁰

[e sobre a composição dos periódicos diz]

para a composição dos periódicos usa-se muito no Rio de Janeiro, cada compositor fazer sua primeira prova na galé, com uma escova doce, ou com a palma da mão; este método é muito bom e acelera o trabalho.¹³¹

Quando uma tipografia não podia contar com corretores competentes – o que acontecia em algumas tipografias contemporâneas à de R. Ogier –, cabia ao tipógrafo

¹²⁹ OGIER, R. **Op. Cit.**, p.74-76.

¹³⁰ OGIER, R. **Op. Cit.**, p.158-161. Grifo e itálico no original.

¹³¹ *Ibid.*, p.181.

exercer tal função.

Uma das fontes de lucro do nascente mercado editorial brasileiro, como mencionamos, eram os periódicos. Foram várias as tipografias que editaram esse tipo de material. Tais empresas estavam concentradas em algumas ruas, como a do Ouvidor, Candelária e da Quitanda. Elaboramos, a título de ilustração, um pequeno quadro (Quadro I), com uma relação das revistas literárias e de seus respectivos locais de impressão, os preços cobrados na venda dos exemplares avulsos, o custo das subscrições e a sua periodicidade.

QUADRO I – RELAÇÃO DOS PERIÓDICOS PUBLICADOS NO RIO DE JANEIRO E SUAS TIPOGRAFIAS

Título	Local de impressão	Localização	Periodicidade	Preço (em réis)	Ano
O Patriota: jornal litterario, político e mercantil	Impressão Régia		Mensal/bimestral	800 ^a ; 1\$000 ^c	1813-1814
Annaes fluminenses de sciencias, artes e litteratura	Tip. de Sousa e Santos	Não informada	Mensal	Não informado	1822
Jornal Scientifico, Economico e Litterario	Tip. de Torres	Não informada, mas era vendido na rua da Quitanda (loja Laemmert) e na Praça da Constituição (loja de Paula Brito)	Mensal	666 ^c	1826
Revue Brésilienne, ou Recueil de Morceau intérieures de l'Empire, la politique, et sur la statistique locale	Tip. de Gueffier e C.	Rua da Quitanda, n.79	Mensal	4\$000 ^e	
O Beija-Flor: annaes brasileiros de sciencias, política, litteratura, etc., etc.	Tip. de Gueffier e C.	Rua da Quitanda, n.79	Mensal	4\$000	1830-1831
A verdade: jornal miscelânico	Tip. Nacional (3 primeiros números) Tip. de Gueffier	Rua da Quitanda, n.79	3 a 4 vezes por semana	80 ^a ; 1\$000 (por mês); 5\$000 ^c	1832
O Auxiliador da Indústria Nacional	Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher	Rua do Ouvidor, n.95	Mensal	Sem preço informado	1833-35; 1838; 1841; 1847-65
A Miscellania Scientífica	Tip. de José Andrés Garcia Gimenes	Rua do Ouvidor, n.179	Semanal	320 ^a ; 6\$000 ^c	1835
O Propagador de conhecimentos úteis	Tip. Americana	Rua da Candelária, n.4	Indefinida	4\$000 ^b	1836
Jornal da Sociedade Amante da Instrução	Tip. do Diário, de N. L. Viana		Mensal	80 ^a ; 1\$000 ^c	1839
Revue française: litterature, sciences, beaux arts, politique	Imprimerie e chal. de C. H. Frirey	Rua do Cano, n.151	Mensal	640 ^a ; 2\$000 ^e	1839
A Gazeta dos Domingos	Tip. Americana	Rua da Candelária, n.4	Semanal	240 ^a ; 6\$400 ^b ; 3\$600 ^c e 2\$000 ^d	1839
O Globo: jornal filosofico, litterario e scientifico	Tip. J.R. da Costa	Rua do Conde, n.4; Podia-se assinar o jornal na loja de Sebatier, na rua do Ouvidor, n.35; e na loja de A. F. Guimarães na rua do Sabão, n.26	Indefinida	200 ^a ; 2\$000 ^d	1844
A Sciencia: revista synthetica dos conhecimentos humanos	Tip. Universal de Laemmert	Rua do Lavradio, n.53	Mensal	Não informado	1847

a – Preço dos números avulsos; b – Ass. Anual; c – Ass. Semestral; d – Ass. Trimestral; e – Ass. Quadrimestral. As assinaturas mais caras chegavam a 10% da renda mensal dos professores de Primeiras Letras e da Academia Real Militar.

O homem letrado que quisesse adquirir livros, jornais ou qualquer outro material de leitura deveria ir quase obrigatoriamente à Rua do Ouvidor.¹³² Além de muitas tipografias que se instalaram, fecharam e foram substituídas ao longo dos anos, importantes livrarias, como a de Planchet, a de Garnier e a papelaria de Mr. e Mme Bouvoir, aí localizadas. A livraria/tipografia Laemmert, que ficava na rua da Quitanda, mudou-se para a rua do Ouvidor, em 1850. Mas não apenas livros eram encontrados nessa rua; encontrava-se de tudo um pouco: cabeleireiros, modistas, sapateiros, professores,¹³³ mestres de dança, casas de encontro, joalheiros, sorveteiros, floristas, pasteleiros, confeitores, retratistas,¹³⁴ daguerreotipistas¹³⁵ e prostitutas “francesas”.¹³⁶

A relação estreita dos estrangeiros com a rua do Ouvidor data da chegada de D. João VI, pois, conforme os comerciantes franceses e ingleses de todos os gêneros, foram se instalando na cidade, concentraram seus estabelecimentos principalmente nessa via. Quando a corte se transferiu para a cidade, a rua ainda tinha seu calçamento feito de alvenaria; somente em 1829 recebeu paralelepípedos. Quando o barão de Mauá fundou a Cia de Gás para iluminar as ruas do centro da cidade, a rua do Ouvidor foi a primeira a ser iluminada, em 1854. Era o centro da vida cultural e intelectual da Corte: alguns jornais tinham suas redações situadas nessa rua, como *O Jornal do Comércio* (1827) e o *Diário do Rio de Janeiro* (1822).¹³⁷ A rua, até o começo do século XX, manteve-se como um ponto de encontro da intelectualidade do país e da “boemia literária”.

¹³² GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio de Janeiro**. 3.ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Souza, s/d., p.47-56; LUSTOSA, Isabel. A feira das vaidades: a rua do Ouvidor no início do século. In:_____. **As trapaças da sorte**: ensaios de história política e de história cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p.189-209.

¹³³ Em 1835, a revista *A Miscellania Scientífica* publicou um anúncio sobre sapatos ingleses vendidos na rua, n.97: “Tem recebido um sortimento de calçado Inglês da primeira qualidade muito fresco e por cômodo preço, também tem pregos Ingleses para calçado que se vende muito em conta”. **A Miscellania Scientífica**. Rio de Janeiro: Tip. de José Andrés Garcia Ximenes, 1835, n.2, 1835, p.18. Na mesma página exibiu-se anúncio de um Lente, que por sinal era o dono da Tipografia: “O professor J. A. Garcia Ximenes, tem a honra de anunciar ao respeitável Público que continua a dar lições de Escritores pelo sistema Anti-angular e igualmente ensina as línguas Inglesa e Espanhola pelos preços mais razoáveis possíveis. Na Rua do Ouvidor n. 19”.

¹³⁴ GERSON, Brasil. **Op. cit.** LUSTOSA, Isabel. A feira das vaidades: a rua do Ouvidor no início do século. In:_____. **Op. cit.**

¹³⁵ MAUAD, Ana Maria. A imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). **Op. cit.**

¹³⁶ ALENCASTRO, Luis Felipe. RENAUX, Maria Luiza. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). **Op. cit.**

¹³⁷ Substituiu a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822).

Jean Baptiste Debret deixou suas impressões sobre a rua em dois momentos: quando chegou, em 1808, e quando foi embora do Rio de Janeiro, em 1831. Essa descrição possibilita a observação de mudanças no comportamento dos cidadãos. Ouçamos as palavras do artista:

Após dois meses de travessia, percorrendo pela primeira vez as ruas do Rio de Janeiro, obstruídas por uma turba agitada de negros carregadores e de negras vendedoras de frutas, sentimo-nos, nós franceses, estranhamente impressionados com o fato de não haver nenhuma senhora, nem nos resignar e esperar até o dia seguinte, dia da festa, para observar inúmeras nas igrejas. Aí as encontramos, com efeito, com as cores mais alegres e brilhantes, porém obedecendo a uma moda anglo-portuguesa, muito pouco graciosa, importada pela corte de Lisboa e na qual há oito anos nada se mudara, como que por apego demasiado respeito à mãe pátria. Fiz imediatamente um desenho, mas o resultado, pela sua exatidão, foi uma verdadeira caricatura inútil de reproduzir, porque não exprime o caráter e o temperamento do brasileiro, pois o habitante do Brasil tem-se mostrado, desde então, tão entusiástico apreciador da elegância e da moda francesa que, por ocasião da minha partida, em fins de 1831, a Rua do Ouvidor (rua Vivienne de Paris no Rio) era quase que inteiramente constituída de lojas francesas de todo tipo, mantidas pela prosperidade do comércio.¹³⁸

A respeito dos negociantes de livros e impressores, Rubens de Borba Moraes, em seu estudo sobre livros e bibliotecas no período colonial, sobre o papel dos livreiros, asseverou: “a palavra livreiro não significava somente ‘mercador de livros’ mas designava as pessoas que exerciam o ofício de encadernador, dobrador de folhas tipográficas e até bibliotecário”.¹³⁹ Eram os mesmos homens quem vendia e quem produzia os livros.¹⁴⁰ Claro que no século XIX existiam funcionários para várias funções dentro das tipografias; contudo, não havia editoras e, no caso dos periódicos, como já descrevemos, não havia oficinas próprias, salvo raríssimas exceções.

Um ponto a ser ressaltado é que, no caso do Brasil, as relações em torno do livro e do periódico, como uma mercadoria que deveria dar lucro, foram vivenciadas em pouco tempo. Na Europa, esse processo foi organizado de maneira muito mais lenta: as disputas entre autores e editores levaram alguns séculos para se definir, cobrindo um

¹³⁸ apud LUSTOSA, Isabel. A feira das vaidades: a rua do Ouvidor no início do século. In:_____. **Op. cit.** p.193-194.

¹³⁹ MORAIS, Rubens de Borba. **Op. cit.** p.13.

¹⁴⁰ Na segunda metade do século, entretanto, alguns livreiros/editores ficaram tão famosos que eram considerados tipógrafos, pois, mesmo não tendo uma oficina tipográfica própria, seus nomes saíam na capa como os responsáveis pela impressão, como nos casos de “Garnier, Quaresma, Cruz Coutinho, Francisco Alves, etc.” BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Cia Industrial de Papel Parahy, 1984, p.XII.

período que vai do nascimento da imprensa, no século XV, à lei de copyright na passagem do século XVIII para o XIX.¹⁴¹ No país, tudo aconteceu em menos de 50 anos. As relações entre os impressores/livreiros e editores e os autores, provavelmente, encontraram pontos de tensão, pois não se sabia ainda ao certo para quem ia o lucro dos periódicos vendidos; porém, sabia-se muito bem que o custeio da publicação ficava a cargo dos redatores e, nas diversas ocasiões em que anunciavam o fim dos seus jornais (como exemplificamos ao citar o *Jornal Científico*), a reclamação sempre era a falta de recursos para a manutenção da publicação. Pela abundância de publicações em determinados períodos, o público leitor, que provavelmente era restrito, devia selecionar no que valia ou não valia a pena investir.

Vários jornais não tinham autoria identificada em suas páginas, mas todos tinham o nome da Tipografia responsável pela publicação e, na maior parte das vezes, o endereço para quem se interessasse por assinar o material ou enviar correspondência. Essa constante não ocorria apenas por motivos comerciais/editoriais, uma vez que atendia uma exigência legal. Os abusos cometidos contra a liberdade de imprensa eram passíveis de responsabilidade criminal desde a constituição de 1824; entretanto, só foram normatizados a partir de 1830, ano de finalização do Código Criminal do Império. No que se refere à responsabilidade dos delitos impressos, havia uma hierarquia, na qual o dono da tipografia era o primeiro responsável pela publicação. O art. 7º do Código regulamenta a questão da seguinte forma:

Art. 7º Nos delitos de abuso de liberdade de comunicar os pensamentos são criminosos, e, por isso, responsáveis:

§1º O impressor, gravador ou litógrafo, os quais ficarão isentos de responsabilidade mostrando por escrito obrigação de responsabilidade do editor, sendo esta pessoa conhecida, residente no Brasil, que esteja no gozo de direitos políticos; salvo quando escrever em causa própria, caso em que não se exige esta última qualidade.

§ 2º O editor que se obrigou, o qual ficará isento de responsabilidade mostrando obrigação pela qual o autor se responsabiliza, tendo esta as mesmas qualidades exigidas no editor para escusar o impressor.

§ 3º O autor que se obrigou.

§ 4º O vendedor, e o que fizer distribuir os impressos ou gravuras, quando não constar quem é o impressor ou este for residente em país estrangeiro, ou quando os impressos e gravuras já tiverem sido condenados pelo abuso e mandados suprimir.

§ 5º Os que comunicarem por mais de quinze pessoas os escritos não impressos se não provarem quem é o autor, e que circulam com o seu

¹⁴¹ A este respeito ver os estudos reunidos em CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **Historia de La lectura en El mundo occidental**. Madrid: Santillana, 2001.

consentimento; provando estes requisitos, será responsável somente o autor.¹⁴²

Quem, em primeiro lugar, respondia pelo conteúdo publicado, quando havia essa necessidade, eram os impressores/editores e, somente depois, os autores. É possível supor, porém, que, independentemente da assinatura nos artigos, os autores fossem publicamente conhecidos no período, pois é pouco provável que esse tipo de informação ficasse em segredo. Quando José Vitorino dos Santos e Sousa (ou Felisberto Inácio Januário Cordeiro) escreve o artigo (que não está assinado)¹⁴³ “Aos Leitores”, no *Jornal Scientifico*, em julho de 1826, afirma que suas obras são conhecidas do público e que ele – que está se aproximando do “inverno da existência humana” – é conhecido pela vida de estudos que sempre levou. Isso é um indício de que, mesmo sem assinar o artigo, o leitor ou aqueles que estavam reclamando do atraso do jornal sabiam quem estava escrevendo.

Os impressores, no entanto, em hipótese alguma poderiam manter anonimato, pois, além do perigo que representavam as publicações clandestinas difamatórias, caluniosas, ímpias e sediciosas para a sociedade, havia outra preocupação latente: a de que fossem impressas cartas de jogos e loterias ilegais. Em 1831, seguindo o que determinava o artigo 303 do Código Criminal, a Câmara do Rio de Janeiro editou a seguinte postura:

Edital. A Câmara municipal desta muito leal, e heróica Cidade do Rio de Janeiro, faz saber, que tem adotado a seguinte. POSTURA. Os proprietários das Oficinas de Impressão, Litografia, ou gravura, que se acham estabelecidos nesta Cidade, ou fora dela, dentro dos limites da Câmara, são obrigados no prazo de 8 dias da publicação desta, a apresentar na Câmara Municipal seus nomes, a rua da sua moradia, e o número da Casa de sua residência, e estabelecimento, para se fazer assento em um livro, para este fim destinado: os contraventores pagarão a multa de 12\$000rs a 60\$000 réis, na conformidade do Título 4º, Capítulo 8º, Artigo 303 do Código Criminal. Os que se mudarem do lugar declarado, deverão logo dentro de 24 horas dar parte a Câmara da sua mudança, com a mesma especificação: os contraventores ficam sujeitos a dita multa.

E para que chegue a noticia de todos se mandou publicar, e afixar o presente Edital. Paço da Câmara Municipal do Rio de Janeiro 5 de março de 1831. O presidente, Bento de Oliveira Braga. O secretário,

¹⁴² ALVES JUNIOR, Thomaz. Anotações theóricas e práticas ao Código Criminal. 2.ed. aumentada. Rio de Janeiro: livraria de B. L. Garnier – Editor, rua do ouvidor n.7, 1886, t.1 parte 1, p.246ss.

¹⁴³ No microfilme desse periódico dá para ver na folha de rosto dois nomes escritos a caneta que identifica os seus autores José Vitorino e Felisberto Inácio Januário Cordeiro.

Luiz Joaquim de Gouvêa. Rio de Janeiro. Na Tipographia Nacional, 1831.¹⁴⁴

Essa postura foi mantida até a o início do período republicano, sendo extinta em 1895. Entretanto, apesar da multa que poderia ser aplicada, nem sempre foi seguida com muito rigor.¹⁴⁵ Mesmo assim, foi prática comum o registro, bem como os termos de responsabilidade enviados à Câmara da cidade, assinados pelos editores dos jornais da Corte na segunda metade do século XIX, como no caso de José Carlos, editor do jornal *Cidade do Rio*, que declarou ser “o editor da Cidade do Rio, jornal que se publica diariamente nesta cidade”.¹⁴⁶

Uma questão que permanece obscura é a que se refere à tiragem. Em 1844, o jornal *O Grátis*, que se anunciava como um jornal estritamente de anúncios, mas que trouxe em suas páginas a cotação no mercado do preço de vários produtos importados e exportados — como alcatrão, farinha, chumbo de munição, vinhos, vinagre, chá etc. —, anúncios de lançamentos de livros, cotações de moedas estrangeiras e pequenos artigos sobre teatro e educação das moças, entre outros, declarou que eram impressos 1000 exemplares — em sua oficina própria,¹⁴⁷ o que era uma exceção —, que eram distribuídos gratuitamente por toda a cidade.

Não há mais informações a respeito deste ponto. Os periódicos não traziam esses dados e os estudos acerca do jornal e do livro também não tocam na questão. Ficam algumas perguntas que, no momento, não podem ser respondidas sobre a tiragem, a circulação e o alcance das publicações produzidas na Corte em outras regiões do Brasil. Jornais de outras províncias e de outras países, como é sabido, também circulavam no Rio de Janeiro. Desde a chegada da Corte joanina, impressos produzidos na Inglaterra, entre 1808 e 1822, alcançavam diversos pontos do país, como a Bahia e Rio Grande de

¹⁴⁴ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Vários Papéis referentes a tipografias, jornais e oficinas de artes gráficas (1833-1887) Códice 44-7-16. Em 1883, um edital com o mesmo conteúdo foi publicado no Rio de Janeiro.

¹⁴⁵ BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Cia Industrial de Papel Parahy, 1984, p.XII.

¹⁴⁶ Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1887. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Vários Papéis referentes a tipografias, jornais e oficinas de artes gráficas (1833-1887) Códice 44-7-16.

¹⁴⁷ A tipografia do “*Grátis*, jornal d’annuncios, declarações, reclamações, correspondência, artigos litterarios, &c., &c., &c.” situada na Rua do Piolho, n.93^a, era de propriedade de Fernando de Britto. Eram cobrados 80 réis por linha para quem quisesse anunciar no jornal. Infelizmente foram poucos os exemplares que resistiram às agruras do tempo e também não há informações adicionais que possibilitem saber por quanto tempo esse jornal foi publicado. Sobreviveram apenas 5 exemplares (n.4, 6, 7, 8, e 9), que cobriam um período que vai de 26 de novembro a 07 de dezembro de 1844. Porém, alguns desses exemplares estão mutilados, com páginas rasgadas e manchadas.

São Pedro (atual Rio Grande do Sul), como nos casos do *Correio Braziliense*, *O Investigador Português* e *O Espelho*.

O Indicador da Utilidade Pública, jornal de economia política, em 1836, publicou espaçadamente, ao longo dos seus 40 números, notícias de novos periódicos que eram lançados no Rio de Janeiro e em outras províncias, como no caso do *O Nacional*, publicado em São Paulo. Merecem destaque o anúncio e o comentário de uma folha publicada em francês na cidade do Rio de Janeiro, o *Nouvelliste*,¹⁴⁸ de autoria atribuída ao francês residente no Brasil Saint-Anant. Ao anunciar o lançamento desse periódico, o *Indicador*... diz que seu redator faria análises das questões legislativas e administrativas do Império, com base na ciência e de maneira neutra.

Pelo prospecto que temos lido, do *Nouvelliste*, soubemos com satisfação, que a nossa imprensa periódica vai ser cariquicida com mais aquela publicação, a qual deve sair duas vezes por semana em francês, e em grande formato. O seu Redator, que é o Sr. Saint-Anant, ex-Redator em chefe do *Progressivo*, e do *Precursor*, publicados em França, assegura, que tratará, segundo os princípios da Ciência, as questões que correm na Legislatura, e na Administração do Império, com perfeita neutralidade entre os partidos, segundo os princípios, e esquecendo-se das pessoas; que dará conta dos progressos da Literatura, das Ciências e das Artes na Europa culta; e que os processos ali conhecidos e aperfeiçoados.¹⁴⁹

A propósito de tamanha deferência pela opinião européia, os homens de letras brasileiros enxergavam nas sociedades do Velho Mundo um parâmetro para a civilização que se queria construir no país. As ciências, a literatura, as artes e a cultura do Velho Mundo balizaram as discussões apresentadas pela imprensa periódica brasileira oitocentista como um todo, cujo objetivo principal era promover o progresso, a felicidade, a moral cristã e a ordem no Brasil. Para tanto, os periodistas defendiam que a razão deveria ser a verdadeira estrela guia para se atingir esse objetivo. Em diversos artigos, o uso da razão era colocado como o que distinguia a Europa culta do restante dos povos.

Muitos artigos, poemas e até contos foram veiculados, durante o período, exaltando a racionalidade e seu uso. O *Jornal Científico*, em 1826, na seção “Variedades”, veiculou um texto literário intitulado “Drama Racional”, de autoria não informada. Esse texto ilustra bem a questão. As personagens de tal drama são o físico

¹⁴⁸ Não há registro desse periódico no acervo da Biblioteca Nacional

¹⁴⁹ **O Indicador da Utilidade Pública**: Folha Política, Científica e Litteraria, n.14, 6 ago., 1836, p.4.

Isaac Newton, um Negro Branco (albino), um Homem Marinho e uma Ostra. O drama foi dividido em quatro cenas e o cenário é a costa do Senegal.

A trama tem início com Newton caminhado pela praia com uma pistola na mão, dizendo que, se estivesse em Londres, as leis o defenderiam. Na segunda cena, o Homem Marinho encontra a Ostra em um rochedo subaquático e a última suplica por sua vida, dizendo que é um ser que pensa e conhece. Após uma discussão sobre as capacidades de um e de outro, o homem marinho diz que a comeria, pois era o mais forte e tinha esse direito concedido pela natureza. Na terceira cena, o Albino captura o Homem Marinho, que portava a Ostra em sua mão, e eles imploram para não serem devorados. O Albino pergunta aos dois entes se eles sabem o que é a Razão. Como não sabem a resposta, ele afirma que os devorará imediatamente. Newton entra em cena e o último ato tem início. O físico, tratado pelos demais como senhor da natureza, diz que não o é, pois ele tem limites impostos por seus sentidos e que por ser curioso e não dominar todo o conhecimento, não possuía a Inteligência Suprema (a sabedoria de Deus).

O debate central do drama está na capacidade de inteligência dos seres e na afirmação da superioridade do homem civilizado sobre os demais homens e animais. Chamado para resolver o impasse gerado entre as personagens que queriam se devorar, o inglês faz uma última pergunta aos participantes: existe um Deus? A Ostra diz que nunca ouviu essa palavra, o Homem Marinho afirma que na Natureza só conhece homens e peixes, já o Albino responde a questão positivamente, alegando que o ouve sussurrar ao seu lado como um besouro. Newton, então, chega à seguinte conclusão:

Basta, está resolvido o problema. A Ostra e o Triton não podem ter inteligência dos Homens, um Albino pode adquiri-la.

Na classe da Natureza tudo está ligado por uma cadeia insensível: a Ostra parece-me que liga o reino animal ao vegetal. O Homem Marinho, que é o primeiro peixe, está unido pela figura do Albino, que é o último dos Homens, e está separado pela inteligência. A respeito deste selvagem parece-me que entre ele e o Homem polido há somente a diferença que se observa entre o botão de uma rosa e a mesma rosa já aberta.

Ostra, Homem Marinho, gabei menos esta espécie, de que sois tão zelosos. Vossa alma não pode refletir sobre si mesma; elevando-se a idéia de Deus, e contemplar a imagem sublime da virtude. Entre esta Razão e a do Homem há uma distância infinita.

E tu, Albinos, que só vês um Besouro no Ente Eterno, que faz gravitar milhares de mundos no espaço do Universo, tu não estás acima do mais vil dos animais, senão porque és criminoso.

Peixes ficai na estreita esfera, em que voz colocou a Natureza;
Homem Selvagem, sai d'aquela em que te tem posto o prejuízo.
Eu instrui-me com este Triton, e com esta Ostra. Mas tu, Albinos,
pode ser instruído por mim. Vem pois, quero dar-te a minha
inteligência, e quando tu a tiveres, principiarás a conhecer a sua
fraqueza para seres mais atento, e menos atrevido.¹⁵⁰

[No artigo Máxima e Pensamentos Filosóficos]

A verdadeira felicidade consiste em se viver segundo as leis da Razão
e da Justiça.¹⁵¹

Em 1844, o jornal *O Globo* também ressalta a questão da razão:

A grandeza das nações, como todos os outros fenômenos possíveis,
não é mais que a manifestação de um grande pensamento, o ser é a
realização de um grande pensamento, a matéria é a expressão da idéia.
Daqui poderemos deduzir que, se a nação brasileira não tem alcançado
até o presente aquela grande prosperidade que sua posição, seu
território, suas instituições, sua religião lhe garante, é isto devido a
desarmonia entre os princípios que presidem a seus destinos, e as
aplicações práticas tentadas pelos seus estadistas.¹⁵²

A permanente ode à razão, no entanto, não era nenhuma novidade no Brasil.
Desde fins do século XVIII, quando da emergência da ilustração luso-brasileira, a razão
foi colocada num patamar de destaque. O iluminismo português¹⁵³ se desenvolveu com
suas peculiaridades, sendo uma das mais marcantes a aproximação do pensamento dos

¹⁵⁰ **Jornal Científico, Economico e Litterario**. Rio de Janeiro: Typ. J.R. da Costa, n.1, mai, 1826, p.79-80.

¹⁵¹ *Ibid.*, p.59

¹⁵² **O Globo**, n.1, 13 out., 1844, p.1.

¹⁵³ O desenvolvimento do pensamento iluminista em Portugal, de acordo com o pesquisador português Pedro Calafate, teve seu “início” na ascensão de Pombal e teria adquirido, neste momento, “uma feição de Estado”, criando assim uma proximidade entre as reflexões filosóficas e as questões de Estado. Segundo Calafate, “a publicação do *De Suprema Regum* (de António Pereira de Figueiredo), da *Dedução Cronológica e Analítica*, do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771) e dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772)”, além de atenderem a essa nova demanda, caracterizaram, de certa forma, o que viria a ser o pensamento ilustrado em Portugal. De acordo com o pesquisador português: “tal como os vários iluminismos europeus, a filosofia sob o signo das «Luzes» revestiu-se, entre nós, do mesmo carácter omnicomprensivo e multidisciplinar, enquanto meio geral da compreensão, afirmando-se por uma via essencialmente polémica, alimentada através de uma contraposição sistemática entre épocas de «luz» e «trevas», aferidas pelo tribunal da razão. Nesse sentido, elegeu para alvo de crítica impiedosa o designado «Seiscentismo» e os seus protagonistas, a Companhia de Jesus, a respeito dos quais ergueu a tese da crise e decadência da cultura e das instituições, com o fim de se afirmar, perante o País, através de um ideal de salvação nacional. Foi nessa ambiência que veiculou, com a mesma intensidade, o optimismo presentista dos «Modernos», expresso em palavras-chave como o «progresso», a «razão» ou a «natureza». Tendo como suporte teórico o sensismo de Locke e a epistemologia de feição newtoniana, com a consequente oposição crítica ao designado «espírito de sistema» cartesiano (exceptuando o compromisso tentado por Azevedo Fortes), orientou-se por um ideal de reforma da vida do homem em sociedade e encontrou no ecletismo – alicerçado na atenção prestada à história da Filosofia – a forma eficaz e crítica de constituição do seu ideário global e na política os canais privilegiados da sua intenção reformista. CALAFATE, Pedro. **O Iluminismo em Portugal**. Instituto Camões – Portugal: Centro Virtual Camões. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/filosofia3.html>>. Acesso em Novembro de 2005.

homens de letras com os negócios do Estado. No Brasil, essa maneira de pensar se perpetuou, seja pela formação dos primeiros homens de letras que atuaram de várias formas na construção do novo país, seja pelas próprias características dos homens de letras brasileiros. A constante preocupação com a instrução, a razão, o progresso, a civilização e a liberdade de imprensa foi direcionada para a construção do Brasil. Em 1813, um soneto em homenagem ao militar e censor da Imprensa Régia Francisco de Borja Garção Stockler foi publicado nas páginas de *O Patriota*, soneto cuja autoria foi atribuída ao Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos. Nesse poema, a razão é o guia que conduzirá o Império Luso à grandeza:

Tomando o facho da razão por guia,
Por não trilhadas rotas indiretas,
E a teu sublime calculo sujeitas,
Quanto em seu seio a natureza cria.

Segues firme a verdade que alumia
O engano, o erro, o prejuízo enjeitas
E as trevas uma outra vez desfeitas,
Fazes sempre raiar o claro do dia.

Quem não dirá que o Céu quando nasceste,
Por honra a nossa a Lísia só mandado,
Te deu esse alto gênio, dom celeste?

Cumprir pois teu destino e ledado fado,
Parte com nosco os ricos bens, que houveste,
E torna o Luso Império Afortunado.¹⁵⁴

Se esse soneto tivesse sido escrito após a Independência do Brasil, em vez de Luso Império estaria escrito Império do Brasil, ou simplesmente Império. Claro que não se ignoram as tensões que existiram entre brasileiros, portugueses e naturalizados nos primeiros decênios do século XIX,¹⁵⁵ mas os planos civilizatórios seguem o mesmo padrão e visam aos mesmos fins.

Um outro soneto da mesma natureza, “A futura prosperidade do Brasil”, datado de 1812, foi veiculado em 1826, nas páginas do *Jornal Científico*:

Em quanto a Ásia contempla, esmorecida,

¹⁵⁴ *O Patriota*, v.1, 1813, p.27.

¹⁵⁵ ALENCASTRO, Luis Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). **Op. cit.**; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003. VIEIRA, Martha Victor. Nacionalidade e cidadania nos fundamentos do Estado Imperial, **Estudos de História**, v.10, n.1, p.117-129, 2003.

Restos de sua colossal grandeza;¹⁵⁶
 Em quanto a África, entregue a vil fereza,
 Na selvagem ambição jaz envolvida;

Em quanto a Europa nutre, enfurecida,
 Fanatismo soprado com destreza,
 E, por vingar afrontas não lhe pesa
 A própria liberdade ver perdida¹⁵⁷

Corpulento Brasil, força hercúlea,
 Que tens em ti, maneja pressuroso,
 Quebra a escravos recursos a cadeia.

Terás, prevejo, século assombroso!
 O egoísmo pune, o mérito premia;
 Sê livre, sê igual, sê venturoso.¹⁵⁸

A valorização da razão no Brasil coincide com o início da missão civilizatória no país, promovida pela administração joanina. As ações positivas que contaram com a introdução da medicina, da missão francesa, da polícia de costumes e, especialmente, da palavra escrita impressa, rapidamente foram abraçadas pelos homens de letras. Os jornais mostram claramente que essa missão, no entanto, prosseguiu ao longo de décadas. O parâmetro era a Europa: as novidades, os hábitos, a moda e alguns costumes foram incorporados e rearranjados no cotidiano do brasileiro, as letras, valorizadas e, com isso, a definição de um país, de um Império tropical, passou a ser formulada. A literatura, a história, a geografia, a história natural, entre outros saberes, foram elaboradas tendo como objetivo a prosperidade da jovem nação americana, nação que contou com a pena dos seus bacharéis e com as mãos de homens que cuidadosamente dispunham os caracteres metálicos, a fim de formar palavras, frases, parágrafos, páginas e publicações impressas, tornando-as não só ferramentas, mas agentes ativos e importantes nesse processo.

Ao longo do século XIX, no Rio de Janeiro, várias instituições surgiram para formar os cidadãos e ajudar na civilização do país, como a Real Academia Militar, o curso de Cirurgia e Medicina, o Jardim Botânico, a Biblioteca Real, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II. Os homens de letras também se empenharam em promover as luzes no país e em contribuir com o progresso da nação, criando sociedades literárias, lançando mão de publicações periódicas e ampliando as

¹⁵⁶ Referência à desmistificação da idéia da China enquanto uma grande civilização registrada no imaginário Ocidental durante séculos. Ver PEYREFITTE, Alain. **O império imóvel, ou o choque dos mundos**. Niterói: Casa Jorge, 1997.

¹⁵⁷ Referência às guerras napoleônicas.

¹⁵⁸ **Jornal Científico**, n.1, 1826, p.64.

oportunidades, tanto para meninos quanto para meninas, de aprender as primeiras letras e línguas estrangeiras com professores públicos e particulares.

Eram homens que acreditavam que o progresso promovido pelas luzes se articulava com todas as esferas da vida do cidadão, como o trabalho, por exemplo, que deveria sempre ser acompanhado de um conhecimento que permitisse o seu constante aperfeiçoamento e ganho de produtividade. O brasileiro precisava instruir-se também para conseguir aplicar a razão às suas atividades laborais; em outras palavras, precisava dominar a arte, a técnica, com o intuito de poder contribuir para o engrandecimento da nação. Daí a promoção do conhecimento técnico entre os homens livres ter sido uma constante nas publicações periódicas oitocentistas.

Não obstante, no próximo capítulo, tentaremos descrever alguns aspectos relativos à introdução e aos avanços do saber técnico no interior da sociedade carioca oitocentista.

Capítulo 2 – *Ciência, técnica e instrução no Rio de Janeiro: instituições de ensino e a sociedade fluminense*

A indústria é um termo ainda não exatamente definido. Em geral, nas matérias econômicas, se entende como sinônimo de trabalho ativo e assíduo. Assim diz-se que é industrioso um homem que trabalha com viveza constantemente para ganhar a sua vida; e se chama a um preguiçoso, e inerte um homem sem indústria. Porém mais ordinariamente se aplica aquele termo ao trabalho engenhoso, que executa com algum considerável grau de inteligência, para se distinguir do mero grosseiro trabalho braçal, e, com esta especialidade se usa de tal nome para se exprimir o trabalho exercido nas artes e manufaturas mais refinadas. Assim diz-se que um país tem muita indústria, quando tem mais fábricas.

José da Silva Lisboa, 1810¹

Fora absurdo o pretender anular a legítima influência das letras no vasto drama da vida das nações; fora mentido zelo por uma realidade estéril o tentar de novo reduzir a mesquinhas proporções o poderio da inteligência humana sobre o grande fato do aperfeiçoamento social; pois que longe vão já os séculos, em que escurecidos os lumes da razão pelas trevas do erro ao lúgubre som de pesadas algemas, que aviltavam a dignidade da espécie humana, se alevantaram muralhas de bronze às justas pretensões da inteligência.

Francisco de Paula Menezes, 1848²

Os avanços promovidos pela técnica e pela ciência no Rio de Janeiro do século XIX transformaram lentamente a vida cotidiana dos habitantes da cidade. Esses conhecimentos passaram a marcar presença em diversos setores da vida local, do botânico — a adaptação no país de plantas de outras regiões do mundo³ — ao médico e farmacêutico, passando pelos setores econômico, arquitetônico, culinário, educacional, etc. Ao propor novas formas de transformar, pelo trabalho racionalizado, os produtos da natureza, seja em fábricas ou no campo, toda uma nova forma de vida passaria a ser engendrada no país.

¹ LISBOA, José da Silva. Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Por ordem de sua alteza real. In: ROCHA, Antonio Penalves. ROCHA, Antonio Penalves (org. e introd.) **José da Silva Lisboa**, Visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, 2001, p.222 (Coleção Formadores do Brasil).

² **Discurso recitado na Augusta presença de sua majestade o imperador por ocasião da distribuição dos prêmios de colação de grau de bacharel em letras do imperial colégio de Pedro 2º no dia 15 de novembro do corrente ano pelo Dr. Francisco de Paula Menezes professor de Retórica no mesmo colégio.** Rio de Janeiro: Typ. Do Diário de N. L. Vianna, 1848.

³ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: DANTES, Maria Amélia M (org). **Espaços da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.27-56.

Vale lembrar que esse processo de modernização da vida social no oitocentos estava ocorrendo em todo o Ocidente, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Foram vários os tipos de técnicas e conhecimentos que passaram, então, a influir no cotidiano das populações. O sucesso da filosofia moderna,⁴ o aumento de registro de inventos, o crescimento das escolas politécnicas, a higienização dos espaços urbanos, o progresso da medicina e da imprensa periódica, a invenção das máquinas a vapor, a proliferação das fábricas, a ampliação da instrução pública, a explosão da moda, a diversificação dos produtos industrializados são indicativos dos avanços então experimentados.

A modernidade “aconteceu” simultaneamente nos países do Ocidente; no entanto, o processo não foi homogêneo e tampouco se desenvolveu no mesmo ritmo. A Europa era o motor que impulsionava essas transformações. As ações dos dois principais países europeus do início do século XIX, Inglaterra e França, foram decisivas para a propagação de todo um novo modo de vida pelo ocidente. O Brasil do início do século XIX, sobretudo após a transferência da Corte de D. João VI, passou a receber a influência europeia, não portuguesa, de uma maneira como nunca havia experimentado. Costumes foram assimilados e imitados em larga escala pelas populações urbanas brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro oitocentista, e muitos hábitos “não europeus” foram proscritos ou adaptados.

As relações de viagem apontavam nossas “excentricidades” e “exotismos” e os homens de letras, principalmente por meio da palavra impressa, para “consertar” tal situação, exaltavam as vantagens da razão e dos costumes civilizados. Os governantes tomavam medidas, por vezes drásticas, para alterar o antigo padrão de vida. Juntando o esforço dos brasileiros letrados com a forte influência dos ingleses e franceses, um turbilhão de mudanças atingiu o país.⁵

⁴ Na imprensa literária da primeira metade do século XIX, como vimos, foi comum a publicação de contos e de poemas sobre as virtudes da razão. No primeiro capítulo, foram citados alguns poemas e um conto intitulado “Drama Racional” que ilustram bem a questão.

⁵ FREYRE, Gilberto. **Sobrados & Mucambos**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.326. “A colônia portuguesa na América adquirira qualidades e condições de vida tão exóticas – do ponto de vista europeu – que o século XIX, renovando o contato com a Europa – que já era outra: industrial, comercial, mecânica, a burguesia triunfante – teve para o nosso País o caráter de uma reeuropização. Em certo sentido, o de uma reconquista. Ou de uma renascença – tal como a que se processou na Europa impregnada de medievalismo, com relação à antiga cultura greco-romana. Apenas em outros termos e em ponto menor. No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a reeuropização se verificou (perdoe o leitor muitos mais anos) pela assimilação, da parte de raros, pela imitação [...], da parte do maior número; e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América – através do Tratado de Methuen, qual colônia deles, Portugal só fazendo reinar politicamente sobre o Brasil – e mais tarde Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que,

Os sobrados passaram a ser mais urbanizados e todo um estilo de vida, espelhado no estilo burguês europeu, ganhou aos poucos a sua versão tropical. Os filhos dos senhores que iam estudar no Velho Mundo ou nas novas escolas brasileiras, quando se tornavam bacharéis, renegavam a antiga vida rural e se estabeleciam nas cidades. Eles tentavam empregar os princípios da modernidade européia em seu país, princípios que ganharam grande impulso desde o início do reinado de Pedro II.⁶ As vestimentas multicoloridas com forte influência africana e oriental usadas pela população nas ruas, igrejas e em outras ocasiões deram lugar “à sobrecasaca preta, às botinas pretas, às cartolas pretas, às carruagens pretas”.⁷ A vida se “acinzentou” e o colorido virou excepcional, usado apenas em feriados como o entrudo e nas procissões,⁸ em que as colchas finas que adornavam as camas eram expostas nas janelas.⁹ No início dos anos 50 do século XIX, a revista *O novo Correio das Modas* publicou “o figurino dedicado à moda de inverno” no qual “mostrava um rinque de patinação no gelo e todas as crianças trajando capas e cachecóis, além dos necessários patins de gelo”.¹⁰

A mudança de hábitos na vestimenta veio acompanhada da instalação de uma “indústria da moda”, pois costureiros, sapateiros,¹¹ cabeleireiros e modistas em geral

espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros. Pelo menos com a rapidez com que foram seguidos pelas maiores decisões nessas transformações sociais.”

⁶ A este respeito ver os estudos publicados sob a organização de Luiz Felipe de Alencastro no segundo volume da coleção *História da Vida Privada no Brasil*, cuja direção geral foi de Fernando A. Novais. (São Paulo: Cia das Letras, 1997).

⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p.338.

⁸ Ibid.

⁹ “As ruas são estreitas, pouco mais largas do que o Corso em Roma, com a qual uma ou duas têm um ar de semelhança, especialmente nos dias de festa, quando as janelas e balcões são decorados com colchas de damasco vermelho, amarelo ou verde”. GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823**. O costume de expor colchas e tapeçarias se manteve na cidade. Anos mais tarde, em 1851, dois missionários estadunidenses da *União Cristã Americana e Estrangeira*, Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, descreveram a passagem de D. Pedro II em uma procissão de *Corpus Christi*: “O imperador passa de cabeça descoberta, carregando uma tocha (...). Onde quer que passe nessa ocasião, os moradores das ruas rivalizavam uns com os outros na ostentação de tapeçarias, de ricas sedas e damascos, penduradas das janelas e balcões de suas residências.” FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros*. Fichário Ernani Bruno. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**. São Paulo: Museu da casa Brasileira, 2001, p.85.

¹⁰ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p.143.

¹¹ Um dos relatos que mostram a pujança da moda no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX foi produzido pelo artista Jean-Baptiste Debret: “O europeu que chegasse ao Rio de Janeiro em 1816, mal poderia acreditar, diante do número considerável de sapatarias [...] que esse gênero de indústria se pudesse manter numa cidade em que cinco ou seis sextos da população andam descalços. Compreendia-o entretanto, logo, quando lhe observavam que as senhoras brasileiras, usando exclusivamente sapatos de seda para andar com qualquer tempo por cima das calçadas de pedras, que esgarçam em poucos instantes o tecido delicado do calçado, não podiam ser mais de dois dias seguidos sem renová-los, principalmente para fazer visitas. As únicas cores usadas eram o branco, o rosa e o azul-céu; a partir de 1832 acrescentaram-se o verde e o amarelo, cores imperiais e usadas na Corte. Esse luxo, aliás, não é exclusivo

passaram a se instalar na cidade e com eles uma nova série de técnicas passaram a ser aplicadas e ensinadas no país. Não só a vestimenta se europeizou; a alimentação, em alguns pontos, também foi alterada. O pão branco, conhecido entre nós como pão francês, tido como refinado, começou a fazer parte da mesa do brasileiro e com isso a importação da farinha de trigo, antes quase desprezada pela farinha de mandioca, aumentou consideravelmente para atender esse novo gosto.¹²

O incremento de novos gêneros na vida dos cariocas não ficou restrito apenas à questão material. Com o novo cenário que passava a ser desenhado na urbe, uma série de conhecimentos técnicos se tornou gradativamente presente no dia-a-dia. A historiografia aponta que um dos marcos dessa questão foi a ação do governo joanino de promover a vinda de técnicos e artistas estrangeiros para o Brasil, num movimento que ficou conhecido como “missão francesa”.¹³

O esforço de incentivar a emigração de mão-de-obra qualificada para o Brasil fez-se sentir desde os primeiros anos após a transferência da Corte. Em janeiro de 1812, quatro anos antes da encomenda da “missão francesa”, foi emitido em Lisboa um edital “*Pelo qual se convidam artistas de Portugal a emigrar para o Brasil*”. Dizia o edital assinado por Manoel Joaquim d’Oliveira Lage:

A Real Junta da Fazenda da Marinha, em cumprimento da Imediata, e Real resolução de 4 do corrente mês faz público a todos os operários, e artistas das diferentes oficinas de Carpinteiro de machado; de Ferreiro de forja, e lima; de Latoeiro, e fundição; de Caldeiro; e de Cordoeiro que conheçam a Calda, e Estufa; que voluntariamente quiserem passar para o Rio de Janeiro, dirigindo os seus

aos senhores; ele obriga a brasileira rica a fazer calçarem-se como ela própria, com sapatos de seda, as seis ou sete negras que a acompanham na igreja ou no passeio. A mesma despesa tem a dona de casa menos abastada, com suas três ou quatro filhas e suas duas negras. A mulata sustentada por um branco faz questão também de se calçar com sapatos novos, cada vez que sai e o mesmo ocorre com sua negra e seus filhos. A mulher do pequeno comerciante priva-se de quase todo o necessário para sair com sapato novo e a jovem negra livre arruína seu amante para satisfazer essas despesas por demais renovadas.” DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Faculdade de São Paulo, 1978 (2 vols).

¹² ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: _____ (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 1997. Gilberto Freyre em **Casa Grande & Senzala** descreve os usos e a importância que a farinha de mandioca tinha na vida dos habitantes do Brasil colonial. Entretanto, apesar do aumento da importação de farinha de trigo, a farinha de mandioca não deixou de ser consumida amplamente até nossos dias.

¹³ Segundo Lilia Schwarcz, a “missão [francesa] tinha objetivos mais amplos do que a ‘educação artística’, (...). Afinal, faltava de tudo, e profissionais especializados em diferentes áreas vieram no mesmo navio: técnicos em construção naval, em construção de veículos, em curtume... atendendo a outros interesses do Estado e formando homens destinados aos empregos públicos, mas também à agricultura, mineralogia, indústria, e comércio (...), o fim último era a ‘civilização dos povos mormente neste continente’”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.311.

Requerimentos ao mesmo Tribunal, para a sua qualificação, se lhes fará efetivo pagamento de tudo o que tiverem vencido, e de quatro meses de avanço de seus jornais, pagando-se um logo aqui, e os três às suas respectivas famílias, e ração diária de Purão para cada um: Outro sim se declara, que esta deliberação se estende igualmente aos artistas, operários, que se ocupam nas oficinas, e destinos do serviço público, e dos particulares. Lisboa, 11 de Janeiro de 1812.¹⁴

Embora não seja um consenso entre os historiadores que a famosa “missão francesa” tenha contado de fato com apoio financeiro do governo joanino,¹⁵ não há controvérsia acerca da presença cada vez maior de técnicos no país depois de sua vinda. No Recife e no Rio de Janeiro, por exemplo, diversos foram os técnicos franceses e ingleses que se instalaram temporária ou permanentemente.¹⁶ Com a presença deles, mudanças na arquitetura, na moda e no mobiliário passaram a ser notórias. Vale lembrar que o termo técnico ou artista, como eram chamados esses homens no período, abrangia um amplo espectro de profissões e ofícios, como bem mostra o edital. Requisitavam-se profissionais de várias áreas como pintores, engenheiros, arquitetos, marceneiros, retratistas, modistas, impressores, entre tantos outros de que o novo país carecia.

Devido à escassez desse tipo de mão-de-obra e a outros elementos culturais, como a desvalorização por parte dos homens livres do trabalho manual,¹⁷ os aprendizes dos técnicos eram, em sua maioria, escravos, especialmente na Corte. Esses escravos que tinham algum conhecimento técnico — marceneiros, alfaiates, pintores de retratos, jardineiros, etc. — eram muito valorizados no mercado e, quando fugiam, a recompensa por sua captura era maior do que a oferecida pelos “escravos comuns”.¹⁸ Em 1823, por exemplo, Thomas Manoel de Jesus Varella encaminhou pedido à *Junta do Comércio* solicitando a liberação de máquinas, teares, fiadoras e de dois “escravos hábeis” para trabalharem na *Fábrica da Lagoa Rodrigo de Freitas*. O despacho, assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva, concedia todas as solicitações, ficando Varella obrigado a pagar os valores dos escravos e das máquinas em dois anos.¹⁹

No Rio de Janeiro, a influência da técnica francesa na vida da cidade foi reconhecida pelos contemporâneos. A sociedade carioca viveu um clima de empolgação

¹⁴ Edital reproduzido na seção Política do *Correio Braziliense*, v.8, n.45, jan., p.113-114, 1812.

¹⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Sol do Brasil*. São Paulo: Cia da Letras, 2008.

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2.ed. rev. e muito ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 2.t, 1969; FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000.

¹⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2.ed. rev. e muito ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 2.t, 1969.

¹⁹ *Arquivo Nacional* – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3.

com os progressos que eram vivenciados. Os anúncios publicados nos jornais do período mostravam claramente o deslumbramento com as novidades de pelo menos uma parcela da população citadina. Um desses anúncios, publicado pelo advogado Antônio José d'Assa Castelo Branco Cunha e Meneses, no dia 15 de fevereiro de 1823, no *Diário do Rio de Janeiro*, ilustra bem esse aspecto:

[...] alfaiates, chapeleiros, tintureiros, cabeleireiros, jardineiros franceses, juntamente com os arquitetos, pintores e gravadores franceses, entraram a influir consideravelmente com a sua técnica, com o seu gosto, com os artigos que importavam ou confeccionavam, sobre a vida da cidade, sobre a feição e os seus costumes.²⁰

Os técnicos franceses que se instalaram na cidade não trouxeram apenas novas maneiras de trabalhar. Eram representantes – quase embaixadores – da própria cultura francesa na América portuguesa. A mudança na paisagem urbana e nas áreas rurais em torno do Rio de Janeiro não foi apenas física, mas também sinalizava mudanças no quadro social, decisivas para a reformulação de vários aspectos da sociabilidade carioca oitocentista.²¹

No entanto, não foram só os franceses que exerceram forte influência sobre a vida do brasileiro oitocentista. Os ingleses, principalmente, e outros povos europeus também o fizeram por meio de seus inventos. Os vapores, por exemplo, no início da década de 40, cruzavam o Atlântico em no máximo vinte e nove dias, em especial os ingleses, trazendo mercadorias e novidades das mais variadas: dentaduras, fogões, “polacas”, livros, relógios, louças, tecidos, novos inventos, máquinas etc.²² Andando pelas ruas do centro, como a rua do Lavradio ou a do Ouvidor, entrando e saindo das diversas casas comerciais que existiam na cidade,²³ os habitantes podiam adquirir uma série desses objetos, objetos derivados da prosperidade da civilização industrial urbana no continente europeu e na América do Norte.²⁴

Existia até mesmo concorrência entre os importadores, como no caso de vendedores de pianos fabricados na França ou na Inglaterra, que digladiavam nas seções

²⁰ apud FREYRE, Gilberto. **Op. cit.**, p.234. Em seu estudo sobre a presença dos franceses no Brasil (especificamente no Recife, Rio de Janeiro e Bahia), Freyre analisou uma série de anúncios publicados nos periódicos.

²¹ FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2.ed. rev. e muito ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 2.t, 1969, p.30ss

²² ALENCASTRO, Luis Felipe. **Op. cit.**

²³ **Arquivo Nacional**. Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação – Fábrica e Navegação Códice 521 – relação das casas de negócio nas ruas do Rio de Janeiro (2 volumes)

²⁴ LANDES, David. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1759 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

de anúncios dos periódicos para convencer seu público sobre qual instrumento se adaptaria melhor ao clima quente.²⁵ A modernidade ganhava suas feições tropicais, principalmente nos centros urbanos, mas não somente aí, como testemunham alguns viajantes, que encontraram, nas salas de Casas-Grandes situadas a mais de cem quilômetros da Corte, pianos trazidos da Europa.²⁶

Engana-se, porém, quem acredita que a circulação de tantos novos produtos vinha satisfazer somente a uma nova dinâmica econômica. O forte desejo dos homens de letras de elevar o país ao patamar dos países civilizados exigia que os produtos derivados do uso sistemático da razão estivessem presentes nas casas e na vida dos brasileiros. Em outras palavras, essas mercadorias eram carregadas de significado, eram símbolos do progresso e da civilização.

O objetivo da vinda de produtos e de técnicos estrangeiros para o país era o de mudar o seu quadro social, bem como promover o contato do brasileiro com novos conhecimentos e produtos, de modo a incorporá-los no universo intelectual dos habitantes e produzi-los em território nacional. A introdução de novas técnicas se aplicou a várias atividades, tanto nas urbes quanto no campo. O governo joanino, como dito anteriormente, foi quem deu o pontapé inicial para a introdução desses novos conhecimentos e tecnologias. Para tanto, uma série de medidas foram tomadas para incrementar a indústria e a cultura de gêneros, como o alvará de 25 de abril de 1818, que isentava de tarifas de importação novos inventos ou qualquer outro tipo de equipamento que fosse melhorar a produção agrícola.

Entre os anos de 1810 e 1850, foram realizados vários pedidos de introdução de maquinário, de exclusividade de uso de novas invenções e de concessão de serviços, como de navegação a vapor para companhias industriais estrangeiras em rios brasileiros. Foi esse o caso do francês Luis Lecesne que, em 1821, encaminhou pedido à *Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação* para dispensá-lo de tarifas alfandegárias de três máquinas de “nova invenção” trazidas de sua terra natal. Essas máquinas seriam utilizadas em sua plantação de café, localizada na Tijuca. O requerimento encaminhado por Lecesne permite uma boa apreciação da política da administração joanina no que se refere à introdução de inovações na produção:

²⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). **História da Vida privada no Brasil v2:** Império – a corte e a modernidade. São Paulo: Cia das Letras, p.49.

²⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados & Mucambos**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Op. cit.**

Diz Luis Lecesne, de nação Francês, estabelecido no sítio da Tijuca com uma plantação de café, que para mais pronta e perfeita cultura deste gênero, mandou vir de França três diferentes máquinas de nova invenção para o mesmo objeto, por não haver nesta cidade, nem tão pouco quem as fizesse, cujas se acham na Alfândega, vindas de Brest na fragata francesa Clorinda; e como tais objetos para aumento da lavoura são isentos de direitos pelo alvará de 25 de abril do ano de 1818, em que Sua Majestade ordenou que sejam isentos de direitos todos os objetos que beneficiarem a cultura e a industria, por tanto.²⁷

Lescene encaminhou o pedido porque o Desembargador Juiz da Alfândega não queria dispensá-lo de pagar as devidas tarifas. Consta, nas páginas do processo, o seguinte motivo da resposta negativa do juiz ao pedido do francês:

O Juiz da Alfândega informa, sobre esta pretensão, que não há legislação que o favoreça, posto que concedido tais isenções de direitos por Aviso, atendendo-se ao favor que merecem tais objetos de publicações estabelecidas, que o citado Alvará de vinte e cinco de abril de Abril de mil e oitocentos e dezoito, não tem aplicação do caso presente, pois no parágrafo primeiro foram excluídos de pagarem direitos os gêneros que por Lei se dão livres para o Estabelecimento da Industria, ou culturas, e não há a respeito da pretendida. Sua Alteza Real decidirá o mais justo.²⁸

O pequeno imbróglio causado pelo Juiz do Tribunal da *Real Junta* levou à encomenda de uma análise sobre a eficácia das três máquinas. A avaliação foi realizada por Gaspar José Marques, que descreveu os equipamentos e fez a seguinte apreciação:

Em virtude da Ordem de V^aA^aR^a tenho em maior respeito a informar a V^aA^aR^a ter ido a Alfândega ver as máquinas que vieram do porto de Brest. São duas para debulhar o café ou também outra matéria grossa (que se aproximem em tamanho) acompanhando as mesmas um ventilador para limpar o grão da casca, cada uma das máquinas são movida a mão, e farão o trabalho de seis pessoas empregadas pelo método comum. É o que tenho a informar. Rio Novembro de 1821²⁹

A deliberação atendeu aos interesses de Luis Lescene, reforçando as prerrogativas da provisão, a saber: a de favorecer o “melhoramento” da cultura e da indústria no Brasil. “Nossa alteza Real se digna por ordenar que as ditas máquinas sejam entregues ao Suplicante isentas de direitos”. Essas foram as palavras finais do processo.

²⁷ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3.

²⁸ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3.

²⁹ Ibid.

Alguns anos antes, em 1817, a *Real Junta* se viu às voltas com um pedido de introdução, fabricação e comercialização exclusiva de novo maquinário. Tratava-se, nessa ocasião, de um aparelho bem conhecido no país: um alambique para destilar aguardente. O aparelho era, segundo a descrição, mais eficiente e econômico na destilação da aguardente, podendo melhorar a qualidade da bebida produzida no Brasil para que pudesse ser melhor apreciada na Europa. Nesta ocasião, o suplicante foi também um francês, João Dupouy.³⁰

Dupouy, é certo, não era o inventor destes novos alambiques. Quem aperfeiçoou a máquina foi Bartolomeu Baglioni, que, apesar do nome, também era francês. Baglioni obteve na França, em 1813, uma carta patente que lhe dava o direito de produzir e comercializar os alambiques com exclusividade por dez anos. O sistema de patentes, a propósito, começou a funcionar em alguns países europeus, especialmente na Inglaterra e França, no final do século XVIII.³¹ Aí, o crescimento e a concessão de novas patentes foram, aparentemente, constantes no início do século XIX. O *Correio Braziliense*, que era redigido em Londres, divulgou, na seção “Literatura e Ciências”, em várias edições, listas com breves descrições de novas patentes de inventos registrados na Inglaterra.³² No Brasil, uma espécie de sistema de patentes foi iniciado em 28 de abril de 1809, por meio de Real Ordem de D. João. O alvará, com efeito de lei, em seu sexto parágrafo, dizia:

Sendo muito conveniente que os inventores e introdutores de alguma nova máquina, e invenção nas artes, gozem do privilégio exclusivo além do direito que possam ter ao favor pecuniário, que sou servido estabelecer em benefício da indústria e das artes; ordeno que todas as pessoas que estiverem neste caso apresentem o plano do seu novo invento à Real Junta do Comércio; e que esta, reconhecendo a verdade, e fundamento dele, lhe conceda o privilégio exclusivo por quatorze anos, ficando obrigadas a publicá-lo depois, para que no fim desse prazo toda a Nação goze do fruto dessa invenção. Ordeno, outrossim, que se faça uma exata revisão dos que se acham atualmente concedidos, fazendo-se público na forma acima determinada, e

³⁰ Interessante observar que o estudo de documentos manuscritos mostrou uma prática comum entre os funcionários do Estado no início do século XIX, a de traduzir ou transpor para a língua portuguesa o primeiro nome dos estrangeiros, como nos casos de Louis Lescene, Jean Depouy, Charles Payne (Carlos Payne), John Richard Elmore (João Ricardo Elmore), entre outros. No entanto, mantivemos os nomes que aparecem grafados nos documentos. Vide **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 1, 2 e 3.

³¹ LANDES, David. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1759 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

³² **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. Vale ressaltar que os novos inventos não eram produzidos apenas por ingleses pois, no período em questão, o das guerras napoleônicas e dos processos de independências na América espanhola, a capital inglesa recebeu homens de várias localidades.

revogando-se todos os que por falsa alegação, ou sem bem fundadas razões obtiverem semelhantes concessões.³³

João Dupouy, que havia conseguido junto ao inventor o direito de fabricar os tais alambiques, encaminhou pedido à *Real Junta* para que conseguisse no Brasil os mesmos privilégios que Baglioni obtivera na França. O pedido de Dupouy foi minucioso. O plano detalhado do alambique intitulado “*Appareil distillatoire continu de B. Baglioni, distallateur a Bordeaux*”, impresso na tipografia de Pierre Beaume, na França, foi anexado ao processo.³⁴ Além disso, foi realizada uma experiência com os aparelhos na Corte para demonstrar sua eficácia.³⁵

Uma das vantagens apregoadas no plano era a de que o novo alambique, além de economizar tempo, combustível e exigir menos mão-de-obra, era consideravelmente menor e mais barato do que seus antecessores. João Dupouy, para provar sua “boa intenção”, descreveu a capacidade de produção e os preços que pretendia cobrar:

E para que não pareça que o suplicante em vista apenas a sua conveniência em ganhar das Nações portuguesas vendendo-lhe os ditos Alambiques por um preço exorbitante o suplicante declara os preços por que poderá vender por mais ou por menos um dos ditos Alambiques conforme o tamanho de cada um. A saber.

Por um que no espaço de vinte e quatro horas destile uma ou duas pipas de 180 medidas cada uma 600\$000; Por uma que no mesmo tempo destile de duas a três 800\$00; Por uma que no mesmo tempo destile de três a quatro 1:000\$000; Por uma que no mesmo tempo destile de quatro a cinco 1:200\$000.³⁶

O pedido, no entanto, vai além da simples concessão do privilégio de uso exclusivo. Dupouy pediu ainda um passaporte especial³⁷ para que pudesse viajar à França e posteriormente a outras localidades do Brasil, porque

³³ BRASIL. Cartas, Leis, Decretos e Alvarás, 1809, p.47. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: << http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_14.pdf>> Acesso em maio de 2009.

³⁴ *Appareil distillatoire continu de B. Baglioni, distallateur a Bordeaux*. s/d. **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3.

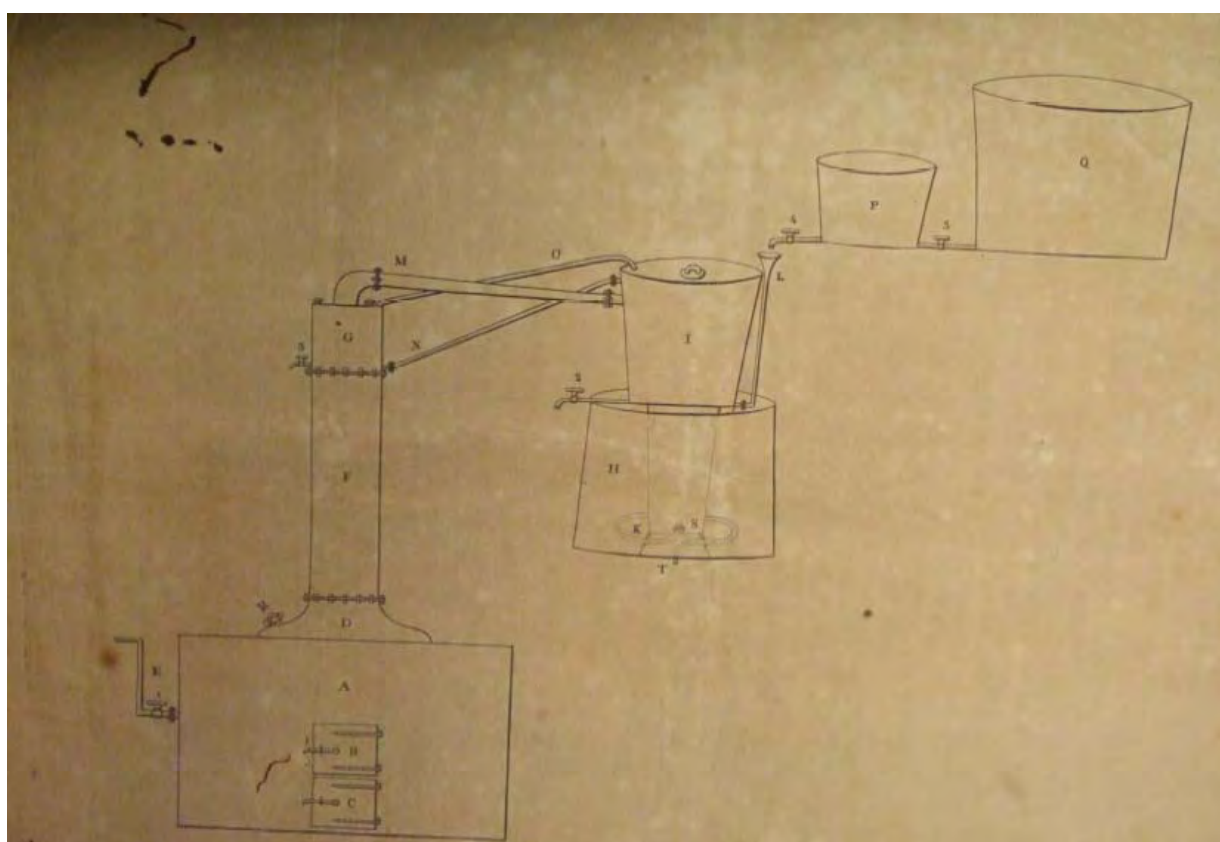
³⁵ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas, v.1

³⁶ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3.

³⁷ Desde 8 de Julho de 1811 o estrangeiro que fosse se retirar da Corte era obrigado a apresentar passaporte, como determinava a decisão real. BRASIL. Guerra – 8 de Julho de 1811 – Manda exigir passaportes dos estrangeiros que se retiram desta Côrte, p.23. In: BRASIL. **Decisões 1811**. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. Disponível em: << http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B4_7.pdf>> Acesso em Maio de 2009.

não há ainda neste País oficiais peritos que construam com toda perfeição e exatidão necessárias do dito novo Alambique, mormente o mecanismo da cotuna representada no plano junto, de que depende todo o feliz resultado da dita nova invenção, o suplicante se propõem a ir ele mesmo a Bordeaux não só a fazer estes mecanismos, mas também convidar e trazer oficiais hábeis, que os construam aqui e ensinem o modo de fazer o aparelho livremente para que se possam construir quando acabado o tempo do privilégio a que o Suplicante implora a V^a Majestade, sem o qual o suplicante não se anima a dar este ultimo passo que sede benefício deste País pela introdução de Oficiais que possam comodamente fazer os ditos novos alambiques, portanto.³⁸

ILUSTRAÇÃO I – Esquema do Alambique desenvolvido por Bartolomeu Baglioni



Fonte: **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3

Havia, como se observa, notória carência de mão-de-obra especializada no país. Daí o pedido de privilégio e a demanda para trazer artífices estrangeiros terem sido aceitos e endossados com as seguintes palavras:

³⁸ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3.

Diz Vossa Majestade que por efeito da sua Real Magnificência e paternais cuidados pelo melhoramento e adiantamento da indústria deste País haja por bem conceder ao Suplicante a graça implorada para que somente ele possa fazer construir, introduzir e vender os ditos Alambiques da nova invenção do suplicado Baglioni por dez anos ou ao menos pelo tempo que ainda resta ao suplicado Baglioni de seu Privilégio ou Carta Patente. Rio de Janeiro, 3 de março de 1817.³⁹

A concessão dos privilégios de uso dos Alambiques não impedia que outras pessoas registrassem aparelhos semelhantes feitos por elas ou por terceiros; pelo contrário, incentivava-se que uma grande variedade de inventos fosse introduzida no país, mesmo que os aparelhos se destinassem a um mesmo fim.⁴⁰

Em 1819, o cônsul geral em Liverpool, Antonio Julião da Horta, ganhou o privilégio de exclusividade por catorze anos para introduzir nos portos de qualquer província do Brasil máquinas para descascar arroz de sua invenção. No mesmo ano, Horta introduziu na Bahia outro engenho de sua “indústria”: tratava-se de máquinas para enfardar algodão.⁴¹

Outros pedidos de uso exclusivo de máquinas já tinham chegado para a capitania da Bahia. Em 1810, o inglês Carlos Fraser queria estabelecer uma plantação de algodão e utilizar novas máquinas para melhorar a produção. O requerimento de Fraser é exemplar, pois aponta os padrões estabelecidos nos procedimentos jurídicos na matéria em questão. Para obter o reconhecimento de ser o autor ou introdutor de uma nova invenção, era necessário passar por todo um procedimento legal, que ia do pedido inicial à Real Junta à constatação do Tribunal da eficácia ou utilidade do pedido. Fraser encaminhou seu pedido desta forma:

Diz Carlos Fraser, Inglês de Nação, que tendo-o empregado por mais de 20 anos na agricultura das Ilhas Antilhas, e Estados Unidos da América, aproveitando os conhecimentos, que ali se praticam, e os que adquiriu com as suas reflexões, observações, e experiências, desejando empregar-se no mesmo exercício nas proximidades da Bahia, estabelecendo uma Cultura de Algodões, sobre planos, e máquinas, que se tem prosperado com tanta vantagem nas ditas Antilhas, e Estados Unidos. Tem-se lembrado por em praxe as máquinas para enfardar todos os algodões, que ali se costumam cultivar, e que com o método, que o suplicante vai estabelecer diminui mais da metade dos volumes das sacas, que até o presente costumam

³⁹ Ibid.. A matrícula da fábrica foi realizada no mesmo mês de março. **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas, v.1

⁴⁰ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 1.

⁴¹ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas, v.1

fazer, e por consequência aumentar a vantagem de poderem ser transportadas com muito mais comodidade, tanto para os vasos de transporte, pela minoridade dos volumes, como para os carregadores, pela diminuição dos fretes. Estas vantagens trazem também a de poder aumentar o consumo daquele gênero, pela facilidade da sua exportação. De sorte, que pode o Brasil apresentar nos Mercados da Europa uma porção de algodão igual à que concorre das outras partes com mais comodidade, e menos transportes, mas como seja preciso ao suplicante para fazer vir, e estabelecer máquinas mais perfeitas para comprimir o algodão, na Bahia, e Pernambuco, para a qual há de desembolsar o melhor de quatro contos de réis; e não deve expor-se a ser privado dos cômodos, e vantagens deste novo estabelecimento por emulação de outros; e só pode ser livre deste receio se Vossa Alteza real se dignar conceder-lhe um privilégio exclusivo por 14 anos, para dentro dele não poder outro qualquer empresar algodões ou Engenhos além do suplicante, cuja mercê é o que somente pode obrigar o Suplicante a aquela dispendiosa diligência, e estabelecimento, por ser o meio, que tem promovido nas Cidades mais cultas da Europa as novas Especulações, e inventos; ao mesmo tempo, que não é contra a liberdade de Comércio, antes favorável, antes por isso mesmo favorável, não só pelo benefício particular, que trás ao Comércio daquele gênero, mas por que promove os gênios da invenção, para colocarem em prática novos recursos, para descobrimento de novos Engenhos, e máquinas, que facilitam a agricultura, e manipulação dos gêneros de Países, por isso⁴²

Fraser pedia também a concessão de uma sesmaria para que pudesse iniciar suas atividades. A concessão do pedido do inglês passou por minucioso processo jurídico. Em uma primeira anotação, o responsável pelo processo no Tribunal da *Real Junta* diz que

pela exposição que faz o Suplicante se conhece claramente que a Máquina de ensacar algodão, a qual pretende mandar vir, é um Invento já conhecido, para o qual não concede a Lei de 28 de abril de 1809 privilégio exclusivo. Se contudo o Suplicante é Inventor de alguma Máquina própria aquele fim, deve apresentá-la, para que verificada a certeza, se lhe conceda o Privilégio.

José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, discordou da interpretação da lei do deputado da Real Junta e deu parecer favorável às demandas de Fraser, já que, segundo o velho sábio, como se autodenominava Lisboa, era “recomendável e político animar e atrair estrangeiros a este País” – além do que, a lei não dava privilégio apenas para os inventores como também poderia ser aplicada aos introdutores. Lisboa ainda

⁴² **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 1

acrescentou que esse tipo de atividade poderia despertar a concorrência, como ocorria nas nações mais civilizadas.⁴³

No mesmo ano de 1810, Cairu publicou na Impressão Régia “*Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*”,⁴⁴ em que defende a importância da instalação e desenvolvimento da indústria no país. Silva Lisboa pode ser apontado como um dos principais defensores/divulgadores da nova política da administração joanina aplicada ao Brasil, sobretudo no que diz respeito aos “melhoramentos” técnicos e científicos que necessitavam ser introduzidos com urgência no país. Nas palavras de Cairu:

A difusão da inteligência em artes e ciências pelo corpo da nação é que multiplica as facilidades para a introdução e prosperidade de todos os estabelecimentos úteis em geral, e com especialidade das fábricas, em que é preciso empregar máquinas engenhosas, labores esquisitos, tintas finas, ordem e método nos processo das mais complicadas operações. Depois de haver num país muitos arquitetos, maquinistas, escultores e artistas de superior escala, e igualmente sábios nas ciências naturais, é que podem aparecer as fábricas de grande importância, variedade, e beleza.⁴⁵

As ideias e a argumentação de Cairu foram decisivas no desfecho do processo que envolvia Carlos Fraser. Em outubro de 1810, foi dada a seguinte deliberação:

⁴³ Cairu foi um dos principais defensores da prática do livre comércio no Brasil. Foi também um dos principais responsáveis pela abertura dos portos. Seu filho, Bento da Silva Lisboa deixou o seguinte registro sobre a atuação do pai: “Aportando o soberano à Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade que tinha com D. Fernando de Aguiar [que fora governador da Bahia de 1788 a 1801, quando conheceu Lisboa], para lhe indicar a necessidade de abrir os portos a todas as nações amigas da Corte de Portugal; e apesar da forte oposição que então se fez, tal foi a força dos seus argumentos que aquele fidalgo cedeu às suas persuasões, e fez com que o príncipe regente publicasse a carta régia de 28 de janeiro de 1808, que liberou aquele máximo benefício à nação”. LISBOA, Bento da Silva. José da Silva Lisboa, visconde de Cayru, **RIHGB**, v.1, n.3, 1839, p.240 apud RICUPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (org.). **A abertura dos portos**. São Paulo: Senac, 2007, p.23.

A produção do futuro visconde, sobretudo no campo jurídico e na área da economia política, teve uma boa recepção no universo acadêmico lusitano em um período anterior à transferência da Corte. Os seus dois primeiros livros (*Princípios de direito Mercantil e leis da Marinha*, de 1798, e *Princípios de Economia política*, de 1804) faziam parte da bibliografia lida na Universidade de Coimbra. Hipólito da Costa, nas páginas do *Correio Braziliense*, ao resenhar o folheto *Observações sobre o Comercio Franco no Brasil* de Lisboa, fez a seguinte ponderação: “e tanto por ele a reputação já estabelecida, como pelo respeito, que a sua primeira obra me inspirou pelos seus conhecimentos jurídicos, me permitirá que expondo ao público os seus sempre úteis raciocínios, me arrisque eu a dar minha opinião ainda quando oposta à sua.” **Correio Braziliense**, v.2, n.12, mai., 1809, p.474.

⁴⁴ Cf. LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Por ordem de sua alteza real. In: ROCHA, Antonio Penalves. **Op. cit.**

⁴⁵ *Ibid.*, p.242-243.

Pelo Decreto de 25 de Novembro de 1808 se faculta a concessão de sesmarias aos Estrangeiros residentes no Brasil. Portanto sendo da obrigação do Governador da Bahia cumprir a Lei, fica sendo desnecessária a recomendação a este respeito, que requer o Suplicante. Quanto porém a de proteção para as suas diligências relativas aos estabelecimentos que diz, hão de ser úteis a Nação, é justo que nesta parte seja atendido, para que a proteção tenha lugar, e seja eficaz a proporção que o Governador conhecer que se verificam os ditos estabelecimentos, e as vantagens prometidas. E sendo tudo visto. Parece ao Tribunal conformar-se com a resposta do Conselheiro Fiscal. Rio de Janeiro, outubro de 1810. Leonardo Pinheiro de Vasconcelos, José Caetano Gomes, João reis Pereira de Almeida, José Manoel Plácido de Moraes, Luiz José de Mello, Manoel Moreira de Figueiredo, Mariano José Pereira da Fonseca, Dias Antonio Lopes.⁴⁶

Antes da transferência da Corte para a América do Sul, como é sabido, era proibido, salvo raras exceções, qualquer iniciativa de se estabelecerem fábricas de qualquer espécie no Brasil. Quando da chegada da Corte, adotou-se uma nova conduta em relação à colônia, motivada pela ânsia civilizatória que tomou conta dos portugueses europeus e “brasilienses” que habitavam a nova sede do governo português.

O século XIX, desde o seu princípio, sagrou-se como o século da manufatura, da indústria, do consumo em maior escala e, especialmente, do conhecimento técnico-científico. O entendimento de que o conhecimento científico precisaria ser melhorado, ampliado e difundido no reino português tem sua origem na administração pombalina. Em 1772, o marques de Pombal deu total apoio ao reitor de origem brasileira Francisco de Lemos para reformular a Universidade de Coimbra. Nessa reforma universitária, a educação baseada nos princípios dos jesuítas, que predominou durante séculos, deixou de reinar soberana. A “nova” universidade passou a dar ênfase às ciências físicas e matemáticas e às ciências naturais (física, química, zoologia, botânica, mineralogia). Portugal inaugurava, assim, uma nova fase em relação ao conhecimento, aderindo às luzes italianas e não à *lumièrre* francesa que, do ponto de vista político e social, abalava as bases do poder régio e tentava enterrar o Antigo Regime definitivamente.⁴⁷

Um dos homens símbolos dessa reforma foi o botânico e naturalista italiano Domingos Vandelli (1730-1816), convidado pelo próprio marques de Pombal para lecionar na Universidade e assumir a direção do *Laboratório de Química* e do *Dispensatório Farmacêutico*, “em que deveriam ser preparados os remédios para os

⁴⁶ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 1

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: _____. **A construção da ordem/O teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.66-67.

enfermos e exercitados os estudantes de medicina nesta importante arte”.⁴⁸ Vandelli foi titular das cadeiras de Química e História Natural em Coimbra de 1772 a 1791. Além disso, foi responsável pela preparação e fundação do próprio *Laboratório Químico*, do *Jardim Botânico* (1774), do *Museu e Teatro de História Natural* e foi sócio-fundador da *Academia Real de Ciências de Lisboa*. Vandelli era homem de confiança de Pombal e foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento, aperfeiçoamento e modernização de alguns ramos das ciências no Reino, especialmente da História Natural. A química, apesar de ter avançado,⁴⁹ não teve a devida atenção de Vandelli, que se dedicava com muito mais afinco à Botânica – o que, no entanto, não desmerece o trabalho do naturalista, especialmente no que concerne à modernização do conhecimento no reino.⁵⁰

Em sua aula inaugural, Vandelli deu a seguinte definição para a Química, a qual, além de mostrar a atualidade dos conhecimentos difundidos, exhibe uma compreensão da utilidade da ciência e da técnica:

A química é para os corpos tal qual a natureza os representa relativamente, como é a Álgebra para a quantidade toda geralmente considerada. A álgebra ensina a decompor e desenvolver as quantidades para descobrir os seus princípios, e as verdades que deste nascem; a Química ensina a decompor os corpos, que a Natureza oferece para chegar aos seus princípios, e deduzir todas aquelas verdades, que deles dependem; de sorte que a Química é a Álgebra dos corpos, da mesma sorte, que a Álgebra é a Química das quantidades.

[sobre a evolução e divisões da Química]. Não se sabe o tempo em que a Ciência começou, nem também qual foi o primeiro, que a cultivou. É porém bem certo que ela é muito antiga: pois que lemos na Sagrada Escritura, que depois de Adão, o seu oitavo descendente, quero dizer, Tubalcain, trabalhava em cobre, e em ferro, e isso para diferentes fins, e usos, o que certamente não podia fazer sem extrair os sobreditos metais das suas respectivas veias, sem o fundir, e se aplicar a outros mais particulares trabalhos, que são próprios da arte Química; donde sem dúvida a grande antiguidade dessa ciência, ao menos, por que pertence a metalurgia; a qual se cultivou na Ásia, donde passou para os Egípcios, e destes para os Gregos, daqui para os Árabes e

⁴⁸ COSTA, A. M. Amorim da. **Primórdios da Ciência Química em Portugal**. Lisboa: Ministério da Educação, 1984, p.33.

⁴⁹ “A ciência química que se prescrevia na Universidade Reformada era, do ponto de vista teórico, uma química flogística, a química que a data dominava ainda nos diversos países da Europa; e do ponto de vista prático, uma ciência profundamente alicerçada sobre dados experimentais, e toda ela a desenvolver-se por recurso contínuo ao método experimental.”, COSTA, A. M. Amorim da. **Op. cit.**, p.32.

⁵⁰ O laboratório químico não atingiu, sob a direção de Vandelli, as proporções a que se destinava em seus estatutos, pois o interesse e a carga de responsabilidades sobre o naturalista italiano o fizeram se dedicar com mais afinco ao Jardim Botânico e ao Museu de História Natural. Em 1787, Vandelli se mudou para Lisboa para assumir o Jardim Botânico da Ajuda e como Deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação. Porém, continuou recebendo como lente e diretor do laboratório até 1791, ano de sua Jubilação. *Ibid.*, p.35-54

destes enfim para as outras Nações, sofrendo sempre várias mudanças, e aplicando-se sempre diferentemente aos diversos usos das artes, até que pouco a pouco se chegou a formular uma Ciência, e nesta figura é que tratada no tempo de Becher, Boyle, Homberg, Geoffroy, Hoffmann, e Boeraave, continuando a aperfeiçoar-se muito com as experiências de Henkel, Lewis, e Bomé, tendo-se enfim na Afinidade descobertas de algumas leis gerais.⁵¹

Durante o reinado de D. Maria I, a Louca, as ciências naturais e exatas não deixaram de ser ensinadas e tampouco perderam o seu valor entre os reinóis. Na administração do sucessor da rainha, o príncipe regente D. João, um dos seus ministros, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, incentivou e financiou viagens de cunho científico. Foi o caso do então jovem brasileiro recém-formado em Coimbra, Hipólito da Costa, que, em 1798, foi enviado em uma missão cujo objetivo era investigar/estudar a “cultura do tabaco”, “a cultura do linho-cânhamo” e as “árvores cultivadas pelos americanos”,⁵² além de realizar estudos sobre mineração e a hidráulica.⁵³

D. Rodrigo ainda criou, em 1799, a Tipografia do Arco do Cego,⁵⁴ cuja presidência ficou a cargo do botânico Frei Mariano Veloso. Com a montagem desta tipografia, a intenção era favorecer o desenvolvimento das Belas Letras e difundir ainda mais as ciências naturais, para que esses conhecimentos contribuíssem de maneira ímpar no desenvolvimento da civilização, não só em Portugal, mas também no Brasil. Frei Veloso montou uma equipe composta “por jovens brasileiros que se encontravam na metrópole.”⁵⁵

A vida desta tipografia, no entanto, foi efêmera. Suas atividades se mantiveram por apenas dois anos. A ordenação dos tipos, o movimento dos tímpanos, a métrica, os

⁵¹ VANDELLI, Domingos. Aula inaugural de Química apud COSTA, A. M. Amorim da. **Ibid**, p.38.

⁵² “Memória sobre a viagem para os Estados Unidos” apud CASTRO, Therezinha. **Hipólito da Costa: idéias e ideais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, p.12.

⁵³ RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

⁵⁴ Inicialmente denominada como “Casa Literária do Arco do Cego, depois chamada Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, e finalmente Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego.” REIS, Fernando. *A Casa Literária do Arco Cego – “Sem livros não há instrução”*. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e24.html>>>. Acesso em Dezembro de 2005.

⁵⁵ Fizeram parte da junta diretora do Arco do Cego ou participaram com traduções e textos originais Hipólito da Costa, Vicente Seabra da Silva, os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco de Andrade e Silva, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara e Manuel Jacintho Nogueira da Gama. BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. **Cultura**, Lisboa, v.14, p.57-83, 2002, p.65. Vale lembra ainda que muitos dos estudantes provenientes do além-mar que iam estudar em Coimbra não regressavam necessariamente a seus locais de origem. Eles, em muitas ocasiões, eram aproveitados nos quadros administrativos portugueses. FONSECA, Fernando Taveira da. *Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)*. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.527-559, 1999.

preenchimentos, os espaços em branco⁵⁶ foram, porém, muito utilizados. Dos prelos do Arco do Cego saíram oitenta e três títulos, sendo que trinta e seis foram produzidos por autores portugueses, quarenta e uma eram traduções e seis textos foram editados em Latim.⁵⁷ Esses títulos tratavam em muitas oportunidades das ciências naturais e de estudos para o melhoramento da agricultura.⁵⁸ A ligação do Arco do Cego com o destino próximo do Brasil são notórias: além da participação efetiva de brasileiros no seu “conselho editorial”, a maior parte das publicações da tipografia foi despachada em caixotes que cruzaram o Atlântico junto com a comitiva real e acabaram por compor o acervo da *Real Biblioteca* do Rio de Janeiro, permanecendo por aqui mesmo depois da partida do monarca.⁵⁹

As obras produzidas no Arco do Cego apontam bem o direcionamento do conhecimento científico na perspectiva dos homens de letras da virada do século XVIII para o XIX. Importava...

... difundir as luzes da ciência, sobretudo na agricultura, e as obras impressas no Arco do Cego revelam bem esse propósito de divulgação, concretizando um modelo de cultura característico do Iluminismo. A história natural era considerada numa perspectiva utilitarista, tendo como fim a sua contribuição para o desenvolvimento da economia do país. Através dos livros e das gravuras seria possível difundir conhecimentos que, ao serem aplicados, contribuiriam para o aumento e diversificação da produção agrícola. O conhecimento científico permitia ao mesmo tempo concretizar os anseios de uma elite desejosa de acompanhar os modelos franceses e ingleses de gosto pelo colecionismo, pela criação de jardins botânicos e pela constituição de gabinetes ou museus.⁶⁰

⁵⁶ OGIER, Renato. **Manual da typographia braziliense, por R. Ogier. Antigo impressor de Paris, e estabelecido no Rio de Janeiro desde 1827.** Traduzido por um brasileiro. Rio de Janeiro: na Typographia de R. Ogier, editor, Rua da Cadeia, n.142, 1832.

⁵⁷ REIS, Fernando. **Op. cit.** Entre os autores portugueses estava Hipólito da Costa que, antes de ser preso, em 1802, publicou dois textos. O primeiro também era resultado de suas experiências nos Estados Unidos e intitulava-se “*Descrição de uma Máquina para Tocar a Bomba a Bordo dos Navios sem Trabalho de Homens*”; o segundo tratava do cultivo da cana-de-açúcar e tinha por título “*Descrição da arvore Açucareira, da sua Utilidade e Cultura*”. Sobre a participação de Hipólito da Costa no Arco do Cego ver DOURADO, Mecenaz. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Estes textos também consultados por CASTRO, Therezinha. **Hipólito da Costa: idéias e ideais.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, p.13, além, claro, do biógrafo mais referido do redator do *Correio Braziliense* Carlos Rizzini, **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.** edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Ver em especial a primeira parte. A referência de outras textos publicados por Hipólito pode ser encontrada em qualquer um desses três autores, embora Mecenaz e Rizzini tenham tido maior rigor na construção de seus textos

⁵⁸ REIS, Fernando. **Op. cit.**

⁵⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

⁶⁰ REIS, Fernando. A Casa Literária do Arco Cego – “Sem livros não há instrução”. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e24.html>>>. Acesso em Dezembro de 2005.

Era importante, pois, difundir as luzes e, sobretudo, aplicar os conhecimentos adquiridos em atividades que favorecessem a economia e o desenvolvimento civilizatório. Não por acaso, o próprio Domingos Vandelli fundou em Coimbra uma fábrica de cerâmica, onde produzia, segundo relatos, a melhor louça do distrito e do reino português. O botânico ganhou o privilégio, por meio do alvará de 7 de novembro de 1787, de venda exclusiva para as províncias da Beira e Minho, “com permissão de tirar matéria-prima necessária ao labor de sua fábrica, onde quer que a encontrasse, gratuitamente.”⁶¹

O debate promovido por portugueses do reino e do além-mar sobre a necessidade de instalação de fábricas no império não era então novidade e intensificou-se, sobretudo, depois de 1808. Uma das primeiras medidas adotadas no Brasil após a abertura dos portos⁶² foi a de liberar a produção de manufaturas com a instalação de fábricas. O Alvará de 1º de abril de 1808, que permitia “o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil”, trazia o seguinte conteúdo:

Eu o Príncipe Regente faço saber que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria que multiplicam e melhoram e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes e aumentam a população dando que fazer a muitos braços e fornecendo meios de subsistência a muitos dos meus vassalos, que por falta deles se entregariam aos vícios da ociosidade: e convindo remover todos os obstáculos que podem inutilizar e frustrar tão vantajosos proveitos: sou servido abolir e revogar toda e quaisquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil e nos meus Domínios Ultramarinos e ordenar que daqui em diante seja lícito a qualquer dos meus vassalos, qualquer que seja o País em que habitem estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno, ou em grande, como entenderem que mais lhes convêm; para o que hei por bem derrubar o Alvará de 5 de Janeiro de 1785 e quaisquer Leis ou Ordens que o contrário decidam, como se delas fizesse expressa e individual menção, sem embargo da Lei em contrário.⁶³

⁶¹ A indústria de cerâmica coimbreense floresceu na virada do século XVIII para o XIX e as louças produzidas na região ficaram conhecidas como “Louças de Vandelles”. Enciclopédia portuguesa e brasileira in: Arquivo Nacional. **Catálogo de Memória**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928.

⁶² Sobre a abertura dos portos ver RICUPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (org.). **A abertura dos portos**. São Paulo: Senac, 2007.

⁶³ BRASIL. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1808. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009.

Algumas fábricas foram instaladas na Corte, como a *Fábrica de Galões de Ouro e Prata*, pertencente aos irmãos Thomas e José Pedro Lopes de Andrade, que passou a funcionar em 1810; a *Fábrica de Tecidos de Seda e Algodão*, de João Batista de Freitas, foi inaugurada no mesmo ano.⁶⁴ Na Bahia foi fundada a *Real Fábrica de Vidros*, sob os cuidados do negociante Francisco Ignacio de Serqueira Nobre, que pedia a “Proteção de V.A.R., para cujo fim havia convidado e trazido a ele Operários Estrangeiros, Máquinas, Ferramentas e Desenhos necessários, suplicando a Graça de lhe confirmar ou conceder” a concessão do serviço.⁶⁵

Ainda no ano de 1810, foi efetivada a matrícula da futura fábrica de tecidos de Bento Dias das Chagas. Vale observar que a carta de intenções aprovada pelo Tribunal da *Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação* dizia que a fábrica pretendia empregar métodos modernos e científicos na produção dos tecidos; diz o relato que o suplicante “pretende estabelecer uma fábrica de tecidos com diferentes Engenhos de cortar algodão, de preparar e fiar, de aperfeiçoar o filamento de lã, de fiar por duas formas, de fazer mantas finas para o lar, e outros do *laboratório* da mesma fábrica de tecidos com vantagem grande.”⁶⁶

Na Corte, durante a primeira metade do século XIX, *Fábricas* de vários tipos foram matriculadas na *Junta do Comércio*, como as de macarrão, lasanhas e massas em geral,⁶⁷ de especiarias, de chocolate,⁶⁸ de cerâmica, de meias e ceroulas de algodão,⁶⁹ de tijolos,⁷⁰ de mineração, de fundição de metais e aço,⁷¹ de destilação de aguardente e licores, de refinar açúcar,⁷² de rapé, de papel,⁷³ de couro garroteado e em diversas

⁶⁴ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas, v.1

⁶⁵ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 1.

⁶⁶ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas, v.1 *grifo meu*.

⁶⁷ Instalada em São Cristovão, descrito como subúrbio da Corte. É também onde se localiza a Quinta da Boa Vista, hoje sede do Museu Nacional e durante o reino e império morada da realeza. Outras localidades, além da Bahia e do Rio de Janeiro, também tiveram fábricas. Em 1813, João Marcos Vieira e Companhia obtiveram o direito de instalar na cidade de São Paulo uma Fábrica de Tecidos de Algodão e Seda. **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas, v.1

⁶⁸ Para produzir chocolates de “várias qualidades e tipos” como português, espanhol, francês, etc. Ibid.

⁶⁹ Instalada na Rua do Valongo. Ibid.

⁷⁰ Instalada pelo Espanhol José Cadiz detentor de fábrica semelhante nos Estados Unidos e que havia se mudado para o Rio de Janeiro, em 1813. Ibid.

⁷¹ Instaladas tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro. Ibid.

⁷² Fábrica similar, mas que também destilava água-ardente, de propriedade de Fredericom Fomm e Antônio Calixto foi instalada na Vila de Santos em 1827. Ibid.

⁷³ Estabelecida em Andarahy. Ibid.

cores, de chapéus, de corda, de pentes de tartaruga, de sal,⁷⁴ de sabão, de moer trigo,⁷⁵ entre outras.

Algumas eram privadas e outras foram criadas ou financiadas pela administração joanina e posteriormente imperial. A primeira criada pela administração joanina no Rio de Janeiro foi a *Fábrica de Polvoras*, em 1808. Já a *Fábrica de Vidros da Bahia*, por exemplo, recebeu o adiantamento em letras do governo na importância de 10.000 libras, que deveriam ser pagas em dez anos.⁷⁶ Em alguns casos, estabelecimentos particulares recebiam o status de Real e, com isso, podiam requerer o direito de estampar, em suas portas ou pórticos, os símbolos das armas reais ou o brasão do Império. Foi o que fizeram, por exemplo, a *Fábrica de Tecidos* de São Paulo, a *Fábrica de Vidros* da Bahia, a *Oficina* do mestre torneiro de metais, madeira e marfim Manoel Martins de Barros, no Rio de Janeiro, e a *Fábrica de Pentes de Tartaruga*.⁷⁷

Prestar serviços ao Estado era um bom negócio. No caso das tipografias, era um enorme ganho ter o direito de imprimir os papéis oficiais, como avisos, portarias, alvarás etc. No que toca a outros gêneros de produção, ser real/imperial ou nacional também significava ter privilégio exclusivo de venda para determinada região ou para o país todo.

Nos registros de matrículas de fábricas, também podem ser encontradas provisões que admitiam a entrada de funcionários, indo de porteiros a mestres, passando por operários, zeladores e faxineiros. No entanto, a maior parte dos registros de empregados era de aprendizes e, diferentemente do que ocorria nas oficinas de estrangeiros⁷⁸, esses “estagiários” eram nacionais.⁷⁹ A iniciativa de instalação de

⁷⁴ Localizada em Cabo Frio.

⁷⁵ A Provisão de matrícula da *Fábrica de Moer Trigo e Cereais em Grão* data de 1839, momento no qual a importação de farinha e a introdução do pão branco, em maior escala, na mesa do brasileiro tem sua emergência.

⁷⁶ Como contrapartida todos os bens de Francisco Ignacio de Serqueira Nobre estariam hipotecados até a conclusão do pagamento, como mostra os termos das “Condições com que Nobre se obriga a estabelecer uma Fábrica de Vidros na Bahia sem exclusivo”. **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 1. Pouco mais de uma década depois, o governo concedeu o direito exclusivo a Nobre, pois seu empreendimento foi bem sucedido e seus esforços para tanto reconhecidos pela Junta do Comércio no governo de D. Pedro I. **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas (1808-1850) 2.v.

⁷⁷ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas (1808-1850) 2.v.

⁷⁸ FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2.ed. rev. e muito ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 2.t, 1969.

⁷⁹ Até 1841, a fábrica que mais admitiu aprendizes foi a de Galões de Ouro e Prata dos irmãos Thomas e José Pedro Lopes de Andrade, que se localizava no atual bairro de Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro.

fábricas no país também partiu, em sua maioria, de brasileiros ou de portugueses que aqui residiam. Mas as ditas manufaturas não eram como as inglesas ou francesas, que ocupavam vastas regiões e remodelavam o espaço urbano, criando, a sua volta, bairros e comunidades operárias⁸⁰. Pelo contrário, a maior parte das fábricas oitocentistas assemelhava-se a oficinas, não ocupando grandes espaços. Outra questão a ser mencionada é que houve um incentivo fiscal para a proto-indústria nacional, já que, a partir de 1818, as manufaturas produzidas nas fábricas brasileiras passaram a ter isenção de taxa de importação interprovincial.⁸¹

Não foi apenas no período joanino que a introdução de inovações técnicas foi incentivada. No Império, a questão foi disciplinada e colocada na Constituição de 1824. Os parágrafos vinte e quatro e vinte e seis do artigo 179 definiam que:

XXIV Nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria, ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança e à saúde dos Cidadãos.

XXVI Os inventores terão a propriedade das suas descobertas ou das suas produções. A Lei assegurará um privilégio exclusivo temporário, ou lhes remunerará em ressarcimento da perda, que hajam de sofrer pela vulgarização.⁸²

Em dez de janeiro de 1825, Pedro José Pinarro, membro da Sociedade de Artes Mecânicas de Paris, foi beneficiário da lei e ganhou o privilégio de catorze anos para fabricar e vender seu invento “denominado Balança Hidráulica, para ser aplicada em

⁸⁰ Ver PERROT, Michele. Maneiras de Morar. In: _____ (org.). **História da Vida Privada, v.4**. São Paulo: Cia das Letras, Cia de Bolso, 2009.

⁸¹ As leis anteriores foram citadas na lei de 1830 BRASIL. Atos do poder legislativo de 1830. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009. Antes disso, no entanto, os tecidos produzidos no país também eram isentos de pagar qualquer direito para entrada ou saída, conforme o Alvará de 6 de outubro de 1810: “Todo o fio de algodão, e todos os tecidos e estamparias dele, e igualmente de seda e lã, que se fabricarem nesta Corte, e nas Capitanias deste Estado, ou sejam a produção de fábricas estabelecidas por Provisão da Real Junta do Comércio, ou do trabalho particular dos habitantes, serão isentos de pagar todos e quaisquer direitos de entrada e saída na Alfândega desta Corte, e nas outras Alfândegas deste Estado, pela maneira no dito § 2º ordenada a respeito das manufaturas nacionais e do Reino [referência ao alvará de 28 de abril de 1809]” BRASIL. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1810, p.213. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2008.

⁸² BRASIL. Constituição Política do Império de 1824, p.34. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009.

Pilões e Terra”.⁸³ Em setembro, foi registrada a provisão que ordenava ao Juiz da Alfândega permitir que Mattos Bjurberg e Cia retirassem, livres de direitos, “dezesseis peças de máquinas vindas de Estocolmo e um caixote de Argetas, tudo pertencente ao Moinho a Vapor”.⁸⁴

Em 1830, o governo aumentou os incentivos para a introdução de novas invenções da arte e da indústria estrangeira no país, com a elaboração e aprovação, pelo executivo e legislativo, da *Lei de 28 de agosto*, que concedia “privilégio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma indústria útil e um prêmio ao que introduzir uma indústria estrangeira, e regula sua concessão.”⁸⁵ Composta por doze artigos, a Lei de 28 de agosto de 1830 regulamentava diversos pormenores das atividades técnica e industrial, como os privilégios do inventor, a duração da patente e as causas que poderiam anular a concessão (como plágio), a igualdade de status da patente com a propriedade e a necessidade de depositar em arquivo público todos os detalhes da concepção (desenhos, plantas, cálculos) para comprovar autoria⁸⁶ – que seriam mantidos em sigilo. A lei ainda instituiu um prêmio para quem descobrisse e introduzisse novas invenções da indústria estrangeira.

A *Secretaria de Negócios do Império* era a responsável pela concessão dos prêmios. A recompensa não era dada em dinheiro, mas concedia ao seu ganhador a exclusividade de uso da invenção em todo o Império, por um período de tempo determinado após análise jurídica, indo de cinco e podendo chegar a, no máximo, vinte anos. Na prática, quem recebia o prêmio tinha os mesmos privilégios dos inventores. Um dos seus vencedores foi João Marques Junior que, em 1841, pretendia instalar, na Corte, maquinário “nunca visto no país”, que produzia uma “grande quantidade de telhas e tijolos em um minuto”.⁸⁷ Marques Júnior pedia a exclusividade de vinte anos da

⁸³ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação Códice 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas, v.1

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ BRASIL. Atos do poder legislativo de 1830, p.20-22. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009.

⁸⁶ Os planos de registro de inventos no país, também conhecido como Livros de Direitos, provavelmente se encontram no Arquivo Nacional na coleção de documentos da “Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação **Caixa 385** – *Patentes de Invenções* (1812-1850)”, mas, infelizmente, tal caixa está interditada há mais de dois anos e deve assim permanecer por período indeterminado até que os documentos sejam restaurados. Já a **Caixa 386**, com 3 pacotes, traz a documentação referente aos pedidos e concessão dos registros de patente analisados pelo Tribunal da Junta do Comércio. Além desses, os registros de matrículas de fábricas em muitas ocasiões apresentam as provisões das novas máquinas introduzidas no país.

⁸⁷ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3

invenção; foi-lhe concedido o tempo mínimo: cinco. A justificativa apresentada no parecer era a de que a exclusividade pelo tempo de vinte anos feria a natureza da indústria por não possibilitar a concorrência.

Os estrangeiros também tinham direito ao prêmio: se o invento fosse registrado em outro país, o inventor não teria direito à patente, mas poderia requerer o prêmio como introdutor. Foi o caso do engenheiro francês, residente em Paris, G. Michiels que, em 1847, pedia exclusividade de fabricação, venda e importação para o Brasil pelo período de vinte anos de sua invenção registrada na França. Uma máquina, segundo seu inventor, para fabricar e refinar açúcar com maior economia de combustível, simplicidade e rapidez.⁸⁸ Michiels, no pedido, apresenta suas credenciais de escritor de obras de economia e indústria e diz que sua máquina aplica o seguinte preceito:

Fundando-se sobre o princípio – que o tratamento das substâncias salinas não é outro senão a vaporização rápida de uma grande porção de água –, G. Michiels chegou a produzir por um emprego especial das matérias combustíveis, maior quantidade de calórico.

Os gases de que a emissão tem lugar pela combustão das matérias vegetais e minerais usadas como produtos do calórico, não se consomem de tudo nos aparelhos ordinários: a maior parte destes gases foge sem ter produzido todos os efeitos caloríficos que podem dar.

A invenção de G. Michiels versa exclusivamente sobre o desenvolvimento daquelas faculdades caloríficas dos gases e no emprego conveniente do calor assim obtido. A aplicação do aparelho à fabricação do açúcar, indústria que G. Michiels estuda há muitos anos, é vantajosa não somente para aumentar a quantidade como também para melhorar a qualidade do produto.

Com efeito, as fases da combustão dos materiais cujos princípios constitutíveis contêm faculdades caloríficas diferentes, dão lugar na temperatura uma flutuação que produz, na mistura saceharífera sujeita à vaporização, a reação de elementos capazes de diversa afinidade ou repulsão. Assim em certo grão de temperatura, os ácidos vegetais da cana vão reagindo sobre o açúcar e determinam a transformação em glicose ou em diástase. É o mesmo com a ação que os vários outros elementos com ou sem axote que se desenvolvem ou se manifestam na Vaporização do suco saceharífero da cana.

G. Michiels obteve, com aparelho pouco complicado, livrar-se daquelas variações de temperatura, usando, como agente calorífero os gases inflamáveis cuja emissão contínua e homogeneidade produzem uma temperatura constante, igual e mais elevada.

O Império do Brasil devendo daqui a pouco figurar em escala grande nos mercados da Europa e mais países consumidores, como produtor de um gênero como o açúcar cujo mister vai cada ano em aumento, o Suplicante, para aproveitar no Brasil as vantagens de uma descoberta

⁸⁸ Ibid. O pedido, redigido em português, detalhava todo o processo químico da máquina.

que considera da maior vantagem para a confecção daquele gênero, Pede [...] ⁸⁹

As explicações do engenheiro, no entanto, parecem não ter convencido o responsável pelo caso, o deputado inspetor de fábricas José Antônio Lisboa. A resposta de Lisboa foi inconclusiva: a justificativa dizia que Michiels era obrigado a cumprir o que determinava os parágrafos um e dois do artigo 4º, que

O direito do descobridor, ou inventor, será firmado por uma patente, concedida gratuitamente, pagando só o selo, e o feito; e para consegui-la: 1§ Mostrará por escrito que a indústria, a que se refere, é da sua própria invenção, ou descoberta. 2§. Depositara no Arquivo Público uma exata e fiel exposição dos meios e processos, de que se serviu, com planos, desenhos ou modelos, que os esclareça, e sem eles, se não puder ilustrar exatamente a matéria.

E, sem esse pré-requisito, não poderia dar seu parecer, pois não teria conhecimento de causa. ⁹⁰

No mesmo ano de 1847, os londrinos Carlos Payne e João Ricardo Elmore, por meio de seu procurador, Frederico Fomm, pediam catorze anos de exclusividade de introdução no Império do Brasil de maquinário pneumático ⁹¹ para salgar, “com grande economia de trabalho e sal”, carne de vaca e de outros animais com ou sem ossos. D. Pedro II, homem cujo interesse pelas ciências era notório, manifestou curiosidade, como descreve o processo, em ver uma demonstração da invenção de Carlos Payne. O parecer do deputado inspetor foi favorável, mas José Antonio Lisboa alertou para o fato de que o invento já tinha sido patenteado em Portugal e nos Estados Unidos. Na decisão final, ficou definido que os ingleses deveriam primeiro introduzir e demonstrar a eficácia do invento no Império para, depois, requisitar o prêmio que a lei de 28 de agosto de 1830 previa. ⁹²

Os pedidos para receber o prêmio não foram feitos apenas para introdução de maquinário, mas também para a introdução de novas técnicas. O Padre Antonio José Pinto Carneiro, por exemplo, em 1839, pediu, em carta, a exclusividade de dez anos para importação e criação – segundo novo método desenvolvido na Europa – de abelhas

⁸⁹ **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3

⁹⁰ Ibid. e BRASIL. Atos do poder legislativo de 1830, p.20-22. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009.

⁹¹ adj. Relativo ao ar. Diz-se de máquina, aparelho ou dispositivo que funciona graças à energia proporcionada pelo ar comprimido. **Dicionário Aurélio século XXI**.

⁹² **Arquivo Nacional** – Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 3

da costa da África e do Velho Mundo para a fabricação de cera e mel. Entretanto, em 1841, o padre pediu comuta do privilégio, solicitando o pagamento de um prêmio pecuniário em troca de 160 colônias que passariam à posse do governo. Segundo o sacerdote, ele encontrou grandes dificuldades no transporte das abelhas nos navios e sua iniciativa não se mostrou eficaz.⁹³

Mesmo com todas as iniciativas de inovação “tecnológica” e da instalação de fábricas, o Brasil nem alavancou a sua proto-indústria à condição de uma indústria de fato, nem conseguiu grande destaque na produção de produtos coloniais.⁹⁴ O grosso das importações desses produtos, como a manteiga, vinha das colônias africanas⁹⁵ e alguns tipos de matérias-primas, como o algodão, provinham, em sua maioria, do Caribe e dos Estados Unidos. Entretanto, com ou sem êxito em produção de larga escala, o importante a ser dito é que as novidades técnico-científicas europeias passaram a fazer parte do cotidiano fluminense oitocentista. Os estrangeiros e brasileiros que residiam na Corte passaram a importar e a desenvolver novos maquinários e incorporaram novos conhecimentos na produção de diversos gêneros e utensílios (aguardente e derivados da cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, pentes, chapéus, entre outras tantas produções).

As inovações não ficaram, porém, restritas apenas aos engenhos, oficinas e fábricas. O conhecimento técnico-científico penetrou na sociedade carioca oitocentista junto com novas máquinas e profissionais, e passou, gradativamente, a ser incorporado e difundido, tanto na forma de letras impressas (livros e periódicos), quanto na de aulas e cursos.

Em 23 de fevereiro de 1808, ou seja, pouco antes do desembarque de D. João no Rio de Janeiro, foi expedido um Decreto que criava na cidade uma Cadeira de Ciências Econômicas, cujos cuidados estariam nas mãos de José da Silva Lisboa, o que marca a mudança de Cairu para o Rio de Janeiro e a preocupação da administração joanina de difundir os conhecimentos necessários aos seus súditos para que melhor servissem ao país. Dizia o decreto:

⁹³ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação. Caixa 386 pacote 1.

⁹⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata-Atlântica**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Ver também HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil monárquico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2 ed., tomo II, v.1, 2 e 3, 1967

⁹⁵ FERRO, MARC. **História das Colonizações**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. _____ (org.) **Livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004 PRATT, Marie-Louise. **Os olhos do Império**. Bauru: Edusc, 1994. DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata-Atlântica**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Sendo absolutamente necessário o estudo da Ciência Econômica na presente conjuntura em que o Brasil oferece a melhor ocasião de se pôr em prática muitos dos seus princípios, para que os meus vassallos sendo melhor e mais instruídos nele, me possam servir com mais vantagem: e por me constar que José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, tem dado todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela ciência sem a qual se caminha às cegas e com passos muito lentos, e as vezes contrários nas matérias de uma Cadeira e Aula Pública, que por este mesmo Decreto sou servido criar no Rio de Janeiro, com o ordenado de 400\$000 para ir exercitar, conservando os ordenados dos lugares que até agora tem ocupado na Bahia. As Juntas da Fazenda de uma e de outra Capitania o tenham assim entendido e façam executar. Bahia 23 de Fevereiro de 1808.⁹⁶

Além das aulas de *Ciência Econômica* e de *Economia Política*, ministradas por Cairu, também foram criadas as *Aulas de Comércio*. O objetivo dessas aulas era o de ensinar economia e “negócios” para a mocidade brasileira, a fim de qualificar os futuros comerciantes da Corte. As aulas de Comércio foram criadas em Portugal, em 1759, com o seguinte propósito:

[...] havendo considerado que a falta de formalidade na distribuição e ordem dos livros do mesmo Comércio, e uma das primeiras causas, e o mais evidente princípio da decadência, e ruína de muitos Negociantes; como também, que a ignorância da redução dos dinheiros, dos pesos, das medidas, e da inteligência dos câmbios, e de outras matérias mercantis, não podem deixar de ser de grande prejuízo, e impedimento a todo, e qualquer negócio com as Nações estrangeiras; e procurando, quanto pede a obrigação do seu Instituto, emendar esta conhecida desordem, propôs a sua majestade [...] que se devia estabelecer uma Aula em que presidissem um, ou dois mestres, e se admitissem vinte assistentes [...].⁹⁷

No período pombalino, o número de cadeiras de aulas de Comércio em Portugal foi ampliado, demonstrando o reconhecimento da necessidade cada vez maior e vital de proporcionar conhecimento teórico e prático para os homens que se envolviam com empreendimentos comerciais.

Na segura base das Matemáticas (o mais evidente dos conhecimentos humanos) deriva uma nova importância da sua natureza, e do seu

⁹⁶ BRASIL. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1808, p.2. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009.

⁹⁷ Excerto dos Estatutos da Aula de Comércio de 1759. In: Arcevoc/Memória da Leitura Unicamp. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx11.html>>>. Acesso em Abril de 2009.

objeto. – Vejo desenvolver-se o entendimento da confusão, originada da falta de cálculo e método. – Vejo, na prática do Comércio, as fontes inexauríveis, e o princípio único da opulência, em que se fundam os sólidos progressos da agricultura, das manufaturas, e da navegação; e por isso mesmo, a fama das nações, o poder dos Estados, e o respeito dos Reinos, a conservação das monarquias e a felicidade dos povos. – uma ciência, finalmente, que, longe de ser sujeita a experimentar alguma revolução prejudicial, se perpetuará firme até o fim dos séculos; porque em quanto houver homens, existirão sempre entre elas uma mútua dependência, e uma necessária comunicação dos bens da natureza, e da indústria.⁹⁸

A letra da lei encaixava-se com a situação dos comerciantes cariocas no início do século XIX, que não estavam preparados para o substancial aumento nos negócios resultante das transformações aceleradas por que a cidade passava. Daí a criação das ditas aulas no Rio de Janeiro. O curso foi o primeiro a formar técnicos no país, pois, além de aperfeiçoar homens para o comércio, dava ao concluinte a habilitação de Guarda-Livros, que em nossos dias seria o equivalente a de contabilista, ou contador, em linguagem popular. A partir de 1811, as aulas de Comércio passaram a ser lecionadas também por José Antônio Lisboa, homem importante na matéria no país. Além de lente e deputado da Junta do Comércio (onde foi também Inspetor de Fábricas), foi um dos responsáveis pela elaboração do Código Comercial de 1830 e Ministro da Fazenda por um mês no mesmo ano.⁹⁹

A procura pelo curso, com duração de dois anos, inicialmente não foi muito grande. Talvez porque a formação acadêmica, que proporcionava maior status, fosse mais atrativa. Além disso, havia a exigência de um letramento mínimo em português e matemática para se frequentar as aulas. Entre 1811 e 1817, a média era de 20 alunos matriculados anualmente.¹⁰⁰ Depois do período joanino, novas cadeiras da aula de comércio foram abertas por diversas freguesias do Rio de Janeiro, como Sacramento,

⁹⁸ apud RIBEIRO, José Silvestre. **História dos estabelecimentos científicos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados das monarquias por José...** sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, t.1, 1871, p.280.

⁹⁹ (*Rio de Janeiro, 1777 + Rio de Janeiro, 1850). Doutor em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Informações Biográficas retiradas da Galeria de História do Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroI011.asp>> Acesso em Junho de 2009.

¹⁰⁰ **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação – Códice 167 – Termos de matrícula dos aulistas da aula do comércio 1810-1843 (3 volumes), v.1.

Candelária e Engenho Velho.¹⁰¹ Em 1832, o oitavo curso gratuito, oferecido por Simpliciano José de Sousa, teve cinquenta e dois alunos matriculados.¹⁰²

As aulas de comércio não foram as únicas. Outros cursos também eram oferecidos à juventude brasileira, como o de *Filosofia Racional e Moral*, ministrado por mais de 30 anos na cidade pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Frequentaram as aulas do cônego rapazes entre 16 e 25 anos, provenientes de diversas províncias do país, como São Paulo, Ceará, Maranhão, Goiás e Bahia, além de habitantes da Corte. As aulas de Barbosa eram dadas em sua casa, na Rua dos Pescadores n.112 e, em média, assistiam a elas, anualmente, 18 alunos.¹⁰³ O mesmo professor público ainda oferecia aulas de *Lógica Metafísica e Ética*.

Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro da administração joanina, também deu aulas de Filosofia no Rio de Janeiro. As aulas do ministro foram reunidas e publicadas na Impressão Régia com o título de *Prelações Filosóficas*. Na abertura de seu curso, no início dos anos 10 do século XIX, asseverou Ferreira:

Todo homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber *discorrer com acerto e falar com correção*. Todos precisam de conhecer o *Mundo*, tanto o *físico* como o *moral*, de que fazem parte, isto é, as Leis gerais dos corpos compõem o *Sistema do Mundo*; e os *Deveres* que cada um de nós, considerado como homem e cidadão, tem para consigo mesmo, para com a sociedade, e para com o Ente Supremo, de quem havemos recebido a existência¹⁰⁴

A denominada Filosofia moderna, como mencionamos, fez parte do cotidiano de uma parcela dos homens de letras, mas esse ramo do conhecimento não era o único ensinado em aulas públicas no país. Houve, com a vinda da Corte, o início da organização, de forma um pouco mais abrangente e regular, de um sistema de educação que contemplava conhecimentos técnicos e científicos, pois os novos tempos o exigiam.

Em 1810, o conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da guerra e dos negócios estrangeiros, criou a *Real Academia Militar*, que formaria os oficiais militares do Brasil. A base da formação científica se alicerçava nas chamadas

¹⁰¹ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas.

¹⁰² **Arquivo Nacional** – Fundo: Junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação – Códice 167 – Termos de matrícula dos aulistas da aula do comércio, v.2.

¹⁰³ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas.

¹⁰⁴ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Prelações Filosóficas**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1970, p.32 (grifos do autor)

Ciências Exatas, o que, aliás, era também o propósito da fundação da Academia: formar homens capazes de lidar com as questões teóricas e práticas desse ramo do conhecimento. Em outras palavras, o curso da *Real Academia Militar* era também um curso de Ciências Exatas.

A concepção dos estatutos que regiam a finalidade e o funcionamento da academia militar teve, na figura do Conde de Linhares, seu principal idealizador e autor. Os seus estatutos foram publicados no edital de 4 de dezembro, que também comunicava a instalação do curso na cidade.¹⁰⁵ O edital trazia, em sua introdução, o seguinte conteúdo:

[...] Faço saber a todos os que esta Carta virem, que Tendo consideração ao muito que interessa ao Meu Real Serviço, ao bem público dos Meus Vassalos, e à defesa e segurança dos meus vastos Domínios, que se estabeleça no Brasil, e na minha atual Corte e cidade do Rio de Janeiro, um curso regular das Ciências Exatas, e de Observação, assim como de todas aquelas, que são aplicações das mesmas aos Estudos Militares e Práticos, que formam a Ciência Militar em todos os seus difíceis e interessantes ramos, de maneira, que dos mesmos Cursos de estudos se formem hábeis oficiais de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Oficiais da Classe de Engenheiros Geógrafos e Topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de Minas; de Caminhos, Portos, Canais, Pontes, Fontes, e Calçadas: Hei por bem, que na minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, se estabeleça uma Academia Real Militar para um Curso completo de Ciências de Observação, quais, a Física, Química, Mineralogia, Metalurgia, e Historia Natural, que compreenderá o Reino Vegetal e Animal, e das Ciências Militares em toda a sua extensão, tanto de Tática como de Fortificação, e Artilharia [...]. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em quatro de Dezembro de mil oitocentos e dez. PRÍNCIPE Com Guarda. Conde de Linhares.¹⁰⁶

¹⁰⁵ A criação desta academia e de outras instituições de ensino, não só no Rio de Janeiro, mas em outras regiões do “Estado do Brasil”, era vista e recebida com muito entusiasmo, não só pelos habitantes locais como também por estrangeiros que reproduziam essas novidades em periódicos na Europa, com especial destaque para os magazines que eram produzidos em Londres. Hipólito da Costa, por exemplo, reproduziu o edital de criação da *Academia Militar do Rio de Janeiro* no *Correio Braziliense* a partir de outras publicações que circulavam na capital inglesa e em outras localidades do Reino Unido, como a famosa e popular *Revista de Edimburgo*. COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Brasiliense, v.8, n.47, abr., p.470-471, 1812. Quem também deu destaque à criação da academia foi o naturalista francês Louis Freycinet em sua narrativa de viagem; ver FREYCINET, Louis de. **Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S. M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820**. Disponível em: Gallica, bibliothèque numérique de la Bibliothèque nationale de France. <<<http://gallica.bnf.fr/>>>. Acesso em junho de 2005, p.203.

¹⁰⁶ BRASIL. Estatutos da Real Academia Militar do Rio de Janeiro. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1810, p.232-233. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2008;

O militar gozava, no “panorama científico da época”, do mesmo status do Bacharel.¹⁰⁷ Tanto é que o aluno que frequentasse todas as aulas da Real Academia teria os mesmos “privilégios e franquezas” dos estudantes da Universidade de Coimbra, ou seja, a formação no curso militar se equiparava à formação universitária.¹⁰⁸

A fundação da Real Academia Militar, no entanto, não era a primeira iniciativa de se formar militares no país. Quase duas décadas antes, em 1792, o governo português fundou no Rio de Janeiro a *Real Academia da Artilharia, fortificação e desenho da cidade do Rio de Janeiro*. O objetivo era formar soldados para a infantaria e cavalaria do regimento de artilharia da cidade. Além disso, objetivava-se formar engenheiros e arquitetos para cuidar, planejar e defender as fortificações e trabalhar em outras áreas do ofício, como construção de edificações, estradas, caminhos e pontes.¹⁰⁹ A base da formação dos artilheiros e fortificadores era toda assentada na Matemática, baseada em doutrinas desenvolvidas na França.¹¹⁰

A duração do curso matemático, que habilitava os engenheiros e soldados, era de seis anos. Nos dois primeiros anos, os alunos aprendiam pelo “curso de [Bernard Forest de] Belidor” – renomado professor da escola militar Francesa do século XVIII, especialista em arquitetura hidráulica e uma das principais referências no ensino de engenharia militar em Portugal. No terceiro ano, “se ensinará a teoria de Artilharias, das Minas e Contra-Minas, e a sua aplicação ao ataque e defesa das praças, o que se fará pela doutrina de Sam Remy, na conformidade do Plano dos Regimentos de Artilharia, ou (o que é o mesmo) pela Artilharia de Le Blond”.¹¹¹ No quarto, seria a vez da fortificação regular e do ataque e defesa de cidades. Já no quinto ano, as lições seriam sobre fortificação irregular, efetiva e de campanha, “no que se seguirá a doutrina do

¹⁰⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Linguagem, Cultura e Sociedade: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821**. São Paulo, 2.v., 1973. Tese (livre docência em Teoria da História) – FFLCH/USP. Sobre o culto ao bacharelismo ver CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/O teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 e FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, especialmente o capítulo 1.

¹⁰⁸ BRASIL. Estatutos da Real Academia Militar do Rio de Janeiro. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1810, p.232-233. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2008.

¹⁰⁹ Ver a respeito dessa academia PIRASSUNUNGA, Adailton (Cel.). **O ensino militar no Brasil (colônia)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

¹¹⁰ **Arquivo Nacional** – Estatutos da Real Academia da Artilharia, fortificação e desenho da cidade do Rio de Janeiro, 1792. In: Fundo: Diversos. Códice 807 – Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos, v.12.

¹¹¹ Ibid.

curso de Antoni”. No sexto e último ano, os conhecimentos adquiridos seriam referentes à Arquitetura Civil, corte de pedras e madeiras e orçamento de edifícios, “e tudo o mais que for relativo ao conhecimento de materiais que entram na sua composição (...) e os melhores métodos, que hoje se praticam nas construções dos Caminhos e Calçadas”.¹¹²

Havia, segundo o seu estatuto, alguns requisitos para entrar na *Real Academia da Artilharia*:

Os discípulos que pretenderem ser admitidos ao Curso Militar, o não serão sem primeiramente mostrarem por exame que sabem as quatro espécies de Aritmética Ordinária e serão obrigados a mostrar durante a aplicação dos primeiros três anos (perante o primeiro lente) que entendem suficientemente a Língua Francesa, e aqueles militares que se destinam a Serviço de Infantaria e Cavalaria bastará que sejam aprovados até o décimo livro do Curso de Belidor, para poderem passar para o 3º ano, porém, os discípulos que aspiram a ser promovidos nos partidos da dita Aula para seguirem a profissão de Engenheiros, serão obrigados a mostrar por exame que sabem a doutrina correspondente ao primeiro ano (ao menos) e que tenha uma constituição robusta, sem defeito algum na vista ou tremura nas mãos.¹¹³

“Constituição robusta, sem defeito e sem tremura nas mãos” – esse era um dos requisitos para entrar, pois o trabalho dos engenheiros militares era duro e pesado, além de volumoso e extremamente necessário para cidade. Já na Real Academia Militar, de 1810, essas exigências físicas não eram feitas. Apesar de as necessidades serem maiores, o que mais importava era o conhecimento somado à formação. Para ser aceito na Real Academia, o candidato deveria ter no mínimo 15 anos e ser letrado em português e matemática; porém, se, além de ter esses conhecimentos básicos, dominasse uma ou mais línguas estrangeiras – como o inglês e o francês – o postulante seria colocado no topo da lista e teria chances de atingir patentes mais elevadas. A cada ano, os três alunos que mais se destacassem seriam agraciados com distinções e prêmios em dinheiro.

A formação na academia militar durava sete anos e constituía o caminho mais comum e garantido para se alcançar postos de alta patente no exército; porém, demonstrações de bravura e coragem acima da média poderiam também levar o indivíduo a ascender na hierarquia militar do período. Os formandos da real academia, entretanto, não estavam condenados a atuar na área militar: diziam os estatutos que

¹¹² Ibid.

¹¹³ Ibid.

“acabará de formar os alunos e os porá no caso de poderem com grande distinção ser verdadeiramente úteis ao meu real serviço em qualquer aplicação que eu seja servido dar-lhes”¹¹⁴

Na prática, muitos dos alunos e formandos nos anos iniciais de funcionamento da Academia não chegaram a se envolver em campanhas militares¹¹⁵ Os conhecimentos adquiridos eram muito mais direcionados para a formação intelectual e científica do que para a prática militar. Uma das críticas mais contundentes aos planos de estudo da *Real Academia* no período foi realizada pelo jornalista Hipólito da Costa. Segundo ele, todo o plano feito por um homem que “não conhecia a arte militar” (D. Rodrigo de Sousa Coutinho) possibilitaria apenas a formação de “homens de penas e não de espadas.”¹¹⁶

Entretanto, a despeito das críticas sofridas, a *Real Academia* seguiu os planos elaborados por D. Rodrigo até o início dos anos 30 do século XIX, quando passou por sucessivas reformas do seu regulamento (1832, 1833, 1839, 1842, 1845).¹¹⁷ O curso foi dividido em seis áreas, distribuídas ao longo dos sete anos: matemática, arte militar, ciências naturais, arte do desenho, línguas francesa e inglesa e, por fim, esgrima. Duas dessas áreas, por sua vez, eram repartidas em subáreas. A matemática era dividida em pura (aritmética e álgebra, geometria, cálculo diferencial e integral) e aplicada (aplicação de álgebra e geometria, geometria descritiva, mecânica, astronomia, ótica e geodésica); a arte do desenho era dividida em geometria descritiva (de fortificações e máquinas) e paisagem. No campo militar, os alunos tinham lições de técnica, fortificação, ataque e defesa de territórios e artilharia. Havia, também, a previsão de um ano extra para que os alunos tomassem lições de História Militar¹¹⁸ com o bibliotecário

¹¹⁴ BRASIL. Estatutos da Real Academia Militar do Rio de Janeiro. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1810, p.232-233. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2008.

¹¹⁵ Ver a este respeito MOTTA, Jehovah. **A formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p.34-35.

¹¹⁶ Hipólito da Costa e D. Rodrigo de Sousa Coutinho eram inimigos declarados desde a época da prisão do jornalista em Portugal, em 1802. Na análise do título segundo do estatuto (*Número dos Professores, Ciências, que devem ensinar, e dos seus Substitutos*) o redator do *Correio Braziliense* foi duro, iniciando com essas palavras sua crítica: “o título segundo é o cúmulo de pedantismo; em que um ministro que nunca foi militar, e nunca brigou, pelo que sabíamos, nem com uma mosca; se intromete a escrever direções sobre os estudos da arte militar”. Hipólito ainda acrescentou que o ministro prestou um desserviço a sua alteza real ao fazer sozinho todos os planos de ensino tanto das ciências quando das artes militares. *Correio Braziliense*, v.8, n.47, abr., 1812, p.488-489 e 710-716.

¹¹⁷ MOTTA, Jehovah. **A formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p.34-54. Segundo o historiador militar, a base do plano de ensino se manteve até 1839, com poucas mudanças nas disciplinas ensinadas. *Ibid.*, p.77-ss.

¹¹⁸ A História Militar foi incorporada no Currículo normal em 1839. MOTTA, Jehovah, **Op. cit.**, p.78.

da Real Academia.¹¹⁹ Nos conhecimentos referentes às ciências naturais, tidos como imprescindíveis na carreira das armas, os jovens estudavam física, química, zoologia, botânica e mineralogia. A base de conhecimento francesa que era aplicada na *Real Academia de Artilharia*, especialmente em matemática, também estava presente na *Real Academia Militar*, mas, diferentemente do curso de 1792, houve uma diversificação de autores provenientes de distintas nacionalidades. A seriação destes conteúdos foi distribuída da seguinte maneira:

- “1º ano: Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho.
- 2º Ano: Álgebra, Geometria, Geometria Analítica (com a designação de ‘aplicações de Álgebra à Geometria’), Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho.
- 3º Ano: Mecânica, Balística e Desenho.
- 4º Ano: Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho.
- 5º Ano: 1) tática, estratégia, Castrametração, Fortificação de campanha do terreno. 2) Química.
- 6º Ano: 1) Fortificação regular e irregular, ataque e defesa de praças, Arquitetura civil, Estradas, Portos e Canais. 2) Mineralogia e Desenho.
- 7º Ano 1) Artilharia, Minas. 2) História Natural.”¹²⁰

A respeito da química e da física, no mesmo ano de fundação da Real academia foi criada uma Cadeira de Química, na cidade do Rio de Janeiro. O professor nomeado para assumir o ensino dessa ciência no Brasil foi o Doutor Daniel Gardner, membro da Sociedade Filosófica e Matemática de Londres¹²¹. Seus vencimentos seriam de seiscentos mil réis anuais e mais cem mil para cobrir despesas do curso. Essas aulas seriam destinadas aos alunos da academia militar, mas também eram abertas a outros que manifestassem interesse e pagassem a subscrição. Já no que diz respeito à física, o decreto de 27 de junho de 1810 mandava alocar a Biblioteca Real e o Gabinete de Instrumentos de Física e Matemática, vindo de Lisboa, na Igreja da Ordem Terceira do

¹¹⁹ BRASIL. Estatutos da Real Academia Militar do Rio de Janeiro. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1810, p.232-233. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2008; FREYCINET, Louis de. **Op. cit.**

¹²⁰ MOTTA, Jehovah. **Op. cit.**, p.22-23.

¹²¹ Uma das instituições científicas mais importantes do século XIX e do início do XX, sendo responsável, entre outras coisas, por cancelar, após experiências em diversas regiões do globo, a Teoria Geral da Relatividade de Albert Einstein.

Carmo.¹²² Os instrumentos desse gabinete seriam utilizados pelos alunos da Real Academia.

Para cumprir os programas de ensino da *Real Academia*, textos foram impressos nas diversas tipografias espalhadas pela cidade. Esses livros eram conhecidos como compêndios. Os compêndios reuniam, por vezes, obras de diversos autores sobre determinado tema e, em sua maioria, eram traduzidos para o português e outros idiomas europeus – alemão, francês e inglês em grande parte. Alguns desses tradutores como, por exemplo, José Vitorino dos Santos e Sousa, Felisberto Inácio Januário Cordeiro e José Saturnino da Costa Pereira,¹²³ também escreveram periódicos literários.

José Vitorino dos Santos e Sousa, por exemplo, foi dono da tipografia Santos e Sousa, fundada em 1821, e nela publicou a revista “*Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Literatura*” (1822). Anos depois, em 1826, editou o “*Jornal Scientifico, Economico e Litterario*”, em parceria com Felizardo Inácio Januário Cordeiro. No que diz respeito à produção de José Vitorino dos Santos e Sousa para a Academia Militar, na qual ocupava a cadeira de geometria descritiva, o doutor publicou um livro de sua autoria, “*Memória sobre as causas físicas dos movimentos de rotação da Terra e dos planetas, causas das influências da lua etc., Rio de Janeiro, 1847*”¹²⁴, e traduziu os seguintes compêndios de matemática: “*Elemento de geometria descritica com applicações as artes, extradios das obras de Monge, de ordem de sua alteza, etc., para uso da real academia militar Rio de Janeiro, 1812*”; “*Tratado elementar de applicação de algebra à geometria por Lacroix; traduzido do francês, acrescentado e oferecido ao Ilm e exm Sr. D. João de Almeida Mello e Castro, conde das Galveas, etc. Rio de Janeiro, 1812*”; “*Geometria e mecânica das artes, dos officios e das belas-artes, por C. Duppin, traduzido do francês. Rio de Janeiro, 1832*”.

¹²² BRASIL. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1810, p.118-119. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2008.

¹²³ José Saturnino, irmão de Hipólito da Costa, foi lente da academia militar, senador do Império, autor de compêndios de geografia, história natural, ciências naturais e matemática, sócio do IHGB, comendador da ordem de Cristo. SILVA, Innocencio Francisco da. **Dicionário Bibliographico Portuguez**: estudos applicaveis a Portugal e Brazil, t.5, p.120-121. Segundo Joaquim Manuel de Macedo, Saturnino foi um dos principais correspondentes do Correio Braziliense: “ele dava secretamente conta ao irmão da marcha dos acontecimentos e dos desígnios políticos do governo do Brasil e assevera-se que esta secreta correspondência não era ignorada pelo Príncipe Regente e depois D. João VI, que a aproveitará mais de uma vez.” MACEDO, Joaquim Manuel de. **Anno Biographico Brasileiro**. 4.v. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, v.3, p.445.

¹²⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. 7.v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.5, 1899, p.277-278.

A organização e publicação de traduções ou memórias próprias e o reconhecimento público dos dotes intelectuais do pleiteante eram alguns dos requisitos exigidos para se tornar professor da Real Academia. Cada professor poderia ocupar a cadeira por um tempo máximo de 20 anos e o ordenado variava entre 200 e 400 mil réis anuais; seu status era o mesmo dos mestres da Universidade de Coimbra (especialmente, do curso matemático) e de outras academias militares portuguesas.

Os compêndios e memórias traduzidos ou escritos por brasileiros traziam o que havia de mais atual no conhecimento científico do período. As memórias eram uma espécie de ensaio que tratava de um tema específico: algumas detalhavam e traziam uma gama considerável de conceitos técnico-científicos e outras eram apenas argumentativas, nas quais o autor expunha sua opinião e, às vezes, apontava possíveis soluções para algumas questões de ordem prática. A respeito das memórias, a imprensa periódica publicou uma série delas em suas páginas: versavam sobre várias áreas do conhecimento, como a química, a física, a economia, a política, a história, a geografia, a história natural, etc.¹²⁵ A encomenda de memórias por órgãos do governo e por instituições de ensino (como o Colégio Pedro II) era prática corrente desde o fim do século XVIII.

Essas memórias¹²⁶ encomendadas ou dedicadas ao Rei ou a membros do governo eram plurais em suas temáticas: produção de açúcar, biografias de bispos portugueses, invasão dos franceses ao Rio de Janeiro em 1711, medidas para melhor arrecadação do quinto, dívida pública, cunho de moedas, medicina prática, águas termais, processos químicos, minerais, segurança nas estradas do interior do país etc.¹²⁷. Essa diversidade temática é perceptível no título de algumas dessas memórias: *“Fenômenos que se apresentaram intentando-se a análise do mineral descoberto pelas diligências do Conde de Rezende, Vice-Rei. Com assinatura de João Manso Pereira”* (1795, v.5);¹²⁸ *“Informação sobre o aqueduto para o chafariz do campo de Santa Ana”* (v.9); *“Arte Militar: tradução da nota sobre as vantagens que a Arte da Guerra tira dos conhecimentos científicos e matemáticos, principalmente da topografia e do aumento que recebe por meio de todos os progressos do espírito humano”* (v.10); *“Plano para*

¹²⁵ Tema do próximo capítulo.

¹²⁶ No *Arquivo Nacional* essas memórias foram reunidas no fundo Diversos, mais especificamente no “Código 807: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos (1700-1889)” organizados em 20 volumes.

¹²⁷ **Arquivo Nacional**. Memórias: Catálogos. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1928, 23v.

¹²⁸ **Arquivo Nacional** – Código 807: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos (1700-1889), v.5.

criação de uma universidade no Brasil” (1815, v.10); “*Memória sobre o processo seguido na preparação do gás da iluminação*” (1850, v.14); “*Plano para regeneração política e de renovação do ensino, elaborada por José Albano Fragoso, convocado pelo Marques de Pombal que desejava suplantar a preponderância religiosa da época*” (1821, v.20.).

A circulação desses conteúdos era pequena, pois eram manuscritos. Porém, esses textos demonstram que, do fim do século XVIII ao início do século XIX, houve uma produção de conhecimentos técnicos e científicos *no e sobre* o Brasil. Foi, todavia, por meio da imprensa periódica que esses conhecimentos atingiram um público maior e mais diverso. Algumas dessas memórias, diga-se de passagem, foram publicadas em alguns periódicos, como a já citada “*Memória sobre as causas físicas dos movimentos de rotação da Terra e dos planetas, causas das influências da lua, etc., Rio de Janeiro, 1847*” de José Vitorino.¹²⁹ – foco central do próximo capítulo.

As administrações Real e Imperial, todavia, não estavam preocupadas apenas com a formação de técnicos. A educação primária, tanto de meninos quanto de meninas, também despertou atenção das autoridades no período. No caso das meninas, algumas cadeiras públicas de ensino das primeiras letras foram criadas na primeira metade do século XIX, paralelamente ao aumento considerável de professoras particulares. Os registros da Câmara Municipal do Rio de Janeiro dão uma amostragem, sobretudo no início dos anos 30, do provimento de mulheres em cargos públicos de professoras em diversas freguesias da cidade.¹³⁰ Algumas dessas lentes tinham mais de cinquenta alunas sob sua responsabilidade.¹³¹

Em fevereiro de 1834, a título de exemplo, o fiscal do 1º e 2º distrito da freguesia de São José, Francisco Caetano Martins, encaminhou à Câmara do Rio de Janeiro a relação de todos os professores (públicos e particulares) que atuavam em sua jurisdição, uma das freguesias que compunham o centro da cidade. Em seu relatório, Martins elaborou a seguinte tabela, dando notícias sobre as cadeiras de primeiras letras e de estudos menores para meninos e do colégio de meninas:¹³²

¹²⁹ **A Sciencia:** revista synthetica dos conhecimentos humanos. Rio de Janeiro: Typ. de Silva Lima, Anno 1, n.1 (02 de julho de 1847 – 22 de julho de 1848).

¹³⁰ Em 1834, D. Joaquina Maria da Conceição, aprovada em concurso, foi provida à cadeira de 1ª letras da Freguesia de Sacramento. No mesmo ano, Maria Filadelfia de Bustamante Fernandes Pinheiro, antes professora particular, também foi provida à cadeira de 1ª letras para meninas na freguesia de São José. Venciam as duas ordenados de 400 mil réis anuais.

¹³¹ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.2 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas e Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1833-1839).

¹³² *Ibid.*, f.95.

QUADRO II – RELAÇÃO DAS ESCOLAS DE 1ª LETRAS, E DOS ESTUDOS MENORES, NOS 1º E 2º DISTRITOS DA FREGUEZIA DE SÃO JOSÉ

Professor	Distrito	O que ensina	Discípulos	Público ou Particular	Local	Provisionamento ^a /vencimento
Francisco da Fonseca e Figueiredo	1º	1ª letras	60	Particular	Rua da missa	
Pe. Antonio Francisco da Sª Hortência	1º	Gramática latina	30	Particular	Rua de São José	
Dr. José Ferreira Putana	2º	1ª letras	100	Particular	Rua da Quitanda	
Pe. Agostinho Marques de Gouvêa	1º	Gramática latina	81 ^b	Publica	Seminário de São José	7/6/1831 – 500 mil réis anuais
Mr. Carlos Dellamar	1º	Francês	27	Pública	Seminário de São José	200 mil réis anuais ^c
Igancio Xavier Gaiozo	1º	Inglês	4	Pública	Seminário de São José	10/7/1831 – 400 mil réis anuais
Luiz Antonio da Sª Baratta	1º	1ª letras/Ensino mútuo	60	Pública	Guarda Velha	cadeira criada em 6/12/1828 e provimento em 8/12/1828 – 500 mil réis anuais ^d
Manoel Maria	1º	1ª letras	50 Obs.: ensina também 7 meninas	Particular	Rua da Ajuda	
Luiz Antonio de Carvalho	2º	1ª letras	14	Particular	Mata-Cavalos	
Fr. João da Parma	1º	Dogma	6	Pertence ao Seminário de São José		
F. Francisco de Montealverne	1º	Filosofia	24	Pertence ao Seminário de São José		

COLÉGIO DE MENINAS

Observações: Nestes Colégios, além das 1ª letras, aprende-se também tudo o que pertence a costurar, música, dança, desenho etc.

Professora	Discípulas	Local
D. Marianna Bernarda da Encarnação	40	Rua São José
D. Emiriciana Rosa da conceição	24	Rua São Jose
D. Anna Joaquina do Carmo Cunha	28	Travessa do Guindaste
D. Joaquina Maria Jardineira	25	Rua da Cadeia
D. Michaela de Jesus Vasconcelo	28	Largo da Lapa
D. Carlota Joanna da Transfiguração	6	Travessa da Marquesa
D. Augusta de Lavallec	57	Mata-Cavalos

- a – quando foi publicada portaria ou decreto que designava o professor a cadeira após concurso público
b – no ano anterior teve 14 discípulos aprovados em exame
c – “Obs: O proprietário desta é o Pe Franehe: vencendo ordenado de 400\$000, e dá ao substituto 200\$
d – “Obs.: Esta aula está em muito má casa, dela falta luz, e por ser úmida.”

As transformações pelas quais a sociedade carioca oitocentista passava alteraram alguns comportamentos da população em relação à educação formal. A instrução passou a ser um bem valorizado e bem quisto, assim como a alfabetização das moças – que se transformou numa preocupação no período. Quando algumas das freguesias não dispunham de cadeiras públicas para meninas, seus moradores se mobilizavam e encaminhavam requerimentos para a Câmara, pedindo que fossem criadas escolas. Em 29 de setembro de 1840, por exemplo, Miguel Marques da Rocha e outros moradores, proprietários e negociantes da freguesia de São Cristovão pediram “a criação de cadeira de primeiras letras para meninas, visto já existir a escola para meninos”. O requerimento foi atendido em 17 de março de 1841.¹³³

A instrução pública, item indispensável para civilizar a população, era preocupação corrente dos governantes e habitantes do Rio de Janeiro.¹³⁴ Outros pedidos foram encaminhados solicitando a criação de aulas públicas de primeiras letras no período, tanto para meninos quanto para meninas. Os governantes atendiam esses pedidos por meio do *Desembargo do Paço* (1808-1824)¹³⁵ e, posteriormente, pela *Secretaria de Negócios do Império* (1831 em diante). No entanto, a criação das escolas não ficou dependente dos pedidos, uma vez que muitas foram criadas por iniciativa do poder público.

¹³³ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.2 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas.

¹³⁴ Em 1810, José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, deixou a seguinte consideração sobre as benesses da ilustração da população: “*Smith observa, que um povo instruído é sempre mais obediente, e morigerado, do que um povo ignorante, e estúpido. Quanto ele tem mais luzes, tanto é menos exposto às ilusões do entusiasmo, e superstição, e tanto é mais capaz de ver as queixas interessadas de facção, e sedição, e não se precipita a fatos de insubordinação, e revolta. Ele sente que é mais respeitável, e portanto é também mais disposto a respeitar os seus legítimos superiores, e adquire hábitos de ordem e virtudes Moraes, e políticas*”. Acerca das belas letras e das ações do monarca português para melhorar e ampliar a instrução pública, na nova sede da Corte portuguesa, Silva Lisboa pondera: “foi elegantemente notado por um dos preeminentes gênios da antiguidade, que a cultura das letras impedia a fereza dos costumes [...]. Por isso [...] S.A.R não só tem mantido os estudos de belas letras, e da filosofia que haviam no Brasil, mas já ordenou o estabelecimento de outros de alta literatura, para o ensino das ciências matemáticas, e por um plano (que logo virá a luz) talvez o mais vasto, e mais bem harmonizado, de instrução pública, em todas as repartições de milícia e marinha que nos são a necessidade imediata, &c.” **Correio Braziliense**, v.5, n.31, p.612-613, dez., 1810.

¹³⁵ **Arquivo Nacional** – caixas 147 a 149 – Cadeiras de Instrução Pública (1807-1828); *Série Educação* coleções IE3 e IE833.

Outro elemento a ser considerado era a procura, pelos professores, das cadeiras que se encontravam vagas nas freguesias. No período que cobre a chegada da corte até a abdicação de D. Pedro I, foram vários os pedidos. Na maior parte dos requerimentos, em que informavam que na cadeira A ou B se encontravam vagas, os postulantes escreviam que, para “melhorar e ampliar as ciências no reino”, gostariam de assumi-las.¹³⁶

Para se tornar professor ou professora¹³⁷ público (a) de primeiras letras ou de estudos menores na Corte, o candidato deveria ser aprovado em concurso. Esses concursos exigiam basicamente que o postulante fosse maior de 25 anos, dominasse os conteúdos e mostrasse em entrevista que sabia escrever e realizar as operações básicas de matemática, ter aptidão para o ofício e, além disso, ter uma conduta moral adequada e exemplar. Os pareceres dos responsáveis pela seleção era o que determinava o sucesso do candidato. A procura para assumir uma cadeira régia era grande, visto que garantia um emprego no Estado e um ordenado que oscilava entre 400 e 600 mil réis anuais, valor que se manteve durante todo o período. Entretanto, desde 1821, qualquer cidadão que tivesse vontade ou talento poderia abrir uma Escola particular sem a necessidade de ser testado ou de obter licença real.

Em 1823, a Assembléia Legislativa queria tomar pé da situação da instrução pública no país. José da Silva Lisboa encaminhou um relato, a José Bonifácio, detalhando o número e quais eram os professores das cadeiras régias mantidas na Corte. O relato de Cairu dizia:

A aula de Filosofia Racional e Moral era dada pelo Padre Inácio José da Cunha e tinha como substituto o Padre Joaquim da Soledade. A aula de retórica era dada por João José Vahia, sem substitutos. A aula de língua [latina], pelo Frei Custódio de Faria, sendo seu substituto o Padre Pedro Bandeira Gouvêa. Os estudos de Gramática Latina tinham dois mestres: Padre Luiz Antonio de Souza e João Batista Soares dos Santos, assim como dois substitutos: João Alves de Souza e Agostinho Lore. As aulas de língua inglesa eram dadas por

¹³⁶ **Arquivo Nacional** – Fundo: Mesa do Desembargo do Paço. Caixas 147 a 149: Cadeiras de Instrução Pública (1807-1828). Arquivo Nacional – Fundo: Série Educação. Caixas IE3 e IE3 833.

¹³⁷ No caso das mulheres, havia algumas prerrogativas, segundo Alessandra Frota de Schueler: “Para as mulheres, ainda que maiores de 25 anos, havia outras exigências, reveladoras das relações sociais entre os sexos. No caso das moças solteiras, era necessária a apresentação de expressa autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatassem a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito. Quando separada, segundo as normas eclesiais, deveria apresentar a certidão do pároco.” SCHUELER, Alessandra Frota de. De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. **Educação**, Porto Alegre, ano XVIII, p.333-351, maio/agosto, 2005, p.335.

Guilherme Paulo Tilbury e as de língua Francesa por Luiz Carlos Franch. A aula de desenho, por Manuel Dias de Oliveira e nas Escolas de primeiras letras se tinha: Luiz Antonio da Silva, na freguesia de São José; Luiz Joaquim Varela da Franca, na Candelária; Padre Bento Fernandes Furtado, na Sé; Venâncio José da Costa, em Santa Rita; José Simão da Fonseca, em Santana. Como mestre do Ensino Mútuo, havia Nicolau Diniz José Raymundo. E, na excepcional cadeira de economia política, José da Silva Lisboa. Havia ainda aulas de mineralogia, zoologia, botânica, assim como os cursos oferecidos na Academia Militar. O Tesouro Nacional arcava também com os honorários de um responsável pela inspeção da diretoria dos estudos. De 28 de julho de 1823, assinada por José da Silva Lisboa, a pedido de José Bonifácio, informação circunstanciada.¹³⁸

Com o propósito de ampliar a instrução, a Câmara do Rio de Janeiro editou uma lei em 15 de outubro de 1827 que mandava “criar Escolas de instrução primária nos lugares de população vantajosa”, obedecendo ao §32 do art. 179 da Constituição do Império.¹³⁹ A partir de 1832, a *Secretaria de Negócios do Império* tomou uma série de medidas para avaliar a situação da instrução pública na Corte, a fim de melhor organizá-la. Para tanto, foi expedida uma portaria que exigia a entrega de relatórios detalhados sobre as cadeiras de primeiras letras da Corte. A Câmara, por sua vez, encaminhou aos fiscais de freguesias um requerimento pedindo que observassem e fizessem cumprir a Portaria.

Em janeiro de 1833, José Maria Cavagna Quaresma, fiscal da freguesia de Santa Anna, encaminhou seu relatório que apontava quais eram os itens exigidos pela Secretária. Disse o fiscal:

Por ofício do Secretário de 9 do corrente mês me foi comunicado a determinação de V.S^{as}, para eu dar em observância das Portarias da Secretária de Estado dos Negócios do Império de 6 e 24 de Dezembro próximo passado uma relação das Escolas de primeiras letras de minha Freguesia com as seguintes especificações: 1º, a que freguesia pertence; 2º se pública ou particular; 3º, se de meninos ou meninas; 4º, sendo pública o ano de sua instalação; 5º, o número de alunos que foram aprovados no ano precedente, e a lista nominal das mesmas; 6º, número de que continuam a freqüentar a respectiva aula; 7º, o nome dos professores; 8º, seus vencimentos; 9º, as datas de seus provimentos; 10º, as datas de criação das aulas, e que remeta outra semelhante relação das Aulas de Estudos Menores, e que estas

¹³⁸ **Biblioteca Nacional** – Sessão de Manuscritos – Informação sobre os estabelecimentos de ensino da mesa do Desembargo do Paço. II 34, 30, 24. (Anexo). Cópia da transcrição do documento cedido gentilmente pela historiadora Maria Renata da Cruz Duran.

¹³⁹ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.2 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas. Diz o parágrafo 32 do artigo 179, que trata dos direitos civis: “A Instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos”.

relações sejam acompanhadas de observações sobre a assiduidade, capacidade e zelo dos respectivos Professores, aproveitamento dos alunos, e meios de obter que se hajam introduzido, e de fazer o ensino cada vez mais proveitoso, declarando se os Professores desempenham as obrigações do artigo 70 do Regimento das Câmaras, e se fazem distinções entre os Discípulos.¹⁴⁰

Praticamente todos os fiscais das freguesias da Corte, a exemplo do já citado Francisco Caetano Martins, encaminharam relatórios detalhando os itens pedidos na portaria da *Secretaria de Estado dos Negócios do Império*. A maior parte dos professores que atuavam na Corte eram particulares; individualmente, atendiam uma quantidade menor de alunos e alunas em comparação aos professores públicos. No conjunto, porém, eram responsáveis por um número maior. Os professores públicos recebiam entre 400 e 500 mil réis anuais de salário¹⁴¹; quanto aos professores particulares, não existem dados que apontem seus rendimentos.

Quando se fala em escola no início do século XIX, não podemos tomar como parâmetro as escolas de nossos dias. Normalmente, as aulas eram dadas na casa do professor ou em imóvel alugado. No caso das cadeiras públicas, o aluguel era pago pelo Estado. Não havia salas que separavam os alunos por idade ou grau de conhecimento. Todos assistiam às aulas juntos e o professor ensinava os conteúdos de acordo com o “adiantamento” de cada um.

Ainda no que diz respeito à organização da educação da juventude brasileira, em dezembro de 1829 foi criada, por decreto, uma comissão composta por professores responsáveis para elaborar um regulamento de ensino para as escolas. O objetivo era padronizar o método de ensino, para “que os alunos, que por quaisquer circunstâncias, se mudassem de umas para outras, nada perdessem com a mudança e, aliás, progredissem sempre nos seus conhecimentos”.¹⁴²

Em agosto de 1833, foram impressas e distribuídas às escolas públicas duas tabelas que indicavam os conteúdos para as aulas de “leitura de aritmética” e de “leitura”, elaboradas pelos lentes Francisco Joaquim Nogueira Neves e Felizardo

¹⁴⁰ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas, fl.2.

¹⁴¹ Essa foi a média salarial do professorado do Rio de Janeiro e de outras províncias no Brasil na primeira metade do século XIX, como podemos observar no seguinte conjunto de documentação: **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas; **Arquivo Nacional** – Fundo: Mesa do desembargo do paço. Caixas 147 a 149: Cadeiras de Instrução Pública (1807-1828); **NUDOM** Livro 1 – Livros de ordenados e vencimentos dos empregados do Imperial Colégio de Pedro II. Entretanto, em alguns casos, como o da cadeira de francês, o ordenado foi aumentado para 600\$000 reis anuais - bem como as cadeiras de gramática latina, inglês, e grego.

¹⁴² **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas, fl.53.

Joaquim da Silva Moraes, ambos professores públicos do 1º distrito de Sacramento. O primeiro possuía 155 alunos; o segundo, 78. O edital e as tabelas elaboradas pelos professores traziam o seguinte conteúdo:

[...] Manda a Regência em Nome do Imperador pela Secretária dos Negócios do Império remeter a Câmara Municipal desta Cidade os inclusos exemplares da referida tabela, que houve por bem aprovar, para que distribuindo-os por cada uma das Escolas Públicas de primeiras letras do seu Município, faça que os respectivos Professores observem a classificação nela indicada, proibindo-lhes qualquer outro arbítrio no ensino de seus alunos, pelo que ficam responsabilizados: há por bem recomendar-lhe que conserve os exemplares, a fim de se distribuírem pelas Escolas, que para o futuro se estabelecessem no nosso município. Palácio do Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1833.¹⁴³

QUADRO III – TABELA PARA LEITURA DE ARITMÉTICA NAS AULAS DE ENSINO-MÚTUO

Objetivos	Para as classes	ARITMÉTICA
1º	1ª	Números dígitos
2º	2ª	Combinações de dezenas
3º	3ª	Ditas de centenas
4º	4ª	Ditas de milhares
5º	5ª	Dita de dezenas de milhares
6º	6ª	Dita de centenas de milhares
7º	7ª	Tabuadas de somar e diminuir
8º	8ª	Ditas de multiplicar e dividir
9º	9ª	Fórmula de adição e subtração
10º	10ª	Dita de Multiplicação
11º	11ª	Dita de divisão
12º	12ª	Frações ordinárias
12º	13ª	Dita de decimais
14º	14ª	Proporções
15º	15ª	Alguns problemas de fácil resolução, adaptados à capacidade dos meninos
16º	16ª	Geometria Prática

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1833

QUADRO IV – TABELA PARA AS CLASSES DE LEITURA NAS AULAS DE ENSINO-MÚTUO

Objetivos	Para as classes	DOCTRINAS
1º	1ª	A, B, C, minúsculos e maiúsculos nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras. Idem em manuscritos nas 4 ^{as} e sábados.
2º	2ª	Sílabas de 2 e 3 letras
3º, 4º e 5º	3ª, 4ª e 5ª	Ditas de 3 letras
6º	6ª	Dita de 4 letras e articulações

¹⁴³ Ibid.

7º	7ª	Vocabulário do expositor português nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e doutrina cristã nas 4 ^{as} e sábados
8º	8ª	Histórias morais de leitura para meninos nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras. E a Bíblia do Tesouro de meninas manuscrita nas 4 ^{as} e sábados
9º	9ª	Alguns provérbios de Simão de Natua nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e a continuação da Bíblia manuscrita nas 4 ^{as} e sábados
10º	10ª	A história de Simão de Natua nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e a continuação da Bíblia manuscrita nas 4 ^{as} e sábados
11º	11ª	História do Brasil, traduzida por Belegarde nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e a Constituição do Império nas 4 ^{as} e sábados ^a
12º	12ª	Tesouro dos meninos nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e caligrafia nas 4 ^{as} e sábados
13º	13ª	Economia da vida humana nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e o livro dos meninos nas 4 ^{as} e sábados
14º	14ª	Deveres do homem, por Eusébio Vanerio, nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e a Escola Política, por Fr. João de Nossa Senhora de Porta Siqueira, só o que pertence a civilidade nas 4 ^{as} e sábados
15º	15ª	Gramática do Padre Fortes, nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e o Resumo da Ortografia por Becker nas 4 ^{as} e sábados
16º	16ª	Noções Elementares de Geografia, traduzida por um brasileiro nas 2 ^{as} , 3 ^{as} , 5 ^{as} e 6 ^{as} feiras, e Princípios de Geometria Prática nas 4 ^{as} e sábados

Nota: Os professores, que não tiverem igual número de classes, poderão suprimir da 9ª classe inclusive por diante, o que julgarem conveniente, menos a Bíblia, e as matérias expressas na Lei, podendo resumir em todas as classes, as matérias de duas, ou mais, em uma só: v.g. as da 2ª, 3ª, 4ª só na segunda, e assim por diante.

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1833

a – A obra “História do Brasil” traduzida pelo Major de Engenheiros Henrique Luiz do Niemeyer Bellegarde foi substituída por outra, em 1834, de acordo com portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império: “*determina a mesma regência em nome do Imperador, pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Império, que a Câmara Municipal desta cidade esqueça as convenientes ordens aos respectivos professores de seu Município, para que a leitura daquela tradução substituam da obra mencionada a da obra do mencionado Bellegarde, intitulada = Resumo da História do Brasil =; por ser mais completa, e achar-se inteiramente expurgada dos erros, que do original haviam passado a citada tradução. Palácio do Rio de Janeiro em 26 de julho de 1834. Antonio Pinto Chichorro da Gama.*”¹⁴⁴

Os conteúdos que deveriam ser apreendidos abarcavam os conhecimentos tidos como básicos a serem ensinados nos anos iniciais da instrução no período; além disso, a formação não era direcionada apenas para o ensino, mas também para a construção do caráter moral dos meninos e meninas. Há também, nesse momento, uma espécie de institucionalização da história pátria, que deveria ser transmitida às novas gerações com a adoção de um livro específico.

Nos relatórios encaminhados a Câmara do Rio de Janeiro pelos fiscais de freguesia, um dos itens que estava sempre em evidência era se os professores seguiam os conteúdos e o método de ensino apropriados. O *Método de Ensino Mútuo*, também conhecido como *Método de Lancaster* ou *Método Lancasteriano*, desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), dava o norte da educação na primeira metade do

¹⁴⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1831-1839), fl. 108.

século XIX. Tais ações tinham como meta dar à instrução da mocidade brasileira um caráter racional; seguir um método de ensino desenvolvido sobre pressupostos científicos significava um importante passo para se alcançar o patamar de país civilizado.

O Método em questão foi “introduzido” no Brasil em 1819. Eusébio Vaneiro, professor de primeiras letras, produziu um Manual (traduzido do original em inglês) no qual explicava o funcionamento e as vantagens do método que estava sendo imitado “nos quatro cantos do mundo”.¹⁴⁵ Segundo Vaneiro, ele e sua esposa já o aplicavam, desde 1810, na educação de meninos e meninas. O sistema era simples: baseava-se na repetição (fazer e refazer várias vezes o mesmo exercício nas pedras de ardósia), memorização (que impedia a preguiça e acalmava a alma) e disciplina rigorosa (quase militar) dos alunos. Além disso, os discentes não eram apenas receptores/memorizadores: dependendo do seu “adiantamento”, o aluno “a” ou “b” poderia atuar como uma espécie de monitor, ajudando os outros e conquistando honrarias. No prefácio do Manual, Eusébio Vaneiro retirou de um “Novo Periódico em Português” (não identificado) uma análise sobre os defeitos da educação no período:

O defeito principal parece a nosso ver consistir no curto espaço de tempo, que se consome, no muito duas horas de trabalho, que nele são precários e em não haver algum sistema autorizado e aprovado pelo Estado. [...]. Outro defeito do método ordinário é a fadiga, que o mestre denominado sofre, por quanto esta o incapacita as suas faculdades intelectuais, aquele desenvolvimento daquelas são suscetíveis, donde vem que os progressos das faculdades tanto intelectual como Moraes são tardios, segundo o grau de inação, em que as mesmas se acham, e que mais tempo e por conseguinte mais dinheiro se consome do que um método no qual se adquire necessária instrução com maior facilidade e proveito. Além disso, o plano ordinário é decerto modo enfadonho tanto ao mestre em virtude do trabalho, que sofre, e ao discípulo pela falta de estímulos, cooperação e entretenimento.

¹⁴⁵ **Arquivo Nacional** – Manual do Sistema da Sociedade da Escola Britânica e Estrangeira de Londres. Para ensinar Ler, Escrever, Aritmética e Trabalhos nas Escolas Elementares segundo o Método do Ensino Mútuo inventado por Mr. Lancaster. Traduzido do Inglês. Oferecido a Sua Real Majestade, o sereníssimo Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves por Eusébio Vaneiro. In: Fundo: Diversos. Códice 807 – Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos, v.12, fl. 234-332. A dita *Sociedade da Escola Britânica e Estrangeira* tinha por objetivo principal a educação dos filhos da classe trabalhadora. “Esta Instituição será designada “*Instituição para promover a educação das Classes trabalhadoras e manufatureiras da Sociedade, de todas as origens religiosas e para o fim de poder fazer pública a extensão de seus objetos, será intitulada “The British & Foreigner School Society”*. Os esforços desta associação foram bem sucedidos, pois, no início do século XIX, em várias localidades da Europa, novas escolas inspiradas em seus pressupostos foram criadas. No caso do Brasil, entre os objetivos de Vaneiro estava, além da aplicação ampla e sistemática do *Método Lancasteriano*, o desenvolvimento dos meninos e meninas pobres.

É tão bem pouco digna de aprovação a seguida disciplina, por que apesar dela ser em geral rigorosa, é com tudo antes filha do terror, talvez pela impossibilidade, em que estão os mestres de adotar outros meios, do que devida a persuasão em que acham mestres e discípulos, de que afim o exija a boa ordem, ou Um bom regulado sistema de educação. Há castigo demais e galhardas de menos, consequentemente pela maior parte a obediência e os esforços do discípulo tem antes a sua origem no medo do que no desejo de bem desempenhar suas obrigações, ou em uma nobre e venerável aceitação; donde segue-se que no todo os seus progressos serão com probabilidade vagarosos e a sua educação imperfeita.¹⁴⁶

No método de Lancaster, por sua vez...

não existem tais inconvenientes, tão bem suprido é o plano, [...], que um mestre pode em breve tempo e com uma despesa comparativamente pequena, ensinar a vários centos de rapazes os princípios gerais dos conhecimentos humanos com pouco trabalho pessoal, com uma ordem e exatidão superiores à disciplina militar e por um modo mui próprio para aperfeiçoar as faculdades intelectuais e morais com uma rapidez e sucesso incomparáveis. Na escola Lancasteriana estão as coisas de tal modo organizadas que a atenção, a indústria e os esforços dos discípulos estão em perpétuo vigor, antes tem sempre a louvável ambição de obter as distinções e lugares de honra. Ainda que nela se não se ensina Credo, nem doutrina particular, exceto os princípios gerais da Religião Cristã,¹⁴⁷ admirados e adotados por todas as seitas dos Cristãos; ainda que a um tal plano poucas objeções se possam haver e com tudo quanto se julga necessário ensinar alguma doutrina ou catecismo particular, isto se pode mui bem efetuar por meio do método geral de Lancaster.¹⁴⁸

Apesar da ocorrência de algumas iniciativas para se introduzir o *Método de Lancaster* ainda no período joanino, a obrigatoriedade da sua aplicação em todas as cadeiras de instrução pública data de 1827, quando foi outorgada a lei de 15 de outubro, que “*Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades e lugares mais populosos do Império*”.¹⁴⁹

A exigência de seguir o *Método de Lancaster* parece ter sido aplicada com certo rigor nos anos 30, pois, em algumas ocasiões, como no caso do professor público de primeiras letras Simão Bernardino da Costa, que lecionava para 63 alunos,¹⁵⁰ não seguir as ordens levava à perda de parte dos vencimentos do docente transgressor. O relatório

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ O único livro religioso que poderia ser adotado nas aulas era a Bíblia Sagrada. Ibid.

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ BRASIL. Atos do Poder Legislativo, 1827, p.71-73. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_19.pdf>>

¹⁵⁰ Provido na respectiva cadeira em 22 de Junho de 1831 que, por sua vez, foi criada no mesmo ano.

do fiscal de freguesia¹⁵¹, no caso de Costa, levou a uma ação enérgica por parte da *Secretaria de Estado dos Negócios do Império*, que deliberou:

Tendo a Regência em Nome do Imperador, por Aviso de 29 de Novembro deste ano, ordenado, que pelo Tesouro Nacional se pague a Simão Bernardino da Costa, professor público de Primeiras Letras da Freguesia do Engenho Velho, a quantia de cento e cinquenta mil réis, pelo aluguel da casa, em que está estabelecida a sua Aula, de cinco meses vencidos no fim do dito Novembro. A mesma regência assim o Manda, pela Secretaria d'Estado dos Negócios do Império, participar a Câmara Municipal desta cidade, para sua inteligência bem como que daquela data em diante, se não abonará ao mencionado Professor mais quantia alguma para o aluguel de casas, visto não estar a sua escola ainda montada pelo Método Lancasteriano e não haver lei que autorize semelhante despesa acerca das Escolas de Ensino Individual. Palácio do Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1833. Antonio Pinto Chichôrro da Gama.¹⁵²

O mesmo Antonio Pinto Chichôrro da Gama, então Secretário de Estado, em seu relatório ministerial de 1833 – apresentado à Assembléia Geral Legislativa em 1834 –, não estava plenamente satisfeito com os rumos que a instrução pública até então tomara. Além do controle que deveria ser exercido sobre a aplicação do método do ensino mútuo, Antonio Chichôrro ainda defendia que o sistema de educação fosse aperfeiçoado. Segundo o Ministro:

Já no Relatório se voz fez sentir a conveniência de se unirem em um só Colégio as Cadeiras de Estudos menores, que existem avulsas nesta cidade, a fim de serem melhor dirigidas e fiscalizadas. Igual providência é reclamada para as capitais de outras Províncias; e o Governo espera que não deixareis de prestar a Vossa atenção a este objeto, fornecendo meios para a construção, e arranjos dos edifícios e criando Empregos preciosos.

No mesmo Relatório se vos ponderou que as Aulas d'Ensino Mútuo, qualquer que seja a razão não tem correspondido as nossas esperanças; e eu vejo-me na forçosa necessidade, de confirmar esta asserção. O bem do serviço, Senhores, imperiosamente reclama a criação de um Inspetor d'Estudos, ao menos na Capital do Império. É impraticável que, em um País nascente, onde tudo está ainda a criar, e com a mal Sistema Administrativo, que herdamos, o Ministro possa presidir exames, fiscaliza Escolas, e descer a outras minuciosidades. Quanto a

¹⁵¹ Manoel Joaquim Simão, fiscal da freguesia do Engenho Velho, fez a seguinte observação em seu relatório: “Em quanto aos mais quesitos necessários, acho todo o zelo, e assiduidade no dito Professor Público, e aproveitamento nos seus alunos, faltando-lhe unicamente, para melhor preencher as funções do seu Magistério, a observância do Artigo 4º da Lei d'outubro de 1827, bem como o meio de obstar os abusos é pedir-se ao Governo o cumprimento do Artigo 5º da mesma Lei. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1831-1839), fl. 89.

¹⁵² **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1831-1839), fl. 76.

fiscalização, é certo que as Câmaras Municipais também tomam parte nela, mas estas corporações, principalmente fora das grandes Cidades, não são as mais aptas para semelhante serviço.¹⁵³

O cargo de Inspetor Geral das escolas foi criado na Corte apenas em 1851, por meio do decreto nº. 630 de 17 de setembro, que autorizava o Governo a reformar o ensino primário e o secundário – uma tentativa de melhorar a normatização da educação, especialmente na Corte, onde se localizava a maior parte das cadeiras públicas e particulares. Apesar dos esforços para ampliar e melhorar a educação no país, não se pode cair na tentação, ou anacronismo, de acreditar que a educação oitocentista no Brasil tinha objetivos universais; a instrução, a bem da verdade, era marcada por distinções sociais, de gênero¹⁵⁴ e econômicas. Em 1834, por exemplo, o fiscal da freguesia de Santa Ana, José Maria C. Quaresma, mostrava-se, no seu relatório, perplexo ao constatar que o professor público João José Pereira Sarmiento não fazia distinção entre os alunos pobres e ricos. Após constatar que o dito professor não estava seguindo a tabela publicada pelo governo, o fiscal comentou:

[...] enquanto ao aproveitamento de seus alunos, não sei qual seja; pois que o ano findo, nenhum foi aprovado; e sobre a distinção entre os Discípulos, não tenho podido observar senão, que os vejo promiscuamente assentados os ricos entre os pobres; o que não obstante, custa acreditar-se, que o Professor seja indiferente com o filho do rico, que o obsequia com generosidade por Festas, como alguns fazem, a respeito daquele, que pela sua ímpia nada pode fazer. Para se acabar com tal abuso, era necessário, que houvesse Escolas privativas para a pobreza, onde não entrassem para ele os meninos, senão por um atestado de autoridade do local, em como não podiam pagar a instrução primária, então é que haveria mais sinceridade nos Professores.¹⁵⁵

Os meninos pobres, no entanto, não foram largados ao léu. Houve também uma série de iniciativas de particulares para melhorar a vida dessa grande fatia da população.

¹⁵³ BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império do ano de 1833** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antônio Pinto Chichorro da Gama.

¹⁵⁴ Segundo Ana Maria Mauad: “O que a educação e a escolha de um certo tipo de instrução arbitravam era a forma de acesso da criança ao mundo adulto, definindo-se os papéis sociais do homem e da mulher desde a meninice. Aos meninos, uma educação voltada para o desenvolvimento de uma postura viril e poderosa, aliada a uma instrução, civil ou militar, que lhe permitisse adquirir conhecimentos amplos e variados, garantindo-lhe o desenvolvimento pleno da capacidade intelectual. Os filhos da elite rural e urbana foram advogados destacados, médicos distinguidos, engenheiros desbravadores do Império...”. MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p.155.

¹⁵⁵ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1831-1839), fl. 91.

Algumas sociedades foram criadas para instruir os garotos pobres, como a *Sociedade Jovial e Instrutiva*, fundada em 1829. Essa sociedade que, a partir de maio de 1831, passou a se chamar *Sociedade Amante da Instrução*, cedia espaço, em sua sede, para ministrar aulas de primeiras letras a crianças pobres. Apesar das dificuldades encontradas nos primeiros anos de funcionamento, a *Sociedade Amante da Instrução*, em sua precária sede inicial, no Beco da Lapa, n.11, ensinava 10 meninos pobres gratuitamente.¹⁵⁶ Oito anos depois, em 1839, o *Jornal da Sociedade Amante...* veiculou uma tabela que registrava o “*movimento das aulas de primeiras letras da Sociedade nos meses de Junho e Julho*”. Nesse período, o número de alunos era bem significativo comparado aos anos iniciais, pois cento e oitenta e dois alunos frequentavam as aulas de primeiras letras promovidas pela Sociedade, sendo que, deste total, cento e vinte e oito eram “indigentes” e recebiam educação gratuita.¹⁵⁷

Outra iniciativa na mesma direção veio da *Sociedade Promotora da Instrução Primária da Juventude Indigente*. Em 1834, os membros da dita sociedade enviaram à Câmara do Rio de Janeiro pedido para concessão de um espaço para que pudessem funcionar em melhores condições de instruir os desprivilegiados. Os membros da Câmara, por sua vez, sensibilizados pela iniciativa, cederam um salão no prédio do órgão legislativo.¹⁵⁸

A educação era direcionada apenas aos livres, mas nem mesmo estes, na sua maioria, tinham acesso a ela, seja por limitações socioeconômicas, seja pela falta de escolas, seja, ainda, pela falta de interesse das famílias. Não se pode dizer, entretanto, que não houve avanços e um crescimento exponencial na quantidade de meninos e meninas que passaram a conhecer, mesmo que, minimamente, o mundo das letras e dos números. Em 1856, o vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, Antonio Nicolau Tolentino, apresentou um relatório de província à Assembléia Legislativa no qual informava que, em toda a província, 5196 alunos entre 6 e 15 anos frequentavam as

¹⁵⁶ SILVA, Alfredo do Nascimento. Histórico da Sociedade Amante da Instrução. **RIHGB**, t.55, parte II, p.97-140, 1892, p.111-113.

¹⁵⁷ **Jornal da Sociedade Amante da Instrução**. Rio de Janeiro: Tip. do Diário de N. L. Vianna, 1839, p.12. A única edição deste jornal sobrevivente às vicissitudes do tempo é a edição n.2, de 28 de agosto de 1839, com 12 páginas. Esse número é fúnebre, pois se dedicou a elogiar, com um texto que ocupa metade da publicação e um poema (“Epicédio”), o recém-falecido presidente da Sociedade, o Tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva. Na continuação da publicação há uma série de versos que teriam sido declamados pelos alunos e alunas da Sociedade.

¹⁵⁸ **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** – Códice 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1831-1839), fl. 118. “Carta de agradecimento pela concessão de um salão no prédio da Câmara para a realização das atividades da Sociedade Promotora da Instrução Primária da Juventude Indigente”.

aulas públicas, sendo 3751 meninos e 1345 meninas.¹⁵⁹ Pouco mais de vinte anos antes, em 1833, o total de alunos da província somava 1372.¹⁶⁰ Tolentino, não satisfeito com a situação, fez a seguinte consideração sobre os números citados:

Mas, em verdade, se atentarmos a que a população livre da província do Rio de Janeiro orça por 285.000 almas, e se delas tomarmos um sétimo para a de 6 e 14 anos, haverá para este grupo de idades 40.714, deduzidos os alunos que freqüentam as aulas da província 5.974 e mais um terço deste para os que por ventura recebam educação particular 1.991, teremos que 32.749 meninos deixam de receber este alimento, que sem dar por exatos, são os únicos a que pode socorrer-me na matéria sujeita.¹⁶¹

Nas duas primeiras décadas após a chegada da Corte joanina, a maior concentração de alunos se dava em torno dos mestres-escolas¹⁶². Nos decênio seguintes, a situação inverteu-se, sobretudo fora da Corte, haja vista a adoção de algumas medidas, como a subvenção de colégios particulares. Como contrapartida ao auxílio de 4:000\$000 que essas escolas receberiam, elas deveriam permitir que 20 alunos externos e 4 alunos internos pobres recebessem ensino gratuitamente.¹⁶³

No que se refere à educação, um grande avanço, porém, foi realizado com a criação de uma das principais instituições brasileiras de ensino do século XIX, o *Imperial Colégio Pedro II*. Fundado em 1838 pelo Regente Interino Bernardo Pereira de Vasconcelos,¹⁶⁴ a instituição foi lugar de passagem quase obrigatória para muitos homens que vieram a atuar nos negócios de Estado no país ao longo de todo o século XIX.¹⁶⁵ Inspirado nos Liceus e Colégios fundados por Napoleão, na França, no início

¹⁵⁹ BRASIL. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 11 a legislatura pelo vice-presidente da Província, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino**. Nictheroy, Typ. da Patria de C.B. de Moura, 1856, apêndices (mapa 3). Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/786/index.html>>>. Acesso em março de 2009.

¹⁶⁰ BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império do ano de 1833** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antônio Pinto Chichorro da Gama. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1834.

¹⁶¹ BRASIL. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 11 a legislatura pelo vice-presidente da Província, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino**. Nictheroy, Typ. da Patria de C.B. de Moura, 1856, p.6. Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/786/index.html>>>. Acesso em março de 2009.

¹⁶² Uma das maneiras como os professores eram chamados no Brasil do século XIX.

¹⁶³ BRASIL. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 11 a legislatura pelo vice-presidente da Província, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino**. Nictheroy, Typ. da Patria de C.B. de Moura, 1856, p.6-7. Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/786/index.html>>>. Acesso em março de 2009.

¹⁶⁴ Sobre o Regente ver CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: _____ (org. e introd.) **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999, p.9-36 (Coleção Formadores do Brasil).

¹⁶⁵ Em 1838, por exemplo, ingressou no colégio como aluno José Álvares de Azevedo, e Manoel Araújo de Porto Alegre, importante artista e estadista oitocentista, foi nomeado professor de desenho do colégio.

do século¹⁶⁶ e nas novas escolas inglesas, o Colégio Pedro II foi considerado um verdadeiro bastião da civilização no país.

No discurso de abertura da instituição, o Regente Interino, dirigindo-se aos pais presentes e, principalmente, ao primeiro reitor do colégio, Frei D. Antônio, Bispo de Anémúria, discorreu sobre as características da escola, sobre os seus modernos regulamentos e sobre o que todos deveriam esperar dela:

Devo, porém, advertir a V. Ex. que as regras consagradas nesses Regulamentos não são teorias inexperas; elas foram importadas de países esclarecidos, tem o cunho da observação, têm o abono da prática e deram resultados de transcendente utilidade. Não nos assuste, pois, a sua literal observância: a mocidade Brasileira não é menos talentosa, nem menos capaz de morigerar-se que a desses países onde elas têm aproveitado. E notará V. Ex. que a maior parte de suas disposições respeitam mais aos professores e inspetores, do que aos alunos; pendendo deles a moralidade, conduta e aproveitamento nos estudos colegiais; e sendo o principal intuito do Governo prevenir para não ter ocasião de punir, a severidade da disciplina deveria pesar mais sobre esses empregados, do que sobre os alunos, fáceis de conduzir quando a vigilância e o respeito lhes assinala a estrada. (...) Penetrado destas verdades, e depositando em V. Ex. a máxima confiança, o Regente Interino, se congratula com os Pais de Família, pelos bons estudos, que dirigidos por V. Ex., mediante as luzes tão distintos professores, vão abrir a seus filhos uma carreira de glória e fazê-los entrar no santuário do verdadeiro saber. O saber é força: e é V. Ex. que vai ser modelador desta força irresistível, desta condição vital da sociedade moderna.

E V. Ex. colocado a testa da civilização, e da instrução Fluminense, está constituído o Pai, e o apóstolo desta esperançosa mocidade, que aprendendo em V. Ex. a independência da virtude, a firmeza de caráter, a energia, e o valor da ciência, a pureza da moral, e o respeito à Religião, tem de dar à Pátria, à Nação, à Liberdade, ao Trono e ao Altar, servidores fiéis, honra e tradição do nome Brasileiro. É trabalhosa a inveja, e triunfante a razão, o Rio de Janeiro agradecido colocará o nome de V. Ex. na lista da Humanidade. Queira a Providência divina favorecer as justas esperanças do Regente Interino, e do Governo do Brasil.¹⁶⁷

O estatuto (regulamentos) do colégio era formado por 232 artigos que versavam em detalhes sobre as posturas dos empregados, dos alunos e a organização das aulas, desde o horário que deveriam começar até as lições que deveriam ser ensinadas. O colégio era integral e possuía duas modalidades de alunos, internos e externos. Apenas

¹⁶⁶ O Correio Braziliense publicou alguns artigos sobre a fundação e a organização desses liceus e das pretensões de Napoleão de unificar todo o sistema de ensino na Europa em uma *Universidade Imperial*. **Correio Braziliense**, v.1, n.2, jun., 1808, p.118-119 e v.1, n.3, ago., 1808, p.201-202.

¹⁶⁷ **ANUÁRIO do Colégio Pedro Segundo**. Volume XV 1949-1950 [Contem compilação de documentos] p.238-241.

meninos poderiam frequentar as aulas. Os internos residiam na própria escola; já os externos vinham das suas casas às seis da manhã e retornavam às nove da noite, após o dia completo de atividades, que ia da oração da manhã à oração noturna, passando pelas aulas, refeições e recreios.¹⁶⁸ O reitor e demais funcionários do Colégio Pedro II, nos primeiros anos de funcionamento, eram diretamente subordinados ao Ministro do Império, que vez ou outra nomeava comissários para verificar o andamento das atividades, assistindo às aulas e fiscalizando as dependências.¹⁶⁹ Os alunos eram agrupados em classes que deveriam ter no máximo 35 alunos. Inicialmente, a idade para entrar na escola era de oito anos; entretanto, abria-se exceção para crianças de até 12 anos, desde que soubessem ler e realizar operações básicas de matemática. Esses casos deveriam passar por autorização.¹⁷⁰

O primeiro regulamento previa que, durante as oito aulas diárias, fosse aplicada, semanalmente, a seguinte quantidade de lições por disciplina: Gramática Nacional 10; Latim 50; Grego 18; Francês 5; Inglês 5; Geografia 11; História 12; Retórica e Poética 20; Filosofia 20; Matemática 29 (somadas as aulas de Aritmética, Geometria, Álgebra e Trigonometria Mecânica); Astronomia 3; História Natural 4 (somadas Zoologia, Botânica e Mineralogia); Ciências Físicas (Química e Física) 6; Desenho 8; e Música Vocal 6. Se os pais ainda quisessem, os alunos poderiam ter aulas de danças nos feriados. A formação completa no colégio durava sete anos.

Em 1841, os estatutos foram modificados.¹⁷¹ Algumas disciplinas foram acrescentadas e outras foram reorganizadas ou mesmo suprimidas. A nova grade curricular que passaria a ser aplicada no Colégio, distribuída nos mesmos sete anos, ficou reorganizada da seguinte maneira: Gramática Geral e Nacional 5; Latim 29; Grego 15; Francês 15; Inglês 13; Alemão 13; Geografia Descritiva 10; História 15;¹⁷² Retórica e Poética 10; Filosofia 5; Matemática 10 (somadas as aulas de Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria, Geografia Matemática ou Cosmografia e Cronológica);

¹⁶⁸ **Coleção de Leis do Brasil Império.** Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838. Estatutos para o colégio Pedro II.

¹⁶⁹ **ANUÁRIO do Colégio Pedro Segundo.** Volume XV 1949-1950 [Contem compilação de documentos].

¹⁷⁰ **Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM)** – Ofícios Recebidos. Livro 1 – Primeiro Livro de avisos do Império relativos ao Imperial Colégio de Pedro Segundo (com assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos) – 1838-1839.

¹⁷¹ BRASIL. Decreto de 1º de Fevereiro de 1841 – Altera algumas das disposições do regulamento n. 8 de 31 de dezembro de 1838, que contém os Estatutos do Colégio de Pedro II. In: *Coleção de Leis do Brasil 1841.* http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-27/Legimp-27_13.pdf

¹⁷² A História ensinada no Pedro II era dividida em História do Brasil, Média, Moderna, Romana e Antiga.

História Natural 4 (somadas Zoologia e Botânica, Zoologia Filosófica); Mineralogia e Geologia 2; Física e Química³; Desenho (dividido em caligráfico, linear e figurado) 15; e Música Vocal 13. Após 1843, os alunos do colégio, ao se formarem, passaram a receber o grau de Bacharel em Letras.¹⁷³

Fazendo uma rápida comparação entre as duas cargas horárias, percebe-se que a reformulação privilegiou ainda mais os conteúdos humanísticos, aumentando as aulas de história e de línguas (ao acrescentar o ensino do alemão). Em contrapartida, as aulas de matemática, física, química foram reduzidas ao mesmo tempo em que aparece a Geologia. Além disso, a Retórica e a Poética, tradicional campo da educação luso-brasileira, também perderam espaço. Importante, entretanto, é que a carga das “línguas clássicas”, como o Latim e o Grego, foi reduzida para que as “línguas modernas” estrangeiras ganhassem maior espaço.

O ensino de línguas era realizado a partir de livros de autores clássicos e modernos. As aulas de inglês no sexto ano, por exemplo, eram baseadas no livro *Ensaio sobre a Crítica*, de Alexander Pope.¹⁷⁴ No mesmo ano da grade, as aulas de francês eram alicerçadas na tragédia *Athalie* (edição de 1841), de Racine.¹⁷⁵ No ano anterior, os alunos na aula de francês liam Montesquieu. Em inglês, no sétimo ano, o objeto era o canto 2º do *Paraíso Perdido* de Milton e, em alemão, Goethe. As aulas de grego baseavam-se em livros clássicos, como Heródoto, Eurípedes, Homero, Demóstenes, Platão, Tucídides e Sófocles, e as de Latim, por sua vez, em Tácito, Plauto, Terêncio, Tito Lívio, Salústio, Ovídio, entre outros. Nos exames aplicados no fim do ano para aprovar o aluno na disciplina, eram pedidos temas específicos de páginas e versos.

Em Geografia, que entrava na grade a partir do segundo ano, aprendiam-se as noções básicas da disciplina e, a cada novo ano, as aulas eram dedicadas ao estudo dos aspectos físicos e sociais (civilização) de um dos continentes. Nas aulas de Ciências Naturais, ensinava-se sobre o sistema da natureza à luz do que havia de novo nessas áreas na Europa. As aulas de Física e Química tratavam de aspectos básicos; mas, com fins didáticos, eram realizados alguns exercícios práticos de medição e observação.

¹⁷³ Decreto .332 de 20/12/1843. Decreto n.354 – de 25 de Abril de 1844. In: BRASIL. **Coleção de leis do Brasil**.

¹⁷⁴ Os conteúdos que os alunos deveriam dominar para passar nos exames, bem como o conteúdo programático foram pesquisados, reunidos e publicados no estudo de Ariclê Vechia e Karl Michael Lovenz, “*Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)*”. Curitiba: Ed. Autor, 1998.

¹⁷⁵ Interessante observar que já existia tradução deste livro para o português desde 1762 em edição bilíngüe.

O Imperial Colégio Pedro II integrava-se a outras instituições de ensino e científicas do Rio de Janeiro. O colégio, por exemplo, recebeu doações de plantas climatizadas do *Jardim Botânico*¹⁷⁶ para serem usadas nas aulas de Botânica e alguns materiais para serem aplicados no estudo de história natural vindos do *Museu Nacional*.¹⁷⁷ Tanto o jardim quanto o museu eram espaços onde a pesquisa científica no país dava seus primeiros passos.¹⁷⁸ A *Real Academia Militar* confeccionava as tábuas e outros instrumentos que eram utilizados nas aulas de matemática, astronomia e de desenho do Colégio. A atenção era tanta que até mesmo parte da prataria e outros bens confiscados na expulsão dos jesuítas, no século XVIII, foram doados pelo governo à instituição.¹⁷⁹ Após tornarem-se bacharéis em letras, os ex-alunos do colégio Pedro II tinham um destino quase certo na continuação dos seus estudos. Geralmente ingressavam em uma das poucas instituições de ensino superior do país: as Faculdades de Direito, a Academia Militar ou as Faculdades de Medicina.

O *Imperial Colégio Pedro II*, que nasceu sob a tutela de Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi abraçado e acolhido como um “filho” por D. Pedro II, que se dedicava com bastante afinco às atividades desenvolvidas na instituição. O apreço do imperador pela escola era tamanho “que orgulhava-se de dizer: ‘Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e o Colégio Pedro II’”.¹⁸⁰ O Colégio Pedro II, apesar de oferecer algumas vagas gratuitas, era direcionado a preparar aquela parcela da mocidade brasileira que iria dirigir o país, tomar conta dos negócios de Estado. O colégio passou por várias reformas físicas e uma importante reforma curricular em 1854. Nessa reforma, ficou decidido que todo o ensino primário e secundário no país, tanto público quanto particular, deveria seguir os seus programas de ensino.

O alcance da instrução no Império brasileiro não pode, nem de longe, ser comparada ao das nações europeias. Contudo, a fundação de escolas, de novas cadeiras de primeiras letras, do Imperial Colégio Pedro II, de instituições de ensino superior – como a Real Academia Militar e, posteriormente, as faculdades de Direito (Recife e São

¹⁷⁶ **NUDOM** – Ofícios Recebidos. Livro 1 – Primeiro Livro de avisos do Império relativos ao Imperial Colégio de Pedro Segundo (com assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos).

¹⁷⁷ Ofícios Recebidos. Livro 1 – Primeiro Livro de avisos do Império relativos ao Imperial Colégio de Pedro Segundo (com assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos). Sobre o museu nacional ver LOPES, Margaret Lopes. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁷⁸ DANTES, Maria Amélia M (org). **Espaços da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

¹⁷⁹ **NUDOM** – Ofícios Recebidos. Livro 1 – Primeiro Livro de avisos do Império relativos ao Imperial Colégio de Pedro Segundo (com assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos).

¹⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.150.

Paulo) e de Medicina (Salvador e Rio de Janeiro) –, associada à proliferação de impressos variados, contribuiu de maneira ímpar, ao menos na corte, para a formação dos homens de letras e de Estado. A educação – que não se restringia apenas às instituições formais¹⁸¹ – desde os primeiros decênios do século XIX era vista como um dos principais meios para a civilização do país. Para tanto, havia a necessidade de sistematizar e racionalizar o processo de aprendizado. O método de Lancaster veio atender essa demanda, ao menos em tese. Havia a necessidade também de introduzir máquinas variadas para melhorar e incentivar o desenvolvimento econômico do Brasil.

O grande desejo dos letrados – estivessem direta ou indiretamente ligados aos negócios do Estado – era promover a ampliação da técnica e da ciência em todos os ramos da vida da jovem nação. Não é por acaso que muitos incentivos foram dados para a introdução de novas técnicas, invenções e fábricas. O técnico europeu era mais do que bem-vindo nas terras brasileiras; sua presença e seu conhecimento eram desejados. O fluminense queria consumir novos produtos, usar novas roupas, ser curado por novos remédios, comer pão branco, enfim, desfrutar das benesses da civilização.

Cientes disso, os homens de letras, em suas publicações, tentaram contribuir de várias maneiras para saciar os diversos e variados desejos dos seus contemporâneos, assim como promover a civilização no país. Um dos requisitos principais era estar atualizado, conhecer e difundir os novos conhecimentos que se desenvolviam na Europa. A imprensa periódica foi uma das ferramentas mais utilizadas para fazer circular com maior abrangência esses conhecimentos e novidades. Mas que conhecimentos eram esses? Divulgava-se somente o que vinha de fora? Em que medida o conhecimento técnico se articulava ao projeto de civilização dos homens de letras? Tentaremos, no próximo capítulo, responder minimamente a essas questões.

¹⁸¹ Maria Lúcia Pallares-Burke, inspirada nos estudos de Philippe Ariès, diz que havia um pensamento mais amplo sobre o sentido de educar nos homens do período e, portanto, várias fontes eram utilizadas para a instrução. Segundo a historiadora: “não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração à outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo. Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas, etc. tem tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas.” PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.145

Capítulo 3 – Ciências, técnica e civilização nas páginas das revistas literárias

Entendemos por literatura os movimentos do pensamento e a sua expressão e transmissão por meio das palavras. O primeiro supõe o raciocínio e por conseguinte o talento, a imaginação, a firmeza de espírito e a instrução. E o segundo o conhecimento da língua própria, e a elocução nos discursos verbais e o estilo nos escritos. O primeiro para ser eminente e original supõe, além das faculdades exprimidas, o gênio ou, o que é o mesmo, uma faculdade poderosamente criadora; o segundo, a eloquência.

O Cruzeiro do Sul, n.1, 1849, p.5

O Brasil entra hoje com todo o direito na ordem das nações civilizadas; conta felizmente algumas notabilidades em política, em literatura, e mesmo em ciências, que muito podem contribuir para o seu engrandecimento.

Possui, além disso, uma mocidade talentosa e esperançosa, a qual aguarda unicamente o dia em que, animada por essas notabilidades tenha de, por meio da imprensa, contribuir com a sua pedra, proporcionada sempre às forças, para o edifício que deve dar ao estrangeiro uma idéia da nossa civilização.

O Beija-Flor, v.1, n.8, mai, 1849, p.1

A perspectiva e o ritmo da vida do fluminense livre nos primeiros decênios do século XIX foram alterados e alargados substancialmente. A abertura dos portos não simbolizou apenas uma maior participação da Colônia na dinâmica economia moderna, mas também a possibilidade de seus habitantes tomarem contato mais íntimo com a cultura européia. O porto que recebeu a Corte em 1808 também recebeu muitos outros visitantes. Naturalistas, impressores, médicos, professores, aventureiros, prostitutas, padeiros, chapeleiros, retratistas, marceneiros, engenheiros, militares, missionários, daguerreotipistas, comerciantes de diversos tratos, entre tantos outros.¹ Alguns só

¹ O coronel Maler, em 1817, fez a seguinte observação sobre a presença cada vez maior de franceses e outros estrangeiros no Rio de Janeiro: “O número de franceses nesta capital aumenta consideravelmente; as duas últimas naveas que chegaram trouxeram mais 54 pessoas, das quais a maioria são artesãos. Muitos outros são anunciados como vindos diretamente da França e de portos dos Estados Unidos. O governo português considera com boa vontade essas chegadas, mas esse é o único apoio que lhes é proporcionado. Parece óbvio que, por menos que se pense em protegê-los e ajudá-los desde seu embarque, este país [o Brasil] faria aquisições muito importantes que teriam uma influência fundamental para a prosperidade dessa comunidade.” apud DUMNOT, Juliette. Preciosos súditos, emigrantes atravancadores: a França e

estavam de passagem, outros vieram para ficar. A esperança era geral. Os administradores joaninos acreditavam que a presença dos estrangeiros traria modos civilizados para o Brasil e ajudaria a desenvolver a economia e a sociedade – crença mantida no período imperial. Já os estrangeiros que vinham fixar residência no país, esses estavam atrás de novas oportunidades, de ganhar e fazer a vida em uma nova terra.

Em 1823, o conde de Gestas destacou a importância das ondas migratórias francesas para o Brasil, que não apenas favoreciam o comércio dos francos no país, como também impulsionavam o desenvolvimento de uma vida mais civilizada:

De todos os estrangeiros presentes, são os franceses que são considerados com mais boa vontade: seus usos, suas maneiras, suas modas, os objetos de luxo e muitas outras coisas convêm perfeitamente aos brasileiros; é inútil recordar aqui a bondade do acolhimento que os príncipes da casa de Bragança sempre ofereceram aos franceses, mas podemos dizer que a Revolução do Brasil só fez aumentar essas disposições favoráveis, e que o príncipe regente, bem como seus ministros, deixaram isso claro recentemente. A falta de recursos que oferecem hoje nossas colônias engaja uma multidão de franceses a tentar sua chance num país onde eles estão seguros da imediata proteção do governo, e podem gozar de um clima cuja salubridade ganharia a ser conhecida [...]. Uma parte dos franceses que vão ao Brasil funda lá estabelecimentos agrícolas, alguns para construir uma fortuna que eles trazem de volta para a França; uns e outros já começam a fornecer ao Brasil ocasiões de aumentar o consumo de nossos produtos, de introduzir nossos usos, de fazer sentir neste país a influência da França, para balançar, e daqui a pouco superar a da Inglaterra no que se refere ao comércio; as vantagens seriam com efeito enormes e serão com certeza apreciadas pelas pessoas que lerão esta nota.²

As culturas francesa e inglesa foram as que mais influenciaram as transformações dos hábitos brasileiros, transformações que foram sentidas em diversos setores da vida local, do vestuário à cultura literária. Esse sonho de formar um grande Império luso-brasileiro a partir da europeização do Brasil desencadeou um processo que levou à independência do país e à entrada do Brasil na esfera direta de influência de outras potências européias. Acerca de tal influência, o historiador Evaldo Cabral de Mello, ao prefaciar a 3ª edição de *Ingleses no Brasil*, de Gilberto Freyre, comenta:

os franceses do Brasil no início do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (org.) **Franceses no Brasil** (séculos XIX-XX). São Paulo: UNESP, 2009, p.109-110.

² apud DUMNOT, Juliette. Preciosos súditos, emigrantes atravancadores: a França e os franceses do Brasil no início do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (org.) **Op. cit.**, p.110.

Tal reeuropeização representou a face cultural da derrocada do monopólio comercial português. Devido a ele, como também à sua posição marginal no desenvolvimento do Ocidente e às suas relações privilegiadas com o Oriente, Portugal não se achava em posição de tomar a frente da abertura do Brasil à Europa burguesa do oitocentos. À Inglaterra e à França é que caberia fazer o papel de pontas de lança deste processo, cada uma à sua maneira, ou antes, de acordo com as suas vantagens culturais comparativas, o que significa que ambas atuaram entre nós sob a forma de um condomínio não só econômico como cultural, mediante o qual, ao passo que os franceses se especializaram no comércio de luxo e de moda, os ingleses concentraram-se nos produtos da revolução industrial.³

A cultura estrangeira, porém, não foi simplesmente copiada pelo brasileiro. Como em todo processo de contato entre culturas diferentes, o que ocorreu foi uma adaptação de hábitos e costumes. Os indivíduos pertencentes aos estratos médio e alto da sociedade do período, ao mesmo tempo que encaravam o sol escaldante das ruas vestidos à inglesa ou à francesa, escarravam em público e expunham roupa de cama e tapeçarias nas janelas. Já os populares incorporaram poucos destes costumes, adaptando-os às suas práticas cotidianas.

Por vezes, as camadas populares resistiram à influência européia. A figura do estrangeiro, eleita pelas elites como a representante da civilização, foi também alvo de chacota e hostilidade. Essa “antipatia” manifestou-se nas festas populares, como o entrudo, e nas piadas e apelidos dados ao estrangeiro. Gilberto Freyre descreve esta tensão nos seguintes termos:

Dois sistemas socioculturais que se defrontaram no espaço e no tempo estudados: um sistema encarnado pelos ingleses, outro pelos brasileiros, ou pelos luso-brasileiros. Não se espante ninguém de ver o moleque incluído entre os representantes do sistema brasileiro: ele foi por excelência o caricaturista do intruso, o que o insultou nas ruas, o que o reduziu a Judas no sábado de aleluia, o que o macaqueou nas troças de carnaval, ridicularizando-o em proveito da cultura invadida. Foi quem propagou os qualificativos pejorativos do inglês no Brasil: *bode*, *missa-seca*, *bíblia* (quando protestantes), *gringo*, *baeta*, *bicho*, *beef*, *marinheiro*.

[...]

Pois enorme como foi a influência britânica no Brasil, a cultura técnica e literariamente superior não agiu de modo absoluto, ou sempre soberanamente, sobre a inferior. Do contato dos britânicos

³ MELLO, Evaldo Cabral de. Uma história social da presença britânica no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. **Inglêses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p.9-10.

com a sociedade brasileira resultaram também influências brasileiras sobre a cultura do povo imperial.⁴

Malgrado, no entanto, as antipatias e resistências, os homens de letras apreciavam muito os valores e conhecimentos desenvolvidos no Velho Mundo, pois consideravam que a Europa era o local onde se desenvolvia uma “cultura técnica e literariamente superior”. Ao longo dos primeiros decênios do século XIX, esses homens se dedicaram a ampliar e espalhar essa “cultura superior” no país. Aos olhos da inteligência brasileira os gaiatos de rua, os escravos, os moleques, os vadios e a população em geral careciam de bons modos e de uma moral condizente com os novos tempos. As odes à razão, à valorização das letras, os incentivos para a introdução de novas invenções, a abertura de fábricas, oficinas e casas de comércio por nacionais e estrangeiros, a fundação de instituições de ensino superior, como a Real Academia Militar (e posteriormente as faculdades de Medicina, Direito e Belas Artes), a ampliação da instrução a partir de um método sistematizado de ensino (Método Lancasteriano e o Imperial Colégio Pedro II), a maior circulação de impressos em geral, tudo isso, sem exceção, fez parte do movimento que estava sendo promovido na tentativa de desenvolver a cultura das letras e das ciências no país.

O projeto de transformar o Brasil por meio da razão fez parte de um movimento que não ocorreu apenas por aqui, mas em todo o Ocidente. O Iluminismo foi o grande motor dessas transformações. O movimento intelectual que emergiu no século XVIII europeu foi o principal alicerce para novas formas de vida e de sociabilidade. Os princípios iluministas deram origem a uma série de novas práticas sociais. Esquadrinhar e reger a vida, redimensionar as relações políticas, classificar os objetos da natureza, definir os padrões de normalidade, educar e disciplinar a mente e o corpo eram elementos comuns das tópicas iluministas que passaram gradativamente a fazer parte da vida das pessoas. Como bem sintetizou Lorelay Kury, o Iluminismo

[...] não foi apenas um movimento no campo das idéias e da filosofia, mas um conjunto de transformações na esfera das sociabilidades e da circulação de textos impressos, bem como uma reunião de práticas administrativas, executadas, em geral, pelo Estado e visando racionalizar o funcionamento da sociedade, conhecer e controlar as populações, a produção, os fluxos e os usos das mercadorias [...]. Um dos componentes das Luzes foi, além disso, a crença de que o

⁴ FREYRE, Gilberto. **Inglês no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p.45 e 47.

principal beneficiário das políticas racionais seria a humanidade como um todo e não os interesses privados, individuais ou nacionais.⁵

Iluminar a vida, tirar o homem da apatia e das trevas da ignorância. Os homens de letras brasileiros incorporaram esses novos princípios. Era papel dos intelectuais levar as “boas novas” aos seus semelhantes. No Brasil, assim como em diversas regiões do Ocidente, emergia uma nova categoria de pensadores: o intelectual “universal”.⁶ Esse intelectual falava em nome da humanidade, versava sobre como o mundo deveria ser. Ele propunha uma nova forma de vida e, em seus textos, defendia que as sociedades deveriam entrar, obrigatoriamente, em uma nova era da história da civilização. Nesse novo período, toda a humanidade deveria seguir o mesmo destino, no qual a justiça, a liberdade, o progresso e as luzes fossem tomadas como valores universais.

Esse tipo ideal de pensador descendia do “jurista notável”, responsável por trazer as grandes questões provenientes do final do século XVIII à pauta do novo século. Porém, a luta pelo agora girava em torno da conservação e ampliação “daquilo que é justo por razão e por natureza, daquilo que pode e deve valer universalmente”.⁷ O “jurista notável” se transmutou, no início do século XIX, na figura do “grande escritor”, ou “escritor genial”, aquele que “empunha sozinho os valores de todos, que se opõe ao soberano ou aos governantes injustos e faz ouvir seu grito até na imortalidade”.⁸ Muitos dos nossos homens de letras se enquadram nesse perfil, pois no decorrer do oitocentos, sobretudo por meio da palavra impressa, dedicaram-se a combater o que eles julgavam ser obstáculos para o desenvolvimento do país.

Hipólito da Costa pode ser citado como um exemplo desse tipo de intelectual, pois, ao longo de quatorze anos, dedicou-se a escrever um magazine para combater o que entendia como arbitrariedades cometidas pelo absolutismo português⁹ e promover a civilização no “novo Império do Brasil”.¹⁰ Muitos outros seguiram seu exemplo, pois o redator do *Correio Braziliense* não foi o único a fazer esse tipo de reclamação junto ao

⁵ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.11, suplemento 1, p.109-129, 2004, p.110.

⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.1-14. Este livro pode ser encontrado em versão digital (.pdf) no seguinte endereço: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>.

⁷ Ibid., p.1-14.

⁸ Ibid., p.10-11.

⁹ Não podemos deixar de salientar que a figura de D. João não era diretamente atacada, as farpas eram direcionadas em sua maior parte aos ministros de Estado, aos gestores de Lisboa, pois Hipólito da Costa defendia a permanência do poder do soberano e o devido respeito a sua figura.

¹⁰ Em muitas ocasiões Hipólito da Costa utilizou o termo para dimensionar a importância da transferência da Corte para o Rio de Janeiro e as novas possibilidades que se abriam para o império luso-brasileiro.

sistema político e social do período.¹¹ O *Correio Braziliense* ocupou aí um lugar especial, na medida em que o discurso de Hipólito da Costa e suas metas eram, em larga medida, comuns aos de outros intelectuais luso-brasileiros que atuavam tanto no Rio de Janeiro quanto em Londres, Paris e, por vezes, em Lisboa.

Nos primeiros decênios do século XIX, o que caracterizou de maneira muito marcante os debates nos quais os homens de letras se envolveram foi a ideia de que eles tinham uma missão a realizar, uma espécie de *cruzada civilizatória*, que deveria ter como principal instrumento uma “ação pedagógica”. A maior parte dos intelectuais teve como elemento base de sua formação o ensino jurídico, característica muito comum no mundo luso-brasileiro. No caso específico dos que nasceram no Brasil, havia um elemento ainda mais marcante na formação da elite intelectual, pois durante todo o período colonial Coimbra foi o grande centro formador da elite intelectual e política do Brasil, desde o século XVI até pelo menos o final do segundo quartel do século XIX.¹²

As Belas Letras produzidas no Brasil ao longo do século XIX, sobretudo nos primeiros decênios, representam para muitos historiadores e estudiosos a emergência de um pensamento tipicamente nacional.¹³ Buscava-se uma origem que distinguisse e caracterizasse o povo brasileiro. Os homens de letras criaram modelos ideais de comportamento, vestimenta e conduta moral. Além disso, apontaram os caminhos que a sociedade deveria seguir para se civilizar. Foi por meio da plataforma literária que a palavra escrita impressa em livros, periódicos, panfletos, etc., passou a criar uma maneira própria de a *intelligentsia* brasiliense representar e expressar “o mundo” e de

¹¹ Sobre os debates em torno da formação da nova nação nos trópicos ver: LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

¹² FONSECA, Fernando Taveira da. *Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.527-559, 1999, p.528-529. Neste texto o autor analisa, a partir dos registros de matrícula da Universidade de Coimbra, a proveniência geográfica dos alunos “brasileiros” que passaram pela instituição coimbrã. O registro interessante é que, ao longo do século XVIII, as províncias da atual região sudeste ganharam certa notoriedade em relação ao número de alunos que partiram para Coimbra em relação ao nordeste da Colônia, em especial o Rio de Janeiro, porém a “Baía”, no período recortado pelo autor (1600-1850), foi a localidade que proveu o maior número de alunos para a universidade portuguesa (974, equivalente a 35,28%). Contudo, foi só a partir do início do século XVII que a matrícula de alunos brasileiros, na instituição coimbrã, apresentou alguma regularidade, antes disso os registros eram esparsos. O primeiro a defender essa tese foi José Murilo de Carvalho em **A construção da ordem/O teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³ A respeito ver: SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. O narrador, a viagem. São Paulo: Cia das Letras, 1990; CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) 1750-1836**. 8.ed. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997; CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000; MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. São Paulo: Anhambi, 1957; MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. v.2 (1794-1855). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1999.

dotar o país de uma cultura nacional. Essa cultura escrita brasileira é fundada em, pelo menos, três elementos fundamentais: a oralidade,¹⁴ as narrativas de viagem e o florescimento de uma cultura técnico-científica.

O conhecimento técnico-científico era, nos planos dos homens de letras, indissociável da idéia de civilização e progresso. A imprensa periódica foi uma das ferramentas mais importantes utilizadas por esses homens para fazer circular o conhecimento com maior abrangência e amplitude. Os temas técnicos e científicos nela veiculados foram elementos que compuseram de maneira ímpar a nascente cultura escrita. Ao lado da literatura, das narrativas de viagem e dos ensaios de economia política – temáticas sempre tratadas por toda a imprensa – os artigos sobre ciência e técnica fizeram parte da definição de país que os letrados construíram ao longo da primeira metade do século XIX.

A imprensa periódica floresceu tanto no Brasil quanto nos outros países da América. Em todas os lugares, os papéis assumidos por ela foram, relativamente, similares.¹⁵ O papel educativo da imprensa, exposto nos capítulos anteriores, baseava-se numa crença que considerava...

...o poder das ideias de aprimorar a sociedade, e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando ideias, tinha grande potencial para educar o público. Os periódicos eram muitas vezes descritos como eficientes ‘difusores de luz’, como ‘propagadores de ideias pela sociedade e como indispensáveis instrumentos de progresso’.¹⁶

No Brasil, os instrumentos para o progresso estavam à mão. A impressão de material escrito, como vimos, foi autorizada em 1808. A partir desse momento diversos tipos de impressos passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro, especialmente do fluminense, que pôde adquirir seus livros, panfletos e periódicos de maneira muito mais fácil. As idas à Rua do Ouvidor – com suas lojas variadas – para adquirir livros diretamente nas tipografias ou nas casas dos livreiros (brasileiros e franceses), gradativamente, tornou-se um hábito, pelo menos para a parcela letrada e abastada da população.

¹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura letrada e cultura da oralidade no Brasil do século XVIII e início do século XIX. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.561-577, 1999.

¹⁵ Ainda nos primeiros decênios do século XIX temos, por exemplo, no Chile, em 1818, a publicação do “*El Duende de Santiago*”, que queria acima de tudo “fomentar a educação do vulgo”. Alguns anos antes, em 1811, surge no México o “*El Mentor Mexicano*”, que imputava a si próprio a missão de acabar com a “ignorância popular”. PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.147

¹⁶ *Ibid.*, p.146-147.

Nos anos iniciais, entretanto, nem tudo era uma maravilha, pois entre 1808 e 1821 um sistema imperfeito de censura ainda se fazia sentir, tanto no Brasil quanto em Portugal. Alguns dos letrados levantaram-se contra essa situação. As críticas mais ferrenhas vieram, como era de se esperar, de Londres. Hipólito da Costa, sempre um entusiasta dos progressos que o reino do Brasil passara a vivenciar após a transferência da Corte, tornou-se o principal crítico dos pontos falhos que ainda persistiam no processo.

O redator, desde o número de estréia de seu magazine, havia alertado que se esforçaria para veicular o lançamento do maior número de obras em português. Entretanto, conhecendo o momento pelo qual passava a literatura portuguesa, não esperaria gastar muito tempo nem papel com esta temática, pois considerava que as ciências em Portugal não estavam em pé de igualdade com as das outras nações mais avançadas da Europa, como, por exemplo, as da Inglaterra.

Contudo, Hipólito da Costa frisou que o estado da literatura portuguesa não era melhor do que o da brasileira, pois, nas terras do reino, os homens de letras sofriam perseguições e as Ciências não recebiam incentivos. Tudo isso, segundo o artigo “Análise da literatura portuguesa”,¹⁷ por culpa de um Governo que centrou em suas mãos a produção do conhecimento, já que todas as obras a serem editadas no país só vinham a público depois de autorização régia – concedida após exame da Junta Diretora da Impressão Régia. Contribuía também para o atraso da literatura e das ciências a educação jesuítica que, durante muitos anos, no julgamento do redator, agrilhoou o desenvolvimento destas matérias no reino, deixando a impressão aos estrangeiros de que o português não era talhado para as artes de uma maneira geral.¹⁸

A centralização do conhecimento produzida pelos governantes portugueses derivava não apenas do receio de que idéias ímpias e sediciosas circulassem pelo

¹⁷ **Correio Brasiliense**, v.1, n.4-5, set.-out., 1808.

¹⁸ Em 1812, veio à luz a primeira edição de *Travels in the Interior of Brazil*, de John Mawe. Nessa obra o viajante inglês fez a seguinte observação sobre a aplicação das ciências no Brasil: “Quando se considera o estado atual deste país de minas, e se comparam os seus ricos recursos com a falta de ciência, que impede aos habitantes o aproveitar-se deles; quanto não desejar que o Governo estabelecesse e animasse sociedades econômicas, segundo o plano da nossa Sociedade das Artes, Manufaturas, e Comércio, em que se fizessem indagações sobre estas úteis artes. [...] Deveriam comprar-se publicações científicas, e todos os meios de promover a cultura das ciências entre os habitantes. Nas sessões das sociedades se discutiriam com particular atenção todas as medidas tendentes ao aumento do comércio do distrito; [...] Se se formassem tais sociedades, debaixo do patrocínio do Príncipe Regente, era de esperar grandes melhoramentos em todas as repartições [...], aprenderia o povo a avaliar as bênçãos, com que a natureza tem enriquecido o seu país; introduzir-se-iam os novos descobrimentos da Europa; à proporção que se fizessem mais iluminados, viriam a ser mais industriais, e levariam vantagens a seus vizinhos, que olhariam para eles pela instrução, e pelo exemplo”. apud **Correio Brasiliense**, v.9, n. 1812, p.440-442.

território do reino (“cá e além-mar”), mas da ignorância que predominava entre os que exerciam o controle sobre os assuntos que ajudariam no desenvolvimento da civilização. A esse respeito dizia Hipólito:

Se agora ressuscitasse o grande Newton, e quisesse publicar em Portugal os seus *Princípios Matemáticos*, ou outra produção do seu gênio ainda melhor; seria essa obra mandada rever, por alguns desses sábios do Areópago português, que têm na sua mão o poder de dispensar as luzes à Nação.¹⁹

Além desse controle exercido pelos “sábios” de Portugal, o redator acrescentava o decisivo e influente papel exercido pelo *Tribunal da Inquisição*, que contribuía para a perpetuação do atraso, para a ausência das luzes em Portugal, pois os censores eram movidos não pelo conhecimento literário, “que por sinal lhes faltava”, mas por uma visão que dividia o conhecimento entre bom e mau. A crítica constante feita por Hipólito se dirigia à proposta de uniformidade de instrução realizada pelos portugueses. Nas terras lusitanas a “autoridade da força” era dividida entre os poderes sacro e régio.

A minha hipótese não é de todo imaginária, muitas obras são proibidas em Portugal; porque os Censores não sabem de que eles tratam. E toda a produção que estes focos da ciência não aprovam é má. Todo o Mundo sabe que se o autor a quem se proíbe uma obra proferisse a menor queixa, teria finalmente ou uma mordaza na Inquisição, ou uma prisão do segredo, por ordem da chamada Polícia.²⁰

As críticas veiculadas nas páginas do *Correio Braziliense* não eram infundadas. O periódico de Hipólito teve sua circulação em territórios portugueses proibida em três oportunidades (1808, 1811 e 1817).²¹ A proibição da leitura do *Braziliense* foi adotada, sobretudo, pelas posições tomadas contra os ministros de Estado da administração

¹⁹ **Correio Braziliense**, v.1, n.5, out., 1808, p.383.

²⁰ *Ibid.*, p.384.

²¹ “Manda El Rey nosso senhor excitar a exata observância da sua Real ordem de 17 de setembro de 1811, participada à Mesa do Desembargo do Paço, em 22 de março de 1812, e que proibiu nestes Reinos a entrada e publicação do periódico intitulado *Correio Brasiliense*, e de todos os escritos de seu furioso e malvado Autor. E porque ainda são mais sediciosas e incendiárias, se é possível, as terríveis máximas de outro periódico intitulado *O Português*, que também se redige a concitar tumultos e revoluções nos povos, para perturbar a harmonia estabelecida, em todas as ordens do estado, e introduzir a anarquia, fazendo odiosos os dois supremos poderes, que Deus ordenou para governar os homens, com o evidente objeto de destruir os altares e os tronos: [...] Palácio Governo, em 17 de junho de 1801 [sic]. Com rubrica dos Governadores do Reino. Este edital foi publicado em Lisboa em junho de 1817. Na volume XIX de 1817 Hipólito comentaria da seguinte maneira a autoria da proibição: “A ordem, a que tal documento se refere, foi expedida a instâncias do célebre Inspetor de Moinhos de Vento, Conde de Linhares, e renovada agora por seu ilustre irmão, o Principal Sousa; em combinação com o Marechal Lord Beresford; e seu íntimo amigo, (pois se acham, mui cordiais, sobre este assunto) o Secretário do Governo o Sr. Forjaz; e como nunca foi pública, aquela ordem aqui a inserimos para informação de nosso Leitores; posto isto seja trovada velha” **Correio Braziliense**, v.XIX, n.111, jul, 1817, p.103.

joanina. Contudo, as assertivas do jornalista não podem ser encaradas como uma análise precisa sobre o que acontecia no Império Português, sobretudo no Rio de Janeiro.

Apesar das proibições iniciais, muitas obras foram impressas e difundidas no país, além do incentivo dado para a ampliação da instrução pública e para a entrada de novos inventos e maquinarias. Para atender as demandas dos programas de ensino da Real Academia Militar, por exemplo, algumas obras de matemática e química foram impressas na Impressão Régia.²² D. João podia não ser “um adorador do deus da ciência”,²³ mas foi a partir de sua administração que a formulação da cultura científica no país deu seus primeiros passos.

O projeto civilizacional de Hipólito não se afastava muito daquele de D. João VI e de seus ministros, sobretudo no que tange aos meios para fomentar a civilização entre nós, meios como, por exemplo, a instrução e a higienização da população ou o incentivo ao desenvolvimento das “artes e da indústria” no país. Para ambos, a instrução “derramada sobre todas as classes”, a divulgação da literatura e o progresso das ciências eram os mecanismos essenciais para produzir indivíduos industriais, que poderiam lidar bem com os negócios de Estado e fazer o país progredir, aproveitando as suas enormes potencialidades naturais. Esse projeto se alastrou por todo o século XIX e foi adotado por quase toda a elite intelectual brasileira.

O impulso para modernizar as ciências e a técnica no Império Português é anterior à administração joanina. Foi no período pombalino que as Universidades de Coimbra e Évora passaram por uma profunda reformulação. Além da valorização das aulas de comércio, da estruturação dos jardins botânicos e dos laboratórios de química e física, as ciências matemáticas também tiveram sua importância ampliada. Tal valorização teve reflexos nos estudos dessa ciência no Brasil oitocentista.

Na *Real Academia Militar do Rio de Janeiro* e no *Imperial Colégio Pedro II*, os estudos de matemática clássica eram apoiados em autores como Arquimedes e Euclides. No prefácio de *Elementos de Euclides*, impresso em Coimbra, em 1824, foi reproduzido o alvará de 1774 que ampliou os estudos matemáticos nas Universidades. Os estudos de ciências exatas inicialmente foram direcionados aos jovens da nobreza, que

²² CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 2.v., 1993.

²³ OLIVEIRA, José Carlos de. **D. João VI - Adorador do Deus das Ciências?** A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808-1821). Rio de Janeiro: e-papers, Coleção Engenho & Arte v.8, 2005.

freqüentariam o Colégio dos Nobres, fundado em 1767.²⁴ O objetivo desse colégio era formar os nobres com bases científicas e literárias, para que pudessem se dedicar às atividades produtivas e aos negócios do Estado.²⁵ A iniciativa não surtiu os efeitos desejados, especialmente pela falta de interesse dos jovens fidalgos. No entanto, essa aparente falta de interesse não significou o abandono das ciências exatas. Os livros, o laboratório e os privilégios do Colégio passaram à reformulada Universidade de Coimbra, como indica o alvará de 1774:

PRIVILÉGIO. Eu, El Rei, faço saber aos que este Alvará virem: que havendo Eu ordenado pelos Estatutos Novíssimos, com que Restaurei, e Mande de novo fundar a Universidade de Coimbra, que os Estudos das Ciências Matemáticas constituem nela uma indispensável faculdade; E sendo ao mesmo fim servido pela Minha Carta de Lei de 10 de Novembro de 1772 abolir e cassar os Títulos IX e X dos Estatutos do Colégio Real dos Nobres, pelos quais referidos estudos deviam também ser ensinados no sobredito Colégio; para que só e unicamente fossem promovidos e cultivados na Universidade, em comum beneficio de todos os Meus Fieis Vassallos: Por quanto sobredita abolição ficarão os referidos Estudos próprios e privativos da Universidade; e veio a cessar o fim do Privilégio exclusivo, que para a impressão dos Livros Clássicos havia concedido pela outra Carta de Lei, e Doação perpétua ao dito Colégio em 12 de outubro de 1765, naquela parte, que é respectiva dos livros Matemáticos. Hei por bem transferir para a sobredita Universidade de Coimbra o mesmo Privilégio exclusivo para a impressão de Livros de Euclides, Arquimedes, e outros Clássicos das Ciências Matemáticas, assim e da maneira, que na sobredita Doação Eu havia concedido ao referido Colégio. Revogando como revogo a este fim, a mesma Doação naquela parte, que na generalidade dela só é compreensiva das impressões dos ditos Livros, ou de outros, que hajam de servir aos

²⁴ **Memória da Leitura** – Unicamp. **Estatuto do Colégio Real de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa**. "[...] os Gloriosos e fecundos progressos, com que por efeito dos Estudos e da Companhia, que o Memorável infante D. Henrique estabeleceu, e fundou, na vila de Sagres (...) se formaram os muitos Sábios, e famosos Varões, que, depois de haverem dilatado com os seus ilustres feitos os Domínios desta Coroa na África Ocidental, os achou o Reinado do Senhor Rei Dom Manoel tão graduados, e tão experimentados; não só naquelas utilíssimas disciplinas; mas também na mais sã, e mais sólida política cristã, com que em poucos anos por mares até então desconhecidos descobriram e Conquistaram duas tão grandes porções da Ásia e da América [...]. Conhecendo [...] sobre aquelas decisivas experiências, que os referidos estudos se fariam mais férteis quando fossem cultivados em Colégios, nos quais a regularidades das horas, e a virtuosa emulação dos Estudantes concorressem para eles se adiantarem nas suas profissões com maior brevidade [...]. um tão grande crédito à Nação, e um tão grande lustre à Nobreza, como foi manifesto pelas heróicas Ações, e pelos polidos Escritos, que naquele século deram à luz do Mundo tantos Capitães, e tantos Escritores das Famílias mais Nobres, e mais recomendáveis [...]". Coleção das Leis, Decretos, e Alvarás que compreende o feliz reinado Del Rei fidelíssimo D JOSÉ o I Nosso Senhor Desde o ano de 1761 até o de 1769. Tomo II. Lisboa. Na Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo. Impressor da Real Mesa Censórea e do Eminentíssimo Cardeal Patriarca. M.DCC.LXXVI. Disponível em: << <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx21.html>>>. Acesso novembro 2009.

²⁵ COSTA, A. M. Amorim da. **Primórdios da Ciência Química em Portugal**. Lisboa: Ministério da Educação, 1984; **Museu de Ciências da Universidade de Lisboa** << <http://www.mc.ul.pt/mc/ea/expmep.html#noviciado>>>; PORTUGAL. **Dicionário Histórico**. Real Colégio dos Nobres. Disponível em: << <http://www.arqnet.pt/dicionario/rcolnob.html>>>.

sobreditos Estudos Matemáticos, e pelos quais se devam ensinar na mesma Universidade de Coimbra.²⁶

Essa influência não se deu apenas nos estudos de matemática nas instituições de ensino portuguesas e posteriormente nas brasileiras. Os homens de letras que passaram pela Universidade de Coimbra reformulada e por outras instituições de ensino do período pré-joanino tiveram acesso a essa formação. Os primeiros professores da Real Academia formaram-se na universidade portuguesa, bem como os periodistas e os homens públicos.²⁷ José Vitorino de Santos e Sousa, José da Silva Lisboa, Hipólito da Costa, Silvestre Pinheiro Ferreira (na qualidade de professor), Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, estão entre os nomes que passaram por Coimbra e escreveram em folhas públicas no Brasil.

Um bom exemplo do envolvimento destes homens com o conhecimento matemático e com outros ramos das ciências exatas é o principal redator do periódico *O Patriota*, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães – então aluno da Real Academia da Marinha de Lisboa –, que em 1800 publicou sua tradução do “*Curso Elementar e completo de Mathematicas-puras, ordenado por La Caille, augmentado por Marie, e ilustrado por Theveneau*”.²⁸ No prefácio, Manoel Guimarães teceu uma série de elogios ao Príncipe Regente e enalteceu a importância dos estudos matemáticos no país. Nas palavras do tradutor:

Que depois de imparciais informações se dignou mandar imprimir esta Tradução à custa da Sua real fazenda, para que por este meio todos os seus vassallos, a quem, ou a falta de exemplares, ou de conhecimentos da língua em que foram escritos, tornava inúteis estes Elementos, se aproveitem da sua lição. E que é esta uma prova dos extremos cuidados, com que V. A. R. promove o aumento das Ciências Matemáticas neste país; destas Ciências, de que dimanam tantos interesses, que figura as fortalezas, defende as praças, ensina o soldado a fazer um uso prodigioso das pequenas forças, que lhe confiou a natureza, e franqueia lares ao impávido Português para levar

²⁶ **NUDOM – ELEMENTOS de Euclides, dos seis primeiros livros do undécimo e duodécimo da versão latina de Frederico Commandino adicionado e ilustrado por Roberto Sinson professor de matemática da academia de Glasgow.** Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1824, p.V-VI.

²⁷ O termo “homens públicos” neste texto não diz respeito apenas aos que trabalhavam diretamente nos negócios do Estado, mas também aos que publicavam seus magazines e participavam dos debates públicos.

²⁸ **Curso Elementar e completo de Mathematicas-puras, ordenado por La Caille, augmentado por Marie, e ilustrado por Theveneau**, traduzido do Francez, e dedicado a sua alteza real O príncipe regente nosso senhor por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, aluno da Real Academia da Marinha. Lisboa: Oficina Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, por ordem de Sua Alteza Real, 1800. Disponível em: <<<http://purl.pt/11519/2/>>>. Acesso em: janeiro de 2010.

a países remotos, e por ventura a climas desconhecidos, o Augusto Nome de Seu amável Príncipe.²⁹

A concepção das Ciências Matemáticas incorporava conhecimentos que hoje são quase exclusivos da Física. A óptica e a mecânica eram incluídas por Nicolas Louis de La Caille como objetos da matemática pura. Na definição do francês:

1. Debaixo do nome Matemáticas, se compreendem as Ciências, que tem por objeto os Números, a Extensão, o Movimento, a Luz, e em geral tudo que é suscetível de aumento, ou de diminuição.
2. Porém cada uma destas Ciências tem uma denominação particular conforme a natureza do objeto, que ela contempla. A Ciência dos Números, por exemplo se chama *Aritmética*. A que tem por objeto o conhecimento das dimensões e Extensões, se chama *Geometria*. A Ciência do Movimento se chama *Mecânica*; a que trata da Luz se chama *Óptica*, e assim das mais.
3. A *Aritmética* serve de fundamento às outras partes da Matemáticas. Ela tem um uso tão universal na sociedade, que é necessário ao menos saber praticar as suas primeiras regras.³⁰

Essa definição esteve presente em muitos textos sobre matemática e outras ciências exatas divulgadas nos periódicos literários fluminenses. Entretanto, no mesmo período em que as ciências exatas e o iluminismo português ganhavam seus primeiros contornos, o Rio de Janeiro presenciou a abertura de uma Sociedade Literária. A postura em relação à veiculação das luzes na Colônia não foi a mesma adotada no Reino. Fundada em 1786, pelo poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro sobreviveu até 1790.³¹ Em 1794, essa sociedade foi reaberta oficialmente, em vão, pois, acusados de jacobinismo pelo vice-rei conde de Rezende, foi encerrada em agosto do mesmo ano. Em dezembro, contudo, os seus membros foram presos, pois a sociedade, depois da denúncia, havia mantido secretamente suas atividades.³² O receio das autoridades reinóis era de que as ideias de liberdade e igualdade, pilares do pensamento iluminista, fossem adotadas pelos habitantes da Colônia. As preocupações das autoridades tinham seu fundamento, pois se temia que o Brasil seguisse o mesmo caminho dos Estados Unidos da América (1776) ou que uma “nova” Inconfidência Mineira (1789) ocorresse.

²⁹ Ibid..

³⁰ Ibid., p.1

³¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção de um público In: **HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense ou Armazém Literário** – Estudos. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v.XXX, p.553-604, 2002, p.554-556.

³² Ibid., p.555-556.

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro, entretanto, em seus poucos anos de existência, construiu um certo conhecimento científico, especialmente no campo da astronomia e da medicina. No discurso de comemoração de um ano de existência da Sociedade, Joaquim José de Atahide relatou os resultados das observações astronômicas do abade francês La Caille, que passou pela cidade em 1751, e algumas experiências com pára-raios feitas por membros da dita sociedade. No discurso de aniversário que homenageia a memória de D. José, Athaide demarca a finalidade da empresa:

A sábia providência, com que o amabilíssimo monarca, de quem saudosamente recordamos a memória, fez praticar uma perfeita reforma nos estudos, claramente manifesta aos olhos de todos a proteção e acolhimento, que as letras lhe mereciam, sua augusta filha, que felizmente reina, a exemplo de um tal pai, como poderia ser tão virtuosa quanto todos a reconhecem, si o seu real ânimo não fosse excitado do amor das ciências?

Ora, é no século presente, que se tem compreendido bem todo o preço das luzes e conhecimentos de tão úteis institutos, o que reconhecendo a nossa soberana fundou e protege a Real Academia das Ciências de Lisboa. E na verdade, Srs., que nada mais interessante ao homem que conhecer os corpos, que o cercam, que obruam incessantemente sobre ele, os deveres que lhe impõe o estado da sociedade, para o qual nasceu, o reconhecimento e sujeição, que ele deve ao autor de seu ser e conservação: si o homem é culpado a mais das vezes o é porque lhe faltam as luzes necessárias, porque não pôs a diligência, que deverá pôr em instruir-se do que mais lhe importa saber, donde vem que ele desconhece as vantagens, que estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações. Que outro objeto pois poderiam ter em vista espíritos, que se alimentam do bem da humanidade, que não fosse a utilidade pública e a sua própria instrução?

Não podeis duvidar, Srs., que os homens serão tanto mais úteis aos seus semelhantes quanto mais exatos em suas obrigações forem; para o que é preciso, que sejam instruídos nelas e aclarados. Ora que horrores não têm desaparecido da face da terra, à proporção que a ignorância se tem desterrado dela, e que a luz das ciências tem vindo aclará-la, bem como os fantasmas da noite se dissipam à chegada dos primeiros raios do sol!

[...]

A sociedade conserva a porta aberta para receber todo o bom patriota, que se empregar por meio da cultura das ciências e das artes em ser útil à humanidade: sim, amados companheiros, redobrai vossas fadigas, e si não bastam as vossas diligências, pedi no entanto se faça justiça às vossas intenções; o vosso zelo pela felicidade pública é puro e sincero; ao céu agrade, que os nossos esforços nos façam dignos das bênçãos, que nos prometem o feliz reinado de Sua Majestade, que Deus conserve por muitos anos, e o sábio e prudente governo de quem entre nós faz as suas vezes, e que nos monumentos, que anunciarem aos vindouros os fatos do presente século, tenha também seu lugar a

Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Disse. O sócio presidente, Joaquim Jozé de Atahide.³³

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro setecentista não foi a única a praticar ciência. Em 1792, quando a sociedade se encontrava fechada, os militares da *Real Academia da Artilharia, fortificação e desenho da cidade do Rio de Janeiro* realizavam sistematicamente observações astronômicas e produziam memórias sobre movimentos dos astros e localização geográfica.³⁴

Quando D. João e sua comitiva aportaram no Brasil, os homens de letras e espadas estavam ansiosos para pôr em prática os resultados das ciências e da técnica no Brasil. As iniciativas dos homens de Estado, ao longo do século XIX, de proporcionar o desenvolvimento da proto-indústria e incentivar a entrada de novos inventos e maquinários provenientes do Velho Mundo não eram sem propósito. Tampouco era sem propósito a ampliação dos estudos em diversos níveis, das aulas de primeiras letras para meninos e meninas às instituições de ensino superior e cursos que se espalharam pela Corte, como os de filosofia, de economia política e de comércio.

As iniciativas de introdução de maquinário moderno no país, especialmente no setor agrícola, parecem ter surtido algum efeito. Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, em suas *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, fez uma observação sobre o uso da prensa – como as que Carlos Fraser introduziu na Bahia em 1810 – no enfardamento do algodão. Ao passar pelos arredores de Minas Novas, na província de Minas Gerais, em 1817, o francês descreveu detalhadamente o utensílio:

Como é essencial, a fim de empregar o menor número possível de animais de carga, reduzir, tanto quanto possível, o volume da mercadoria, submetem-se as cobertas ou o algodão em rama à ação repetida de uma prensa. Eis de que maneira era construída a que tive ocasião de ver. Sobre dois postes enterrados no solo, e elevados acima deste cerca de sete a oito pés, estava apoiada uma verga transversal. Pelo meio desta passava uma barra em rosca presa a um pequeno teto quadrado, piramidal, móvel como ela, e a extremidade inferior do parafuso suportava uma prancha horizontal, da largura do interior dos sacos. De dois dos ângulos do teto, obliquamente opostos, desciam duas peças de madeira, que se empurravam para fazer girar o teto e com ele o parafuso. Embaixo deste colocava-se o saco cheio de

³³ Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida A SOCIEDADE LITERÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Celebrando a mesma o seu aniversário em memória do SR. REI D. JOSÉ I o restaurador das letras em Portugal, a 6 de Junho de 1787. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t.XLV, 1ª parte, 1882. Disponível em: <<
<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx41.html>>>. Acesso fevereiro de 2006.

³⁴ **Arquivo Nacional** – Códice 807: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos (1700-1889)

cobertas ou de algodão em rama; fazia-se atuar a prensa, e, à medida que o algodão ou as cobertas se achatavam, enchia-se novamente o saco. Durante essa operação, os lados deste último eram retidos, para se não afastarem, por táboas fixadas aos postes.³⁵

Em 1819, a norte do país, nos Estados do Grão-Pará e Maranhão, na cidade de Caxias, Johann Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Philippe Von Martius também observaram o novo uso da prensa na lavoura de algodão e compararam com o antigo método empregado no enfardamento:

Também o enfardamento do algodão em sacos de algodão grosseiro era antigamente realizado por um negro; este punha o algodão no fundo e comprimia-o com os pés no saco molhado, e só podia encher um saco por dia, serviço que hoje é feito, por toda parte, com uma simples prensa [...]³⁶

A imprensa periódica, como salientamos, estabeleceu uma relação íntima com os conhecimentos técnicos e científicos no Brasil. “Transmitir pensamentos”, propagar novos costumes e, especialmente, divulgar o pensamento racional e sua aplicação na sociedade foram verdadeiras tópicas da imprensa local. A linguagem utilizada por tais periódicos era similar àquela utilizada na divulgação científica contemporânea, mas não se tratava propriamente de divulgação. O que se queria era levar os leitores a uma interiorização desses conteúdos e, conseqüentemente, à maior racionalização da sociedade. Os periodistas não queriam escrever apenas para si próprios, o objetivo era atingir *leitores de todos os tipos*.

Em 1836, a *Nitheroy, revista brasiliense* – que era publicada em Paris e circulava no Brasil – veio a público. Em sua abertura, os editores apresentam uma reflexão sobre o papel dos periódicos na veiculação dos conhecimentos científicos. Não destoando das concepções em voga, ofereceram ao público a possibilidade de tomar contato com os conhecimentos mais atualizados no campo técnico-científico. Os redatores afirmavam que os leitores poderiam encontrar nas páginas das revistas os resultados de “trabalhos fadigosos” sobre diversos temas. Com isso, as revistas se prestavam ao papel de um rápido e instrutivo guia de consulta, pois os subscritores não precisariam ler textos científicos densos e cansativos.³⁷ A efêmera³⁸ *Nitheroy* ressaltou

³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de . **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. 8.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo EDUSP, 1979.

³⁶ SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

³⁷ *Nitheroy*, 1836, p.5-6.

a importância da divulgação e desenvolvimento do conhecimento científico no país por meio da imprensa periódica:

O amor do país, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde.

Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre causas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumassem a refletir sobre os objetos de bem comum, e de glória da pátria.

Tal é o fim a que se propõem os autores desta *Revista*, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.

As obras volumosas e especiais só atraem a atenção de alguns homens exclusivos, que de todo se dedicam às ciências; aqueles, porém, que por sua posição não podem sacrificar o tempo à longa meditação, folgam, quando em pequeno livro, contendo noções variadas e precisas, encontram um manancial, que lhes economiza o trabalho de indagações, e o enojo de um longo estudo, colhendo n'uma hora o resultado de um ano de fadigas.³⁹

Dez anos antes, em 1826, ao comemorar o sucesso do primeiro número do *Jornal Científico*,⁴⁰ os redatores José Vitorino dos Santos e Sousa e Felisberto Inácio Januário Cordeiro escreveram um artigo exemplar sobre a finalidade educativa da publicação e o público a que se destinavam os conteúdos técnicos e científicos nela veiculados:

E para os constituirmos cada vez mais interessantes ao mesmo Público diligenciamos, por todos os meios e modos, que estiverem ao alcance de nossas faculdades, não só enriquecê-los com descrições interessantes, e artigos noticiosos, que tenham, por assim dizermos, imediato contato com os progressos da civilização, e da prosperidade do Brasil; mas aperfeiçoá-los, evitando cuidadosamente os defeitos, e as incorreções [...].

Os mais sábios, (que são, todavia, aqueles que melhor avaliarão nossos trabalhos, e que mais desculparão nossos involuntários erros e defeitos) e os mais poderosos Cidadãos Brasileiros, são,

³⁸ Essa revista teve apenas dois números publicados. A edição fac-símile pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/6>>> Acesso em maio de 2009.

³⁹ **Niterói, revista brasiliense letras e artes**, 1836, p.5-6.

⁴⁰ O *Jornal Científico, Económico e Litterario ou Collecção de varias peças, memorias, relacoens, viagens, poesias e anedotas*, foi redigido por José Vitorino dos Santos e Sousa e Felisberto Inácio Januário Cordeiro. O *Jornal Científico* foi divulgado de maio a julho de 1826, dividido em três números que compuseram um único volume. Na folha de rosto dos dois primeiros números havia uma ilustração com um dos símbolos da maçonaria (pirâmide com um olho no topo, como impresso nas cédulas da moeda norte-americana), que no terceiro número foi suprimida.

inegavelmente, os que menos carecem da continuação do nosso Jornal, – já por terem uns vasta lição, e mesmo amplo conhecimento de tudo, ou quase tudo quanto nós publicarmos, — e já porque outros, ainda quando não estejam n’ambos os casos, possuem contudo superabundantes faculdades de haver, por meio de efetivas correspondências, encomendas e compras, todos quantos livros pretendem ter, para assim adquirirem mais ampla lição das obras de que nos servirmos. Os menos ilustrados, e os mais destituídos de faculdades pecuniárias, ao contrário, reconhecendo que, pelas subscrições que fizeram para o nosso Periódico, podem pelo fácil e cômodo meio da leitura de seus continuados e diversos Números vantajosamente recrear-se e muito instruir-se; e além disso tirar partido, para o melhoramento de utilidades e de cômodos de sua vida. Das traduções, notícias e descrições que ofertarmos, estimarão sem dúvida, que prossigamos na nossa tarefa literária, e abençoarão o nosso zelo, e as nossas intenções.⁴¹

As descobertas científicas divulgadas, em muitas ocasiões, recebiam a denominação de Artes, sobretudo quando os avanços eram referentes a questões técnicas de diversas áreas, como a arquitetura e a náutica. A invenção do pára-raios, de tecidos não inflamáveis, de máquinas para fazer pão e outros artigos para a indústria foram tratadas como novas descobertas das artes. Na imprensa brasileira do período, a palavra Arte (que vem do grego *Tchné*) ganhou o mesmo sentido de Técnica, como no jornal *O Patriota* (1813-1814), editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, com a colaboração de alguns ministros de D. João no Rio de Janeiro. O magazine, na seção dedicada às “Artes”, publicou textos cujos conteúdos tocavam em questões técnico-científicas, como “*Novo modo de refinar assucar*”, “*Branqueação da cera*” e “*Memorias sobre as novas fornalhas para cozer o assucar*”.

Esta concepção de Artes também está muito ligada à ideia de indústria. Entretanto, o termo indústria, nos primeiros decênios do século XIX, incorporava outra definição, pois se aplicava tanto a um conjunto de fábricas e manufaturas quanto aos indivíduos que poderiam ter indústria ou ser industriosos, ou seja, expressava uma qualidade que os súditos num primeiro momento e os cidadãos no pós-independência deveriam ter. José da Silva Lisboa, em 1810, no primeiro texto não oficial saído dos prelos da Imprensa Régia deu a seguinte definição do termo:

A indústria é um termo ainda não exatamente definido. Em geral, nas matérias econômicas, se entende como sinônimo de trabalho ativo e assíduo. Assim diz-se que é industrioso um homem que trabalha com viveza constantemente para ganhar a sua vida; e se chama a um preguiçoso, e inerte um homem sem indústria. Porém mais

⁴¹ *Jornal Científico, Economico e Litterario*, n.2, 1826, p.95-96.

ordinariamente se aplica aquele termo ao trabalho engenhoso, que executa com algum considerável grau de inteligência, para se distinguir do mero grosseiro trabalho braçal, e, com esta especialidade se usa de tal nome para se exprimir o trabalho exercido nas artes e manufaturas mais refinadas. Assim diz-se que um país tem muita indústria, quando tem mais fábricas.⁴²

Em 1822, o jornal intitulado *Annaes fluminenses de ciências* ofereceu uma definição da palavra Arte e demarcou a sua importância:

Desta sorte compreende-se de baixo do nome *Artes* todo o sistema de conhecimentos, que é possível reduzir a regras invariáveis, e independentes do capricho, e da opinião, pois que a odiosa distinção de Mecânicas, e Liberais com razão é conhecida pelos Políticos como filha só dos tempos de barbaridade, e que não podem ser admitidas neste século, em que a razão do homem esclarecido, tanto a palheta do Apheles, ao cinzel do Escultor, como a charrua do Cultivador, ao báculo e à rede do Pastor, e Pescador. Todas as Artes úteis são tanto mais nobres, quanto mais necessárias para a manutenção da sociedade: só é desprezível o crime na pessoa dos que cometem, sejam eles nobres, ou plebeus; mas sempre é louvável aquele que pelo seu trabalho honesto e assíduo é útil à sociedade.⁴³

No “plano da obra” do *Annaes Fluminenses* o redator, José Vitorino dos Santos e Sousa, definiu alguns conceitos sobre o sistema científico. No interior desse sistema também foram definidos os termos técnica e tecnologia. A tecnologia ou a “filosofia das artes” era o resultado da junção entre as artes práticas e as ciências especulativas. Em outras palavras, tratava-se da associação do trabalho do técnico com o conhecimento adquirido por meio do método científico. Essa definição, diga-se de passagem, foi predominante ao longo do século XIX no Brasil. No mesmo artigo a utilidade da tecnologia para o desenvolvimento da sociedade também foi realçada:

[...] a Filosofia das Artes, ou Tecnologia, que mostra a possível união sistemática das Artes práticas com as Ciências especulativas, desperta os sábios naturalistas, matemáticos e políticos, cujas máximas devem ter toda a correlação com o adiantamento das Artes, e Manufaturas, para que encham o grande vazio, que se acha entre as Ciências abstratas, ou especulativas, e a prática das funções, que têm imediato uso na vida comum, de modo que achando-se um erudito nas oficinas mecânicas, nem lhe pareça achar-se em um mundo novo entre objetos, de que não compreende o uso, e seus Artistas que tornam em

⁴² LISBOA, José da Silva. Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Por ordem de sua alteza real. In: ROCHA, Antonio Penalves (org. e introd.). **José da Silva Lisboa**, Visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, Coleção Formadores do Brasil, 2001, p.222.

⁴³ **Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Literatura**, n.1, jan 1822, p.4.

ridículo a sua presumida erudição, quando ele não tem familiaridade com a prática de sua Arte (d).⁴⁴

(d) O Grande Filósofo Heráclito era encontrado muitas vezes na Oficina de um Ferreiro, e a resposta que dava a gente de pouca inteligência, que se maravilhava de ver ali, era dizer-lhe: eis aqui a oficina, aonde se criam os Deuses, são pois os filósofos os mais esclarecidos Auxiliadores das Artes, quando têm, além da instrução, a docilidade necessária para tratar com os Artistas a fim de concorrerem mutuamente a perfeição das práticas, e das Teorias.⁴⁵

Essa idéia de técnica e tecnologia expressa nos periódicos brasileiros estava em acordo com as concepções modernas sobre a temática. A técnica, na passagem do século XVIII para o XIX, ganhava uma nova dimensão, distanciando-se do setecentos, quando ainda estava sob o domínio das corporações de ofício.⁴⁶ Dominar o ofício era, então, prerrogativa dos artesãos, que detinham o segredo por trás de seu labor. Os mistérios na passagem do setecentos para o oitocentos deram lugar ao conhecimento amplo, pois “o desvendar dos segredos, já agora divulgados nos livros e nas enciclopédias, serve a novas formas de *poder*.”⁴⁷ Os filósofos⁴⁸ e naturalistas defendiam a necessidade de articulação do saber prático com o saber teórico: toda ferramenta e técnica de trabalho deveria incorporar o pensamento racional. Com essa nova forma de poder sobre o trabalho, a operação da maquinaria e dos inventos não mais necessitava de um conhecimento elaborado, mas apenas de treinamento. Os artesãos tornaram-se trabalhadores assalariados na Europa. No Brasil, os técnicos estrangeiros ocuparam um espaço vago há muito tempo; já os escravos, na maioria das ocasiões, serviram como uma espécie de operários.

Em um discurso proferido na Academia de Ciências de Lisboa, no ano de 1815, José Bonifácio de Andrada e Silva salienta a importância da aplicação dos conhecimentos técnicos e científicos no cotidiano; ouçamo-lo:

Quando findará de uma vez entre nós a disputa renhida e fútil entre os Teóricos e Práticos?

É certo que nas Artes a experiência é a mãe da verdadeira Teoria; mas é certo também que uma sã Teoria é a mestra da genuína prática.⁴⁹

⁴⁴ **Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Literatura**. Rio de Janeiro: Typ. de Santos e Sousa, Tomo 1, n.1, janeiro 1822, p.15-16.

⁴⁵ *Ibid.*, nota de rodapé D, p.16.

⁴⁶ Abolidas no Brasil apenas na Constituição de 1824.

⁴⁷ GAMA, Ruy. Contribuição à história da técnica no Brasil. In: FERRI, Mario Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. (Coord.) **História das Ciências no Brasil**. São Paulo EPU, EDUSP, 1979-1981, p.155-156.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ apud GAMA, Ruy. **Op. cit.**, p.156.

Em 1826, José Vitorino dos Santos e Sousa em parceria com Felisberto Inácio Januário Cordeiro, no *Jornal econômico, científico e literário*, avançaram no tema e chamaram a atenção para a necessidade de ampliação, por meio da Imprensa Literária, do conhecimento técnico-científico na sociedade brasileira:

E serão, por uma espécie de não merecimento do fatalismo, os Povos do precioso e invejado Brasil, tão indolentes, ou tão indiferentes para os progressos de sua ilustração científica, e de seus conhecimentos úteis, – para com seu bem-estar, dizemos, que omissa e repugnantemente prescindam de aproveitar-se, pelo meio fácil e cômodo da publicação de Jornais Literários, das importantes utilidades que lhes podem resultar das notícias de tais descobertas, e dos melhoramentos adquiridos pelas Nações mais cultas e industriosas; – e que, por consequência deixem (como se carecessem de verdadeiro zelo patriótico) de diligenciar, imitar, aperfeiçoar, e mesmo nacionalizar os descobrimentos, as invenções, as máquinas, as construções, os estabelecimentos fabris, e as escolas das Ciências e Artes?⁵⁰

Em 1835, *O Auxiliador da indústria nacional*, periódico publicado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional,⁵¹ trouxe uma reflexão acerca da Ciência que, além de traçar um panorama do papel que estes conteúdos ocupariam no desenvolvimento da civilização entre nós, mostra bem a concepção sobre o tema no período.

Graças à Filosofia moderna, Aristóteles deixou de ser um oráculo, e todos os ramos das Ciências Matemáticas e Físicas têm feito prodigiosos progressos! O peso do ar, suspeitado por *Bacon*, e demonstrado por *Torricelli*; a atração, que o mesmo *Bacon* percebera, e que *Newton* provara evidentemente, submetendo-a a cálculo; a inversão das Lentes, e da Óptica, assim como a das Ciências e Artes que lhe são relativas; a perfeição dos conhecimentos Astronômicos; a criação da Química; a decomposição da água e do ar; as sábias teorias relativas à combustão, à eletricidade, ao galvanismo, ao magnetismo, à cristalografia, às afinidades, à composição e decomposição dos corpos; a descoberta do calórico e da luz; a do oxigênio e dos metais; a redução das terras, dos álcalis, dos ácidos e dos sais; a precisão das medidas, geodesias e das determinações geográficas; a das observações dos Naturalistas e dos Físicos modernos; o aperfeiçoamento dos instrumentos destinados a fazê-las; a determinação das medidas e dos pesos específicos; o melhoramento da

⁵⁰ *Jornal Científico, Econômico e Litterario*, n.1, 1826, p.6.

⁵¹ Sobre esta sociedade ver o estudo de DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Império. In: DANTES, Maria Amélia M. *Op. cit.*, p.83-110.

Mecânica, da Hidráulica, e de todas as Ciências, que lhe são anexas; o nascimento da Anatomia comparada, e sua aplicação á Fisiologia, e também à Medicina, as demonstrações da circulação do sangue, da formação do quilo, dos fenômenos da respiração, da digestão e da geração: todas estas descobertas, e outras muitas que foram contemporâneas, têm por fim destruído todos esses sistemas absurdos, debaixo de cujo peso a ignorância dos antigos comprimia por longo tempo a Ciência e gênio dos modernos.

Agora Sociedades Patrióticas e sábias, derramadas por toda a parte, estudam a antiguidade e a natureza. Por toda a parte se colhem fatos para aumentar a massa dos conhecimentos úteis, e os Literatos de todos os países os coligem para os vulgarizar, enquanto os Artistas mais hábeis se ocupam em fazer deles as mais importantes aplicações.⁵²

O jornal *A Sciencia*, em 1847, aponta os caminhos tomados pelas ciências desde que o homem passou a orientar a sua vida pelo conhecimento racional e destaca a importância do conhecimento científico na sociedade brasileira. A epígrafe do magazine trazia os seguintes dizeres: “Caridade sem limites, Ciências sem privilégios (J. V. Martins e Mello Moraes)”. Em seu prospecto, os responsáveis fizeram um balanço geral sobre as ciências em seus mais diversos ramos e defenderam que faltava pouco para que o conhecimento enciclopédico fosse completado no século XIX, pois químicos, físicos, botânicos e naturalistas estavam próximos de encontrar as leis que regiam todo o universo e a vida humana. A idéia central exposta no jornal era a de que a ciência era um conhecimento universal, aplicável a toda a humanidade. Fundado com o objetivo de defender e divulgar o conhecimento da medicina homeopática, sua introdução e muitos dos seus textos faziam críticas ao atual estado da medicina praticada no país. *A Sciencia* abriu seus trabalhos da seguinte maneira:

A idéia religiosa esvaeceu-se. Os divinos arquétipos que cintilavam na inteligência dos Platões, dos Pitágoras, do S. Thomas, sumiram-se sob aluviões dos séculos filosóficos ou bárbaros. A análise, o método de indução, a lenta observação dos fatos, eis tão somente os únicos e últimos recursos deixados ao espírito do homem para compreender as maravilhas da criação, que os gênios das idades primitivas abraçaram na compreensão de uma deslumbrante intuição.

Deserdado do conhecimento do princípio universal, o homem tem sido forçado a construir uma a uma a numerosa família das ciências; mas uma esperança consoladora o tem sustentado nesta árdua tarefa; esta esperança é a de chegar um dia à CIÊNCIA

Esta tarefa hoje está quase preenchida. A anatomia comparada ata entre si todos os ramos da zoologia; os fenômenos da química e da física; a mesma sociabilidade humana se prende a princípios gerais; e a lei que rege os astros torna-se lei do gênero humano. A obra

⁵² O *Auxiliador da indústria nacional*, n.1, v.1, 1835, p.3-4.

enciclopédica em vão empreendida no último século, é já mais acessível, e se não é possível hoje, ao menos estamos cômicos que ela o será amanhã.

Todavia existe uma lacuna importante no magnífico conjunto dos conhecimentos modernos. Um deserto medonho, por sua nudez, ficou coberto de areias movediças; e pareça repelir a cultura que tem fecundado a vasta campina dos conhecimentos humanos. A medicina ficou estacionária no meio dos incessantes progressos da humanidade; enquanto tudo se tem coordenado em torno de luminosos faróis, ela tão somente ficou mergulhada nas trevas do caos, das quais debalde têm tentado evadir-se há três mil anos. O homem, que pondera os mundos ambulados no espaço, ignora as leis da vida, a razão da saúde e da enfermidade. Todos os sábios têm métodos apropriados aos seus diferentes gêneros de estudo: o médico unicamente impotente no descobrir ações curativas, pede às ciências acessórias o que elas não podem dar. O astrônomo na imensidade dos espaços, o químico e o físico no mundo dos imponderáveis, deparam com o infinito na meta de todos os seus cálculos; o médico, tão somente ignora a ação dos agentes infinitesimais, e maravilha-se quando um homem de gênio vem em fim pô-la ao nível das idéias vulgares. Em outras palavras, as ciências existem já, e todas convergirão para um centro comum, se a vergonhosa imperfeição da medicina não tivesse por tanto tempo posto obstáculo insuperável a este derradeiro progresso que se não pode operar senão de uma maneira unitária.⁵³

Não foi apenas *A Sciencia* que defendeu a medicina homeopata no período. Anos antes, *O Propagador de conhecimentos úteis*, editado em 1836, também cantou as glórias da nova prática médica. Em sua segunda seção, intitulada “trabalho, que trata de ciências”, foi divulgado um texto que explica “o que é a homeopatia” e promove uma defesa dos médicos e métodos homeopatas em relação à medicina que se praticava no país. De acordo com o artigo:

O médico homeopata, não vos pergunta se tendes febre, reumatismo, ou ataque de gota; mas interroga-vos com o maior cuidado sobre o estado de vossa cabeça, examina-o das entranhas, pele, etc. Ele não compreende o que quereis dizer quando vos queixais de dor de cabeça, ouvido, ou estômago; necessário é que ele saiba em que parte de cabeça, ouvido ou estômago se acha a dor, e de que natureza é ela. Porque como a sua prática é guiada pelos sintomas, necessário é que tenha deles conhecimento completo; ele os pesquisa através de todas as categorias dos onde, quando, como; e com inquirição tão minuciosa, que nenhum prático seguindo os métodos vulgares, poderia igualar.⁵⁴

A cultura científica no Brasil começou a ganhar seus primeiros contornos com a presença da Corte joanina. O *Correio Braziliense* foi o primeiro periódico a veicular,

⁵³ *A Sciencia*, ano 1, n 1, 1847, p.1.

⁵⁴ *O Propagador de conhecimentos úteis*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1836, n.8, p.121.

desde seu número de estréia, em junho de 1808, mais sistematicamente essa cultura. Da Bahia vieram os primeiros periódicos que abordavam essa temática na Colônia, a revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura da Bahia* e a *Idade d'ouro do Brasil*, publicadas nos anos de 1812 e 1813.⁵⁵ Ambas foram efêmeras, mas indicativas dos novos ares que o país passava a respirar.

O Patriota foi o segundo periódico literário e científico produzido pela inteligência brasileira e, sem dúvida, a revista literária mais importante da década de 10 do século XIX, apesar de ter durado apenas dois anos (março de 1813 a dezembro de 1814), imprimindo um total de 18 números, que foram posteriormente compilados em 3 volumes. Cada edição teve, em média, 100 páginas, impressas na Impressão Régia, tipografia do governo. A sua importância se deu, sobretudo, em razão dos conteúdos diversificados que veiculou, em sua maioria inéditos ou pouco divulgados entre o público brasileiro.

O redator principal era Manuel Ferreira de Araújo Guimarães⁵⁶ – homem ligado aos negócios do Estado no período joanino –, mas a revista contou com outros redatores de renome do período. A nata da intelectualidade luso-brasileira estava reunida em torno dessa publicação, nomes como os de Domingos Borges de Barros, visconde de Pedra Branca,⁵⁷ Silvestre Pinheiro Ferreira, Mariano José Pereira da Fonseca, João José Pereira da Fonseca, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco de Borja Garção Stockler, Antonio Ribeiro dos Santos, Camilo Martins Lage, José Bernardes de Castro, Ildelfonso da Costa Abreu, José Saturnino da Costa Pereira, Manuel Arruda da Câmara,⁵⁸ entre outros. Alguns contribuíram sistematicamente com o periódico, outros, esporadicamente. Entretanto, o objetivo era um só: um grupo que se autodenominava *sábios* queria espalhar as Luzes e melhorar o Brasil e, conseqüentemente, o Império luso-brasileiro.

⁵⁵ VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Ver também SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: A idade d'ouro do Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1978.

⁵⁶ Foi também um dos redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

⁵⁷ Borges de Barros recebeu o apelido Pedra Branca de José Bonifácio, segundo Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, “por ser mulato e por ironia ao seu título de nobreza, visconde de Pedra Branca”. FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Redatores, livros e leitores em *O Patriota*. In: KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e Império no Brasil O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p.43.

⁵⁸ De acordo com a descrição do título de um dos seus artigos publicados no periódico, Câmara era “Doutor em Medicina pela Universidade de Montpellier, da Academia de Ciências da mesma cidade, correspondente da Sociedade de Agricultura de Paris, e da Academia Real das Ciências de Lisboa, e naturalista empregado no Serviço de S. M. Fidelíssima na Capitania de Pernambuco. Ano de 1797.” **O Patriota**, n.1, 1813, p.22.

O jornal obteve sucesso entre os homens de letras e sua fama se propagou por todo o século XIX. Joaquim Manuel de Macedo, em 1876, ao realizar uma breve biografia de Manuel F. Araújo Guimarães, comentou que *O Patriota* foi um dos principais difusores das luzes e, infelizmente, “hoje com empenho se procura, e muito raros são os que o possuem”.⁵⁹ O magazine poderia ser encontrado, de acordo com Macedo, nas mãos de alguns colecionadores ou em baús de famílias.

O Patriota veiculou em suas páginas resenhas críticas, traduções de autores inéditos no Brasil, poemas de poetas nacionais, máximas e pensamentos morais e filosóficos, entre outros assuntos ligados às letras e às ciências.⁶⁰

O jornal era dividido em várias seções, que nem sempre se repetiam em números subsequentes, mas que vez ou outra figuraram na publicação. Essas seções eram as seguintes: Agricultura, Artes, Botânica, Comentários, Correspondência, Comércio, Eloquência, Estatística, Geografia, Gramática Filosófica, Hidrografia, História, Literatura, Matemática, Medicina, Mineralogia, Navegação, Necrologia (notas de falecimento), Política, Química e Topografia. Depois do fim da publicação de *O Patriota*, periódicos literários (como se autodefiniam) com tal abrangência e variedade de conteúdo só vieram a se repetir no fim da década de quarenta e início da de cinquenta, com a publicação da *Minerva Brasiliense* e da *Guanabara*. Nos anos imediatamente seguintes outros periódicos apresentariam conteúdo similar ao *O Patriota*, mas não tão extensos. A revista criou um padrão para esse tipo de publicações. Em outras palavras, ela ensinou aos homens de letras do Brasil como um periódico iluminado deveria ser.

⁵⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Anno Biographico Brasileiro**. 4.v. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, v.3, p.287; 517-ss.

⁶⁰ Esse jornal tem sido muito utilizado como documento por historiadores e serviu como fonte de informação para viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, como o naturalista francês Louis Freycinet. Em sua narrativa, Freycinet reservou um espaço considerável para contar a história do Rio de Janeiro (da Colônia aos tempos de D. João VI). Em muitas notas e trechos do livro faz referência ao magazine, por vezes retira trechos inteiros de *O Patriota*, traduzindo-os para o francês, como o plano de ensino da Academia Real Militar, aberta em 1810, e, também, algumas soluções apontadas por médicos para remediar a insalubridade da praça de São Sebastião do Rio de Janeiro, produzidas no final do século XVIII e publicadas na íntegra, em 1813, em *O Patriota*. FREYCINET, Louis de. **Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S. M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820**. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>>>. Acesso em junho de 2005.

Entre os historiadores e estudiosos das ciências sociais que se debruçaram sobre as páginas do jornal podemos citar o norte-americano Warren Dean, Wilson Martins, José Honório Rodrigues (um dos organizadores dos índices do jornal), Hélio Vianna, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre, entre outros. No entanto, apesar de muito citado como fonte, *O Patriota* só recebeu estudos específicos recentemente pelas mãos de pesquisadores ligados em sua maioria à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicados no livro organizado por Lorelay B. Kury, **“Iluminismo e Império no Brasil: O patriota (1813-1814)”**.

O conteúdo disposto no magazine abordou questões referentes ao Brasil e à Europa. Temas quase exclusivamente ligados à ex-colônia estiveram presentes nas seções História, Topografia, Geografia, Hidrografia, Medicina e Estatística. As outras seções traziam novidades do Velho Mundo, sobretudo notícias de novos inventos técnicos ou de aperfeiçoamentos no ramo do refino da cana-de-açúcar, da construção de alambiques e muros, de carros de transporte, entre outros (seção Artes). Da Europa também vieram escritos sobre os melhores métodos para o cultivo da cana-de-açúcar, do café, da madeira e do preparo da terra (seção Agricultura).

Ao mesmo tempo em que as ações administrativas joaninas tentavam facilitar o incremento da produção agrícola por meio do incentivo à introdução de novos inventos e maquinários no país, as páginas de *O Patriota* veiculavam textos divulgando melhores técnicas para o cultivo do algodão, por exemplo. O algodão, no fim do século XVIII, passou a ser usado em maior escala na produção de tecidos na Inglaterra, em substituição à lã.

A idéia central dos administradores luso-brasileiros era proporcionar o nascimento de uma indústria nacional e, sobretudo, transformar a maneira como o cultivo da terra era realizado no país. A modernização dos campos tinha por objetivo principal modificar e ampliar a produção para que a Colônia se transformasse no principal pólo fornecedor de vários gêneros de matérias-primas, como o algodão e a cana-de-açúcar.

Outras culturas também foram divulgadas nas páginas do jornal, como o cultivo e a fabricação do anil ou do índigo. No primeiro número do jornal, o artigo que tratou desse assunto foi “Noções sobre a cultura, e fábrica do Anil. Análise desta matéria colorante e do pastel”. Esse artigo é exemplar pois, ao tratar desse produto, expõe os métodos de cultivo, corte e fabrico do colorante retirado da leguminosa em diversos países. Essa foi uma prática comum entre os periodistas oitocentistas: divulgar conteúdos veiculados em periódicos de outros países ou ilustrar uma nova cultura técnica ou de cultivo, com exemplos estrangeiros. O *Patriota* não foi diferente, porém vale salientar que esses textos eram produzidos ou traduzidos (com introdução ou comentários críticos) por luso-brasileiros de vários cantos do Império português, como Macau.

Nesse artigo em específico, não foi realizada uma simples descrição das qualidades do anil e de sua aplicação em diversos ramos da indústria internacional, mas também uma exposição atenta de suas propriedades químicas, incluindo as moléculas de

cristal que liberava ao ser aquecido, diluído em ácido e destilado para produzir a tinta de cor “azul prussiana”. Nas páginas do jornal esse conteúdo foi veiculado da seguinte maneira:

O fumo púrpuro será o resultado de uma decomposição do anil pelo fogo? Não, a experiência mostra que é o mesmo anil, que se volatiliza sem decomposição; porque a matéria púrpura cristaliza em penachos obtidos pela destilação do anil, e que não é senão o fumo púrpuro condensado com cristais, é este ultimo no estado puro, como reconhecer-se pode, sujeitando esta matéria à ação do ácido sulfúrico concentrado, e lançando-a sobre um corpo quente, no primeiro caso se dissolve no ácido, e lhe dá um excelente azul; no segundo volatiliza-se de novo em fumo púrpuro. É portanto evidente que o anil volátil é suscetível a cristalizar-se, que se cristaliza pelas vias seca e úmida; que, sendo puro, é púrpuro e não azul, e que quanto mais unidas são as moléculas, tanto mais intensa é a cor e que se lhe dá a sua cor primitiva, triturando-o com corpos brancos, tais quais a alumina, goma, ou amido etc., não é o anil a substância azul única, que condensadas as suas moléculas pareça púrpura o azul de Prússico ox. gr. (que não contém grande quantidade d'alumina) apresenta esse aspecto.⁶¹

Exemplo similar no trato técnico-científico dado a um novo produto do campo ou a produtos já conhecidos no Brasil pode ser visualizado na leitura da memória sobre “a cultura da cana e elaboração do açúcar”, publicada no terceiro número de *O Auxiliador da Indústria Nacional*, em 1833.

Como sendo as terras estrumadas e preparadas da mesma sorte, as canas devem ser iguais, pois que o recebido da atmosfera é idêntico, segue-se claramente, que o resultado, das duas tachadas de experimentos demonstrará qual há de necessariamente ser o produto da safra do ano.

Para se fazer pois aqueles experimentos, cortem-se as canas na maior porção dos centros partidos, porque as das beiradas, recebendo mais livremente a atmosfera, e o sol, são sempre mais formosas e rendosas, e quando o termômetro medir na cozedeira, ou última tacha, grau de calor conveniente, note-se na taboinha de maneira em que o mesmo está preso, a elevação experimentada, e que deve servir em todas as tachadas; isto serve para qualquer servente conheça quando está o mel pronto; o que se fará porque os mesmos raríssimas vezes entendem de algarismos.⁶²

A preocupação com o desenvolvimento do campo e dos seus produtos foi constante entre os periodistas. Em 1826, o *Jornal Científico* publicou um artigo intitulado “Memória dirigida à extinta Assembléia Geral e Constituinte do Império do

⁶¹ *O Patriota*, n.2, t.1, 1813, p.34-35.

⁶² *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833, n.3 p.4-5

Brasil, por um dos redatores deste jornal, a qual foi remetida à Comissão de Agricultura”.⁶³ O redator em questão era Felisberto Ignácio Januario Cordeiro. Na abertura do artigo, redigido em 1823 – direcionado à primeira Assembléia Constituinte – muitos elogios foram feitos ao “Império Brasiliense”, especialmente por ter adotado uma Constituição que garantia liberdades para seus cidadãos. Apesar do novo cenário, no entanto, práticas denominadas de despóticas ainda eram praticadas pelos grandes proprietários de terras no país.⁶⁴ O artigo faz o seguinte diagnóstico da condição do campo no Império:

E será possível, que a parte da salutífera fruição de tantos e tão singulares e apetecidos benefícios continue a existir o flagelo de repugnantes arbitrariedades, demandas de agreste, orgulhoso e ambicioso despotismo?... De Despotismo, repito, de alguns imorais, inflexíveis e assoberbados Proprietários de Grandes Fazendas; cuja total extensão de terreno, por falta dos preciosos braços, deixam nocivamente, em grande parte, estar devoluto e de baldio, com gravíssimo dano e detrimento da subsistência e prosperidade Nacional; ou aliás arrendam, com clausulas ditadas pelo mais lesivo retinado e despótico egoísmo, a míseros Pais de família; os quais, por não estar a seu alcance outro algum meio de subsistir, se constituem, aceitando-as na qualidade de arrendatários, vítimas dos caprichos e ambiciosas arbitrariedades de tais Déspotas, que – apenas avistam interessantes Bem-feitorias nos seus arrendados e já não terrenos, mas sim agricultados, melhorados e embelecidos campos, à custa de penosas e desveladas fadigas e suores da Indigência, ou da escassa mediocridade, desde logo (princiando por sucessivo e arbitrário aumento nos preços dos arrendamentos) tratam de se esbulhar os seus pacíficos Arrendatários da posse, que lhes outorgavam por ajustes e percepção de renda anual, quase sempre excessiva, por onerosa em condições?

Deixará, por uma espécie de fatalismo (pois nunca se deverá supor por abusiva parcialidade) cada um dos sábios e zelosos Senhores Deputados da Soberana Assembléia, de per si, de promover eficazmente, e quanto antes, a total supressão de semelhantes arbitrariedades, e de tão lesivos procedimentos?... Não: Não é possível!⁶⁵

As soluções apontadas por Cordeiro indicavam a necessidade de criação de uma

⁶³ **Jornal Científico, Economico e Litterario**, n.1, mai, 1826, p.38-47.

⁶⁴ Em nota de rodapé, Felisberto Cordeiro aponta um caminho para a agricultura brasileira, especialmente para o desenvolvimento do mercado interno: “Dentro de tais distâncias não convém o uso dos chamados “arrendamentos”, muito principalmente com as duríssimas condições de – não poderem os Arrendatários levantar casa, que aja de se cobrir com telhas – e de serem obrigados a plantar cana e a fazer cinzas, etc., etc., nas grandes Capitais, essencialmente depende de se generalizar, sem restrição de liberdade, a cultura de toda a qualidade de grãos, de hortaliças, e de árvores frutíferas; e de se evitar a maior derrubada dos matos para os consumos de Olarias, e de Fábricas de açúcar e de água-ardente; visto o grande detrimento, que tais e tão excessivos consumos causam ao urgente, e mais cômodo fornecimento de lenhas para o diário gasto dos habitantes das Cidades.” Ibid., p.40-41.

⁶⁵ Ibid., p.39-40.

legislação específica para a questão da posse da terra no país. A *Lei de Terras* só seria aprovada em 1850,⁶⁶ mas a proposta de Felisberto Cordeiro já a contemplava; entre suas setes diretrizes estavam:

4º Promover-se, sem gravame do Tesouro Público, e com geral satisfação dos Povos direta e indiretamente o progresso da agricultura; – da edificação; – do Comércio interno e externo; – da civilização; – dos embelezamentos, cômodos e seguro giro pelas estradas (a benefício das quais, e dos passageiros etc., que por elas transitam, seria de grande vantagem, que em todos os afloramentos e arrendatários, dentro do primeiro ano de suas posses, a edificarem à frente e beira da estrada pública, a que façam testada os terrenos que ocuparem, ranchos ou casas de morada) e mesmo da arquitetura e jardinagem.

5º Não se conservarem nulos para a subsistência e prosperidade nacional os muitíssimos terrenos, que se acham incultos e baldios.

6º Facilitem-se desta maneira a abertura de novas estradas públicas; – o aterro de pântanos; – a limpeza e o encanamento dos rios, que se possam tornar navegáveis, até por meio de açudes, etc., etc.; – a construção de novas pontes, e o reparo das antigas; – e o preciosismo e sumamente útil estabelecimento de correios e casas de posta.⁶⁷

Ainda sobre o desenvolvimento do interior, José Bonifácio de Andrada e Silva, em seu livro *Projetos para o Brasil*, destaca o quão prejudicial seria para o país se entregar a apenas um gênero de produção, no caso o açúcar, desperdiçar seu potencial e ainda manter a escravatura. De acordo com Bonifácio:

Se eu pudesse alguma coisa com Deus, lhe rogaria quisesse dar muita geada anualmente nas terras de serra acima, onde se faz o açúcar; porque a cultura da cana tem sido muito prejudicial aos povos: 1º-) porque tem abandonado ou diminuído a cultura do milho e do feijão e a criação dos porcos; estes gêneros têm encarecido, assim como a cultura de trigo, e do algodão e azeite de mamona; 2º-) porque tem introduzido muita escravatura, o que empobrece os lavradores, corrompe os costumes e leva ao desprezo pelo trabalho de enxada; 3º-) porque tem devastado as belas matas e reduzido a taperas muitas herdades; 4º-) porque rouba muitos braços à agricultura, que se empregam no carroto dos africanos; 5º-) porque exige grande número de bestas muars que não procriam e que consomem muito milho; 6º-) porque diminuiria a feitura da cachaça, que tão prejudicial é do moral e físico dos moradores do campo.⁶⁸

Porém, mesmo com o diagnóstico dado por Bonifácio, a cultura da cana-de-

⁶⁶ A este respeito ver SILVA, Ligia Osório. **Terra devolutas e latifúndios**: efeito da lei de terras de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.

⁶⁷ Ibid., p.46.

⁶⁸ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.181-182.

açúcar foi muito valorizada no oitocentos, especialmente nos periódicos. Artigos sobre como ampliar, melhorar e aproveitar a cana-de-açúcar foram os campeões em recorrência durante a primeira metade do século XIX. Os textos, na maioria das vezes, descreviam os variados tipos da planta e as diferentes maneiras de cultivo praticadas pelo mundo, como nos Estados Unidos da América, por exemplo. Em 1813, *O Patriota* publicou textos sobre cana e engenhos; em 1835, o jornal *Miscelânea Científica* abriu seus artigos com um texto sobre o mesmo tema, assim como praticamente todas as publicações que se dedicavam a veicular conhecimentos técnico-científicos. A Agricultura, em suma, foi um tema de grande destaque nesses magazines, magazines interessados tanto em racionalizar e modernizar o campo, como em civilizar os habitantes dos mais longínquos rincões do país.

Os periodistas não divulgavam somente conteúdos que apontavam caminhos para a resolução de um ou outro problema específico do campo. É o caso do artigo publicado em *O Beija-Flor*, em 1830, na seção Agricultura. Nesse texto, presente nos números 5 a 7 da revista, foi apresentado, analisado e reproduzido um trecho do “*Manual do Agricultor Brasileiro*”, publicado no mesmo ano do periódico. Na quinta edição, o Manual foi apresentado e nele o redator se queixou da baixa recepção que a publicação, “tão importante”, obteve, com apenas 30 subscritores. No número 6 foi feita uma nova resenha do conteúdo do livro, resenha essa que começou por fazer um prospecto positivo das possibilidades do desenvolvimento da agricultura no Brasil, sobretudo por causa das potencialidades naturais do país. Todavia, ao analisar o real estado da agricultura local, o que se constatava era o atraso, não só no que se referia ao cuidado da terra, mas também no que tangia à estrutura do comércio de seus produtos.

“Comunicações para o comércio são essenciais, porém, no período elas são nulas ou dificultosíssimas. Desleixo, ou a vertiginosa ambição do fisco aumentam o embaraço” e impedem, nas palavras dos redatores, que nos lugares onde há rios, mares e canais naturais se desenvolvam mais facilmente a comunicação e o comércio.⁶⁹ A qualidade dos nacionais que gerenciavam e empreendiam no ramo agrícola também foi severamente criticada pelo redator. Segundo *O Beija-Flor*, o exercício e direção da Agricultura “estão quase que abandonados à classe mais grosseira e incapaz, a dos peões, desertores, marujos, de onde saem os feitores, os quais suprem a experiência, luzes, e supersticiosa rotina pela brutalidade.”⁷⁰ O atraso técnico, como a quase

⁶⁹ Ibid., n.6, p.163.

⁷⁰ Ibid., p.164.

nulidade no uso do arado e da introdução de máquinas no campo, foi igualmente realçado.

Após fazer um resumo do “Manual...”, o redator asseverou que a publicação apontava muito bem as deficiências no trato da agricultura do país, mas não propunha soluções, apenas trazia considerações gerais. Por isso, ele, redator, tinha resolvido apontar cinco soluções para melhorar a agricultura brasileira. A primeira ação deveria ser a abertura de estradas, canais e pavimentos de cabotagem; a segunda, a “redação de um Código para a escravatura que uniformize o tratamento que deve se dar aos escravos, e combine o interesse do dono com o tolerável bem-estar dos pretos, pois que a Religião, humanidade e utilidade privada e pública assim o exigem”⁷¹; a terceira, a criação de uma espécie de fórum de agricultores notáveis, com convocação anual em cada comarca dos mais consideráveis, para que esses formassem um “Júri da Agricultura”, que deveria distribuir prêmios e honrarias para quem se destacasse pela produção, introdução de alguma cultura nova, ou “cuja escravatura estaria de melhor estado ou teria sofrido proporcionalmente menor mortandade”.⁷²

A quarta solução incidia sobre a melhora da instrução, com a criação de cadeiras de agricultura em todas as “cabeças de Províncias”, exigindo

dos Administradores e primeiros feitores dos engenhos, e fazendas, que contassem mais de 15 escravos, fossem assistir a eles, e mesmo depois de um prazo competente, não permitindo às pessoas que se destinassem a semelhantes empregos fazê-lo sem os diplomas do dito curso.⁷³

A quinta seguia na mesma direção “educativa”, ao sugerir que fossem redigidos e distribuídos “em todas as Freguesias livros elementares e folhetos sobre a arte em geral e todos os ramos da Agricultura.” Restava ainda incorporar e utilizar maquinário no campo e criar uma lei sobre colonos, que deveria garantir os compromissos assumidos – em nota de rodapé, o autor acrescenta que essa lei já existia e que, no entanto, não era cumprida. Tomando todas as providências citadas, garante o autor, o cenário se modificaria rapidamente.⁷⁴

⁷¹ Ibid., p.166

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ No ano de 1854, os Senadores do Império realizaram alguns debates em torno da criação de uma Escola de Agricultura que, aparentemente, seguiria alguns dos preceitos expostos no Manual do Agricultor Brasileiro e nas propostas dos redatores de *O Beija-Flor*. Entretanto, essas discussões parecem não ter ido adiante visto que não se repetem nos anos posteriores. BRASIL. **Atas do Conselho do Estado**, 1854. Disponível em: <<

No número seguinte (7), foi reproduzido o capítulo 11 do “Manuel [sic] do Agricultor”, intitulado “Da escravidão – Dos escravos pretos”. A preocupação exposta na página de *O Beija-Flor* com o trato dos escravos era grande, visto que, assim como para José Bonifácio e outros homens de letras brasileiros do período, a escravidão era vista pelos redatores como um dos entraves para o pleno desenvolvimento da civilização no Brasil.

Como as possibilidades de acabar com a escravidão no país em um curto espaço de tempo eram reduzidas, os letrados veicularam em diversas ocasiões que os escravos deveriam ser bem tratados para garantir uma melhor produção. A memória sobre a produção da cana e do açúcar veiculada em *O Auxiliador da Indústria Nacional* faz menção a esse aspecto. Nas páginas do jornal lê-se que, quando um engenho emprega uma administração racionalizada, consegue maior proveito. Além disso,

Um escravo dá a seu Senhor, nos Engenhos bem administrados, uma caixa de açúcar branco, nos mesmos o mesmo servente daria três de açúcar bruto, atendida a muito menor quantidade de trabalho que custa o último; é esse o produto menor dos trabalhadores nos engenhos da Louisiana, aonde só a qualidade do terreno é igual ao dos Campos dos Goytacazes; e aonde há muito frio no inverno, e só dois meses para cortar as canas, moer, espedar, e encher os bocais de açúcar.⁷⁵

Na mesma linha de *O Beija-Flor*, que três anos antes criticara a qualidade dos donos das terras, o artigo do *Auxiliador* aponta que, racionalizando a produção e o tratamento dos homens escravizados, os sacos de açúcar, exportados para a Inglaterra, especialmente, poderiam ser vendidos com muito mais lucro. O autor, não identificado, ainda acrescenta que, pela situação econômica que então se vivia, não compensava vender o açúcar branco, mas sim o mascavo, pois o desconhecimento dos senhores de engenho sobre os mercados e assuntos financeiros e comerciais não os deixava perceber o grave erro que cometiam. De acordo com o artigo, as caixas de açúcar

... vender-se-ão por cento e trinta mil e oitocentos réis, ao mesmo tempo que a caixa de açúcar branco foi vendida por cinquenta e nove mil duzentos e oitenta réis, não se calculando os quadrados exatamente nem nestas contas, nem nas outras, que se enumerado nesta memória, por valer nada esse trabalho para esclarecer o meu assunto. Donde evidentemente se conclui, que os nossos Senhores de Engenho perderão, porque quiseram, cento e trinta por cento; mesmo

sem calcular o valor do tempo, que se emprega demais para ter mascavinho, comparado com o que se gastaria para conseguir o açúcar em estado bruto.⁷⁶

[...] Eu não sei se as ânsias que sinto, vendo aproximar-se o momento de aniquilação de duzentos milhões de cruzados de propriedades da Minha Pátria cega, os olhos da minha pobre alma, o certo é que eu creio que exportar do Brasil para a Europa açúcar branco é uma brutalidade execrável.

A tentativa de aplicar um método no cuidado dos campos, ou melhor, a preocupação em aplicar conhecimentos técnicos e científicos na agricultura e difundirlos entre os fazendeiros e lavradores foi quase uma obsessão dos periodistas. Poucos anos antes da publicação do *Manual do Agricultor Brasileiro*, o *Jornal Científico* publicou um artigo intitulado “Agricultura e Economia Rural”. A idéia central exposta era a de ser extremamente necessária a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos pela Química teórica e prática nas atividades agrícolas. Com essa aplicação seria possível o desenvolvimento da Economia Rural ou, como os próprios redatores denominaram, das Ciências Agronômicas.

O artigo em si é mais uma carta de intenções, entretanto, os autores esclarecem que lançariam mão dos estudos do químico inglês Humphry Davy (1778-1829). Davy era conhecido, sobretudo, pelos estudos relativos à química agrícola, desenvolvidos entre 1802 e 1812.⁷⁷ Muito do que se divulgou nos periódicos não se baseava simplesmente nas opiniões dos redatores, mas incorporava, em algumas ocasiões, o conhecimento de trabalhos atualizados no campo da ciência e da técnica. O que se queria não era apenas que esses conteúdos servissem como mera ilustração, mas que fossem de fato adotados pela elite agrária do Brasil; segundo os autores:

Para tratar dos princípios em que se fundam os melhoramentos, que se tem feito, e se fazem atualmente na Agricultura (esta Mãe das Artes) de um modo tão vantajoso, como útil, nos servirão de bases fundamentais as seguintes Lições de Química Agrícola de Davy, as quais pela universal generalidade, e exatidão, são aplicáveis em todos os climas, e são de uma fácil compreensão para guiarem os lavradores, e os Fazendeiros instruídos, dando-lhes os meios de fazer prosperar as plantações, que são o objeto dos seus trabalhos e cuidados.
[...]

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ BELTRAN, Maria Helena Roxo. Humphry Davy e as cores dos antigos. *Química Nova*, São Paulo, v.31, n.1, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422008000100033#nt; ver também REGNER, A. C. K. P.: 'O conceito de natureza em *A origem das espécies*'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VIII, n.3, p.689-712, set.-dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400010

A Economia rural mostrará todos os recursos que se podem tirar de todos os conhecimentos necessários acerca dos diferentes ramos da Ciência Agrônômica, cujos resultados constituem a base da prosperidade, da riqueza, e da independência das Nações.

Assim, pois, os seguintes Elementos de Química Agrícola são a base dos Elementos de Agricultura, que nos propomos organizar neste Jornal. Praza a Deus que os nossos trabalhos sejam animados e protegidos, a fim de nos dedicarmos a este ramo tão necessário nas nossas circunstâncias atuais, em que a indústria deverá substituir a falta de braços, bem como o aproveitamento dos terrenos, e a sabedoria deverá banir esses prejuízos ridículos, que influem no atrasamento de uma arte, sem a qual as outras nada valem; pois que ela é quem sustenta os homens, e os veste, assim, a Agricultura é o inexaurível manancial das riquezas dos Estados; ela é quem faz prosperar as Cidades, e os Impérios; quem alimenta as Artes, e dá vida aos Campos; sem ela não há comércio, nem Marinha, porque sem ela não se pode satisfazer a mais imperiosa de todas as necessidades do homem.

Rogamos, portanto, aos nossos subscritores, fazendeiros, e a todos os bem intencionados amadores da Agricultura, que nos comuniquem interessantes observações, que tenham feito relativamente às culturas, que são próprias destes climas, a fim de com elas enriquecermos estas importantes Lições tanto na Teoria, como na Prática, que difere nestes climas, etc.⁷⁸

Artigos com esse tom foram predominantes na imprensa fluminense da primeira metade do oitocentos. O periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, em junho de 1835, levou a público artigos sobre o cultivo de vários gêneros no mundo e no Brasil, com foco central no chá. Entre os textos que descrevem as variedades e formas de cultivo das diferentes espécies de plantas que eram utilizados no preparado da bebida no Japão, China e na França, veiculou-se o artigo “*Economia Agrícola - Idéias Gerais: Afolhamento*”.⁷⁹ Mais uma vez o alvo central eram os lavradores de todos os tipos. O artigo apresenta uma série de princípios sobre as melhores maneiras de lidar com a terra desde o preparo à colheita, passando pelos tipos de solos apropriados para cada especificidade.

O texto é uma tradução do *Jornal dos Conhecimentos Úteis*, publicado na França, e foi traduzido para *O Auxiliador* por Januário da Cunha Barbosa. *O Auxiliador da Indústria Nacional*,⁸⁰ nascido na primeira metade do século XIX foi, sem dúvida alguma, um periódico bem sucedido no que diz respeito à continuidade e à execução do seu projeto.⁸¹ No cenário do periodismo carioca oitocentista, foi o único que não teve

⁷⁸ *Jornal Científico, Economico e Litterario*, n.1, mai, 1826, p.31-32.

⁷⁹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n.6, 1835, p.13-10

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ Melhor sucedida do que essa revista só a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que existe até hoje.

duração efêmera, apenas algumas interrupções. Esse magazine era o meio de divulgação utilizado pela *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Idealizada desde os primeiros anos do governo de D. Pedro I, foi criada de fato em 1825. O objetivo da sociedade era, segundo Heloisa Maria Domingues, “promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da Indústria do Império do Brasil”.⁸² Por sinal, foram alguns membros dessa sociedade que propuseram a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

Para cumprir seus objetivos – promover a prosperidade da sociedade e do Estado – os membros da *Sociedade Auxiliadora* se dedicaram ao estudo das ciências naturais.⁸³ O principal meio de divulgação foi o magazine homônimo, onde podem ser encontrados os principais registros das suas atividades.

O *Auxiliador* era publicado mensalmente e, ao final de cada ano, era compilado em um volume único ou tomo. Cada edição tinha de 32 a 35 páginas e os membros da sociedade participavam de sua redação. Os conteúdos abordados no periódico eram única e exclusivamente voltados para as Ciências e as Técnicas, publicavam-se textos “tanto originais como traduzidos das melhores obras que neste gênero se publicam nos Estados Unidos, França, Inglaterra, etc.”⁸⁴ Em sua folha de rosto, o jornal apontava a qual público se destinava: “Aos fazendeiros, fabricantes, artistas e classes industriais no Brasil”.⁸⁵

Novos métodos ou instruções para o cultivo de vários gêneros de produtos agrícolas como café, cana-de-açúcar, girassol, mandioca, linho, cânhamo, anis, alcatrão, entre tantos outros, apareceram abundantemente nas páginas do *Auxiliador*, bem como notícias sobre máquinas que facilitavam a fabricação de farinha, aguardente, açúcar, sebo, etc.

Entretanto, o que mais marcou a publicação foi a grande quantidade de traduções realizadas pelos sócios da Sociedade Auxiliadora. A quase totalidade dos artigos eram traduções de textos sobre os mais diversos assuntos, indo das causas que poderiam provocar uma nova inundação cataclísmica no planeta à composição química de metais, minerais, passando por textos que tratavam de novos inventos, do aperfeiçoamento de

⁸² DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: DANTES, Maria Amélia (org). **Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.83-110, p.85.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ **O Auxiliador da Indústria Nacional**. T.1, n.1, 1833, p.3.

⁸⁵ Ibid.

transportes, do magnetismo, da astronomia,⁸⁶ da geologia, da matemática, das “exposições universais” de Londres e Paris (a partir de 1850), de viagens, de colonização, de progressos artísticos, etc.

Ao longo dos anos, as atas das reuniões anuais da sociedade em diversas ocasiões noticiavam, a seus sócios efetivos e colaboradores, que novas coleções integrais de revistas francesas, inglesas, escocesas, norte-americanas, alemãs, etc., encontravam-se à disposição para livre consulta. Essa prática permitia que os homens de letras pudessem atualizar seus conhecimentos em magazines e serviam como fontes para as revistas que publicavam no Rio de Janeiro. As traduções encontradas em *O Auxiliador* eram retiradas destas revistas em sua maioria. Em muitas ocasiões, as versões eram assinadas pelos sócios, quase sempre com siglas.

É importante lembrar que as traduções, ou melhor, o bom uso das palavras na escrita de artigos e traduções era uma preocupação desde o princípio do século. A seção gramática filosófica do *O Patriota* foi ocupada por textos que discutiam a função das novas palavras e a própria gramática da língua portuguesa, bem como a tradução. As contribuições dadas a essa partição foram feitas, em sua maioria, pelo então ministro de D. João, Silvestre Pinheiro Ferreira e por Joaquim José Luiz, identificado como um professor de Macau. As qualidades das boas palavras, dizia o artigo de José Luiz, “creio se podem reduzir a três; que sejam regulares; belas; e significantes.”⁸⁷ O bom uso das palavras era uma exigência que os periodistas faziam entre si. Na explosão dos periódicos nos anos da Independência, quando um autor errava, todos os periodistas o criticavam em suas publicações.⁸⁸ Sobre as traduções, Silvestre Pinheiro Ferreira publicou no periódico o artigo “Discurso sobre a tradução”. Nesse texto o filósofo define a tradução da seguinte maneira:

Chamo tradução a cópia, que se faz em uma língua, de um discurso, já pronunciado em outra. Esta definição, que pertence a M. Brauzée, me parece exata, e compreende o gérmen do que tenho que dizer neste discurso.

⁸⁶ A Astronomia foi um dos ramos das ciências que mais despertaram interesse dos jornalistas oitocentistas. Movimento de corpos celestes como cometas e planetas, teses sobre a rotação e polo magnético da terra foram alguns dos objetos de descrição nos textos que tratavam desse ramo do conhecimento. Entre os periódicos que publicaram artigos sobre esse tema podemos citar a Niterói, o Correio Brasileiro, O Auxiliador da Indústria Nacional, A Sciencia, o Jornal Científico, O Beija-Flor, entre outros.

⁸⁷ *O Patriota*, n.5, mai, 1813, p.20. Nesse texto, datado do fim do século XVIII, a estilística, o uso de terminações e os erros que deveriam ser evitados foram longamente debatidos.

⁸⁸ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

[...].

Como, porém cada arte, cada ciência, e em geral cada objeto, tem seus termos próprios, quem poderá bem traduzir sem conhecimento do assunto da Obra? Quem, por exemplo, em geometria traduzisse *droite* ou *rigth* etc, por *direita*, haveria bem traduzido? Eis aí portanto o que faria quem não tivesse algumas luzes da Geometria. Todos os dias lemos frases impróprias geradas pela substituição de palavras soltas, que ligadas e presas no discurso, nada dizem inteligível.

[...]

É necessário perceber bem o sentido do A., conhecer a energia da linguagem que ele emprega, e trasladar o seu pensamento, sem detrimento da expressão, quanto o permitir a analogia das duas línguas, [...].⁸⁹

Como se observa, a idéia inicialmente exposta da tradução como uma cópia não pode ser interpretada literalmente, pois o tradutor deve dominar a gramática de sua língua e a da língua que se pretende traduzir. Além disso, era necessário ter luzes sobre o tema tratado no discurso a ser traduzido, pois o objetivo do tradutor, segundo Ferreira, era dar energia e transmitir o pensamento da maneira mais próxima e exata possível, respeitando os limites que as línguas impõem. Em muitos aspectos, foi dessa maneira que os homens de letras passaram a seus coetâneos o que julgavam ser os conhecimentos úteis e ilustrados.

Mas retornemos à revista. A lista dos associados da *Sociedade Auxiliadora*, veiculadas no jornal nas décadas de 30, 40 e no início da de 50 do oitocentos, mostra que os dirigentes eram, em sua maioria, homens ligados aos negócios do Estado: encarregados de “negócios” em outros países (embaixadores), professores de cadeiras públicas e da real academia militar, ministros, deputados, desembargadores, senadores, padres, diretores de museu, do Jardim Botânico e da Academia de Belas Artes, entre outras autoridades públicas.⁹⁰ Entre os sócios efetivos e correspondentes encontravam-se homens públicos e “profissionais liberais”, como maquinistas, advogados, médicos, fazendeiros, comerciantes, professores particulares, naturalistas, “proprietários”, etc.

No entanto, não foram apenas temas ligados à agricultura que tiveram espaço na revista. Publicaram-se também artigos que serviam para a vida cotidiana, como no caso do texto “Cura de Hidrofobia”.⁹¹ Vale ressaltar que a hidrofobia a que eles se referiam não era simplesmente o medo de água, mas sim a raiva, causada por mordida de qualquer “animal danado”. O medo da água seria uma consequência dessa mordida. Interessante de ser observado é que, para tratar da cura, foi publicada uma série de

⁸⁹ *O Patriota*, n.3, 1813, p.69-78.

⁹⁰ Entre os sócios podem-se encontrar antigos redatores de *O Patriota* e de outros periódicos do período.

⁹¹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n.3, 1833, p.15-21.

experiências realizadas por médicos ou populares no Rio de Janeiro e em diversas regiões da Europa, como Polônia, Rússia e Ucrânia. Cada uma dessas experiências prescrevia um método diferente para o restabelecimento da saúde, que ia de uma pasta que misturava água de cal com “pedra infernal”, até a ingestão de soluções que continham vinagre e extrato de “giesta amarela”; ou mesmo a fabricação de pílulas em boticas, compostas de “pedra infernal” dissolvida em água destilada, misturada com miolo de pão. Cada um desses métodos de cura vinha acompanhado de relatos que atestavam a eficácia do tratamento, que normalmente durava seis semanas. Em 1840, no entanto, um novo tratamento para a cura da mesma doença foi exposto nas páginas do jornal. Dessa vez a cura se baseava no diagnóstico correto da doença e na utilização de remédios extraídos de plantas medicinais, a partir de experimentos de químicos alemães.⁹²

Na mesma linha, *O Auxiliador* também trouxe aos seus leitores dicas para facilitar a vida, como uma instrução para a produção caseira de uma lamparina mais econômica. Essa lamparina deveria ser feita a partir de um “método simples” e “pouco dispendioso” que consistia em arrumar uma garrafinha de vidro bem clara e introduzir em seu interior, com cuidado para não quebrar o recipiente, um pedaço de fósforo não muito maior que uma ervilha. Após esse procedimento, o vidro deveria ser preenchido até a metade com azeite fino doce (fervido anteriormente) e tampado. Para obter luz bastava remover a tampa por alguns instantes e deixar entrar ar novo; quando a luz se apagasse, era só repetir o procedimento. No artigo, garantiu-se um prazo de validade de seis meses para a lamparina e sua eficácia era tão boa que daria para ver “no quadrante de um relógio a que hora que é”.⁹³

Outros exemplos de uso cotidiano podem ser retirados das páginas do periódico: remédios para cura de acidentes banais, como pequenas queimaduras, produtos para higienização dos dentes, pós para tingir os cabelos, pomadas contra a queda dos cabelos, água contra enxaqueca, pomada contra as frieiras, remédios para destruir vespas, maribondos, formigas e aranhas, métodos para desengordurar as escovas de cabelo, para curar cólicas de cavalos, entre tantos outros “conhecimentos úteis”. Os tratamentos e as fórmulas eram bem simples, mas amparavam-se em conhecimentos desenvolvidos por ilustrados brasileiros ou do exterior.

⁹² Ibid., n.10, 1840, p.365-368.

⁹³ Ibid., n.4, 1835, p.20-21.

O objetivo era ensinar, da maneira mais racional possível, todas as formas de “iluminação da vida”, nos seus aspectos mais simples e elementares. Nem sempre o método, remédio ou qualquer uma das soluções práticas sugeridas era desenvolvida por “cientistas”. Por vezes, tratava-se simplesmente de credices e receitas populares, provenientes de uma região qualquer do globo:

MEDICINA DOMÉSTICA. REMÉDIO MUITO SIMPLES CONTRA A QUEIMADURA. Magnin-Grandmont serve-se com muita vantagem, em França, d’água fria no tratamento das queimaduras, quando não existe desorganização de tecidos; e ele pensa mesmo que este é o remédio mais eficaz nestas circunstâncias; usa-se dele introduzindo simplesmente a parte afetada n’água fria, e a deixando aí por algum tempo.

RECEITA DE PÓS PARA LIMPAR OS DENTES.

Uma onça de carvão com pó fino.
Meia onça d’açúcar de quina em pó,
Huma oitava de cremor tártaro,
Mistura-se tudo.⁹⁴

REMÉDIO SIMPLES PARA OS TENESMOS E CÓLICA DOS CAVALOS, E DOS ANIMAIS CORNÍGEROS.

Logo que se percebe que o animal está enfermo, faz-se ferver uma caldeira d’água, em que se ensope um grande saco, ou um pano dobrado como saco, leva-se a caldeira para junto do animal, tira-se o saco, ou pano grosso, aplica-se em seu comprimento sobre os rins e espinha dorsal, e cobre-se com um pano de lã dobrado em dois, convém que o animal esteja em lugar bem quente e bem fechado. A cura deve operar-se em meio quarto de hora, quando muito. Antes deste termo o animal deve urinar e é isto sinal certo do bom efeito do remédio.

Além desse manual, foi veiculado um pequeno texto sobre a “utilidade da naturalização dos animais domésticos”.⁹⁵

MEIO SIMPLES E INFALÍVEL DE IMPEDIR O LEITE DE SE ALTERAR. A estação dos calores, em que vamos entrar, nos convida a publicar um meio tão simples, quanto seguro, de conservar o leite para impedir de azedar; esta qualidade de alteração muito frequente no estio causa grandes perdas aos criadores e aos proprietários do campo. Quando o leite se altera, desenvolve-se neste líquido um ácido; para corrigir esse defeito e saturar o ácido à proporção que ele se desenvolve, suficiente é juntar por cada litro (3 quartilhos) de leite um grama de bicarbonato de sódio; a adição desta substância não é nociva ao gosto do leite, e favorece singularmente a sua digestão.

Um dos grandes estabelecimentos de Paris de nenhum outro meio se serve para conservar o leite que fornece para o consumo da capital, que cada dia mais aprecia os benefícios dos grandes estabelecimentos

⁹⁴ Ibid., n.4, 1835, p.136.

⁹⁵ Ibid., n.1, 1836, p.32.

análogos.⁹⁶

MEIO USADO NA ESCÓCIA PARA CONSERVAR OS OVOS. Os Escoceses conservam os ovos de uma maneira igualmente simples e natural; mergulham-nos em água fervendo, onde os deixam por espaço de um ou mais minutos; a clara do ovo forma então uma espécie de membrana que, vestindo as paredes interiores dele, o torna impenetrável ao ar. Ninguém ignora que este elemento, que contribui para a conservação da maior parte dos entes, é ao mesmo tempo causa da sua destruição. O método, que acabamos de descrever, é preferível ao verniz proposto por M. de Reaumur, por isso é muito menos dispendioso. Os Montanheses da Escócia, que se chamam *Highlanders*, tem um sem número de usos econômicos que são desconhecidos no resto da Europa.⁹⁷

RECEITA DE POMADA PARA IMPEDIR O CABELO DE CAIR. Muitas são as vezes em que nos têm sido pedidas receitas de pomada que impeça a queda do cabelo; julgamos pois que causaremos contentamento dando as duas seguintes, cuja eficácia está provada por experiências.

Primeira Receita

Quina rubra em pó.....Uma oitava.

Óleo d'amêndoas doces.....Duas oitavas.

Medula de boi preparada.....Seis oitavas.

Ponha-se a derreter a fogo lento a medula de boi preparada, ajunte-se o óleo d'amêndoas doces, incorporando-se depois a pouco e pouco a quina em pó.

Para preparar a medula de boi, deita-se em água, na qual se bate até que fique perfeitamente branca, operação durante a qual se muda a água freqüentes vezes.

Esta pomada aromatiza-se com fragrância, de que mais se gostar. Temos substituído com perfeito bom êxito a quina com o sulfato de quinina.

Segunda Receita.

Medula de boi preparada.....Seis onças.

Óleo d'amêndoas doces.....Duas onças.

Água-ardente de cana boa.....Quatro onças.

Ponha-se a derreter a medula em banho Maria, incorpore-se o óleo, tire-se do fogo e misture-se imediatamente a água-ardente, pisando bem em geral no mármore a pomada com este licor, aromatizando-a como quiser.

Algumas pessoas empregam vinho velho em lugar da água-ardente, em cujo caso é necessário aumentar a quantidade com uma terça parte mais.⁹⁸

⁹⁶ Ibid., n.1, jan., 1838, p.33.

⁹⁷ Ibid., n.1, jan., 1838, p.33.

⁹⁸ Ibid., n.5, 1836, p.159-160.

Outros jornais também publicaram essas receitas caseiras. Em alguns deles, como no caso de *A Abelha*,⁹⁹ foram veiculados textos semelhantes em sessões intituladas “conhecimentos úteis”.

Além dos temas relativos à agricultura e desses tais “conhecimentos úteis”, *O Auxiliador* publicou, ao longo de sua larga existência, textos sobre temas os mais variados; poucas áreas do conhecimento, no entanto, mereceram tanto destaque em suas páginas quanto a História Natural, a menina dos olhos dos homens de ciência nacionais. A pesquisadora Lorelai Kury, ao propor uma periodização da história da ciência brasileira, diz que, de 1820 a 1870, a História Natural transpôs os limites do conhecimento puramente científico, sobretudo pela importância dada à Natureza, que foi um dos pilares para a configuração da identidade nacional;¹⁰⁰ segundo Kury:

Ocupando a natureza brasileira lugar de destaque como elemento simbólico da especificidade nacional, a história natural e a divulgação de suas teorias no seio da elite letrada adquirem relevância para além das questões estritamente científicas.¹⁰¹

Os conhecimentos desenvolvidos pela História Natural atraíam a curiosidade de muitos letrados e de indivíduos outras camadas da população. A princesa Leopoldina, nas cartas que trocou com seu irmão mais velho, sempre descrevia a fauna e a flora em torno da Quinta da Boa Vista. A princesa sempre, também, mandava exemplares de sementes de plantas e pássaros brasileiros para seus parentes Maria Luiza, Francisco I da Áustria e o irmão Frederico. Segundo as cartas dessa mulher que vivia praticamente confinada dentro da moradia real e de seus arredores – pois Pedro e o Rei não a

⁹⁹ **A Abelha, periódico universal.** Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1856. No caso desse jornal podemos citar o artigo “Novo método de lavar roupas”, elaborado, segundo os redatores, na Alemanha e com maior economia de água. Ibid., p.5.

¹⁰⁰ O discurso em relação à Natureza nas Belas Letras produzidas no Brasil do século XIX esteve sempre em pauta. Ora colocada como desconhecida, grandiosa, quase tenebrosa, ora vista como sublime, pura, boa, parte integrante de uma definição de Brasil, esse cenário compunha um país “gigante pela própria natureza” – verso entoado no hino nacional composto. Márcia Regina Capelari Naxara em seu livro **Cientificismo e sensibilidade romântica** (Brasília: UNB, 2004) pormenorizou a transformação das visões em relação à Natureza, visões essas que se gestaram entre os filósofos de fins do século XVIII e início do XIX e que, gradativamente, foram sendo absorvidas e incorporadas nas narrativas dos visitantes estrangeiros. Contudo, as impressões deixadas por esses viajantes não se limitaram a uma descrição simples do cenário, mas coligavam subjetivações presentes no próprio discurso criado acerca da natureza, subjetivações essas que marcaram presença nas descrições e nas concepções estéticas dos letrados do século XIX.

¹⁰¹ KURY, Lorelai. *Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia.* **Manguinhos**, Rio de Janeiro, Fiocruz, v.2, p.267-291, jul.-out., 1998.

deixavam ir até a cidade – a botânica, a mineralogia e a história natural despertavam de maneira ímpar seu interesse.¹⁰²

O interesse por esses temas estava ligado à cultura científica que se queria imprimir em larga escala. Foi constante, nas páginas dos periódicos, a defesa da necessidade de se aplicar um trabalho racional aos diversos setores da sociedade brasileira oitocentista, ainda que, muito do que foi veiculado em relação às memórias,¹⁰³ melhoramentos e métodos fosse direcionado, sobretudo, para a agricultura. O discurso do Brasil como um “gigante pela própria natureza” e detentor de um enorme potencial natural emergiu no começo do século XIX das penas de José Bonifácio, Hipólito da Costa, José da Silva Lisboa e de toda uma leva de intelectuais do período pré e imediatamente posterior à Independência do país.

O *Jornal Científico*, em 1826, trouxe alguns artigos que tratavam do tema, como os ensaios “Ciências e Artes” e “História Natural”. A defesa e a necessidade de ampliação de tal conhecimento, especialmente no que toca à aclimação de plantas, foi insistentemente defendido, não apenas pelos redatores do *Scientifico*, mas por outros jornalistas ao longo dos primeiros decênios do século XIX. Não foi por acaso que o tema das plantas esteve sempre associado à Agricultura e ao clima do país. De acordo com os redatores:

A História Natural oferece inumeráveis produtos dos três reinos animal, vegetal e mineral, cujas descrições curiosas e profícuas nos fornecem avultadíssimo cabedal, para desempenharmos, com profusão, grande parte do que temos prometido; porém a seleção no aproveitamento de tais produtos, e de suas respectivas descrições, será sempre para nós objeto de suma atenção, pois que, d’entre eles escolhemos os que reputamos mais análogos aos quesitos físicos deste Império, e mais condizentes ao progresso dos melhoramentos de que ele é superabundantemente suscetível.

[...]

A transplantação de exóticas plantas de diversos países do mundo conhecido, que mais vantajosas sejam para os diferentes e necessários usos e consumos da vida humana, – e a climatização e propagação delas n’aquelas províncias deste vasto Império, cujos requisitos de terrenos e de climas mais analogia tiverem com os de seus originários países, d’onde possam importar, parece-nos objeto digno de grandes e muito zelosos cuidadosos, esforços e desvelos, tanto do Governo, como de todas as classes de cidadãos do fecundíssimo Brasil; [...] no todo das 19 Províncias deste assombroso e invejado Império; e como

¹⁰² KANN, Carlos Bettina; LIMA, Patrícia Souza (org.). **D. Leopoldina**. Cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

¹⁰³ Alguns dos artigos técnicos recebiam o nome de memória, como “*Memória sobre a cultura dos algodoeiros, por Manoel Arruda da Câmara*”. **O Patriota**, v.1, n.1, 1813, p.22.

até na simples descrição de algumas de tais plantas, por meio da imprensa (que é tudo quanto está ao nosso alcance) se faz, segundo entendemos, relevante serviço ao Brasil, imperiosa razão, justo motivo por que passamos a dar instrutivas, curiosas e circunstanciadas notícias e descrições, tanto d'aqueles produtos do reino vegetal, que mais interessantes se nos afiguram, como dos do reino animal, assaz preciosos para o Brasil.¹⁰⁴

A aclimação das plantas, no entanto, já era realizada desde 1810 no Jardim Botânico. Essa instituição exerceu, durante o século XIX, um papel importante no desenvolvimento científico do país no campo da botânica, pois foi um espaço para o estudo e cultivo de mudas de diversas plantas, não apenas do Brasil, mas de diversas regiões do mundo. Em meados do oitocentos, o Jardim era uma das referências internacionais no que diz respeito ao cultivo e aclimação de plantas.¹⁰⁵

Também foram publicados pequenos contos que engrandeciam as ciências e os naturalistas, como a novela “Olaya e Júlio ou A Periquita”, publicada em *O Beija Flor*. Essa narrativa curta, publicada no número 5, conta a história do menino brasileiro Júlio e de sua periquita Olaya na viagem que empreenderam, junto ao Doutor William, naturalista inglês, pelos sertões do Grão-Pará, em busca de espécimes de plantas e borboletas. Após essa excursão, envolta em pequenos perigos, os três vão à Corte, onde Júlio é condecorado e enviado à Europa para se tornar um naturalista. Seu retorno, no fim do texto, porém, é prematuro, pois Júlio tinha saudades de seu país. Ao voltar, Júlio vira uma espécie de correspondente do naturalista. Toda a trama enaltece as ciências e aponta para as vantagens de desenvolvê-las no Brasil. A história de Júlio e Olaya, em 1839, ganhou uma tradução livre para o francês nas páginas da *Revue Française*, revista publicada no Rio de Janeiro.¹⁰⁶

Esse tipo de peça literária que exaltava as ciências – como o Drama Racional exposto no primeiro capítulo –, configurou um subgênero literário, o *Romance Científico*, termo encontrado no dicionário biobiográfico do autor de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*,¹⁰⁷ Joaquim Manoel de Macedo. No verbete dedicado ao irmão de Hipólito da Costa, José Saturnino da Costa Pereira, Macedo diz que este

¹⁰⁴ **Jornal Científico, Economico e Litterario**, n.2, mai, 1826, p.92-97.

¹⁰⁵ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: DANTES, Maria Amélia M (org). **Espaços da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.27-56.

¹⁰⁶ **Revue française**: litterature, sciences, beaux arts, politique, commerce. Rio de Janeiro, v.1, n.5, set., 1839.

¹⁰⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Planeta do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

publicou um romance científico em 14 volumes que se perdeu no tempo.¹⁰⁸ Nem sempre o foco central eram os temas científicos, mas as ciências sempre foram exaltadas ou faziam parte da vida dos personagens, como no conto *1640*, publicado na revista *A Nova Minerva*, em 1846. Nesse pequeno texto, o narrador se autodescreve como adorador das ciências, especialmente da história natural, pois

... Apesar do meu gênio extravagante, como é o de todos os jovens, isto sem fazer ofensa a muitos velhos, eu não deixei de perder as disposições favoráveis que me eram naturais, posto que mal entendia e falava algumas línguas, desenhava, e particularmente me ocupava do estudo da história natural; quero dizer: olhava para os produtos da natureza, e sem me haver dado a grandes trabalhos já pensava que era um naturalista, e não duvidava de classificar qualquer arbusto entre as árvores, qualquer ave entre os répteis; em uma palavra, não era um inerte ocioso, mas um vadio científico.

E me concedereis que deveria ter muitos companheiros.

Ia às bibliotecas; lia os catálogos, mirava com cuidado as figuras; e lembro-me de ter aproveitado bem o meu tempo copiando algumas, e escrevendo por baixo os respectivos nomes: gostava também de ver um globo, um mapa-múndi, etc., mas como já disse o que me encantava era a história natural.¹⁰⁹

Nos casos do narrador e do menino Júlio, ressaltou-se o papel fundamental dos naturalistas para o desenvolvimento do conhecimento sobre o mundo. No Brasil a presença desses “cientistas” foi muito bem acolhida pelos dirigentes e pela elite letrada. O naturalista, personagem típico dos séculos XVIII e XIX, ocupou um papel central na formulação de novos paradigmas sobre a natureza. Coube a eles a missão de esquadrihar o mundo, classificando, nomeando e ensinando aos seus semelhantes os segredos das leis que regiam o universo. Os naturalistas desbravaram o mundo conhecido naquela época, coligando os paradigmas científicos do período com descrições subjetivas da paisagem e dos objetos observados, fossem plantas ou povos.¹¹⁰

Os trabalhos dos naturalistas estrangeiros, publicados em suas relações de viagem, contribuíram de maneira ímpar para a formulação de uma cultura científica no país. Todo o conteúdo veiculado nas páginas da imprensa periódica tinha por objetivo não apenas a familiarização dos leitores com essas temáticas, mas a incorporação desses

¹⁰⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Anno Biographico Brasileiro**. 4.v. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, v.3, p.287, p.448-449

¹⁰⁹ **A Nova Minerva**: revista dedicada às sciencias, artes, litteratura e costumes, t.1, n.13, mar., 1846, p.10.

¹¹⁰ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Brasília: UNB, 2004.

conhecimentos a um modo de vida que se queria para os homens livres, qual seja, viver de acordo com os preceitos da ilustração para poder aplicar a razão à civilização do Brasil.

A *Gazeta dos Domingos*, revista enciclopédica semanal, editada em 1834, trouxe em suas páginas uma série de descrições de animais como cobras, rinocerontes, ursos, leões, águias, etc. As descrições eram acompanhadas de pequenas ilustrações e, por vezes, de poemas, que ligavam o conhecimento da História Natural com a literatura, como no caso da águia, à qual foi associado o seguinte poema:

Que pandas asas arrogante bate
Com vôo majestoso, Águia sublime!
Que vista perspicaz? Com força ativa
Chega a transpor as nuvens ensolaradas;
Deixa abaixo de si trovões e raios;
Té onde os ares líquidos a sofrem
Vai devassar subindo o Sol ardente.
De lá, não deslumbrada, o campo espia,
Cai no disperso e tímido rebanho.
Do pastor assustado à vista, empolga
Aduncas presas no cordeiro imbele;
Leva pendente o corpo atalhado,
Mimoso posto dos cruentos filhos,
Que impunes, sem vigor, socorro aguardam.
Vassalos deste Rei, na aérea cena,
Começam de assomar *Falcões* soberbos,
E o carnicheiro voador *Milhafre*
De retorcida garra e bico adunco.
Batendo as asas prateadas, fogem
As Papias Pombas do Tirano infesto,
Sobre elas desce o rábido assassino,
No palpitante seio empolga as unhas,
E o quente sangue ressaltando ensopa
A mui brilhante, mórbida plumagem
Assim mimosa flor, que o prado enfeita,
Do vento desabrido ao golpe expira.
Feroz, mas dócil, o Falcão se amolda
Dos mortais ao prazer, e às leis das artes,
E serve ao luxo bárbaro dos homens
J. A. de Macedo¹¹¹

Dos periódicos até aqui descritos, a *Gazeta dos Domingos* foi a que apresentou maior variação temática dentro de uma mesma edição. Em suas 12 páginas, publicadas semanalmente, tratou-se de política, literatura, história natural, balancetes comerciais, arquitetura, descrições de cidades européias e americanas, culinária,

¹¹¹ **Gazeta dos Domingos**: revista enciclopédica semanal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tip. Americana, n.1, 6. Jan., 1839, p.9

habitação, entre outros. Seu subtítulo deixa claro seu objetivo, ser uma enciclopédia. O modelo da *Gazeta*, de acordo com seus redatores, era inspirado nas revistas britânicas. No último número do periódico, o n.8, ao anunciar que problemas com a Tipografia Americana o fizeram abandonar o projeto, o redator assina como Guilherme Kopke – português, da cidade do Porto, que migrou para o Brasil em 1834.

Assim como alguns dos periódicos descritos até aqui, as páginas da *Gazeta* eram compostas por duas colunas, no entanto, as ilustrações ficavam dispostas entre os textos, e não em páginas separadas, prática comum provavelmente por causa dos custos tipográficos. A maior parte das edições conta com desenhos, seja de animais, construções, plantas ou mesmo de representações do crânio de seres humanos.

No pequeno prospecto da *Gazeta*, os redatores, que não assinam com seus próprios nomes, explicam o porquê do lançamento do periódico:

Os Empresários desta nova publicação, percebendo a falta que sentia, o Rio de Janeiro, de uma Revista semanal, que ao passo que recreasse a imaginação, satisfizesse a curiosidade dos habitantes desta Cidade, se propusesse a um fim útil, qual o de propagar os conhecimentos e noções de todas as Ciências, resolveram estabelecê-la unindo-se a colaboradores de reconhecidas luzes, e talento.¹¹²

Cada edição trazia uma seção intitulada “Recordações Históricas”, na qual eram publicadas datas e fatos, com início em 1308, avançando no tempo a cada novo número. No quesito técnica, alguns novos inventos foram noticiados e alguns outros já existentes, explicados, como no caso do barco a vapor. Na seção dedicada à arquitetura, construções como a Basílica de São Pedro, o Castelo de Windsor, o Coliseu, o Palácio de Versalhes, por exemplo, foram descritos e ilustrados. O objetivo era apresentar ao brasileiro as principais construções e paisagens urbanas históricas ou modernas do mundo. Ao final de cada número, uma página era dedicada às informações econômicas/comerciais, como o câmbio em relação a Londres, Paris e Hamburgo. Outros indicadores apontavam o preço de exportação e importação de diversos gêneros, que iam da farinha de mandioca ao aço fino. Informações sobre a duração em horas dos dias da próxima semana, fases da lua, marés e até informações astrológicas (entrada do Sol nas casas do Zodíaco) também podiam ser lidas nessa última página.

A *Gazeta dos Domingos*, na partição dedicada à História Natural, publicou uma série de textos sobre a variação da raça humana, baseados no que escreveu o filósofo e

¹¹² *Gazeta dos Domingos*, 6 jan. – 5 fev., 1839, n.1, p.1.

naturalista do séc. XVIII, Georges Cuvier.¹¹³ Os textos descreviam desde feições físicas até aspectos morais de “raças” diferentes – caucasianos, nativos americanos, mongóis (asiáticos), negros e outras – propostas pelo teórico. O artigo abre da seguinte maneira:

Sobre o homem.

Disse também Deus: façamos o homem á nossa imagem, e semelhança, o qual presida aos peixes do mar, às aves do céu, às bestas, e a todos os répteis que se movem sobre a terra, e domine em toda a terra.

E criou Deus o homem á sua imagem: fez à imagem de Deus, e criou o macho e a fêmea.

Deus os abençoou, e lhes disse: Crescei, e multiplicai-vos, e enchei a terra. Gênesis. Cap. 1º v. 26 a28.

A distribuição geográfica de entes animados é um ramo da História Natural, que somente nestes últimos anos tem atraído a atenção dos filósofos.

O célebre Blumenbach foi quem primeiramente generalizou os numerosos fatos referentes à fisiologia do homem, e estabeleceu, com provas incontestáveis, que as suas variedades podem classificar-se debaixo de certos característicos de formação distintos uns dos outros tanto na sua organização física, como em sua distribuição geográfica. Fosse por causa de prejuízos, ou pela dificuldade de percorrer toda a extensão do vasto campo zoológico, pelo espírito de um único indivíduo, o certo é que a geografia de entes animados tem jazido quase em total abandono.

Detalhes isolados, referentes a alguns países, classes, ou famílias, tem sido analisados satisfatoriamente; porém, ainda falta quem generalize esses fatos, tornando-os profícuos à descoberta das leis da criação.

A tarefa de averiguar a posição de algumas classes em um lugar ou país determinado pode ser unicamente considerada como uma simples investigação acerca de sua distribuição local; mas quando as nossas indagações saírem destes apertados limites a fim de abranger maior porção do nosso globo, e combinarem a relação entre os seus animais com a de outras porções, entraremos desde esse momento, no assunto vastíssimo da distribuição geográfica.

As averiguações que dizem respeito à distribuição física adquirem um grau de importância, quando não dirigidas ao mundo animal, maior de que o é quando se destinam ao vegetal, por muito interessante que este seja; porque, não somente achamos que o número de animais é incalculavelmente maior que o das plantas, como também a sua posição natural, dependendo de uma multiplicidade de causas correntes, encontra-se ser mais distintamente caracterizada.

Iremos apresentando aos nossos leitores, em primeiro lugar, um esboço das particularidades físicas do homem em todas as suas variedades. Daremos depois breve notícia sobre as regiões habitadas pelas suas diferentes raças.

¹¹³ As doutrinas de Cuvier foram bem aceitas pelos periodistas, pois mais de um jornal publicou artigos fazendo referência ao naturalistas, chegando até mesmo à composição de pequenas bibliografias, como a publicada em **A Nova Minerva**: revista dedicada as sciencias, artes, litteratura e costumes, t.1, n.1, 11 fev., 1846, p.8.

As raças humanas dividiam-se, segundo a teoria de Cuvier veiculada no periódico, em 3 grupos “primários”:

Variedade da raça humana.

As variedades da raça humana, conforme a opinião do mais distinto anatomista do sistema comparativo, podem todas incluir-se em três divisões primárias, entre as quais, há exemplos simbólicos de notáveis subdivisões. Estas classificações o Barão Cuvier distingue pela forma seguinte:

1ª. A variedade branca ou Caucasiana.

2ª. A variedade cor de cobre, ou Mongoleana.

3ª. A variedade negra, ou Etiopiana.

A classificação proposta pelo célebre Blumenbach, posto que aparentemente diversa é, todavia, uma modificação da que estabeleceu Mr. Cuvier.

Mr. Blumenbach dividiu a classe etiopiana em 3 partes distintas – 1ª a Americana; 2ª a Negra; 3ª a Malaia.

Mr. Cuvier individualiza essas raças adicionais; porém considera as suas peculiaridades menos salientes que as de suas duas primeiras.

Vamos passar uma ligeira revista sobre as peculiaridades físicas e morais destes grupos da nossa espécie, sem emitir opinião alguma a respeito da questão acima referida.

A primeira raça tratada nessa série de artigos foi a Caucasiana. A descrição extrapola a questão física e parte para a explanação dos “sentimentos morais” e dos motivos pelos quais os caucasianos dominavam as demais raças.

A raça caucasiana é simbolicamente caracterizada pela pele branca, faces rosadas, cabelo abundante, flexível, comprido, freqüentemente anelado e laureado, muita barba, rosto pequeno, ovalado e comprido, com as feições muito conspícuas, a testa espaçosa; o crânio grande e elevado; nariz fino; a boca pequena.

Os sentimentos morais e as capacidades intelectuais dessa raça têm-se desenvolvido até ao auge da perfeição, de que a natureza humana tem dado provas. As nações mais civilizadas, tanto dos tempos antigos como modernos, tiveram a sua nascença da raça Caucasiana, a qual, excetuando casos de resistência física em ponto extraordinário, tem exercido o domínio sobre todas as mais raças. As poderosíssimas nações da antiguidade, e a força que lhe não cede em proporção, das modernas concentradas na Europa, provam evidentemente a primazia desta raça em tudo que diz respeito à parte imaterial do homem, e no que constitui formidável para com os seus semelhantes; enquanto que, a par da marcha dos tempos, se nota um melhoramento progressivo em tudo que indica talento e inteligência.

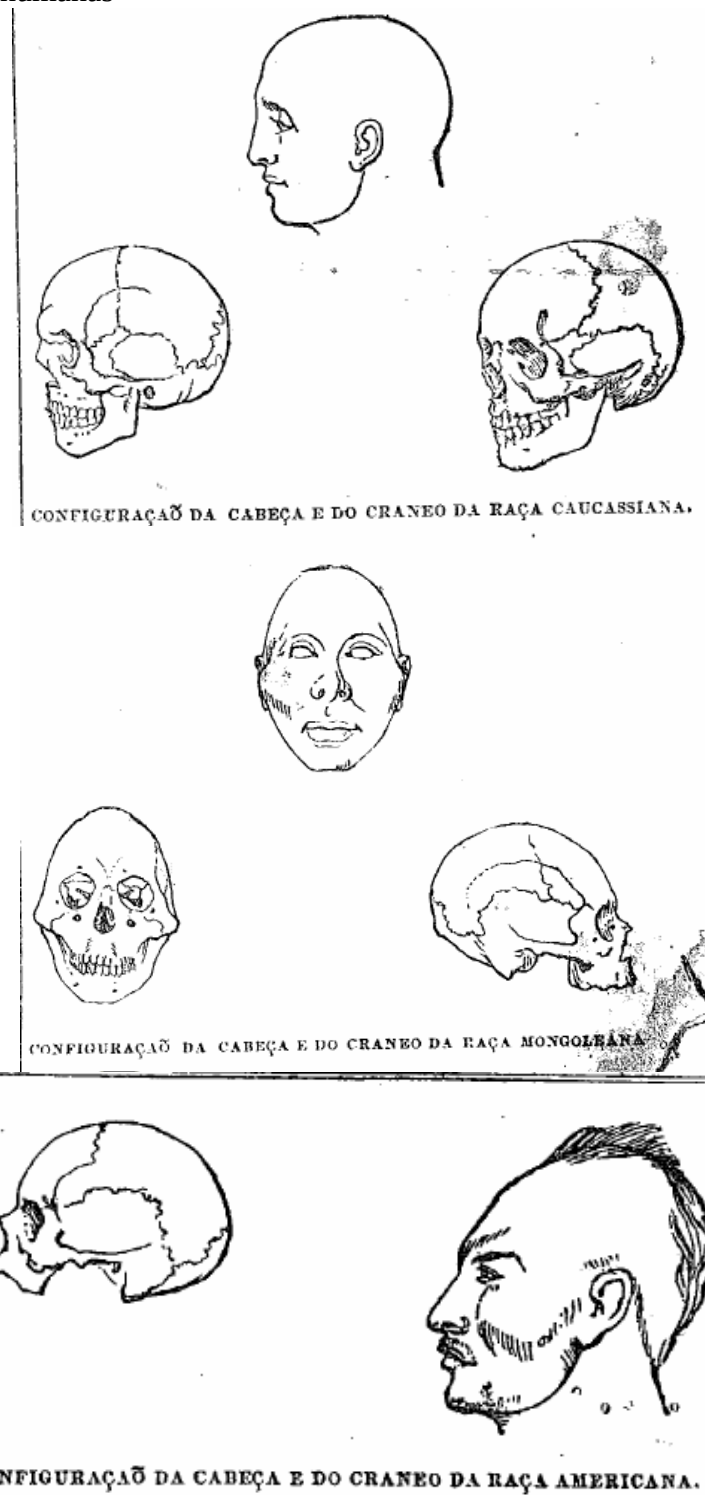
A raça caucasiana supõe-se, como se deduz deste nome, ter saído daquela cordilheira de montanhas entre os mares Preto e Cáspio.

Esta suposição coaduna-se com tudo que nos esclarece sobre o local da morada de nossos originais progenitores, e ainda mais se confirma pela razão de serem os habitantes daquelas regiões, até o dia presente,

os mais bem proporcionados e elegantes de todos os habitantes do mundo inteiro.¹¹⁴

Ao final dos artigos eram publicadas ilustrações, como as que se seguem:

FIGURA 1 – Gravuras que representam os tipos de feições e crânios das “raças” humanas



¹¹⁴ Gazeta dos Domingos, n.2, 1839, p.7

FONTE: **Gazeta dos Domingos**: revista enciclopédica semanal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tip. Americana, 1839, n.1, 2 e 4.

No campo científico os seres humanos foram incorporados, como objeto da História Natural, no século XVIII.¹¹⁵ A espécie humana passou a ser classificada *homo sapiens*. A autoria desse termo, que coloca o homem no reino animal foi dada pelo pai da botânica moderna, Carlos Lineu, em 1758. Nessa nova formulação do conhecimento sobre o homem, o *homo sapiens* foi dividido e escalonado em cinco variedades de raças – raças superiores e inferiores; segundo Lineu, essas variedades, com suas respectivas características, eram as seguintes:

- a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.
- b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.
- c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.
- d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos escuros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.
- e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho.¹¹⁶

A primeira classificação do homem afirmava que o povo europeu era superior a todos os outros. Essa categorização, elaborada no século XVIII, era extremamente

¹¹⁵ O filósofo francês Michel Foucault, em entrevista concedida em 1966, esclarece um ponto muito importante sobre a possibilidade que a nova visão de mundo dos séculos XVIII e XIX abriu para o estudo do homem, ou melhor, como a transformação da própria maneira de elaborar o conhecimento mudou significativamente a própria idéia que tínhamos sobre nós mesmos. Para o filósofo, essa idéia contemporânea do homem permitiu que ele fosse ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento. Ou seja, o homem passou a estudar o próprio homem como um ser passível de ser compreendido por meio da razão e da ciência. Nas palavras do filósofo: “[...] quando se olha ligeiramente as culturas dos séculos XVI, XVII e XVIII, percebe-se que o homem não tem literalmente nenhum lugar. A cultura é então ocupada por Deus, pelo mundo, pela semelhança das coisas, pelas leis do espaço, e certamente também pelo corpo, pelas paixões, pela imaginação. Mas o homem mesmo é completamente ausente. Em *As Palavras e as Coisas*, quis mostrar de quais peças e quais pedaços o homem foi composto no fim do século XVIII e início do XIX. Tentei caracterizar a modernidade dessa figura, e o que me pareceu importante era mostrar isso: não é tanto porque se teve um cuidado moral com o ser humano que se teve a idéia de conhecê-lo cientificamente, mas é pelo contrário, porque construiu-se o ser humano como objeto de um saber possível que em seguida desenvolveram-se todos os temas morais do humanismo contemporâneo [...]” FOUCAULT, M. *L'homme est-il mort?* (entrevista com C. Bonnefoy), *Arts et Loisirs*, n.38, 15-21, junho de 1966, p.8-9. Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, 1994, v.I., p.540-544, por Marcio Luiz Miotto. Revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>

¹¹⁶ apud PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Jéxio Hernani B. Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999, p.68.

comparativa. Baseava-se, sobretudo, nos relatos dos viajantes e dos naturalistas e levava em conta hábitos que eram considerados inferiores. A única variedade governada por leis, por princípios racionais, era o europeu, cujos costumes eram descritos como nobres. Já o africano, segundo a visão do período, era governado pelo capricho, ou seja, um povo sem lei, levado desordenadamente pelos impulsos e com hábitos tidos como repulsivos.

No século XIX a separação do homem em raças ganha mais complexidade, pois a ciência da época passou a descrever as características físicas através de dissecações e a partir dos paradigmas estabelecidos no período. Um ponto que merece menção se refere à prática de levar pessoas de diferentes cantos do mundo para serem exibidas em feiras, as famosas exposições universais do século XIX. Africanos de diferentes regiões foram levados, com essa finalidade, para centros como Paris, Londres, Madri, etc.¹¹⁷

Em um país como o Brasil, um país escravista que se queria europeizado, civilizado, essas teorias tiveram forte penetração no meio intelectual. Em várias ocasiões as divisões raciais da espécie humana ganharam destaque nas páginas da imprensa. Na segunda metade do século XIX, quando as teorias do naturalista britânico Charles Darwin foram publicadas, os brasileiros já estavam familiarizados com as teorias sobre a origem do homem. A teoria da evolução das espécies¹¹⁸ foi amplamente acolhida no Rio de Janeiro. Essa recepção foi tão positiva que os debates extrapolaram as páginas da imprensa periódica. Foi prática corrente na cidade a realização de conferências populares que versavam sobre os avanços científicos, especialmente o darwinismo social.¹¹⁹

O desenvolvimento da sociedade brasileira, a sua adesão à civilização, não se limitava, contudo, apenas a questões raciais. Uma das preocupações correntes dos letrados de então foi com a educação moral da população. O jornal *A Verdade*, redigido por Paulo Barbosa da Silva, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, em 1832, é exemplar nesse sentido. Nas páginas desse jornal, veiculavam-se cópias de atas de Câmaras do interior do Rio, da Assembléia e do Senado, e de outras regiões do país, como a Bahia, bem como novidades do exterior, geralmente das cidades européias.

¹¹⁷ COUQUERY-VIDROVITV, Catherine. O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. In: FERRO, Marc. **O livro negro do colonialismo (org.)** trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p.768-ss.

¹¹⁸ Levando-se em conta as diferentes interpretações dadas à teoria da evolução das espécies no século XIX, especialmente sua aplicação no campo social.

¹¹⁹ CARULA, Karoline. **A tribuna da ciência**. As conferências populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

Também se publicavam excertos de outros magazines contemporâneos e notícias sobre o lançamento de novos periódicos do Rio de Janeiro e de outras regiões, como São Paulo,¹²⁰ lançamentos que recebiam comentários. Esporadicamente poemas nacionais ou estrangeiros ganhavam algum espaço, bem como pequenas anedotas dirigidas à educação moral do brasileiro. Reproduzimos uma delas a título de ilustração:

Observando um sujeito a um Filósofo Brasileiro na época das faoadas [palavra encontra-se muito apagada], que os homens de bem estavam timoratos, e recolhidos as suas casas, entretanto, que as ruas estavam invadidas pela mais dispensável porção dos habitantes, respondeu o Filósofo: “Sr. N., isso é porque as revoluções físicas, e as morais, têm muito em comum, não vê V. m. quando se forma uma tempestade que os animais valentes, e briosos, timoratos se recolhem às grutas, o cavalo cessa de pastar, e estremecido se oculta, os Tigres, Leões, o Touro, etc., fazem o mesmo, o que vemos nos aparecer então? Lacraias, centopéias, baratas, lagartixas, e outros répteis que corajosos ocupam o campo; pois havendo entre os homens pessoas de caráter análogo a todos os animais, e répteis os que têm o dos primeiros, escondem-se, os que têm dos segundos passeiam livremente.”¹²¹

O Patriota publicou uma série de artigos intitulados “*Máximas, Pensamentos, e Reflexões Morais por um Brasileiro*”. A epígrafe dos artigos eram frases do Barão De La Rochefoucauld (1613-1680),¹²² conhecido pensador moralista francês, ou do filósofo inglês Francis Bacon. Os artigos eram compostos em forma de pequenos aforismos, como os que se seguem:

O homem prudente se humilha pela experiência, como as espigas se curvam por maduras.
Há homens tão vaidosos da sua ciência, que presumem que os outros não podem ignorar menos, nem saber mais do que eles.
Os homens de ordinário se humilham para se elevarem, como as aves se agacham para melhor voarem.
Um homem virtuoso e moral sem princípios e sentimentos religiosos seria um fenômeno singular. Pretendem alguns que os há, como outros que existe a Fênix.¹²³

¹²⁰ **A Verdade**: jornal miscelânico. Rio de Janeiro, RJ : Typ. Nacional, n.7, 10 de mar., 1832, p.26.

¹²¹ Ibid., n.2, 28 de fev., 1832, p.8. em 1846, a **Nova Minerva**, revista dedicada as sciencias, artes, litteratura e costumes veiculou em suas páginas anedotas de igual teor, como a que envolvia uma cantora que se casa por interesse com um suposto conde e quando descobre que ele era um simples sapateiro cai doente de raiva e perde a voz. n.4, 1846, p.15.

¹²² Sobre as repercussões do pensamento do barão De La Rochefoucauld no Brasil ver MONTEIRO, Pedro Meira. **Um moralista nos trópicos**: O visconde de Cairú e o Duque de la Rochefoucauld. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

¹²³ **O Patriota**, n.1, 1813, p.91.

No início dos anos 40 do oitocentos, a *Revue Française* levou aos seus leitores as máximas de Mariano da Fonseca (1773-1848), o Marques de Maricá, mesmo autor dos aforismos editados em *O Patriota* em 1813-14, o que de certa forma mostra a força do pensamento moralizante ao longo de todo o período. Assim como «*L'Echo de L'Amerique du Sud: journal politique, commercial et litteraire* (1827-28)» e a «*Revue Brésilienne, ou Recueil de Morceaux intérieures de l'Empire, la politique, et sur la statistique locale* (1830)», a «*Revue française: littérature, sciences, beaux arts, politique, commerce*» era toda redigida em língua francesa.

Na carta aos leitores o redator dizia que a proposta do jornal era trazer notícias do estrangeiro, especialmente da Inglaterra e da França, para o Brasil. No último número da *Revue Française* (v.2, n.4, abr., 1840), C. H. Furcy anuncia, em texto intitulado “Confession et adieu du rédacteur”, o fim da *Revue Française*. Nessa introdução o autor afirma que, para servir as letras e as artes do Brasil, ele fundou o periódico, e explica que a escolha da língua francesa se deu por sua universalidade e também pelo idioma ser o preferido das ciências. O redator não esclarece os motivos do fim da publicação, mas faz uma série de considerações acerca da qualidade e dos objetivos que foram cumpridos. Aos assinantes, o editor avisa que os que se sentissem prejudicados poderiam ir à tipografia ter seu dinheiro reembolsado ou pegar a coleção completa da *Revue*... Na última página foram listados os nomes dos assinantes da *Revue Française*. Eram quarenta e sete no total, sendo quinze brasileiros, sete estrangeiros e vinte e cinco franceses. Os trinta e dois estrangeiros que subscreviam o periódico residiam no Rio de Janeiro.

Os periódicos, além dos seus assinantes, pareciam ter ganho espaços cada vez maiores, pois a mocidade brasileira lia variedades desses impressos, tanto é que o segundo regulamento do Imperial Colégio Pedro II proibia que seus discentes entrassem ou lessem periódicos não indicados pelos professores no interior da escola. O que mostra que a prática deveria ser comum e difundida, por isso proibida.

Uma outra questão relevante da revista era a publicação de pequenos resumos de notícias sobre outros países, veiculadas por jornais estrangeiros. Tal prática também foi adotada pelos jornais contemporâneos. Os periodistas tentavam manter seus leitores sempre informados sobre diversos eventos europeus, como pequenas guerras, últimas modas, idade dos soberanos, desenvolvimento industrial, avanços econômicos, enfim, todos aqueles temas que pudessem, ao mesmo tempo, despertar o interesse ou a

criatividade dos seus leitores e trazer os cenários da civilização para mais perto dos brasileiros.

As notícias, contudo, nem sempre se prestavam ao serviço de informar, pelo contrário, em muitas ocasiões os periodistas se colocavam criticamente, seja para realizar um elogio, como foi comum, seja para tecer julgamentos que condenavam as ações das nações estrangeiras. No campo das notícias internacionais, o jornal *O Globo*,¹²⁴ em 1844, veiculou o artigo intitulado “Inglaterra”. Nesse texto foi comentado o edital do governo britânico que pagaria para aqueles que deixassem de cultivar o ópio em suas possessões ultramarinas. O comentário foi dirigido à ação britânica de introduzir grande quantidade de ópio no império chinês. Na construção da argumentação – irônica, diga-se de passagem – foi afirmado que esta seria uma grande oportunidade para a Inglaterra mostrar ao mundo sua filantropia, “suspendendo o envenenamento sistemático, com o qual a nobre Albão se julgava autorizada a ceifar uma nação inteira”.

Além disso, foram criticados, de forma sutil, os empenhos dos ingleses em acabar com a escravidão, pois, para a felicidade da “raça negra”, seria necessário criar “vastas oficinas” que deveriam “se amparar em um plano científico”, nas quais os negros pudessem se habituar “a trabalhos menos penosos”. Com isso, os ex-escravos incorporariam a moral e “os costumes familiares”, evitando assim que se repetissem os processos violentos das emancipações que estavam ocorrendo nos Estados Unidos e em Cuba.

Próximo à conclusão do texto, a seguinte afirmação foi feita acerca da possibilidade de pôr fim ao tráfico de ópio, praticado em larga escala pelos ingleses:

Mas não acreditamos em tal milagre; a Inglaterra, acostumada em todo mundo a alimentar revoluções, a abusar do direito de visita nos mares, a sonhar na subversão total dos estados americanos, onde a escravidão é um fato social confirmado, talvez aceite o dinheiro dos Chinas, sem jamais deixar o infame tráfico do ópio.¹²⁵

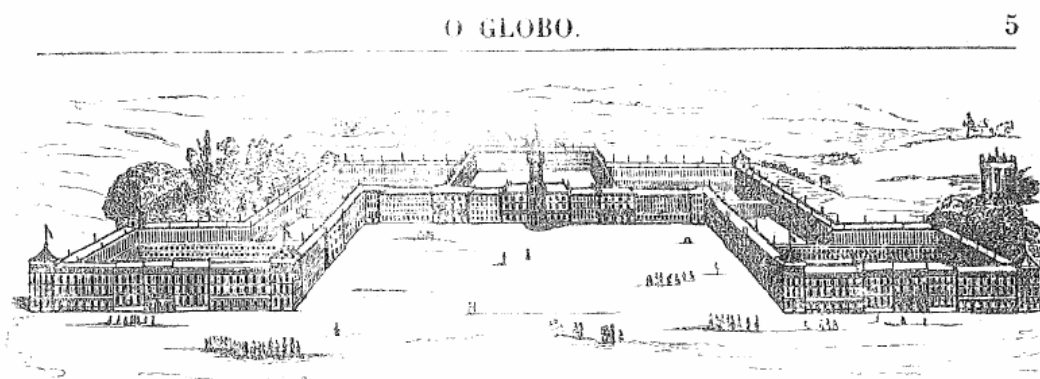
As críticas aos ingleses, redigidas no jornal, estavam marcadas por uma corrente de pensamento que teve lampejos no Brasil, o socialismo (utópico). No artigo intitulado “Ciências Sociais”, *O Globo* divulgou as idéias do socialista utópico François Marie

¹²⁴ A única edição remanescente do jornal *O Globo*, de periodicidade semanal, veio a público no dia 13 de outubro de 1844, um domingo, com um de total oito páginas, divididas em duas colunas. Algumas páginas do original estão mutiladas ou ilegíveis (escurcidas, provavelmente por umidade). A cópia do microfilme foi cedida à Biblioteca Nacional pelo jornal *O Globo* de nossos dias.

¹²⁵ **O Globo**: jornal philosophico, literario, industrial e scientifico, n.1, out., 1844, p.6.

Charles Fourier (1772-1837), que para eles era o homem que mais se preocupava com a organização e finalidade do trabalho. “Nós publicaremos uma exposição de sua doutrina; por nos parecer melhor resumir as idéias deste gênio tão fecundo, e tão poderoso.” O objetivo da veiculação das idéias de Fourier era divulgar as suas teorias, segundo o texto, “inda muito estranhas no Brasil”, mas foi ressaltado que “não pretendemos ocupar o lugar de campeão de todas as opiniões emitidas por C. Fourier e seus discípulos.”¹²⁶

Na matéria que ocupou as páginas 3, 4 e 5, foram expostas de maneira sintética as principais doutrinas do filósofo, em especial a do Falanstério. Algumas idéias sobre a organização e a criação de falanstérios em certas regiões do mundo ocidental, como nos Estados Unidos e na Europa, foram descritas nesse artigo que, entre outras coisas, contava com ilustrações do lugar utópico criado por Fourier. Nas páginas de *O Globo*, o falanstério, tratado com muito entusiasmo, teria a seguinte finalidade:



Independência absoluta. Ninguém será coagido em suas empresas industriais, seus gostos pessoais, emprego de sua fortuna; cada um pode a todo o instante deixar um falanstério por outro que lhe oferecer prazer, e trabalho a seu gosto.

Hotéis, teatros, bibliotecas e museus etc., etc., que a administração de cada falanstério é interessada a aumentar e melhorar constantemente, procurarão ao pobre falanstério gozos desconhecidos aos privilegiados do velho mundo.

Já falanstérios se elevam na América, se preparam a fundar na velha Europa. Os resultados dos primeiros farão construir mil outros, e mudarão a face do mundo. A idade de ouro vai renascer. A harmonia substituirá a discórdia. A nova Jerusalém descenderá sobre a terra. Deus habitará entre nós.

Honra a Fourier.¹²⁷

¹²⁶ *O Globo*, n.1, out., 1844, p.4.

¹²⁷ *Ibid.*, p.5.

Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* e em *Um engenheiro francês no Brasil*, aponta brevemente que ideias socialistas circularam e tiveram certa ressonância pelo país no século XIX, especialmente pela presença dos franceses, que trouxeram tais ideias de seu país natal. Operários derrotados “nas revoluções de 1830 e ameaçados pela opressão e pelo desemprego rumaram para o Brasil na década de 1840 do século XIX, determinados a formar um falanstério”.¹²⁸

Os fourieristas franceses no Brasil divulgaram suas ideias através de publicações de panfletos e queriam atingir as classes desfavorecidas. Seu principal líder foi Benoist-Jules Mure, um ex-sansimoniano¹²⁹ que encaminhou cartas ao Imperador na tentativa de fundar uma colônia industrial e um falanstério no país. Ao contrário do que se possa imaginar, a ideia foi bem acolhida pelas autoridades brasileiras, especialmente no que diz respeito à implementação de uma colônia industrial, pois, como já foi dito, o desenvolvimento da indústria era objetivo comum dos homens de letras e dos governantes. Um falanstério, de vida curta, chegou a ser erguido em Saí, atual distrito de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. No entanto, o fracasso da experiência francesa pode ter ocorrido em razão de o governo não ter contribuído para que a

¹²⁸ GALLO, Ivone. O Brasil e o socialismo no século XX: Fourieristas no Saí. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (org.) **Franceses no Brasil** (séculos XIX-XX). São Paulo: UNESP, 2009, p.148

¹²⁹ Interessante observar que o *Correio Braziliense* publicou, na seção de *Litteratura e Sciencias*, entre os anos de 1816 e 1820, as doutrinas do economista suíço Jean-Charles Simonde (1773-1842), autor considerado pelos manuais de teoria econômica como um dos pensadores que desenvolveram embrionariamente o pensamento socialista, sendo o responsável, em 1819, pela introdução do termo ‘proletário’ enquanto categoria de análise. A título de ilustração, fazemos uma referência ao filósofo Karl Marx, que cita um dos estudos do suíço em nota do **18 Brumário de Luís Bonaparte**. Entretanto, as ideias de Simonde veiculadas pelo Correio eram referentes a seu ensaio “*Princípios de Economia Política aplicados à Legislação do Comércio*”. Os *Princípios...*, de Simonde, em sua parte “universal”, eram um “manual” sobre o tema, pois tratou de descrever e analisar a origem da riqueza das nações, (revisando questões colocadas por Smith como a do trabalho produtivo e improdutivo), as leis que regiam o comércio, passando pela problemática dos preços, monopólios e a aplicação das Colônias produtivas. Na conclusão da tradução comentada do livro, o ponto principal das lições dos *Princípios* é exposta: “Os homens não têm querido reconhecer que as regras da moral eram também as da política: têm sufocado a voz de suas consciências, que lhes gritava que não fundassem o seu poder sobre o mal de seus semelhantes; e rejeitando esta advertência saudável, desconhecaram a voz da razão, que também o repetia; porque esta lhes gritava, com não menos força, que nunca arruinariam a tranqüilidade, não destruiriam a liberdade de seus irmãos, sem experimentar, no mesmo instante, que numa justa reação vinha atacar sua própria riqueza, sua indústria, seu descanso, e sua liberdade; sem se convencer que o pior político era o que fazia aos outros mais mal. [...] Eu me julgaria feliz, se pudesse contribuir, atrair a atenção do Governo da França, para o exame de uma teoria cuja aplicação pode ser tão importante à sua prosperidade. Sem dúvida não tardará muito tempo a trazer para esta parte, como tem feito para todas as outras, suas vistas reparadoras; e podemo-nos lisonjear de receber bem depressa dele uma legislação comercial, conforme aos progressos das luzes, aos princípios de uma sã economia política, aos sentimentos de beneficência, que os diversos povos se devem uns aos outros [...]” **Correio Braziliense**, v.25, n.151, dez., 1820, p.688-690.

iniciativa fosse muito adiante. Assim que o falanstério foi fechado, os homens envolvidos na empresa foram empregados no Rio de Janeiro.¹³⁰

A imprensa, como mencionamos, foi, ao lado das teses médicas, dos romances, dos panfletos diversos, das memórias e de outros gêneros de escritos, das principais ferramentas utilizadas pelos homens de letras e ciências para difundir um projeto civilizatório para o Brasil. Projeto, diga-se de passagem, que encontrou forte ressonância na elite letrada e que formulou um discurso sobre o que o Brasil era e como ele deveria se desenvolver para alcançar o tão sonhado patamar de uma nação civilizada, uma nação europeizada, guiada pelos princípios da razão.

Teorias sobre as variedades das raças, movimentos dos planetas e dos cometas, novos inventos, sistematização da educação formal, métodos caseiros para facilitar e otimizar a vida ordinária, são alguns dos muitos e variados conteúdos veiculados pelas revistas literárias do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

O Globo, em seu “editorial” de abertura, intitulado “Lede”, publicou algumas considerações acerca da grandeza das nações e também os motivos pelos quais o Brasil ainda não estava entre as nações grandiosas. A abordagem do tema começava do seguinte modo: “A grandeza das nações, como todos os outros fenômenos possíveis, não é mais que a manifestação de um grande pensamento, o ser é a realização do possível, a matéria é a expressão da ideia”.¹³¹ O fato de o Brasil não ser uma grande nação se dava em razão de haver uma “desarmonia entre os princípios que presidem a seus destinos, e as aplicações práticas tentadas pelos estadistas”.¹³²

Os estadistas, na visão de muitos periodistas, eram os principais responsáveis pelo atraso do país em diversos campos, pois se digladiavam em questões mezinhas dos partidos e esqueciam sua verdadeira função. As palavras impressas em *O Globo* mostram bem o papel que os periodistas acreditavam que os dirigentes deveriam exercer para o bem do país e, sobretudo, para pôr em prática o projeto civilizatório:

Reconhecemos como único fim do estadista a felicidade dos indivíduos, a grandeza das nações; a política jamais deixará de ser um meio. A experiência prova que os povos uma vez entrados na carreira das lutas dos partidos, cada vez se vão mais entrando em discussões intermináveis; buscaremos meios de distribuir quanto for possível os

¹³⁰ GALLO, Ivone. O Brasil e o socialismo no século XX: Fourieristas no Saí. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (org.) **Franceses no Brasil** (séculos XIX-XX). São Paulo: UNESP, 2009, p.153.

¹³¹ **O Globo**, n.1, out., 1844, p.1.

¹³² Ibid.

espíritos deste estado irritante, que absorve todas as inteligências, todas as forças do povo sem proveito real para seu bem-estar.¹³³

Uma página à frente, no texto “Ao Jornalismo”, *O Globo* reforça a idéia da “inutilidade” das discussões sem fim, dizendo que o grosso das publicações nacionais, voltadas quase que exclusivamente para as discussões políticas, giram em círculos em torno dos mesmos problemas. Mais adiante, o jornal aponta qual deveria ser o papel do jornalismo na sociedade brasileira e quais seriam os verdadeiros patriotas:

[...] deixe o jornalismo estas questões irritantes e ofensivas, não são aqueles que mais se inculcam os mais aptos para as coisas: sejam todos os cidadãos verdadeiramente livres por sua indústria e comércio, que então aparecerá a vontade nacional, firme e inabalável a todos os embates da intriga.

[...]

Os maquinistas, os artistas mais perfeitos, os agricultores mais hábeis, são, ao nosso ver, os mais patriotas, os únicos que trabalham para o engrandecimento do país.¹³⁴

Na última página, *O Globo* reforça que se absteria “de qualquer ingerência quotidiana” e que não se meteria “nas lutas dos partidos”. Fazendo coro às revistas literárias que vimos ao longo deste capítulo, o jornal defendia que a imprensa deveria cumprir o seu papel maior, a saber: “ser o verdadeiro órgão de todos os progressos da humanidade.”¹³⁵

¹³³ Ibid., p.2.

¹³⁴ Ibid., p.3.

¹³⁵ Ibid., p.8.

Considerações Finais

A primeira metade do século XIX foi marcada por uma série de transformações na vida cultural brasileira. Desde o desembarque de D. João VI e sua Corte, mudanças significativas foram empreendidas no Rio de Janeiro. Essas transformações foram sentidas pela população em geral e, especialmente, pelos homens de letras.

A abertura dos portos às nações amigas não trouxe somente uma série de novos produtos da Europa industrial, ela também possibilitou uma maior circulação de idéias e pessoas. Esse contato com um mundo mais diversificado trouxe consigo e, ao mesmo tempo, foi fomentado pelo consumo e produção de livros, jornais e de outros tipos de material impresso. A Impressão Régia no período joanino era a única tipografia autorizada a funcionar no Rio de Janeiro. Mas, quando foi decretada a liberdade de imprensa, novas tipografias foram instaladas na cidade. Entre 1821 e 1850 foram abertas aí mais de 50 tipografias, mostra de que o negócio era rentável e que existia demanda. Além disso, novos conhecimentos passaram a fazer parte do universo dos letrados, graças, sobretudo, a maior circulação de livros e revistas nacionais e importados.

O periódico foi a principal ferramenta utilizada pelos homens de letras locais para a divulgação de notícias, ideais políticas, poesias, contos e, sobretudo, conhecimentos técnico-científicos. O nascimento da imprensa no país encontrou algumas barreiras, pois a maioria das publicações foi de curta duração. Os redatores comemoravam quando as publicações ultrapassavam a sétima edição e superavam o chamado “mal dos sete números”.

A responsabilidade sobre a efemeridade das publicações recaiu sobre os custos. Na formação do mercado editorial brasileiro a questão dos gastos e lucros com os magazines não era muito clara. Os periodistas contratavam os serviços tipográficos para publicar seus trabalhos. Por sua vez, o primeiro responsável pelo conteúdo veiculado não eram os redatores, mas sim os donos das tipografias. A Constituição do Império do Brasil de 1824 garantia a liberdade de imprensa, mas, ao publicar, os autores deveriam se responsabilizar pelos escritos. A liberdade tinha limites, não era permitida a calúnia, a difamação e a mentira.

A normatização dos crimes de imprensa só foi realizada em 1830, no Código Criminal do Império. Nesse Código foi definido que o tipógrafo era o primeiro responsável pelos crimes de abuso cometidos, todavia, se provassem quem eram os autores, se livrariam da culpa. Embora os periódicos na primeira metade do século XIX raramente fossem assinados por seus autores, o universo de escritores nacionais era pequeno e era pouco provável que os autores dos jornais não fossem conhecidos publicamente.

No Brasil o mercado editorial nasceu junto com a imprensa e em curto espaço de tempo, diferentemente do que ocorreu na Europa. Entretanto, essa estréia tardia, a vida curta das revistas e as tensões existentes entre tipógrafos e redatores não impediu que, ano após ano, novas publicações viessem a público no Rio de Janeiro.

Na concepção dos jornalistas, publicar um jornal não representava somente um empreendimento comercial ou um ato de vaidade pessoal, pelo contrário, escrever em folhas públicas era parte da missão a que estavam destinados: educar seus contemporâneos e promover a civilização no país. Esse objetivo civilizatório fica claro na constante valorização das luzes, nas odes à razão expostas nas introduções dos periódicos e, sobretudo, na veiculação de textos que incorporavam novos discursos ligados às concepções européias de civilização, como o da higiene e o da técnica por exemplo.

O discurso civilizatório também foi, desde o período joanino, encampado pelos homens ligados aos negócios de Estado. Em meio às muitas ações civilizatórias estatais, destaca-se o incentivo dado para que artistas e técnicos estrangeiros viessem para o Brasil. Acreditava-se que a presença de estrangeiros tanto traria para o país exemplos de condutas civilizadas, quanto contribuiria para o desenvolvimento da economia. Franceses e ingleses, sobretudo, vieram para o Brasil em busca de novas oportunidades de enriquecimento. Muitos receberam terras do governo para cultivar utilizando novas ferramentas e máquinas.

Nos anos de D. João VI e no primeiro e segundo Impérios prêmios e uso exclusivo de inventos e máquinas eram oferecidos aos introdutores de novidades técnicas internacionais. A intenção era promover a racionalização do trabalho no campo e possibilitar o nascimento de uma indústria nacional. Brasileiros e estrangeiros tentaram patentear seus inventos no país, alguns deles com sucesso. A *Sociedade*

Auxiliadora da Indústria Nacional, por exemplo, tinha um espaço em sua sede na qual deixava em exibição novas máquinas e inventos europeus e norte-americanos.¹

Não bastava, contudo, apenas introduzir novas máquinas no campo e na indústria, era necessário promover meios para que os brasileiros pudessem ser inventores. Para tanto, era imprescindível que a mocidade fosse instruída e técnicos fossem formados na América.

Nesse sentido, os governantes brasileiros, na primeira metade do século XIX, se esforçaram para melhorar e ampliar as instituições de ensino. Anteriormente, na Colônia, a responsabilidade de ensinar era quase uma exclusividade dos padres da Cia de Jesus. As aulas de primeiras letras e a instrução em geral eram dadas em seminários e em poucas cadeiras públicas. Com a expulsão dos jesuítas na administração pombalina um vácuo foi criado na educação dos colonos.

Essa situação só foi modificada pelas medidas do governo de D. João VI. O monarca abriu novas cadeiras de primeiras letras e realizou novos concursos para as que se encontravam vagas. Foi no mesmo período que também ocorreu a abertura de novas aulas particulares, dadas por brasileiros e estrangeiros. Aulas de línguas modernas, de comércio, de economia política, de filosofia, de moral e racionalidade ganharam espaço no período. Crianças e adultos tinham mais opções de aprendizagem. A população também abraçou esse princípio, pois foi comum o envio de pedidos para abertura de cadeiras de primeiras letras para meninos e meninas nas freguesias que não possuíam professores.

Durante a Regência, ocorreu uma transformação significativa nas aulas de primeiras letras: a unificação dos currículos. Em 1833, a *Secretaria dos Negócios do Império* e a *Câmara do Rio de Janeiro* publicaram uma tabela contendo os conteúdos que deveriam ser ensinados em todas as cadeiras públicas de primeiras letras. O primeiro objetivo era normatizar o que era ensinado, além disso, evitar-se-ia que os alunos que pedissem transferência para outra freguesia ou cidade fossem prejudicados.

O segundo objetivo com a unificação dos currículos de primeiras letras e matemática era obrigar que todos os professores seguissem um método científico de ensino, o *Método de Lancaster* ou *Método Lancasteriano*. Para os estadistas, a instrução da mocidade não poderia ser feita de qualquer maneira, era preciso incorporar um novo método e, sobretudo, valorizar o conhecimento técnico e científico desde cedo. Os

¹ Foi recorrente nas páginas do **O Auxiliador da Indústria Nacional** a veiculação de e notícias sobre novos inventos na Europa.

fiscais de freguesia ficaram responsáveis por verificar se os professores e professoras estavam seguindo as determinações do governo. Quando o professor não seguia a norma era punido com a perda da cadeira ou em seus rendimentos.

Aliada à instrução dos pequenos, foram instalados no Rio de Janeiro cursos superiores ou equivalentes, como os de Cirurgia e a *Real Academia Militar*. Na *Real Academia* formavam-se os oficiais do exército, porém, os egressos da academia não exerciam apenas funções militares, eles atuavam como engenheiros, arquitetos e em outros trabalhos técnicos. Os primeiros regulamentos da *Real Academia* privilegiavam mais as ciências exatas do que a arte da guerra. Tal foco não era isento de intenção, um dos objetivos era formar um corpo de profissionais que fosse habilitado para defender e transformar o país por meio do conhecimento técnico-científico. Pode-se dizer que os primeiros engenheiros brasileiros eram todos militares.

Outra instituição de ensino importante do período foi o *Imperial Colégio Pedro II*. Criado sob a tutela do regente Bernardo Pereira de Vasconcelos o colégio formou, ao longo do século XIX, muitos dos homens ligados aos negócios do Estado e literatos. O programa da instituição se direcionava para a formação de bacharéis em letras. No entanto, todo o sistema de ensino estava ancorado em modernos pensadores europeus e em obras da antiguidade clássica, além de trabalhar com o conhecimento científico atualizado. O Colégio, menina dos olhos do Imperador Pedro II, foi responsável pela formação dos futuros homens de ciências do país e sua fundação estava diretamente ligada ao projeto civilizatório para o Brasil.²

Essa ideia fixa de europeizar o brasileiro, de o civilizar, empreendida desde o início do século XIX pelos homens de letras, fez-se presente em todas as revistas literárias editadas no Rio de Janeiro. Para tanto, a veiculação dos conhecimentos técnico-científicos assumiu um papel de destaque.

Apesar, no entanto, dos inúmeros conteúdos e novidades apresentados pelas revistas literárias o país não deslanchou cientificamente. Tampouco foram elaboradas teorias científicas nacionais. Malgrado tais percalços, pode-se dizer que os homens de letras e suas revistas foram responsáveis por criar uma cultura científica no país que, na segunda metade do século, ganhou maior espaço e levou à fundação de uma comissão

² A educação no Brasil Império não atingiu a maior parte da população. Em 1889, a maioria dos brasileiros era analfabeta. Contudo, não é possível descartar as diversas iniciativas tomadas pelos governantes e por Sociedade Literárias que se dedicavam a “instrução da mocidade indigente”. O Imperial Colégio Pedro II, por sua vez, sempre foi direcionado para formação da elite e nesse sentido cumpriu exemplarmente seu papel.

científica no Império, ao florescimento do *cientificismo* dos anos 70 e à formação dos homens de ciências que se destacaram na virada do século XIX para o XX.

A ciência e a técnica, pilares da vida moderna ocidental, foram extremamente valorizadas pela inteligência e pela administração locais do período. Era necessário estudar, compreender e aplicar esses conhecimentos em todos os setores da vida nacional. A ferramenta mais moderna no século XIX para propagar um discurso que valorizasse esses conhecimentos era a imprensa periódica livre. Daí o fato de a veiculação de temas técnico-científicos nos impressos de então ter sido ampla e diversificada, indo da agricultura à astronomia, passando pelas patentes de inventos, métodos de aprendizagem, culinária, medicina, ciências naturais, arquitetura, urbanística, engenharia, indústria e economia política, para ficarmos nuns poucos exemplos. São esses conteúdos e a maneira como foram veiculados que permitem dizer que o papel desempenhado pela ciência e pela técnica no projeto civilizatório para o Brasil foi de primeira grandeza. O que se pretendia era que a razão predominasse na vida e na administração do país, bem como o conhecimento científico e as suas variantes técnicas fossem incorporados amplamente pelos brasileiros, tornando-se habituais entre os homens livres. Só assim, o país atingiria o mesmo patamar da tão invejada civilização europeia.

Documentos e Referências Bibliográficas

DOCUMENTOS

PERIÓDICOS

Periódicos (1808 a 1820)

O Patriota - Jornal Literário, Político e Mercantil &c.. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813-1814.

Periódicos (1820 a 1830)

Annaes Fluminense de Sciencias, Artes e Literatura. Rio de Janeiro: Typ. de Santos e Sousa, Tomo 1, n.1, janeiro 1822.

Jornal Scientifico, Economico e Litterario. Rio de Janeiro: Typ. de Torres, v.1, n.1 (22 de maio de 1826)-v.1, n.3 (julho de 1826).

Periódicos (1830 a 1840)

A Gazeta dos Domingos: revista enciclopédica semanal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Americana, v.1, n.1, 1839

A Miscellania Scientífica. Rio de Janeiro: Tip. de José Andrés Garcia Ximenes, 1835.

A Sciencia: revista synthetica dos conhecimentos humanos. Rio de Janeiro: Typ. de Silva Lima, Anno 1, n.1 (02 de julho de 1847 – 22 de julho de 1848).

A Verdade: jornal miscelanico. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1832-1834.

Guanabara: revista mensal artistica, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro: Typ. Guanabarenses, de L.A.F. de Menezes, 1850.

Minerva Brasiliense: jornal de sciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typ. de J.E.S. Cabral, 1843-1845.

Niterói, revista brasiliense letras e artes. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/6>>> Acesso em maio de 2009.

O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tip. de Seignot-Planchet, 1833-35; 1838; 1841; 1847-89.

O Beija-Flor: annaes brasileiros de sciencia, politica, litteratura, etc. Rio de Janeiro: Typ. de Gueffier, 1830.

O Globo: jornal philosophico, literario, industrial e scientifico. Rio de Janeiro: Typ. J.R. da Costa, 1844

O Gosto: jornal de theatros, litteratura, modas, poesia, musica... Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de P. Brito, Vol.1, n.1 (05 de agosto de 1843)-vol.1 , n.5 (07 de setembro de 1843).

O Indicador da Utilidade Publica. Folha política, scientifica, e litteraria. Rio de

Janeiro: Tipografia de Pereira, 1836.

O Propagador de conhecimentos uteis. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1836

Periódicos (1840 a 1850)

Guanabara: revista mensal artistica, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro: Typ. Guanabarensis, de L.A.F. de Menezes, 1850.

Minerva Brasiliense: jornal de sciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typ. de J.E.S. Cabral, 1843-1845.

Revue francaise: litterature, sciences, beaux arts, politique... Rio de Janeiro: Imprimerie e chal. de C. H. Frirey, Vol.1, n.1 (01 de maio de 1839)-vol.2, n.4 (01 de abril de 1840).

Periódicos (1850)

A Abelha: semanário científico, industrial e litterario. Rio de Janeiro, RJ: Empresa Nacional do Diário, n.1, 12. jan., 1856,

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

Arcevoc/Memória da Leitura Unicamp

Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida A SOCIEDADE LITERARIA DO RIO DE JANEIRO. Celebrando a mesma o seu aniversario em memória do SR. REI D. JOZÉ I o restaurador das letras em Portugal, a 6 de Junho de 1787. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t.XLV, 1^a parte, 1882. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx41.html>>>. Acesso fevereiro de 2006.

Excerto dos Estatutos da Aula de Comercio de 1759. In: Arcevoc/Memória da Leitura Unicamp. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx11.html>>>. Acesso em Abril de 2009.

Estatuto do Colégio Real de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx21.html>>>. Acesso novembro 2009.

Arquivo Nacional (Biblioteca)

RIBEIRO, José Silvestre. **História dos estabelecimentos científicos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados das monarquias, por José...** sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, t.1, 1871

Biblioteca Nacional (obras raras)

BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Cia Industrial de Papel Parahy, 1984.

OGIER, Renato. **Manual da typographia braziliense, por R. Ogier. Antigo impressor de Paris, e estabelecido no Rio de Janeiro desde 1827**. Traduzido por hum brasileiro. Rio de Janeiro: na Typographia de R. Ogier, editor, Rua da Cadeia, n.142, 1832.

Biblioteca Nacional de Portugal

Curso Elementar e completo de Mathematicas-puras, ordenado por La Caille, augmentado por Marie, e ilustrado por Theveneau, traduzido do Francez, e dedicado a sua alteza real O principe regente nosso senhor por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, aluno da Real Academia da Marinha. Lisboa: Oficina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, por ordem de Sua Alteza Real, 1800. Disponível em: <<<http://purl.pt/11519/2/>>>. Acesso em: janeiro de 2010.

Câmara Federal

BRASIL. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1808. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009.

BRASIL. Cartas, Leis, Decretos e Alvarás, 1809. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_14.pdf>> Acesso em maio de 2009.

BRASIL. Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, 1810. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2008.

BRASIL. Decisões 1811. **Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B4_7.pdf>> Acesso em Maio de 2009.

BRASIL. Constituição Política do Império de 1824. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>. Acesso em: maio de 2009.

BRASIL. Atos do poder legislativo de 1830. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>>.

Acesso em: maio de 2009.

BRASIL. Decreto de 1º de Fevereiro de 1841 – Altera algumas das disposições do regulamento n. 8 de 31 de dezembro de 1838, que contém os Estatutos do Colégio de Pedro II. In: **Coleção de Leis do Brasil 1841**. <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-27/Legimp-27_13.pdf>>

Núcleo de Documentação, Memória e História do Colégio Pedro II - NUDOM

ANUÁRIO do Colégio Pedro Segundo. Volume XV 1949-1950 [Contem compilação de documentos]

PEREIRA, Otacílio A (org). *Almanach do pessoal docente e administrativo*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, n.1, 1921.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *Manual dos estudantes de Latin dedicado a mocidade brasileira por seu patrício...*Rio de Janeiro: Tipografia Francesa, 1849.

LIMA, J. I. de. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. de Eduardo e Henrique Laemert, 1852.

ELEMENTOS de Euclides, dos seis primeiros livros do undécimo e duodécimo da versão latina de Frederico Commandino adicionado e ilustrado por Roberto Sinson professor de matemática da academia de Glasgow. Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1824.

Programas de ensino de História do Brasil, Moderna, Média, Romana e Antiga (1849-1858). Ainda não publicados, mas gentilmente cedido pelos funcionários do arquivo.

DORIA, Escragnolle. *Memória História do Colégio Pedro Segundo (1837-1937)*. Rio de Janeiro.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (org.) *Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)*. Curitiba: Ed. do autor, 1998.

Universidade de Chicago

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império do ano de 1833** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antônio Pinto Chichorro da Gama.

BRASIL. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 11 a legislatura pelo vice-presidente da Província, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino**. Nictheroy, Typ. da Patria de C.B. de Moura, 1856, apêndices (mapa 3). Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/786/index.html>>>. Acesso em março de 2009.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA (1800-1850)

Arquivo Nacional

Fundo: Junta do comércio, agricultura, fabrica e navegação

Invenções e Companhias Industriais

Caixa 386 – Companhias Industriais (1810-1850) 3 pacotes

Chancelaria Mor

Caixa 230 – Chancelaria Mor (publicações de periódicos 1818-1821)

Fábrica e Navegação

Código 217 – registros de provisões de matrículas de fábricas (2 volumes)

Código 167 – Termos de matrícula dos aulistas da aula do comércio 1810-1843 (3 volumes)

Fundo: Desembargo do Paço

Caixas 147 a 149 – Cadeiras de Instrução Pública (1807-1828);

Série Educação coleções IE3 e IE833

Fundo: Diversos Códices

Memórias: Catálogos. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1928, 23v.

Código 807: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Código 10.4.2 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1830-1939)

Código 10.4.3 Instrução Pública: Ensino Público, Escolas (1833-1839)

Código 44.7.16 Vários Papéis referentes a tipografias, jornais e oficinas de artes gráficas (1833-1887)

Biblioteca Nacional

Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos – Informação sobre os estabelecimentos de ensino da mesa do Desembargo do Paço. II 34, 30, 24. (Anexo).

Núcleo de Documentação, Memória e História do Colégio Pedro II

Ofícios Recebidos. Livro 1 – Primeiro Livro de avisos do Império relativos ao Imperial Colégio de Pedro Segundo (com assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos).

Ofícios Enviados. Livro 1 – colégio Pedro II – externato para o ministério do Império (1846-1858).

Livro de Contabilidade (folhas de pagamento, inventários, etc.). Livro 1 – Livros de ordenados e vencimentos dos empregados do Imperial Colégio de Pedro II

Livro de Exame. Livro 1 – Livro primeiro de Exames e Prêmios do Colégio Pedro II

Livro de nomeação de professores e funcionários. Livro 1 – livro de matrículas dos empregados do Imperial Colégio de Pedro II (1838-1852).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionários

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. 5.v. Dicionário Bibliographico Brasileiro. 7.v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

GUIMARÃES, Argeu. Dicionário Bio-Bibliographico brasileiro da diplomacia, política externa e direito internacional. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1938, 482p.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Anno Biographico Brasileiro. 4.v. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

SILVA, Innocencio Francisco da. Diccionário Bibliographico Portuguez: estudos applicaveis a Portugal e Brazil.

SOBRINHO, F. Velho. Dicionário Bio-bibliográfico brasileiro. v.I, Rio de Janeiro: irmãos Pongetti, 1937; v.II, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

SOUSA, J. Galante de. O teatro no Brasil. Tomo II: Subsídios para uma biobliographia do teatro no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

Artigos

ABREU, Márcia. Belas letras no Novo Mundo. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.9-34, 2002.

ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999.

BENNINGSSEN, Emanuel de (Conde). O Brasil meridional visto por um oficial de marinha russo no início do século XIX. *Revista de História*, ano II, n.6, abr-jun, p.391-410, 1951 (reimpresso em 1974). [tradução da narrativa de viagem do almirante Golovnim].

BIOGRAFIA de José Basílio da gama, José da Silva Lisboa (Visconde de Cayrú), José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho e monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo. *RIHGB*, t.1, v.1, 1839, 388p.

BOSCHI, Caio C. A comercialização de livros da diretoria geral de Estudos para o Brasil (apontamentos para uma investigação histórica). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.601-629, 1999.

CADERNO DE CULTURA, Lisboa, n.1, 1999 (especial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira).

CARVALHO, José Maurício de. O que se lia no Brasil colonial. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.35-55, 2002.

CAVALCANTE, Berenice. Itinerários de leitura: a formação de um ilustrado luso-brasileiro. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.579-600, 1999.

COMUNICAÇÃO de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre o livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821), v.46, n.94, p.441-451, 1972.

COSTA, Lucília Verdelho da. D. João VI e as artes. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXII, p.345-365, 1997-1998.

FERREIRA, Luis Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827-1843. *Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fundação Osvaldo Cruz, v.11 (suplemento 1), p.93-107, 2004.

FERREIRA, Maria Bessone da Cruz; NEVES, Maria Lucia Bastos P. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. In: *História Hoje: balanço e perspectivas*. IV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: ANPUH, 1990, p.190-202.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros, leituras e missivas no Rio de Janeiro. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.85-103, 2002.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; CHAMON, Carla Simone. Processos de socialização e de formação cívica no Brasil (século XIX). *Cultura*, Lisboa, v.13, p.225-241, 200/2001.

FONSECA, Fernando Taveira da. Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.527-559, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

KURY, Lorelai. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fiocruz, v.2, p.267-291, jul.-out., 1998.

MELLO, Francisco Martins Inácio Homem de (Barão). Leitura, por Barão Homem de Mello, de um trabalho seu sobre Hypolito da Costa. *RIHGB*, v.43, 1871.

MELLO, Francisco Martins Inácio Homem de (Barão). O Brasil Intelectual em 1801. *RIHGB*, v.64 (103), p.v-xxxi, 1905.

MURALHA, Adelaide Maria; MACHADO, Viera. O investigador português em Inglaterra, Jornal Literário, Político, & C., nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação. *Cultura*, Lisboa, v.10, p.473-490, 1998.

NEVES, Maria Lucia Bastos P. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.665-697,

1999.

PAIN, António. Presença de Silvestre Pinheiro Ferreira na estruturação do debate filosófico no Brasil do século XIX. *Cultura*, Lisboa, v.10, 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998.

REISEWITZ, Marianne. O impacto do ideário iluminista no Brasil; razão e livros sediciosos. *Entre Passado & Futuro*, São Paulo, n.1, p.41-57, maio, 2002.

SCHUELER, Alessandra Frota de. De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. *Educação*, Porto Alegre, ano XVIII, p.333-351, maio/agosto, 2005

SHAPOCHNIK, Nelson. Dos parnasos e florilégio aos ensaios de história literária: experimentos românticos. *História*, São Paulo, v.16, p.157-172, 1997.

SILVA, Alfredo do Nascimento. Histórico da Sociedade Amante da Instrução, *RIHGB*, t.55, parte II, p.97-140, 1892.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura letrada e cultura da oralidade no Brasil do século XVIII e início do século XIX. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.561-577, 1999.

SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. *Patrimônio e Memória*, Assis, v.n.2, p.1-20, 2006.

TOUNAY, Visconde de. Estrangeiros ilustres e prestimnosos... *RIHGB*, t. LVIII, p.II, 1885.

VIEIRA, Martha Victor. Nacionalidade e cidadania nos fundamentos do Estado Imperial, *Estudos de História*, v.10, n.1, p.117-129, 2003.

Livros

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005, 518p.

ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, v.2, 1997.

AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira (Séculos XVI-XX)*. Lisboa: Ática, 1961.

AMORA, Antonio Soares. *O Romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1971.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro do imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, 1987.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

CABRAL, Alfredo do Vale. *Anais da imprensa Nacional do Rio de Janeiro, de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro, 1881.

CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antônio Feijó*. Coleção Fundadores do Brasil. São Paulo: editora 34, 1999.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) 1750-1836*. 8.ed. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. As conferências populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/O teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *D Pedro II*. 7ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2007; estudo mais detalhado de Carvalho sobre a questão pode ser visto em

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821)*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ.

CASTELNAU, Francis. *Expedição as regiões centrais da América do sul*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *Historia de La lectura em El mundo occidental*. Madrid: Santinalla, 2001.

CENTENÁRIO da imprensa no Brasil. *RIHGB*, 2.v., 1908 (edição especial). Parte I – Gênese e Programa da Imprensa periódica brasileira. Parte II – Annaes da imprensa periódica no Brazil.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro:, José Olympio; Niterói, Universidade Federal Fluminense, 3 ed., 1986, vols. 3 e 4.

COUTINHO, Afrânio. (org). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974, vol. I.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada – O espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: GB, 1975.

DANTES, Maria Amélia M (org). *Espaços da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Faculdade de São Paulo, 1978 (2 vols).

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

EDMUNDO, Luiz. *A Corte de D. João VI no Rio de Janeiro: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939-40 (3 vols).

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRI, Mario Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. (Coord.) *História das Ciências no Brasil*. São Paulo EPU, EDUSP, 1979-1981.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1.ed. 1979, reimpressão 1999.

FOUCAULT, Michel. **O que é o autor?**. Vega: Passagens, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e leite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1999.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815*. *RIHGSP*, v.11, 1906

FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S. M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Disponível em: Gallica, bibliothèque numérique de la Bibliothèque nationale de France. <<<http://gallica.bnf.fr/>>>. Acesso em junho de 2005,

FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2.ed. rev. e muito ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 2.t, 1969.

FROTA, Guilherme de Andréa. *O Rio de Janeiro na Imprensa periódica*. Rio de Janeiro, 1966.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 3.ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Souza, s/d.

GRAHAM, Maria. *Diário de um a viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823*.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005, p.92.

HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense. *RIHGB*, v.253, p.90-101, out-dez, 1961

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2 ed., tomo II, v.1, 2 e 3, 1967.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.19-71.

IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *Imprensa Fluminense: ensaios e trajetos*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.

KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LAHMEYER, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 2.v., 1978.

LAJOLO, Marisa; ZIBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1759 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LeGOFF, Jacques, Documento/Monumento. In:_____. *História e memória*. Trad. B. Leitão, 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996, p.535-553.

LEITHOLD, Theodor Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.

LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

LOPES, Margaret Lopes. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

LUSTOSA, Isabel. A feira das vaidades: a rua do ouvidor no início do século. In: _____. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p.189-209.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, 497p.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1816. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACHADO, Humberto Fernandes, NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhambi, 1957.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira*. v.2 (1794-1855). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78.

MAXWELL, Kenet. *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Um moralista nos trópicos: O visconde de Cairú e o Duque de la Rochefoucauld*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORAIS, Rubens de Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e tecnologia do Estado de São Paulo, 1979

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p.129-175.

MOTTA, Jehovah. *A formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003.

NEVES, Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de

Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

NEVES, Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*. Bragança Paulista: EDUSF e Ícone, 1999.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Unesp, 2000.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *The Spectator, o teatro das luzes – diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PARANHOS, Haroldo. *História do Romantismo no Brasil (1830-1850)*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.

PEYREFITTE, Alain. *O império imóvel, ou o choque dos mundos*. Niterói: Casa Jorge, 1997.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da revista Nitheroy (1836)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. (Tese de Doutorado).

PINHEIRO, Maciel. *O Rio de Janeiro através das revistas*. I Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

PIRASSUNUNGA, Adailton (Cel.). *O ensino militar no Brasil (colônia)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRIORE, Mary Del (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999

RIBEIRO, Ivan Marcos. *A imprensa romântica no Brasil: O Minerva Brasiliense e seu segmento literário*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras, 2001. (Dissertação de Mestrado em Teoria Literária).

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)- Com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imesp, 1988.

ROCHA, Antonio Penalves (org. e introd.) *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, Coleção Formadores do Brasil, 2001, p.222.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação. In: ZAIDMAN, Daina. *O Patriota: 1813-184 – índice histórico*. Rio de Janeiro: UFF, Coleção Mattoso Maia, 1978.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 7 ed., 1980, 5vols.

SAINT-HILAIRE, Auguste de . *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. 8.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo EDUSP, 1979.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. 2.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, César Agenor Fernandes da. *O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)*. Franca, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS / UNESP campus de Franca.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: A idade d'ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Maria beatriz Nizza da. *Formas de representação na época da Independência (1820-1823)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império Luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, 396p.

SOUZA, Roberto Acízelo de. (Org). *Joaquim Norberto de Sousa Silva - História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. o Narrador a Viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1990

VERISSÍMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 4 ed., 1981.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4.ed. Brasília: UNB, 1998.

VIANNA, Hélio. *Contribuição a história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (orgs.) *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Unesp, 2009.

ANEXOS

INDICES DAS REVISTAS LITERÁRIAS PUBLICADAS NO RIO DE JANEIRO (1808-1852)

Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Literatura. Rio de Janeiro, RJ: Tip. de Santos e Sousa, Tomo 1, n.1, janeiro 1822.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Plano da Obra		3
Economia Política		19
O Banco do Brasil em M. D. CCC. XXI.		21
Nota sobre a incorporação de Montevidéu e províncias cisplatinas ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.		49
A divisão dos bispados projetada no ano de 1818, com a estatística da população do Brasil considerada em todas as suas diferentes classes na conformidade dos mapas das respectivas províncias e número de seus habitantes, por Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira.	A igreja do Brasil ou Informação para servir de base.	57

Jornal Scientifico, Economico e Litterario ou Collecção de varias Peças, Memorias, Relações, Viagens, Poesias e Anedoctas. Mixto de instrução e de recreio accommodado a todo o genero de Leitores. Por dous amadores das sciencias e das artes. Rio de Janeiro, RJ: Tip. de Torres, v.1, maio de 1826.

Índice do Número 1. Maio de 1826.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Discurso preliminar.		3
Advertência	Ciências e Artes.	1
Teoria do Universo.	Ciências e Artes	1
Ensaio. Sobre a Origem dos corpos organizados e inorganizados.	Ciências e Artes	7
Sobre o comércio interior, canais, estradas, pontes e calçadas.	Ciências e Artes	21
Inventos modernos.	Ciências e Artes	28
Agricultura e economia rural.	Ciências e Artes	31
Memória. Dirigida á extinta Assembléia Geral e Constituinte do Império do Brasil, por um dos redatores deste jornal, a qual foi remetida a Comissão de Agricultura.	Ciências e Artes	38
A futura prosperidade do Brasil.	Poesia e Belas Letras.	48
Soneto. Improvisado no Rio de Janeiro no ano de 1812.	Poesia e Belas Letras.	48
Vila rica. Poemas em dez cantos. De Claudio Manoel da Costa, árcade ultramarino, ou Glauceste Saturnio.	Poesia e Belas Letras.	49
Fábula.	Poesia e Belas Letras.	57
Pensamentos soltos.	Poesia e Belas Letras.	57
Sentenças e máximas.		58
Viagem a roda do mundo pelos Russos.	Viagens.	61
Drama racional.	Variedades.	68
Considerações sobre a liberdade de imprensa.	Variedades.	81
Sobre providências que exige a fatura das Letras do Banco.	Variedades.	85

Índice do Número 2. Junho de 1826.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Ciências e artes.	Ciências e artes.	91
História natural.	Ciências e artes.	96
Sobre o leite nutritivo da árvore vaca.	Ciências e artes.	98
Teoria do Universo. Ou da causa primitiva do movimento, e de seus principais efeitos. Continuada da Pag. 6 do 1.º N.º. Capítulo I. Do calórico.	Ciências e artes.	101
Ensaio. Sobre a Origem dos corpos organizados e inorganizados. (Continuado da Pag. 20.). Quinta experiência.	Ciências e artes.	110
Mineralogia.	Ciências e artes.	117
Montanha Aracoiaiba.	Ciências e artes.	123

Fatos anteriores a fundação da fábrica atual.	Ciências e artes.	127
Estradas, pontes, calçadas, e caminhos de ferro. (Artigo continuado da Pag. 27 do 1.º N.º.)	Ciências e artes.	133
Instruções publicadas por ordem do Parlamento para a reparação das estradas aos comissários e engenheiros encarregados do seu entretenimento.	Ciências e artes.	136
Química agrícola. Continuação da Lição primeira, seguida da pag. 37 (sobre a idéia geral dos objetos do curso, e da ordem pela qual eles serão tratados.).	Ciências e artes.	141
Soneto.	Poesia e Belas Letras.	148
Soneto.	Poesia e Belas Letras.	148
Epigramas.	Poesia e Belas Letras.	149
Pensamentos soltos.	Poesia e Belas Letras.	150
Vila rica. Poema Canto II.	Poesia e Belas Letras.	151
Pensamento filosófico.	Poesia e Belas Letras.	162
Viagem a roda do mundo pelos Russos. Continuada da Pag. 67 do 1.º N.º.	Viagens.	163
Viagem a Pensilvânia. Prisão de Filadélfia; seu estabelecimento e regime.	Viagens.	166
Considerações sobre a liberdade de imprensa. Continuada da Pag. 84 do 1.º N.º.	Variedades.	171
Cópia da memória. Dirigida a um dos deputados da extinta Assembléia Geral.	Variedades.	174
Ordenanças e estabelecimentos, que me parecem dignos da ponderação da comissão da fazenda, e da providente deliberação d'Assembléia Geral.	Variedades.	175

Índice do Número 3. Julho de 1826

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos leitores.		193
Destilação por meio do vapor.	Ciências e artes.	198
Teoria do universo. (Continuada da página 110 do N.º 2.º). Capítulo II. Da luz.	Ciências e artes.	208
Estradas, pontes e calçadas. (Art. Cont. de pag. 140 do n. 2.).	Ciências e artes.	224
Sonetos	Poesia e Belas Letras.	228
Pensamentos soltos.	Poesia e Belas Letras.	231
Epigramas.	Poesia e Belas Letras.	232
Epístola a Critilo.	Poesia e Belas Letras.	234
Vila rica. Poema Canto III.	Poesia e Belas Letras.	241
Décimas;	Poesia e Belas Letras.	247
Outros pensamentos soltos.	Poesia e Belas Letras.	249
Viagem a roda do mundo. (Continuada da pag. 165 do n. 2.)	Viagens	250
Verídico diálogo entre Leibnitz e Carlos XII.	Variedades.	254
Breve discurso de um dos redatores.	Variedades.	267
Memorial, de que havemos feito menção, e que não foi atendido.	Variedades.	269

L'Indépendant; Feuille de commerce, politique et littéraire. Rio de Janeiro, RJ: Imprimerie imperiale de P. Plancher-Seignot, 1827.

Índice do Número 1. Abril de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Prospectus.		1
Nouvelles étrangères.		2
Résumé de l'histoire du Brésil.		4

Índice do Número 2. Abril de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio Grande de S. Pedro Du Sud.		1
Guerre Du Sud.		2
Nouvelles étrangères.		2

Theatre Imperial.		3

Índice do Número 3. Maio de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro. Discours de Sa Majesté l'Empereur, d'Ouverture de l'Assemblée Générale, le 3 mai 1827.		1
L'Indépendant.		2
Intrigues.		3
Supplement a L'Indépendant du 5 mai 1827.		4

Índice do Número 4. Maio de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro.		1
Patagonie.		2
Théâtre Impérial.		3

Índice do Número 5. Maio de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro. Discours adresse por l'orateur de La commission de la Chambre des Députés à S. M. I. En réponse ai discoursdu Trône.		1
Théâtre Impérial.		3

Índice do Número 6. Maio de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro.		1
Senat.		2
L'Indépendant. Paix avec Buenos Aires.		3
Théâtre Impérial.		4

Índice do Número 7. Junho de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro. Chambre des Députés.		1
Guerre Du Sud.		3
Théâtre Impérial.		4

Índice do Número 8. Junho de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro. Chambre des Députés.		1
Nouvelles politiques.		2
L'archevêque de Cantorbéry.		3
Théâtre Impérial.		4

Índice do Número 9. Junho de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro. Chambre des Députés.		1
Nouvelles politiques.		2
Variétés.		3
Théâtre Impérial.		4

Índice do Número 10. Junho de 1827.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro. Chambre des Députés. Suite du discours de S. Ex. Le Ministre des finances, prononcé à la Chambre des Députés, dans la séance du 13 mai 1827.		1
Influence de La nomination de M. Canning s'ar los destinées de l'Europe.		3
Théâtre Impérial.		4

Beija-Flor, annaes brasileiros de sciencia, política, litteratura, etc., etc. Por huma sociedade de litteratos. Rio de Janeiro, RJ: Tip. de Guefier e C., 1830.

Índice do número 1.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Profissão de fé dos redatores.		3
Política.	Política.	6
Os três dias da França.	Política.	7

O doze de outubro.	Política.	28
O colar de pérolas, ou Clorinda. Traduzido do inglês de Walter-Scott.	Literatura.	50

Índice do número 2.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Atos memoráveis dos três dias da França.	Política.	35
Uma palavra – sobre política.	Política.	41
O colar de pérolas, ou Clorinda. História contada por uma testemunha ocular. Traduzido do inglês de Walter-Scott.	Literatura.	44
Ciências medicinais. Cura das queimaduras por meio do algodão em lã.	Miscelânea.	63

Índice do número 3.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Uma palavra – sobre bilhetes pequenos, cobre, papel moeda, metálicos, etc.	Política.	65
Atos memoráveis dos três dias da França.	Política.	71
O colar de pérolas, ou Clorinda. História contada por uma testemunha ocular. Traduzido do inglês de Walter-Scott.	Literatura.	75
Indústria. Nova argamassa.	Miscelânea.	100

Índice do número 4.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O eco dos três dias.	Política.	101
Da imprensa no Brasil.	Política.	104
Crônica.		106
Olaya e Júlio ou A Periquita. Novela Nacional.	Literatura.	108
Indústria. Emprego de Chloruro de Cal para tornar sãs as embarcações	Miscelânea.	130

Índice do número 5.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sobre o manual do agricultor brasileiro.	Agricultura.	133
Da utilidade da naturalização dos animais domésticos	Agricultura.	135
Crônica. Londres, 19 de junho.		138
A formiga amazônica.		139
Idade dos soberanos da Europa.		141
O Nabab D'aoude, e o seu visir.		142
Olaya e Júlio ou A Periquita. Novela Nacional.	Literatura.	145
Anedota sobre Canning.	Miscelânea.	159

Índice do número 6.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Manual do agricultor brasileiro. Introdução.	Agricultura.	161
Incêndio do três de janeiro.	Política.	168
Olaya e Júlio ou A Periquita. Novela Nacional.	Literatura.	170

Índice do número 7.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Manuel [sic] do agricultor brasileiro. Capítulo undécimo. Da escravidão - dos escravos.	Agricultura.	185
Geologia. O Etna.	Ciências.	193
Idílios brasileiros.	Literatura.	198

Índice do número 8.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Hermiona. Novela Alemã do século XIV.	Literatura.	208
Crônica.		230
Despedida do Beija-Flor.		232

A verdade. Jornal miscellanico. Rio de Janeiro, RJ: Tip. Nacional (3 primeiros números). Tip. nacional (Números 1-28) e de Gueffier (29 a 124), 1833.

Índice do Número 1. Fevereiro de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Artigos sem título.		1

Índice do Número 2. Fevereiro de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Artigos sem título.		5
Rio de Janeiro. Juizes de fato publicados em 21 de fevereiro.		8
Etnografia da palavra Farroupilhas.		8
Anedota.		8
Notícias da semana próxima passada.		8

Índice do Número 3. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Notícias.		9

Índice do Número 4. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		13
Ouro Preto.		14

Índice do Número 5. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		17
Notícias da semana passada.		20

Índice do Número 6. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		21
Correspondência.		23

Índice do Número 7. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		25

Índice do Número 8. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		29

Índice do Número 9. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		33

Índice do Número 10. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		37
Carapuças aos curiosos.		38
Correspondência.		39

Índice do Número 11. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		41

Índice do Número 12. Março de 1832.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Interior.		43

O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1833-35; 1838; 1841; 1847-65.

Índice do Volume 1 Número 1. Janeiro de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Introdução.		3
Extração da ata da sessão de 2 de julho de 1832 da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no Rio de Janeiro.		10
Discurso do presidente desta Sociedade, na mesma sessão.		11
Memória sobre a Guaxima, por José Henriques Ferreira.		13
Memória sobre a cochonilha do Brasil, por Joaquim de Amorim Castro.		19
Extrato de uma memória sobre a cera vegetal do Brasil, lida perante a Sociedade Real de Londres em 9 de maio de 1811.		25
Processo para se derreter o sebo, e fabricarem-se velas de excelente qualidade, por Mr. Lefevre.		30

Índice do Volume 1 Número 2. Fevereiro de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a cultura da cana e elaboração do açúcar.		1
Método de aperfeiçoar os pavios das velas.		12
Método de endurecer o sebo e a graxa para se fabricarem excelentes velas.		12
Método para curar a diarreia do gado cornífero.		15
Método para preservar os livros de serem destruídos pelos bichos.		14
Instruções para a cultura do linho cânhamo.		15
Cultura da bananeira da grande espécie, vulgarmente chamada do Maranhão.		19
Extratos dos elementos de química concernente a agricultura.		22
Método pronto e fácil de converter em estrume toda a espécie de ervas parasitas.		34

Índice do Volume 1 Número 3. Março de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Continuação da Memória sobre a cultura da cana e elaboração do açúcar.		1
Cura da hidrofobia.		15
Diferentes métodos de fumar o toucinho, e a carne de porco.		21
Memória que o Sr. Mozinho da Silveira ofereceu à Sociedade de Promotoria, sobre o tratamento das vacas, criação dos bezerros, e fabrico da menteiga (em Lisboa), ano de 1832.		25
Método para destruir as ervas parasitas.		31
Dito para extinguir os ratos.		32

Índice do Volume 1 Número 4. Abril de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Métodos diversos para curar os arranques.		1
Método para curar a febre das vacas, que lhes sobrevêm depois de parirem.		18
Remédio contra a enfermidade dos cães.		19
Observações sobre ovos.		19
Nova lamparina econômica.		20
Da Perlassa, e da Potassa.		21
Método de depurar todas as sortes de azeites por Curaudau.		27
Dito dito, por Thenard.		28
Dito para extinguir as lesmas nos jardins.		29
Dito para conservar as peles dos animais.		29
Dito para que o vinho não azede.		30
Dito para tornar os calçados impenetráveis a água.		30
Melhoramento das raças de animais.		30

Índice do Volume 1 Número 5. Maio de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a cultura do cafeeiro, lida na sessão de 7 de fevereiro de 1833, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pelo sócio efetivo, e Secretário atual, José Silvestre Rebello.		1
Remédio contra queimaduras.		19
Observações sobre a cultura e uso do gira-sol.		20
Azeite de baga, óleo de recino, ou óleo de mamona.		23

Método inglês para conservar os presuntos e as línguas.		25
Água para limpar os tecido de algodão, lã e seda.		27
Causa dos efeitos perniciosos do sereno.		28
Barca de vapor.		29

Índice do Volume 1 Número 6. Junho de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória ou exposição do método de plantar, e colher no Brasil a mandioca, e fabricar a sua farinha; e dos mais produtos, e usos desta raiz com a aplicação do mesmo método de fabrico da farinha das batatas.		1
Vantagem do emprego das máquinas.		18
Vinagre excelente feito de água simples pela natureza, e em que o homem ajunte ingrediente, nem tenha mais trabalho.		24
Maneira de fabricar-se manteiga, extraída da obra de Mr. Delaguet sobre o tratamento dos animais, e vantagens a tirar dos produtos.		27
Correspondência.		30

Índice do Volume 1 Número 7. Julho de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre o Loureiro Cinnamomo, vulgo Caneleira de Ceylão.		1
Dita sobre a plantação e fabrico do urucu por B.		9
Esgoto dos pântanos e lagos.		20
Correspondência a cerca de uma máquina para ralar mandioca, existindo na Sociedade Auxiliadora.		28
Dita sobre o produto da café.		31

Índice do Volume 1 Número 8. Agosto de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão pública da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 7 de julho de 1833.		1
Cultura do amendoim.		5
Correspondência sobre o fabrico da manteiga.		8
Lista do novo conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		18
Notícia sobre a arracachá, planta comestível da America do Sul.		18
Memória em que se dá notícia de diversas espécies de abelhas que dão mel, próprias do Brasil, e desconhecidas na Europa.		26

Índice do Volume 1 Número 9. Setembro de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sobre a necessidade e utilidade da química para chegar-se a um bom modo de cultura pela análise das terras.		1
Economia rural.		6
Método para se conhecer se o vidro da louça é mal.		9
Estrumes fósseis.		9
Economia política resumida.		11
Cultura do tabaco. Escolha da terra para fazer os viveiros, terras próprias para viveiros, etc.		14
Correspondência.		28
Dita.		30
Meio de curar a sarna dos carneiros.		32

Índice do Volume 1 Número 10. Outubro de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Da árvore chamada Brasil Andáaçu.		1
Cultura do trigo, sobre a caria.		7
Discurso sobre o abuso das derrubadas de árvores em lugares superiores a vales, e sobre as queimadas, lido na sessão anual da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no dia 7 de julho de 1833, por Januário da Cunha Barboza, sócio e 2º Secretário da dita Sociedade.		17
Correspondências.		25
Pastilhas próprias para tiras nódoas de sebo, ou de azeite, dos panos, da seda, etc.		32

Índice do Volume 1 Número 11. Novembro de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Carta dirigida ao Secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pelo		1

redator deste periódico.		
Dita do Secretário da dita Sociedade ao mesmo.		1
Memória sobre a necessidade de se criarem Sociedades entre os homens por J. S. Rebello, lida na sessão pública de 1833 da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		2
Viangre extraído da lenha.		17
Mr. Turpin e a Globulina. – Trabalhos de Mr. Raspail sobre as féculas. – De MMs. Poyen e Persoz sobre a dextrina. – Descoberta de um novo pão. – A charrua Grangé.		26
Remédio para evitar a corrosão dos forros de cobre dos navios.		39

Índice do Volume 1 Número 12. Dezembro de 1833.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Emprego de estrumes salinos.		1
Concurso do Instituto Agrícola de Grignon.		3
Relação abreviada das máquinas e modelos, que se acham no Conservatório da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		5
Sistema de cozinhar o caldo da cana em vasilhas de madeira, para o qual obteve do Governo dos Estados Unidos uma Patente Augusto Archibald de New York.		7
Sobre a gelatina extraída dos ossos.		15
Conservação das batatas.		26
Meio econômico de purificar o ar no interior dos edifícios.		26
Arrow-root, sua qualidade, cultura e fabrico de sua fécula.		27
Meio para se impedir que se esquite ou arda a farinha de milho.		29
Corte dos couros, impermeabilidade das solas.		29
Correspondência.		30

Índice do Volume 2 Número 1. Janeiro de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a cultura do algodão		1
Método fácil de assentar o fio das navalhas de barba.		13
Dito de cozer batatas como alimento.		13
Artigo comunicado.		14
Observações sobre a manipulação do caldo de cana em açúcar bruto, e seus subseqüentes produtos por via da refinação, publicadas em Londres em 1830.		14
Conservação ou restauração do caldo da carne.		26
Ferrugem dos metais.		28
Método simples de reconhecer a qualidade e a variedade dos terrenos.		28
Correspondência.		31

Índice do Volume 2 Número 2. Fevereiro de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a cultura do anil extraído de vários livros.		33
Método de elaborar o anil na Índia e no Senegal, extraído da obra do Marquez de Fougère.		39
Algumas idéias sobre a apropriação das sementeiras, as localidades geográficas do Brasil.		44
Semeador de M. Barreau.		48
Utilidade que se pode tirar do farelo na fabricação do pão.		49
Meio fácil de dessecar com pouca despesa as terras pantanosas.		52
Cultura da planta do tabaco imitando o sistema prático da Ilha de Cuba.		55
Corte e cura do tabaco.		58
Perdas que sofrem as viandas pela cozedura.		61
Meio de cada um pagar suas contribuições sem aumentar o número das terras.		62
Castração das vacas.		63

Índice do Volume 2 Número 3. Março de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Novo método de cozinhar o açúcar. Descoberto pelo Sr. Antonio de S. Valério Scheult.		65
Parecer dos membros das comissões mandados pela Sociedade para o exame da máquina inventada pelo dito Scheult.		72
Dito do exmo. Sr. José Clemente Pereira, sobre o mesmo objeto.		80
Dito do Conselho da Sociedade relativo ao mesmo assunto.		82
Conservação das batatas.		87
Processo para fazer do rum um licor excelente.		87

Caminhos.		88
Maneira de converter o vinho do Porto novo em vinho velho.		95

Índice do Volume 2 Número 4. Abril de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Dissertação sobre as diferentes sorte de queijos, e métodos para fabricá-los.	Correspondência.	97
Utilidade e prosperidade do estrume de diversos animais.	Agricultura.	118
Remédio simples contra a surdez.	Medicina doméstica.	120
Receita experimentada para os calos dos pés.	Medicina doméstica.	121
Meio de fazer cessar os soluços.	Medicina doméstica.	122
Da Raiva, seus sinais e remédios.	Medicina doméstica.	122
Método de fazer excelente graxa.	Economia doméstica.	124
Método de tornar velha a aguardente.	Economia doméstica.	125
Método de limpar o vidro dos espelhos.	Economia doméstica.	125
Conservação das frutas.	Economia doméstica.	125
Queijo feito de batatas.	Economia doméstica.	125
Maneira de conservar os ovos.	Economia doméstica.	126
Método de fazer tenra a carne de vaca que se destina para fazer caldo.	Economia doméstica.	126
Classificação dos licores sem despesas.	Economia doméstica.	126
Meio de afiar instrumentos cortantes.	Economia doméstica.	126
Canais de navegação.	Indústria e artes.	127

Índice do Volume 2 Número 5. Maio de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Reflexões feitas de um relatório feito a Sociedade de Agricultura de Antigua, sobre a cultura das terras com arado, emprego de cavalos no mesmo serviço, e método de tratá-los; assim sobre a cultura do capim e uso do mesmo depois de maduro, e posto em estado de feno, tudo aplicado ao Brasil.		129
Seda nos matos do Brasil.	Agricultura.	141
Bichos que destroem o café.	Agricultura.	144
Pequena memória de pantação e cultura do chá e sua preparação, até ficar em estado de entrar no comércio. Por José Arouche de Toledo Rendon, Tenente General e diretor do Curso Jurídico de S. Paulo.	Agricultura.	145
Modo de lavar os carneiros.	Agricultura.	152
Nova maneira de conservar as batas.	Economia doméstica.	153
Branqueamento dos lenços e tecidos.	Indústria e artes.	154
Nova máquina de vapor contra incêndios.	Indústria e artes.	157
Verniz para dar cor e lustro aos cestos e outros utensílios de vime.	Indústria e artes.	157
Novo instrumento para escavar a terra.	Indústria e artes.	157
<i>Recueil Industriel, manufacturier agricole ET commercial de la salubrité publique et des Beaux arts</i> , publicado em Paris por mr. De Molén, antigo discípulo da Escola Politécnica.	Publicações literárias.	158

Índice do Volume 2 Número 6. Junho de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Cultura de batatas chamadas vulgarmente de batatas inglesas.	Agricultura.	161
Cultura de batatas doces.	Agricultura.	170

Cultura das melancias brancas na Rússia, e de pepinos; e método de conservar estes.	Agricultura.	174
Cultura e conservação dos pepinos.	Agricultura.	175
Sourerout, repolho salgado.	Agricultura.	176
Método de prevenir que dê alforra no trigo.	Agricultura.	178
Continuação da Memória sobre a plantação e cultura do chá.	Agricultura.	179
Memória sobre a abertura de um novo canal para facilitar a comunicação entre as vilas de Campos e S. João de Macaé, por José Cerneiro.	Indústria e arte.	185
Modo de produzir uma luz intensa.	Indústria e arte.	190
Mastique resistente ao fogo e a água.	Indústria e arte.	190
Graxa impenetrável a água.	Indústria e arte.	191
Betume resistente a água.	Indústria e arte.	191
Processo para conservar armas brancas, tais como espadas, bayonetas, etc., o seu brilhantismo e polimento.	Indústria e arte.	191
Meio de tirar ferrugem do ferro.	Indústria e arte.	192
Método de preservar da ferrugem os metais.	Indústria e arte.	192
Novo processo para preservar de incêndio os tetos de restolho.	Indústria e arte.	192.

Índice do Volume 2 Número 7. Julho de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Fim da Memória sobre a plantação e cultura do chá.	Agricultura.	193
Suplemento a memória acima.	Agricultura.	200
Recopilação de Rosier sobre os bichos da seda, por Soares Francisco.	Agricultura.	202
Cultura da gerumbeba; criação da cochonilla, e preparação da mesma para o comércio.	Agricultura.	205
Descrição abreviada do método de destilar o rum nas Ilhas Antilhas.	Indústria e artes.	209
Os três guarda-raios.	Indústria e artes.	215
Erros populares relativos à vacina.	Medicina prática.	215
Memória acerca do novo sistema de manufaturar o açúcar em caldeiras quadradas, por Manoel Vasconcellos de Souza Bahiana.	Obra publicada.	217

Índice do Volume 2 Número 8. Agosto de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão pública da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		225
Discurso do presidente.		227
Exposição das receitas e despesas da Sociedade.		232
Indústria e artes.	Indústria e artes.	237
Primeira preparação ou fabrico do chá.	Indústria e artes.	238
Betume para canos de ferro empregados em encanamento de água.	Indústria e artes.	244
Composição da essência de rosa.	Indústria e artes.	245
Meio para melhorar o vinagre do vinho.	Indústria e artes.	246
Método para grudar o vidro, a louça, e a porcelana queimados.	Indústria e artes.	246
Cola natural.	Indústria e artes.	247
Compendio de agricultura.	Agricultura.	247
Correspondência.	Correspondência.	254
Quesitos acerca do Rio Itajaby na Província de Santa Catarina.	Correspondência.	255

Índice do Volume 2 Número 9. Setembro de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Cultura do arroz.	Agricultura.	257
Memória sobre a vantagem, necessidade e meio mais pronto de propagar a cultura e manipulação do chá.	Agricultura.	262
Continuação do compendio de agricultura.	Agricultura.	273

Índice do Volume 2 Número 10. Outubro de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a necessidade que há de estradas no Brasil, e algumas idéias sobre o método de fazer as mesmas.		289
Compendio de agricultura. Continuação.	Agricultura.	314
Correspondência sobre os casulos de seda.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	319

Índice do Volume 2 Número 11. Novembro de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Comércio, propriedades, uso, cultura e preparação do café.	Agricultura.	321
Notícia sobre o Gyrofe, ou cravo da Índia, sua origem, cultura, propriedades e uso.	Agricultura.	340
Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Correspondência sobre o aço manufaturado em Minas.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	348
Correspondência sobre as variedades da cana-de-açúcar.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	349

Índice do Volume 2 Número 12. Dezembro de 1834.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Compendio de agricultura. Continuação.	Agricultura.	353
Descrição dos engenhos de açúcar da Georgia, feita pelo editor do Agricultor do Sul, conforme ele os viu em uma viagem, empreendida para esse fim no ano de 1833; e do método de cultivar as canas, e elaborar o açúcar nos mesmo engenhos.	Agricultura.	360
Utilidade do sal em agricultura.	Agricultura.	368
Canforeira.	Agricultura.	376
Da cana-de-açúcar de Otaiti ou de Cayenna, e se é vantajosa a introdução da sua cultura nas colônias ocidentais.	Agricultura.	378
Agricultura na Inglaterra.	Agricultura.	380
Salga da cerne de porco.	Economia doméstica.	381
Sal comum como remédio contra veneno animal.	Medicina prática.	382
Meio de conservar os dentes.	Medicina prática.	383

Índice do Volume 3 Número 1. Janeiro de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Continuação da descrição de dois engenhos de açúcar na Georgia.	Agricultura.	1
Novo método de conservar os escaleres e botes que navegam.	Indústria e artes	17
Memória sobre o tabaco, lida nas sessões da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro de 6 a 18 de dezembro de 1834, por Emílio Joaquim da Silva Maia, Doutor em Medicina, etc.	Medicina prática.	22

Índice do Volume 3 Número 2. Fevereiro de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Cultura e manipulação do açúcar no México.	Agricultura.	33
Introdução do chá e especiarias no Brasil. – Muscadeira.	Agricultura.	35
Cultura do Ruibarbo.	Agricultura.	43
Cultura do Aipo.	Agricultura.	46
Continuação e fim da Memória sobre o tabaco.	Medicina prática.	48
Remédio para mordedura de cobra.	Medicina prática.	64

Índice do Volume 3 Número 3. Março de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória do Sr. Manoel José Pires da Silva Pontes sobre a existência e criação do bicho da seda na província do Espírito Santo.	Correspondência da sociedade.	65
Carta do Sr. Joaquim Gonçalves Ledo comunicando suas observações a cerca da charrua, que lhe emprestará a Sociedade para servir-lhe de modelo.	Correspondência da sociedade.	71
Memória sobre o produto de uma plantação de café na Ilha de Cuba, e sobre o método de cultivar a mesma planta na sobredita ilha, escrita pelo Conselheiro José Caetano Gomes, sócio honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na idade de 85 anos.	Agricultura.	72
Cultura da amoreira.	Agricultura.	77
História natural e cultura dos melões raiados da Pérsia.	Agricultura.	81
Observações práticas sobre a fabricação do azeite.	Economia doméstica.	84
Sobre uma das causas do definhamento dos pessegueiros.	Agricultura.	91
Nova espécie de beterraba chamada de S. Clair.	Agricultura.	92
Notícias sobre as culturas que cansam ou melhoram a terra	Agricultura.	93
Observações sobre a produção da seda crua na Europa, escritas em 1928.	Variedades.	94

Índice do Volume 3 Número 4. Abril de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Introdução do chá e especiarias no Brasil	Agricultura.	101
Cultura e colheita do chá.	Agricultura.	103
Preparação e conservação das folhas do chá.	Agricultura.	107
História, uso e propriedades do chá.	Agricultura.	110
Introdução, progresso e estado presente do chá no Brasil.	Agricultura.	118
Idéias gerais. – Afolhamento.	Economia agrícola.	121
Maneira simples de conhecer a qualidade e variedade dos terrenos.	Economia agrícola.	124
Aviso endereçado aos proprietários de terras que se dão a inovações arriscadas.	Economia agrícola.	126
Notícia sobre Babbage e suas maravilhosas invenções.	Variedades.	132
Do consumo do açúcar na França.	Variedades.	134
Remédio muito simples para a queimadura.	Medicina doméstica.	136
Receita de pós para limpar os dentes.	Medicina doméstica.	136

Índice do Volume 3 Número 5. Maio de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Carta dirigida a Sociedade por Mr. Moleon.	Sociedade Auxiliadora.	137
Maneira de destruir insetos que atacam as árvores frutíferas.	Horticultura.	138
Observações sobre os bichos da terra vegetal, e meios de destruí-los.	Horticultura.	142
Utilidade da incisão anular para as árvores.	Horticultura.	143
Sobre o mesmo objeto.	Horticultura.	144
Do enxerto e da fecundação artificial.	Horticultura.	145
Aperfeiçoamento do enxerto de três peças ou enxerto Muzat, chamado enxerto podocephalo.	Horticultura.	149
Enxertos novos, ou pouco conhecidos.	Horticultura.	150
Método de criar perus.	Economia doméstica.	152
Modo de engordar poldros.	Economia doméstica.	155
Remédio para curar os carneiros envenenados.	Economia doméstica.	156
Maneira de engordar as aves domésticas com batatas.	Economia doméstica.	156
Maneira de ter leite durante uma longa viagem.	Economia doméstica.	156
Maneira de conservar no mar a água sempre pura.	Economia doméstica.	157
Quadro comparativo de verdadeira e falsa vacina.	Economia usual.	157
Meio de assegurar a boa qualidade e excelente constituição do vírus vaccínico.	Economia usual.	159
Vantagens da vacina demonstradas por fatos.	Economia usual.	160
Método simples de leitura e ortografia.	Variedades.	162
Ensino por si mesmo.	Variedades.	164
Aplicação do sistema natural a leitura.	Variedades.	165

Índice do Volume 3 Número 6. Junho de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Cultura do tabaco na Virgínia e Maryland: propriedades e uso do tabaco.	Agricultura.	169
Estrume.	Economia rural.	179
Da castração das vacas, seus efeitos sobre as faculdades letíferas.	Economia rural.	181
Escolas rurais de meninos pobres.	Economia rural.	186
Opiniões e preceitos de Jaques Bujault.	Economia rural.	188
Honra dada a agricultura.	Variedades.	194
Processo dos chineses na fabricação da tinta da China.	Variedades.	197
Tinta ou graxa inglesas para as botas.	Variedades.	198
Vinagre de caju e de goiaba.	Correspondência.	199

Índice do Volume 3 Número 7. Julho de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Maneira de tornar saudáveis as habitações úmidas.	Economia	201

	doméstica.	
Preservativo contra o mofo.	Economia doméstica.	202
Meio de conservar as carnes pelo emprego da ferrugem das chaminés.	Economia doméstica.	203
Observações gerais sobre a aquisição e escolha das raças de animais domésticos.	Economia rural.	204
Memória sobre o carvão, e seu emprego no saneamento das águas, e em diversos usos econômicos.	Economia rural.	209
Meio de curar os animais atacados de meteorização.	Medicina veterinária.	219
Cura do mormo dos cavalos.	Medicina veterinária.	220
Processo contra a oxidação do cobre do forro dos navios.	Variedades.	223
Disposição das máquinas de vapor sobre os barcos americanos.	Variedades.	225
Água de marmelos.	Variedades.	225
Nova teoria sobre a ação dos estrumes e sobre o seu emprego.	Agricultura.	226
Maneira mais útil de empregar os estrumes.	Agricultura.	228
Meio de sufocar as crisálidas sem danificar os casulos.	Bichos de seda.	229
Outro meio.	Bichos de seda.	230
Utilidade dos casulos depois de furados pelo Sirgo.	Bichos de seda.	230
Produzido e fabricado na Província de São Paulo.	Chá.	231

Índice do Volume 3 Número 8. Agosto de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão pública anual da Sociedade Auxiliadora.	Sessão pública anual da Sociedade Auxiliadora.	233
Relatório dos trabalhos e processos da Sociedade.	Sessão pública anual da Sociedade Auxiliadora.	234
Sobre a cultura do milho.	Agricultura.	238
Algumas idéias sobre a cultura do trigo.	Agricultura.	239
Continuação da memória sobre o carvão e seus empregos.	Agricultura.	243
Cultura do linho do cânhamo.	Agricultura.	255
Da indústria rural e doméstica.	Catecismo.	259

Índice do Volume 3 Número 9. Setembro de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Discurso recitado pelo presidente na sessão publicada de 12 de julho deste ano.	Sociedade Auxiliadora.	265
Dito sobre algumas produções do Brasil, recitado pelo 2º Secretário na mesma sessão.	Sociedade Auxiliadora.	270
Notícia sobre uma nova espécie de bicho de seda, achado na Província de Casanaré.	Variedades.	280
Platina do Oural.	Variedades.	281
Novo sistema de estradas.	Variedades.	282
Sobre a semente das batatas.	Variedades.	283
Método de conhecer o peso da carne sem ossos dos animais.	Variedades.	284
Ótimo processo para a salga da carne de vaca.	Variedades.	286
Máquina para abrir valas.	Variedades.	287
Observação sobre o bicho que na primavera ataca o trigo e destrói.	Variedades.	287
Utilidades do emprego do sal.	Variedades.	289
Eficácia do vinagre contra a timpanite gástrica dos animais.	Variedades.	292
Aplicação do ácido pyrolignoso as madeiras de construção.	Variedades.	293

Índice do Volume 3 Número 10. Outubro de 1835.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Maneira de administrar um galinheiro.	Economia rural.	298
Maneira de criar e cevar as aves.	Economia rural.	301
Maneira de obter muitas colheitas de trigo sem alqueivo.	Economia rural.	305
Precaução que se deve tomar para facilitar a vegetação das árvores.	Economia rural.	307
Maneira econômica de nutrir bezerros.	Economia rural.	308
Aracachá.	Horticultura.	309

Idéias sobre a hortaliça. – Tomates.	Horticultura.	311
Método para se obterem 5 diferentes frutas unidas em uma só.	Horticultura.	312
Utilidade da batata.	Economia industrial.	315
Processo para conservar por muitos anos a polpa da bata.	Economia industrial.	317
Cimento de batatas com gesso ou argila.	Economia industrial.	321
Meio de livrar as madeiras lavradas da ação destrutiva do ar e da água.	Economia industrial.	322
Instrução para se fazer em casa o sabão de serviço usual.	Economia doméstica.	323
Maneira de preparar em qualquer tempo e lugar com facilidade licores de sabão para lavagem.	Economia doméstica.	326

Índice do Volume 3 Número 11. Novembro de 1835.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Agricultura. – Instrução sobre o emprego dos estrumes líquidos.	Economia rural.	329
Do enxugamento das terras e dos diferentes modos de executá-lo.	Economia rural.	335
Caneleira.	Arboricultura.	337
Maneira de obter ameixeiras e pessegueiros muito baixinhos.	Arboricultura.	342
Algumas idéias sobre as rodas dos carros.	Economia industrial.	342
Processo para extrair a resina dos pinheiros, praticado pelos habitantes da Carolina.	Economia industrial.	347
Notícia sobre as diversas preparações da carne de porco.	Economia doméstica.	350
Modo de preparar a vitela a maneira do atum.	Economia doméstica.	357
Diferentes receitas para se tirarem todas as nódoas, tanto sobre tecidos como sobre papel.	Economia doméstica.	358

Índice do Volume 3 Número 12. Dezembro de 1835

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Extrato da seção de 15 de novembro.	Sociedade Auxiliadora.	361
Dissertação sobre a mistura de terras.	Economia rural.	364
Chá preto.	Economia industrial.	373
Conservação dos estofos de lã: meio de preservá-los da traça.	Economia doméstica.	378
Conservação dos tomates ou pomos de amor.	Economia doméstica.	381
Meio de impedir a degeneração do trigo.	Economia doméstica.	383
Maneira de desengordurar a lã, e de utilizar o humor crasso que ela contém.	Economia doméstica.	385
Azeite de sementes de girassol.	Economia doméstica.	386

Índice do Volume 4 Número 1. Janeiro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Dissertação sobre a mistura das terras.	Agricultura.	1
Sobre o alimento que se deve dar aos porcos.	Agricultura.	6
Notícia sobre os animais cornígeros.	Arte veterinária.	11
Processo para trabalhar o Caoutchouc, ou goma elástica.	Economia industrial.	19
Perigo do uso de vasilhas de cobre nas cozinhas.	Economia doméstica.	24
Vinagre.	Economia doméstica.	28
Remédio para os tenesmos e cólicas dos animais domésticos.	Economia doméstica.	32

Índice do Volume 4 Número 2. Fevereiro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Observações gerais sobre os afoalhamentos.	Economia rural.	33
Princípios sobre melhoramento das raças dos animais domésticos.	Economia rural.	39
Idéias sobre a criação de carneiros.	Economia rural.	44
Suas moléstias e cura delas.	Economia rural.	46
Idéias sobre a criação de porcos.	Economia rural.	50
Notícia sobre o Caoutchouc, ou goma elástica.	Economia industrial.	52
Meio de se obter gelo em todos os lugares e estações.	Economia doméstica.	57
Processo para tirar os dos estofos as nódoas de mofo.	Economia doméstica.	60
Excelente receita de água de marmelos.	Economia doméstica.	61
Meio fácil de limpar as golas das casacas.	Economia doméstica.	62
Meio de fazer a barba macia para o corte da navalha.	Economia doméstica.	63
Cidra do Berg-op zoom.	Economia doméstica.	63
Remédio eficaz contra as câimbras.	Economia doméstica.	63

Índice do Volume 4 Número 3. Março de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Influencia comparativa do macho e da fêmea dos animais domésticos sobre a sua progênie.	Economia rural.	65
Do amontoamento e combustão do solo.	Agricultura.	69
Cultura, manufatura e uso do chá.	Economia industrial.	78
Uso do cal nas economias rural e industrial.	Economia industrial.	81
Utilidade dos marcos de pedra.	Economia pública.	89
Meios de prevenir os incêndios nos teatros.	Economia pública.	91
Meios de fazer cortar bem as navalhas de barba.	Economia doméstica.	94

Índice do Volume 4 Número 4. Abril de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Agricultura. Do amontoamento e combustão do solo.	Economia rural.	97
Conselho aos cultivadores para conservarem a saúde dos animais domésticos.	Arte veterinária.	103
Madeira de teca.	Arboricultura.	112
Processo para livrar as árvores frutíferas dos estragos dos insetos.	Arboricultura.	114
Modo de extrair o alcatrão e resina dos pinheiros.	Economia industrial.	117
Descoberta para conservar as batatas.	Economia industrial.	120
Meio de tirar nódoas gordurosas dos estofos.	Economia doméstica.	121
Maneira de prepararem as uvas secas na Espanha.	Economia doméstica.	122
Considerações sobre o comércio.	Variedades.	125
Caracteres essenciais da agricultura, manufatura e comércio.	Variedades.	127

Índice do Volume 4 Número 5. Maio de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Algumas considerações sobre os afolhamentos.	Economia rural.	129
Magney, planta no México empregada no fabrico do papel.	Economia industrial.	137
Fabrico do papel chinês.	Economia industrial.	137
Método de conservar comestíveis por muito tempo e servirem depois como frescos.	Economia industrial.	146
Meio de impedir a tinta de escrever de criar bolor.	Economia doméstica.	158
Pomada para impedir o cabelo de cair.	Economia doméstica.	159

Índice do Volume 4 Número 6. Junho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Métodos de esgotar os terrenos paludosos.	Economia rural.	161
Meios de destruir o musgo e o pulgão das árvores.	Arboricultura.	169
Emprego da flor de enxofre contra os insetos que atacam as árvores.	Arboricultura.	171
Sobre o emprego dos clorureios e do cloro.	Economia industrial.	172
Carvão de pedra. Minas dele.	Economia industrial.	183
Branqueamento do cânhamo e linho, que se quer empregar nos usos domésticos,	Economia doméstica.	190

Índice do Volume 4 Número 7. Julho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Método de enxugar os terrenos paludosos.	Economia rural.	193
Atividade e riqueza do solo, meio de pô-las e conservar em conveniente harmonia.	Economia rural.	196
Carvão de pedra. Minas dele.	Economia industrial.	204
Métodos especiais de conservar os comestíveis.	Economia industrial.	206
Remédio contra icterícia.	Higiene pública.	216
Remédio contra tosses pertinazes e ardores do peito.	Higiene pública.	218
Remédio contra dores de dentes.	Higiene pública.	219
Receita para fazer água de Seltz artificial.	Economia doméstica.	220
Licor desalterante para ceifeiros e caminheiros.	Economia doméstica.	222
Meio de curar os cães envenenados com noz vômica.	Economia doméstica.	223

Índice do Volume 4 Número 8. Agosto de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Da atividade e da riqueza do solo.	Economia rural.	225
Cultura das amoreiras para criação dos bichos da seda.	Arboricultura.	236
Importância geral da manufatura do algodão.	Economia industrial.	246
Mudanças de costumes que ela produz.	Economia industrial.	249
Meios de fazer velas de sebo em casa.	Economia doméstica.	253
Meios de transformar em sapatos pretos completamente novos os de marroquim esfolados e sujos.	Economia doméstica.	255

Índice do Volume 4 Número 9. Setembro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Dos estrumes.	Economia rural.	257
Descrição botânica das amoreiras.	Arboricultura.	268
Cimento petrificável, seu emprego nas construções.	Economia industrial.	275

Arte de fazer perfumes e substancias aromáticas.	Economia doméstica.	282
Água lustral para limpar os cabelos.	Economia doméstica.	285
Idem para fazer desaparecer as sardas.	Economia doméstica.	285
Pomada contra as frieiras.	Economia doméstica.	286
Água contra enxaqueca.	Economia doméstica.	288

Índice do Volume 4 Número 10. Outubro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Dos estrumes.	Economia rural.	289
Clima do terreno que convém às amoreiras.	Arboricultura.	299
Escolha das sementes delas e maneira de semear.	Arboricultura.	302
Cultura da planta do anil e fabrico deste por meio de maceração.	Economia industrial.	305
Maneira de fazer desaparecer as nódoas de ferrugem, alcatrão, frutas, vinhos, etc.	Economia doméstica.	314
Branqueamento sem fogo do sal marinho.	Economia doméstica.	316
Meio de limpar o verniz das salas, quartos, etc.	Economia doméstica.	318
Influência do tabaco sobre a saúde.	Variedades.	319

Índice do Volume 4 Número 11. Novembro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Dos estrumes.	Economia rural.	321
Branqueamento da lã.	Economia industrial.	334
Idem da seda.	Economia industrial.	340
Maneira de se obterem tintas simpáticas.	Economia industrial.	343
Pós para tingir os cabelos.	Economia doméstica.	347
Pomada para impedir o cabelo de cair.	Economia doméstica.	349
Pedra para desgordurar as escovas de cabelo.	Economia doméstica.	350
Tratamento da hidrofobia.	Higiene pública.	351

Índice do Volume 4 Número 12. Dezembro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão pública da Sociedade Auxiliadora da Indústria.		353
Dos estrumes.	Economia rural.	370

Índice do Volume 5 Número 1. Janeiro de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em Assembléia Geral aos 13 de novembro de 1836.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	1
Sessão da mesma Sociedade em Assembléia Geral aos 20 de novembro de 1836.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	4
Sessões de N° 136 e 137 do Conselho Administrativo da mesma Sociedade em 26 de novembro de 1836.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	10
Sobre os abusos das derrubadas e cortes de madeira, pelo Exmo. Sr. Conde de Gestas.	Memória.	15
Preparação do carvão de lenha.	Economia	26

	industrial.	
Descrição do Processo da Autochrosia, com auxílio do qual se obtém uma nova pintura a óleo.	Economia industrial.	30

Índice do Volume 5 Número 2. Fevereiro de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 138, 139 e 140 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	33
Sobre a geografia hidráulica do Brasil, pelo Exmo. Sr. 1º Secretário Cunha Matos.	Memória.	38
Regulamento que marca a maneira de fazer o Programa, a natureza dos prêmios, o modo de julgar e os trabalhos dignos deles, e finalmente o método de conferir.		51
Uma lição de Mergulhia.	Economia rural.	56
Artigo sobre a criação dos insetos da seda.	Entomologia.	63

Índice do Volume 5 Número 3. Março de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 141 e 142 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	65
Sobre o tratamento da peste do gado vaccum.	Memória.	70
Descrição da steatite e do lugar em que ela se acha.		71
Sobre o estado atual da indústria na Cidade do Rio de Janeiro, e lugares circunvizinhos.	Memória.	72
Da castração dos poldros na sua mocidade.	Economia rural.	84
Observações práticas sobre a polmoeira dos cavalos.	Economia rural.	90
Modo de cevar as galinhas ou frangos em 4 ou 5 dias.	Miscelânea.	93
Maneira de destruir os bichos das árvores.	Miscelânea.	94
Guardai as vossas águas de sabão.	Miscelânea.	94
Remédio para destruir as vespas e maribondos.	Miscelânea.	96
Remédio contra formigas e aranhas.	Miscelânea.	96

Índice do Volume 5 Número 4. Abril de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 143, 144 e 145 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	97
Relatório a respeito do prospecto do Estabelecimento da Companhia Inglesa e de Agricultura de Açúcar na Índia Oriental.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	102
Conservação de carnes.	Economia rural.	111
Nota a respeito das preparações empregadas para pintar os cabelos.	Economia doméstica.	126
Sabão para enegrecer os cabelos.	Economia doméstica.	128

Índice do Volume 5 Número 5. Maio de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 146, 147, 148, 149 e 150 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	129
Parecer da comissão sobre o estabelecimento da Escola Normal de Agricultura.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	136
Memória sobre qual é o método que se deve pregar para se obter a melhor manteiga.	Economia rural.	139
Máquina magnético-elétrica.	Variedades.	156
Beterrabas.	Variedades.	159

Índice do Volume 5 Número 6. Junho de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 151, 152 e 153 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Conservação de carnes	Economia rural.	166
Considerações sobre a mamoneira ou carrapateiro.	Economia rural.	175
Processos destinados a preservarem da putrefação os objetos fabricados com estofos de cânhamo e de linho.	Economia industrial.	180
Purificação do alcatrão.	Economia industrial.	183
Receita de verniz de goma elástica, e emprego dele no fabrico dos marroquins, e peles de carneiro envernizadas.	Economia industrial.	185
Processo para o fabrico de panos e couros envernizados.	Economia industrial.	187
Sessões da Academia de Ciências de Paris.	Variedades.	189

Índice do Volume 5 Número 7. Julho de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 154, 155, 156 e 157 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	193
Conservação de carnes	Economia rural.	201
Sobre a cultura do cacau no Brasil.	Memória.	202
Reflexões sobre a raleadura ou resiccação das flores.	Jardinagem.	209
Preparação para preservar as feridas das árvores e para cobrir o corte dos ramos novamente enxertados.	Jardinagem.	211
Processo simples e econômico para fazer a cola ou a gelatina de osso melhor e mais linda.	Economia industrial.	215
Processo para a fabricação do papelão e do papel impermeáveis com as partes desperdiçadas dos couros e das peles.	Economia industrial.	217
Receita de uma tinta de escrever alcalina, muito difícil de ser alterada.	Economia industrial.	218
Escola de agricultura para meninos.	Variedades.	221

Índice do Volume 5 Número 8. Agosto de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 158, 159 e 160 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	225
Amanhos gerais que devem dar-se a terra.	Economia rural.	230
Papelão e papel de aparas de couros.	Economia industrial.	244
Maneira de preparar o ondeado metálico.	Economia industrial.	247
Observações sobre o emprego do carvão de pedra anthracito como combustível.	Economia doméstica.	250
Processo simples para impedir a tinta ordinária de atacar as penas metálicas.	Economia doméstica.	253
Escolas de agricultura.	Variedades.	255

Índice do Volume 5 Número 9. Setembro de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 161, 162 e 163 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	257
Análise feita pelo Rmo. Sr. Fr. Custodio Alves Serrão.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	261

Carta de pêsames endereçada a Ilma. e Exma Sra Condessa de Gestas pelo 1º Secretário.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	262
Auxiliadora da Indústria Nacional em 6 de agosto.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	263
Discurso recitado pelo exmo Sr. Presidente Francisco Cordeiro da Silva Torres.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	264
Relatório do Primeiro Secretário.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	267
Elogio fúnebre do Sr. Conde de Gestas.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	286
Descrição da árvore da cera.	Arboricultura.	291
Remédio para matar os carrapatos que atacam os animais.	Variedades.	294
Preservativo para livrar as pipas e toneis de serem furados pelos insetos vulgarmente conhecidos pelo nome de brocas.	Variedades.	294
Minas de ferro.	Variedades.	295
Máquina magnético-elétrica.	Variedades.	296

Índice do Volume 5 Número 10. Outubro de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 164, 165, 166 e 167 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	297
Carta a quês e refere uma das sessões.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	302
Sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em Assembléia Geral no dia 13 de agosto deste ano.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	304
Sobre o cruzamento do gado vaccum.	Memória	308
Amanhos gerais que devem dar-se a terra.	Economia rural.	316
Continuação do número anterior.	Arboricultura.	325
Carnaubeira.	Arboricultura.	327
Processo para obter a composição de um verniz preto chamado verniz preto naval.	Economia industrial.	331
Processo próprio para tornar a lã tingida ou não tingida idônea para ser fiada sem lhe juntar o azeite.	Economia industrial.	332
Meio de aperfeiçoar o fabrico da telha e do tijolo.	Economia industrial.	333
Tinta indelével alcalina, ou de segurança.	Economia industrial.	335

Índice do Volume 5 Número 11. Novembro de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 168, 169 e 170 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	337
Sobre a população, emigração e colonização que mais convêm ao Brasil.	Memória histórica.	344
Preparação do fogo branco indiano empregado pelos astrônomos.	Economia industrial.	365
Processo pneumático para tingir a seda, a lã, etc.	Economia industrial.	366

Nota sobre alguns processos de fabricação da lenha.	Economia industrial.	368
Fenômenos que apresentam a combustão dos gases, que saem das fornalhas altas estando acesas.	Economia industrial.	371
Processo para depurar o ferro.	Economia industrial.	372
Novo meio de melhorar o ferro.	Economia industrial.	374
Processo de M. Dixon para destruir toda a possibilidade de explosão nas caldeiras de vapor.	Economia industrial.	375

Índice do Volume 5 Número 12. Dezembro de 1837.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 171 e 172 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	377
Novo processo para extrair ouro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	380
Método para fazer manteiga no Rio de Janeiro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	385
Economia do gado.	Economia rural.	388
Transplantação e orientação das árvores.	Arboricultura.	400
Sobre a extração da resina dos pinheiros e outras árvores da família das coníferas.	Arboricultura.	401
Sobre engordar animais domésticos.	Variedades.	407

Índice do Volume 6 Número 1. Janeiro de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 173 e 174 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	1
Economia do gado.	Economia rural.	5
Maneira de criar os gansos, de os cevar e conservar a carne deles. Por M. Puymaurin.	Economia doméstica.	26
Educação dos porcos no México.	Economia doméstica.	30
Maneira de conservar os feijões verdes.	Economia doméstica.	31
Mistura das batatas com a manteiga.	Economia doméstica.	32
Meio simples e infalível de impedir o leite de se alterar.	Economia doméstica.	33
Meio usado na Escócia para conservar os ovos.	Economia doméstica.	33
Lista dos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em janeiro deste ano.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	34

Índice do Volume 6 Número 2. Fevereiro de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 175 e 176 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	41
Animais domésticos: medicina veterinária.	Economia rural.	44
Da plantação das árvores.	Arboricultura.	68
Catecismo da agricultura.		73
Aditamento a lista dos membros da Sociedade.	Sociedade Auxiliadora da	80

	Indústria Nacional.	

Índice do Volume 6 Número 3. Março de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 177, 178, 179 e 180 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	81
Notícia sobre o carvão mineral da província de Santa Catarina.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	87
Animais domésticos: medicina veterinária.	Economia rural.	91
História da seda, sua antiguidade e seu comércio.	Variedades.	102
Catecismo agrícola.		112

Índice do Volume 6 Número 4. Abril de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 181, 182 e 183 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	121
Animais domésticos: medicina veterinária.	Economia rural.	127
Artigo traduzido de M. Al. Donné.	Química.	149
Processo para tornar inoxidáveis todos os objetos de ferro empregados na construção.	Química.	153
Catecismo agrícola.		155

Índice do Volume 6 Número 5. Maio de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 184 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Guarda-raios e guarda-pedrisco.	Economia rural.	162
Sobre a cultura do pessegueiro em Montrenil.	Arboricultura.	169
Memória sobre a terra combustível, sua exploração.	Economia industrial.	174
Notícias industriais.		186
Sobre a agricultura e indústria nos Estados Unidos.	Variedades.	188
Catecismo agrícola.		196

Índice do Volume 6 Número 6. Junho de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 185 e 186 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	201
Cartas sobre a existência de ossadas fósseis.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	203
Animais domésticos: medicina veterinária.	Economia rural.	207
Fisiologia vegetal.	Agricultura.	221
Catecismo agrícola.		225

Índice do Volume 6 Número 7. Julho de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 187, 188 e 189 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	241
Melhoramento do solo.	Economia rural.	245
Arte de formar nitreiras artificiais, e sua utilidade.	Economia	261

	industrial.	
Importância das pequenas indústrias.	Economia industrial.	265
Estado da agricultura na Europa.	Variedades.	270

Índice do Volume 6 Número 8. Agosto de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 190, 191 e 192 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	281
Melhoramento do solo.	Economia rural.	287
Do leite e dos seus empregos.	Indústria agrícola.	302
Estado da agricultura na Europa.	Variedades.	313

Índice do Volume 6 Número 9. Setembro de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 193, 194 e 195 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	321
Sessões da Assembléia Geral da mesma sociedade em 12 e 19 de agosto.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	325
Relatório recitado em sessão pública.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	332
Estado da agricultura na Europa.	Variedades.	349

Índice do Volume 6 Número 10. Outubro de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 196, 197 e 198 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	361
Pomologia fisiológica.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	368
Melhoramentos do solo.	Economia rural.	375
Substituições da seda.	Economia industrial.	389
Pontes suspensas.	Arquitetura e mecânica.	395

Índice do Volume 6 Número 11. Novembro de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 199, 200 e 201 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	401
Melhoramentos do solo.	Economia rural.	408
Do leite e dos seus produtos.	Indústria agrícola.	420
Observações sobre a emigração dos pássaros.	Variedades.	437

Índice do Volume 6 Número 12. Dezembro de 1838.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 202, 203, 204 e 205 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	441
Meios de apreciar as qualidades dos solos.	Economia rural.	446
Topinambour.	Horticultura.	452

Do leite e dos seus produtos.	Indústria agrícola.	457
Vicissitudes e progressos da indústria na França.	Variedades.	468

Índice do Volume 7 Número 1. Janeiro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 206 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	1
Meios de apreciar a qualidade dos solos.	Economia rural.	3
Do leite e dos seus produtos.	Indústria agrícola.	7
Nota sobre alimentar os bichos da seda com a fécula da batata.	Economia industrial.	23
Dos caminhos da estrada de ferro.	Economia industrial.	25
Potencial indústria da Inglaterra.	Variedades.	28
Catecismo de agricultura.		34

Índice do Volume 7 Número 2. Fevereiro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 207 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	41
Membros da Sociedade.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	43
Da propagação dos vegetais.	Economia rural.	51
Do leite e dos seus produtos.	Indústria agrícola.	58
Notícias industriais.		70
Catecismo de agricultura.		79

Índice do Volume 7 Número 3. Março de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 208 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	81
Cópia da carta lida na sessão acima.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	82
Do leite e dos seus produtos.	Indústria agrícola.	84
Notícias industriais.		99
Catecismo d'agricultura.		111

Índice do Volume 7 Número 4. Abril de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 209 e 210 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	121
Do leite e dos seus produtos.	Indústria agrícola.	127
Notícias industriais.		136
Importância e aplicações da economia política.	Variedades.	141
Catecismo d'agricultura.		154

Índice do Volume 7 Número 5. Maio de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões N° 211 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Dos cereais e da sua cultura especial. Do arroz.	Economia rural.	163

História do açúcar.	Indústria comercial.	173
Influência da economia doméstica nos costumes e na pública felicidade.	Variedades.	184
Origem do vidro.	Variedades.	188
Catecismo d'agricultura.		193

Índice do Volume 7 Número 6. Junho de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 212 e 213 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	201
Dos cereais e da sua cultura especial. Milho.	Economia rural.	207
Causas do desenvolvimento da indústria manufatureira na Grã-Bretanha.	Indústria.	223
Do ferro, suas oportunidades e seus usos.	Indústria.	226
Catecismo d'agricultura.		234

Índice do Volume 7 Número 7. Julho de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 214 e 215 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	241
Das plantas leguminosas com semente farináceas. Favas.	Economia rural.	247
Idem. Feijões.	Economia rural.	255
Queimaduras.	Economia doméstica.	266
Primeiros socorros em caso de ferimento.	Economia doméstica.	269
Catecismo d'agricultura.		277

Índice do Volume 7 Número 8. Agosto de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 216, 217, 218 e 219 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	281
Sessão da Assembléia Geral da Sociedade em 4 de agosto.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	286
Das plantas leguminosas com semente farináceas. Ervilhas.	Economia rural.	288
Importância da cultura da cenoura.	Economia rural.	297
Utilidade do conhecimento dos solos para a prosperidade da agricultura.	Economia rural.	300
Correspondência.		303
Origem do carvão de pedra.	Notícias industriais.	307
Origem da bússola.	Notícias industriais.	310
Variedades.	Variedades.	315

Índice do Volume 7 Número 9. Setembro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão aniversária da Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 18 de agosto.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	321
Dita pública da mesma em 25 de agosto.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	323
Sessão Nº 220 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	330

Relatório lido pelo Secretário interino.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	332
Elogio histórico do falecido Secretário Perpétuo.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	350
Notícias industriais.		356
Catecismo d'agricultura.		359

Índice do Volume 7 Número 10. Outubro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 221 e 222 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	361
Sobre estradas.	Memória.	365
Outra sobre amina de carvão de pedra em Camaragibe nas Alagoas.	Memória.	376
Economia do tempo na Inglaterra.	Variedades.	385
Ferramentas e instrumentos antigos.	Variedades.	385
Propriedades do açúcar.	Variedades.	390
Variedades.	Variedades.	393

Índice do Volume 7 Número 11. Novembro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 223 e 224 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	401
Extrato da carta sobre os Mangarás.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	404
Descrição das árvores carnaúba, buriti. Seringa e catolé.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	405
Produtos industriais do milho.	Economia industrial.	411
Parmentier.	Homens úteis.	423
Variedades.	Variedades.	433

Índice do Volume 7 Número 12. Dezembro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 225 e 226 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	441
Usos do sal na agricultura.	Economia rural.	443
Meios de conservar as plantas e as sementes.		452
Correspondência.		454
Beauvisage.	Homens úteis.	458
Conservação dos dentes. Precauções relativas aos meninos.	Economia doméstica.	468

Índice do volume 8 número 1. Janeiro de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Das plantas para forragem.	Economia rural.	3
Cuidados que deve haver com a plantação de árvores florestais.	Arboricultura.	18
Jacquard.	Homens úteis.	23
Processos próprios para a purificação do espermaceti.	Economia industrial.	29
Misturas próprias para melhoras a panificação das farinhas de trigos avariados.	Economia industrial.	35

Índice do volume 8 número 2. Fevereiro de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 227 e 228 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	41
Apontamento sobre a cultura do chá, coligidos de várias memórias, e oferecidos aos agricultores catarinenses por J. J. Machado de Oliveira.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	45
Memória sobre a arte de criar os bichos de seda na China.	Economia rural.	50
Instrução sobre a cultura dos nabos e de suas variedades.	Horticultura.	65
Instrução para os habitantes do campo sobre a educação e a cultura das árvores frutíferas novinhas, nascidas de sementes.	Horticultura.	70
Do uso alimentario da carne do porco e do peixe.	Economia doméstica.	74
Continuação do Nº 11 do ano passado. 1839.	Variedades.	77

Índice do volume 8 número 3. Março de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 229 e 230 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	81
O Sr. Dr. Riedel na sessão do Conselho Nº 229.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	85
Tradução das instruções relativas ao calçamento das ruas com madeira.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	89
Continuação da Memória sobre a arte de criar os bichos de seda na China.	Economia rural.	91
Idéias sobre a criação de uma escola normal.	Agricultura.	100
Influencia que exercem as tempestades sobre a maturação das frutas açucaradas.	Horticultura.	107
Do emprego da steatite e de seus diversos usos.	Economia industrial.	110
Maneira de fabricar o negro animal (pó de marfim queimado.) para uso das fábricas de refinar açúcar, da pintura, da graxa, etc.	Economia industrial.	113
Causas que podem ocasionar uma nova submersão do nosso globo.	Variedades.	116

Índice do volume 8 número 4. Abril de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 231 e 232 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	121
Memória sobre quais são os meios mais convenientes de suprir a falta de estrumes animais nos lugares onde é dificultoso havê-los.	Economia rural.	124
Cultura da rutabarga ou nabo da Suécia.	Horticultura.	139
Notas sobre a cultura das couves.	Horticultura.	142
Meio de fazer as árvores frutíferas mais constantemente férteis.	Horticultura.	144
Instruções para se conhecer e fabricar com perfeição a tinta do anil.	Indústria agrícola.	146
Tratamento da pleuro-pneumonia nos animais corníferos.	Medicina veterinária.	151
Emprego da goma elástica na fabricação dos chapéus.	Economia industrial.	153
Composição de um novo sabão próprio para ensaboar a roupa branca, a seda, etc., tanto com água do poço, como água do rio, em menos tempo e mais economicamente.	Economia industrial.	154
Panos de linho ou de algodão ininflamáveis.	Economia industrial.	155
Novo emprego da cortiça	Economia industrial.	156
Fabricação de um feltro próprio para o forro dos navios.	Economia	157

	industrial.	

Índice do volume 8 número 5. Maio de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 233 e 234 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Continuação da memória sobre os meios mais convenientes de suprir a falta dos estrumes animais nos lugares onde é dificultoso havê-los.	Economia rural.	164
Plantas para forragem.	Economia rural.	180
Composição de um pó salino próprio para adubar terras.	Agricultura.	196
Destruição das plantas parasitas nas terras aráveis.	Agricultura.	198

Índice do volume 8 número 6. Junho de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 235 e 236 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	202
Continuação da memória sobre os meios mais convenientes de suprir a falta dos estrumes animais nos lugares onde é dificultoso havê-los.	Economia rural.	209
Memória sobre a criação e ceva dos porcos.	Economia doméstica.	225
Viagem aos Estados Unidos da América, por Hipólito José da Costa Pereira.	Variedades.	234

Índice do volume 8 números 7, 8, 9 e 10. Julho, agosto, setembro e outubro de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 237, 238, 239, 240, 241 e 242 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	242
Observações sobre a agricultura do Brasil.	Economia rural.	256
Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil, por Manoel Arruda da Camara.	Economia rural.	276
Continuação da Viagem aos Estados Unidos da América, por Hyppolito José da Costa Pereira.	Variedades.	305
Sobre o azeite feito das sementes de girassol e do algodão, por Fr. José Marianno da Conceição Velloso.	Memória.	311
Extratos de diversas obras sobre a criação das aves espalmadas, gansos, patos, etc.		319
História natural da Orzella, pelo Dr. Felix de Avellar Brotero.		333
Observações sobre a transportação de frutos da Índia ao Brasil, feitas por Duarte Ribeiro de Macedo.		340
Sociedades nacionais: colônia agrícola e industrial na província de S. Paulo.		353
Sociedade para formação de uma estrada de ferro desde o Município de Corte até a vila de Rezende.		357
Pedras fiadas e tecidas.	Miscelânea.	361
Observações curiosas sobre os ovos.	Miscelânea.	365
Imitação da tartaruga por meio da gelatina.	Miscelânea.	365
Remédio para a cura da hidrofobia.	Miscelânea.	366
Curiosidade sobre a cor das flores.	Miscelânea.	368
Plantas conhecidas até hoje.	Miscelânea.	368

Índice do volume 8 números 11 e 12. Novembro e dezembro de 1840

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessões Nº 243 e 244 do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	269
Relatório dos trabalhos da Sociedade no ano decorrido desde 1839 a 1840, lido pelo Secretário Perpétuo o Sr. Cônego J. da C. Barbosa na sessão publica aniversária do mesmo ano	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	372
Memória sobre os canias e sua utilidade.	Sociedade	379

	Auxiliadora da Indústria Nacional.	
Sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo.	Memória.	390
Itinerário mineralógico, observado na ocasião da diligência de Monte Rorigo.		419
Sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas, etc., por José Gregório de Moraes Navarro.	Discurso.	426

Índice do Volume 9 Número 1. Janeiro de 1841.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Observações sobre a canela do Rio de Janeiro, escritas no ano de 1798 por Bernardino Antonio Gomes.		3
Estado atual da agricultura na Província do Pará, por Antonio Ladislau Monteiro Baena.		16
Descoberta importantíssima para os fabricantes de açúcar.	Academia das Ciências de França.	24
Farinha de pedra.		26
Novo processo para cortar o vidro sem diamante.	Repertório de receitas úteis.	27
Água para limpar o bronze dourado.	Repertório de receitas úteis.	27
Método para limpar papel que tenha nódoa de gordura.	Repertório de receitas úteis.	28
Conservação das batatas.	Repertório de receitas úteis.	28
Papel combustível.	Repertório de receitas úteis.	29
Folhas delgadas de chumbo.	Repertório de receitas úteis.	29
Purificação do azeite rançoso.	Repertório de receitas úteis.	29
Para afiar o gume.	Repertório de receitas úteis.	29
País onde não chove.	Miscelânea.	30
Cura admirável feita pelo médico inglês Turnbull, tendo por objeto restituir a audição e faculdade do falar aos surdos-mudos de nascimento.	Miscelânea.	31
Novo gênero de penitência.	Miscelânea.	31
Um rio.	Miscelânea.	31
Cursos sobre a asfixia por submersão.	Miscelânea.	31
Cálculo a respeito da iluminação de Londres.	Miscelânea.	31
Comércio marítimo nos Estados Unidos.	Miscelânea.	32
A bíblia.	Miscelânea.	32

Índice do Volume 9 Número 2. Fevereiro de 1841.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Observações sobre a canela do Rio de Janeiro. (continuação.).		33
Sobre a caneleira, para acompanhar a remessa das plantas que o príncipe N. Senhor manda transportar para o Brasil.	Memória.	50
Agave americana, ou maguey.		57
Modo fácil de extrair o óleo da casca de laranja, de limão, lima, cidra, etc.	Repertório de receitas úteis.	60
Meios de avivar a escrita apagada com o tempo.	Repertório de receitas úteis.	60
Conservação dos ovos.	Repertório de receitas úteis.	61
Receita contra o bolor.	Repertório de receitas úteis.	61
Método para fazer leite de rosas.	Repertório de receitas úteis.	61
Conservação do leite.	Repertório de receitas úteis.	61
Processo para dar a cor de ganga aos tecidos de algodão.	Repertório de receitas úteis.	62

Conservação de carne fresca.	Repertório de receitas úteis.	62
A festa das línguas em Roma.	Miscelânea.	62
Relógios de nova invenção.	Miscelânea.	63
Geografia do reino vegetal.	Miscelânea.	63
Aumento do reino vegetal na Europa.	Miscelânea.	64
Um correio aéreo.	Miscelânea.	64
Arvoredo sobre as casas.	Miscelânea.	64

Índice do Volume 9 Número 3. Março 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sessões do Conselho administrativo da Sociedade nos meses de fevereiro e março.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	65
Sobre a cultura e preparação do girofeiro aromático, vulgo cravo Índia, nas ilhas de Bourbon e Cayenna, composta em 1788 por M. Foureroy, e traduzida por Fr. José Marianno Vellozo.	Memória.	69
Moléstias das galinhas.	Economia doméstica.	82
Aos lavradores sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grão, ou pevides, para aumento da colheita, por Manoel Arruda.	Aviso.	85
Poços de fogo na China.	Miscelânea.	91
Fábricas de algodão na Inglaterra.	Miscelânea.	95
Fábricas de algodão na França.	Miscelânea.	95
Casas de ferro.	Miscelânea.	96
Seda nos Estados Unidos.	Miscelânea.	96
Café em Ceylão.	Miscelânea.	96

Índice do Volume 9 Número 4. Abril 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a salga da carne e da manteiga na Irlanda, e do modo de curar ao fumo a carne de vaca em Hamburgo, traduzido do francês pelo cônego J. da C. Barboza.	Tratado.	97
Sobre a cultura das árvores espcieiras na Guiana Francesa, extraída de uma Memória do cidadão Matin, por Jussieu e Desfontaines.	Memória.	114
Meio empregado pelos Chins para a propagação das árvores frutíferas, etc.		121
Sementes de melões.		123
Meio muito fácil e muito breve de limpar as golas das casacas.	Repertório de receitas úteis.	125
Modo de tornar os touros dóceis e submissos.	Repertório de receitas úteis.	126
Pastilhas de hortelã pimenta.	Repertório de receitas úteis.	126
Método para grudar o vidro, a louça, e a porcelana quebrada.	Repertório de receitas úteis.	126
Penas de aço.	Repertório de receitas úteis.	127
Mastique para garrafas.	Repertório de receitas úteis.	127
Meio de limpar as jóias de ouro.	Repertório de receitas úteis.	127
Singular meio de chocar os ovos de pata na Ilha de Luçon.	Miscelânea.	128

Índice do Volume 9 Número 5. Maio de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a salga da carne e da manteiga na Irlanda, e do modo de curar ao fumo a carne de vaca em Hamburgo, traduzido do francês pelo cônego J. da C. Barboza. (continuação.).	Tratado.	129
Sobre a ruiva dos tintureiros, ou granza. Copiada do Dicionário de Agricultura de Francisco Soares Franco.	Memória.	143
Artigo transcrito do 3º N.º do 1º tomo do Patriota. Março de 1813.	Botânica.	155
Relação das plantas exóticas e de especiaria cultivadas no Real Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, e transportadas da Ilha de França, pelo Chefe de Divisão Luiz d'Abreu.	Botânica.	157
Novo combustível para uso das máquinas a vapor.	Miscelânea.	160

Índice do Volume 9 Número 6. Junho de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sessões do Conselho Administrativo da Sociedade nos meses de março e abril.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Sobre a salga da carne e da manteiga na Irlanda, e do modo de curar ao fumo a carne de vaca em Hamburgo, traduzido do francês pelo cônego J. da C. Barboza. (continuação e fim.).	Tratado.	164
Considerações sobre a destilação da água do mar para servir a bordo as precisões das guarnições, e preparações por que devem passar os tanques de ferro da aguada; por Mr. Keraudreu, Inspetor geral de saúde da marinha francesa.	Miscelânea.	178
Manchester.	Miscelânea.	186
Tipografia dos cegos.	.	189
Mechas fosfóricas.	Repertório de receitas úteis	191
Cor inglesa para os canos de espingardas.	Repertório de receitas úteis.	192
Pedra de toque econômica.	Repertório de receitas úteis.	192

Índice do Volume 9 Número 7. Julho de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a Pipereira negra, que produz o fruto conhecido vulgarmente pelo nome de Pimenta da Índia. Publicada em 1798 por Fr. José Marianno da Conceição Vellozo.	Memória e extratos.	193
Sobre algumas propriedades físicas de diferentes madeiras; pelo Tenente General Carlos Antonio Napion.	Ensaio.	208
Trabalhos de utilidade pública executados nos Estados Unidos da América.	Miscelânea.	222
Espingardas de caça, e mosquetões de cavalaria de M. Lefaucheux.	Miscelânea.	224

Índice do Volume 9 Número 8. Agosto de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do cânhamo; por Manoel Arruda da Cama, Doutor em Medicina.		225
Instituto benéfico. Madrid.	Miscelânea.	255

Índice do Volume 9 Número 9. Setembro de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas em termo da Vila de Camamú, comarca dos Ilhéus; escrita no ano de 1798 por José da Sá Betencourt.	Memória.	257
Novas observações sobre a cultura e utilidade do amendoim. Copiada s do Semanário Hespanhol d'Agricultura e Artes.		273
Método abreviado para preparar a massa do papel.	Variedades.	279
Pauperismo.	Variedades.	281
Nova construção de barcos a vapor.	Variedades.	283
Outra variedade nos barcos a vapor.	Variedades.	284
Meio de aumentar a produção de batatas.	Variedades.	285
Admirável fabrico de ferro.	Variedades.	286
Inesperado préstimo de pernas.	Variedades.	286
Fósforos.	Variedades.	286
Compositor mecânico.	Variedades.	287
Caminhos de ferro.	Variedades.	287
Modo de restabelecer o brilho das pérolas.	Repertório de receitas úteis.	287
Modo de fazer perder o cheiro das tintas a uma casa acabada ou pintada de novo.	Repertório de receitas úteis.	288

Índice do Volume 9 Número 10. Outubro de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a cultura do urumbeba, e sobre a criação da cochinilha, por Fr. José Marianno da Conceição Vellozo.	Memória.	289

Descrição da cultura do canamo ou cânave.		309
Animação a agricultura, artes e comércio.		318

Índice do Volume 9 Número 11. Novembro de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre os queijos de Roquefort por Mr. Chaptal, traduzida e publicada em 1799, por Fr. José Marianno da Conceição Velloso.	Memória.	321
Sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos, e método para prevenir; por Vicente Coelho de Seabra Telles.	Memória.	339
Monstruosidade tipográfica dos Estados Unidos da América.	Variedades.	350
Máquina para copiar painéis.	Variedades.	352

Índice do Volume 9 Número 12. Dezembro de 1841.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos, e método para prevenir; por Vicente Coelho de Seabra Telles. (continuação.)	Memória.	353
Sobre o bicho da seda indígena da Província do Espírito Santo: exposição histórica da sua vida; vantagens que se podem obter dando-lhes educação doméstica. Escrita por Jozé Joaquim Machado de Oliveira.	Memória.	361
Método de cultivar e preparar o tabaco: comunicado a Junta de Agricultura de Boston, e publicado por ela.		377
Resumo do modo de socorrer afogados, e outros aparentemente mortos, segundo o método praticado pela Sociedade Humana de Londres.	Miscelânea.	380
Papel em que só se pode escrever com água ou saliva.	Miscelânea.	382

Índice do volume 10 Número 1. Janeiro de 1842.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a cultura, uso e utilidade das batatas, e instrução para a sua melhor propagação, por Henrique Doyle; traduzida do espanhol, de ordem superior, por Fr. José Marianno da Conceição Velloso.	Tratado.	1
Lugar ocupado pelos vegetais na cadeia dos entes.	Trabalho científico.	19
Considerações gerais sobre a utilidade indústria.	Miscelânea.	29

Índice do volume 10 Número 2. Fevereiro de 1842.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a raça do gado lanígero da Capitania do Ceará, pelo Tenente Coronel João da Silva Feijó.	Memória econômica.	33
Utilidade da introdução dos elementos das ciências naturais na instrução primária.	Instrução primária.	50
Observações sobre a duração da vida humana.	Estatística.	57
Igreja aberta num rochedo.	Miscelânea.	61
Modo de preparar as peles para as envernizar.	Miscelânea.	63
Composição do verniz elástico impermeável.	Miscelânea.	64

Índice do volume 10 Número 3. Março de 1842.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a raça do gado lanígero da Capitania do Ceará, pelo Tenente Coronel João da Silva Feijó. (continuação.).	Memória econômica.	65
Relativas à destilação em geral, e particular ao melhor método para obter boa aguardente de cana, ou rum.	Instruções.	83
Observações sobre os direitos da propriedade literária artística.	Miscelânea.	90
Fornos para coser o pão.	Miscelânea.	96

Índice do volume 10 Números 4, 5 e 6. Abril, maio e junho de 1842.

Título do artigo	Seção	Página
Relativas à destilação em geral, e particular ao melhor método para obter boa aguardente de cana, ou rum.	Instruções.	97
Curso elementar de agricultura e de economia rural de M. Raspail; traduzido e anotado por A. J. de Figueiredo e Silva. Introdução geral.		105
Noções preliminares.		107
Capítulo I. Da terra lavradia.		109
Capítulo II. Das máquinas e ferramentas.		134
Capítulo III. Das operações gerais da cultura.		149
Capítulo IV. Das culturas especiais.		164

Índice do volume 10 Números 7, 8 e 9. Julho, agosto e setembro de 1842.

Título do artigo	Seção	Página
Curso elementar de agricultura e de economia rural de M. Raspail; traduzido e anotado por A. J. de Figueiredo e Silva. Continuação do IX do capítulo 1.		193
Notas do tradutor.		196
Das propriedades econômicas das amoreiras. Extrato do Dicionário de Agricultura de Francisco Soares Franco.		217
Elementar das árvores e arbustos.	Tratado.	225
Primeira parte: Capítulo I. Da sementeira.		227
Capítulo II. Da transplantação.		230
Capítulo III. De alguns outros modos de propagar as espécies vegetais.		234
Capítulo IV. DA poda.		241
Capítulo V. Dos diversos acidentes a que as árvores estão sujeitas.		245
Segunda parte: Capítulo I. Do sítio próprio para se nele fazer pomar.		254
Capítulo III. Da poda das árvores de fruto.		260
Capítulo IV. Da frutificação e colheita		270
Capítulo V. Da cultura própria a cada árvore de fruto.		273
Meio para não espigarem as couves.		288

Índice do volume 10 Números 10, 11 e 12. Outubro, novembro e dezembro de 1842.

Título do artigo	Seção	Página
Elementar das árvores e arbustos. (continuação.).	Tratado.	289
Terceira parte: matas e florestas.		298
Quarta parte: paisagem.		307
Notas do tradutor.		311
Extrato do Dicionário d'Agricultura de Francisco Soares Filho.		325
Elementar das ordens.	Tratado.	329
Notas do tradutor.		400
Notas das Sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nos anos de 1841 e 1842.		413

Índice do volume 11 número 1. Janeiro de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Advertência.		1
Sobre os progressos atuais da indústria.	Estudos econômicos.	2
Maneira muito simples de fazer carvão de lenha.	Economia industrial.	19
Obstáculos que se opõem ao aperfeiçoamento da indústria.	Economia social.	20
Receita para limpar os vidros.		23
Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sessão ordinária em 12 de janeiro de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	24
Das sementes de hortaliças, flores, frutas, etc., que têm a venda a loja da China, de Pacheco, rua da Candelária, defronte da igreja, nº 18, Rio de Janeiro.	Catálogo.	26

Índice do volume 11 número 2. Fevereiro de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Sessão geral em 6 de novembro de 1842.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	33
Sessão ordinária em 25 de janeiro de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	41
Máquinas.		42
Propriedade do açúcar.		49
Das regras: método salutar de praticá-las;	Agricultura.	50
Meio para não espigarem as couves.	Horticultura.	53
Nova descoberta para conservar madeiras.	Artes.	53
Maneira de conservar frescas as carnes para o uso da cozinha.	Economia doméstica.	55

Antídoto contra o envenenamento procedido do verdete ou azinhavre.	Medicina doméstica.	56
Considerações gerais sobre a sua utilidade.	Da indústria.	58
Produtos comparados do solo na França e Inglaterra, nas suas relações com a população.	Estatística.	62
Vasos de ferro fundido estanhados com liga de novo invento.	Artes químicas.	64

Índice do volume 11 número 3. Março de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Máquinas. (continuação.).		65
Das diferentes partes de que se compõe a cultura.		80
Sessão ordinária em 15 de fevereiro de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	82
Sobre as águas corrosivas empregadas nas caldeiras de vapor.		83
Ferro fabricado na Europa em 1841.		85
Método novo de dourar metais.	Artes.	86
Papel marfim.	Artes.	89
Aparelhos de vapor em atividade no ano de 1841.	Artes.	91
Estrume.	Agricultura.	91
Estado das minas no fim do ano de 1839.	Associação alemã.	93
Branqueamento das flores.		95
Preservação de espécimes botânicos.		95
Gêneros e produtos coloniais vendidos em Amsterdam e em Rotterdam, pela sociedade de comércio Neerlandesa, durante o semestre de 1842.		96
Novo barco a vapor.		96
Gêneros e produtos coloniais vendidos em Amsterdam e em Rotterdam, pela Sociedade de Comércio Neerlandesa, durante o 1º semestre de 1842.	Estatística.	96

Índice do volume 11 número 4. Abril de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Considerações sobre a agricultura em geral, e das suas relações com as leis e costumes do país.		97
Novas sociedades agrícolas.		101
Douradura de metais pelas correntes galvânicas.		103
Aplicações do galvanoplástico.		106
Sessão em 22 de março de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	109
Considerada nas suas aplicações à agricultura e fisiologia.	A química.	110
Método de lavar luvas de pelica brancas e de cores.	Economia doméstica.	119
O barco de vapor Presidente.		120
Estrume feito d'ossos.	Economia rural.	121
Carvão animal.	Economia rural.	123
Dos estrumes líquidos.	Agricultura.	124
Dos depósitos a que chamaremos laboratório de estrumes.	Agricultura.	125
Bombycio, ou sumaouma.	Botânica.	127
Meio de extrair os gorgulhos e outros insetos.		128
Modo de limpar a baixela de prata.		128

Índice do volume 11 número 5. Maio de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Código rural do Haiti.		129
Sobre a nova teoria das explosões das máquinas por vapor.		136
Obstáculos que se opõem ao aperfeiçoamento da indústria.	Economia social.	138
Das causas das moléstias epidêmicas e contagiosas, e dos meios de combatê-las.	Higiene pública.	141
Modo de fazer manteiga que se não torne rançosa e de tirar o ranço daquela que o tenha, sendo feita por outro método.	Economia rural e doméstica.	146
Da composição das ligas, soldas, e amalgamas empregadas nas artes.	Economia industrial.	147
Migrações de plantas.		152
Modo extraordinário de transportar madeiras.		153

Idéias históricas sobre o estabelecimento das cadeias.		155
Sessão em 26 de abril de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	159

Índice do volume 11 número 6, 7 e 8. Junho, julho e agosto de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a cultura da cana e da fabricação do açúcar na Colônia francesa de Bourbon.	Memória.	161
Idéias históricas sobre o estabelecimento das cadeias. (continuação.).		174
Sessão em 17 de maio de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	177
O ensino público.		178
Novas sociedades agrícolas.		180
Nova descoberta para conservar madeiras.		181
Diferença que há entre o pensar e o obrar.		183
O guaraná.		185
Da educação física e moral da infância.		188
Sobre a origem da pintura.		190
A primeira escola politécnica.		191
Sobre as vantagens das investigações literárias, e suas relações com o comércio e outros ramos de indústria.		193
As flores, reflexões morais.		196
Apontamentos do Dr. Schmith sobre a cultura da semente de Colza-Brassica, Napus elcifera.		201
Observações do Dr. Schmith sobre o melhoramento do tabaco do Brasil.		204
Comércio.		206
Cultivação do tabaco.		211
Classes laboriosas.		214
Preparação do tabaco.		218
Da instrução em relação aos deveres do homem.		221
Da destruição das plantas parasitas nas terras aráveis.		226
Novos progressos da litografia.		227
Emprego da goma elástica na fabricação dos chapéus.		229
Nova casta de estrume.		230
Apontamentos do Dr. Schmith de Hamburgo, acerca dos melhoramentos de que é suscetível a cultura do açúcar no Brasil.		232
Vidrado da louça de barro, chamada faiança.		233
Pintura da louça a que chamam faiança.		235
Preparado de fibra vegetal.		237
Utilidade das árvores florestais.		240
O que é uma mina de carvão de pedra.		241
Sessão em 28 de junho de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	243
Sessão em 12 de julho de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	246
Sessão em 26 de julho de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	247
Sessão em 9 de agosto de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	248
Jogos de azar e loterias.		249
Cultura para pobres feita pelos pobres.		253
Novo método de mergulhia.	Horticultura.	256

Índice do volume 11 número 9. Setembro de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Continuação do código do Haiti.		257
Máquina locomotiva.		273
Sobre a ventilação e limpeza no interior das casas.		275
Dos tapumes ou defensas dos campos.	Agricultura.	278
Amor do trabalho.		281
Cisternas econômicas.		283
Notícias sobre o modo de estresir todas as sortes de debuxos sobre as fazendas que hão de ser bordadas.		287

Índice do volume 11 número 10. Outubro de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Sessão ordinária em 22 de agosto de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	289
Caminhos de ferro.		290
Instrução popular.		293
Mendicidade.		295
Continuação do código rural do Haiti.		297
Fabricação do açúcar.		309
Do objeto e utilidade dos jornais populares.		314
Prados artificiais.		318
Sessão ordinária em 20 de setembro de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	319

Índice do volume 11 número 11. Novembro de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Fundos públicos.		321
O exercício, higiênico e moral.		337
Modo de conhecer as foices de boa qualidade e de amolá-las.		341
Curiosidade.		341
Cultura de luzerna conjuntamente com o cânhamo.		344
Mármore.		346
Efeitos do terror.		348
Novo processo para gravar.		349
Conservação das sanguessugas.		350
Sessão ordinária em 4 de outubro de 1843.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	351
Modo de pintar portas, grades e varões de ferro para resistirem ao tempo.		352

Índice do volume 11 número 12. Dezembro de 1843.

Título do artigo	Seção	Página
Ociosidade.		353
Pensamento sobre o trabalho.		354
Duração da vida dos vegetais.		356
Criação e manutenção dos vegetais.		357
Higiene.		358
A teoria da povoação.		361
Cura da hidrofobia.		364
Galochas.		365
Teoremas de Platão sobre a ciência.		366
Influência dos ofícios sobre a saúde		366
Ruas e calçadas.		370
Silvicultura.		376
Agricultura na Lombardia.		382

Índice do Volume 13 número 1. Janeiro de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Que de Londres escreveu a Sociedade Auxiliadora o nosso sócio o Sr. João	Carta.	3

Diogo Sturz.		
Sobre os insetos da seda, sua introdução no Brasil, causas de não aproveitar, nova raça dita Trivoltini, observações sobre as amoreiras, do melhor modo de adotar a especulação serisicula às condições do Brasil, da conveniência desta indústria para o Império, dos meios de a fomentar e de a propagar. Pelo Dr. A. Chavannes.	Memória.	8
Sobre duas espécies de cera vegetal do Brasil.	Memória.	16
Termômetro monométrico.		18
Colonização.		20

Índice do Volume 13 número 2. Fevereiro de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Colonização. (continuação.).		33
Observações acerca da agricultura e conservação do tabaco, pelo Bacharel Joaquim de Amorim Castro.		35
Acerca das abelhas da Província do Piauí no Império do Brasil, composta por Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco. Lisboa 1842.	Memória.	49

Índice do Volume 13 número 3. Março de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Acerca das abelhas da Província do Piauí no Império do Brasil, composta por Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco. Lisboa 1842. (continuação.).	Memória.	64
Extrato do relatório do Exmo. Sr. General Andrea, apresentado a Assembléia Provincial de Minas Gerais, no ano de 1844.		72
Alteração do chá. – artigo da Revista de Paris, de 29 de outubro de 1844.		73
Portaria sobre o terreno nitroso dos Montes Altos.		77
Sobre a viagem do terreno nitroso dos Montes-Altos em 1799, por José de Sá Bittancourt e Accioly.	Memória.	85

Índice do Volume 13 número 4. Abril de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a viagem do terreno nitroso dos Montes-Altos em 1799, por José de Sá Bittancourt e Accioly. (continuação.).	Memória.	97
Premiado pelo Governo da Jamaica sobre o cultivo da cana de açúcar, por Thomaz Henney Esq.	Tratado.	114
Ata da sessão de Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 29 de dezembro de 1844 e a do Conselho Administrativo em fevereiro de 1845.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	121

Índice do Volume 13 número 5. Maio de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Premiado pelo Governo da Jamaica sobre o cultivo da cana de açúcar, por Thomaz Henney Esq. (continuação.).	Tratado.	129
De uma nova estufa, fácil e econômica, para secar com perfeição o café e outros gêneros da nossa produção agrícola.	Notícia.	140
Ceras do Brasil.		145
Cópia fiel de um § da carta de J. P. F. G. do Pará, sobre a planta da Ocuuba.		149
Carta do sócio correspondente o Sr. Luiz Hnerique Ferreira de Aguiar, Cônsul Geral do Brasil nos Estados Unidos.	Correspondência.	150
Sobre uma nova substância médica, chamada Paullinia (guaraná) lida perante a Sociedade Médica de Emulação de Paris, na sessão de 6 de março de 1840 por M. A. Gravelle, Doutor em medicina.	Notícia.	152
Ata da sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do mês de março.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	160

Índice do Volume 13 número 6. Junho de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Tratamento das matérias fecais.	Agricultura.	161
Sobre os estrumes, por M. Varembej.	Agricultura.	163
Sobre uma nova substância médica chamada Paullinia (guaraná). (continuação.).	Notícia.	165
Manual prático da cultura das batatas.		167
Ata das sessões do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da		191

Indústria Nacional dos meses de abril e junho.		

Índice do Volume 13 número 7. Julho de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Cultura das amoreiras, por F. Schmidt.		193
Observação acerca da indústria sérica, pelo mesmo.		197
Fabricação do vinagre para o consumo do Brasil, pelo mesmo.		200
As terras virgens cansadas do Brasil, pelo mesmo.		205
Carta do Sr. F. Schmidt ao Governo Imperial.		209
Extração do linho da bananeira e como teve princípio na cidade da Bahia.		211
Manual prático da cultura das batatas. (continuação.).		213
Ata da sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do mês de junho.		224

Índice do Volume 13 número 8. Agosto de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Extraída do Tratado de química aplicada as Artes, por M. Dumas, para servir de diretório na casa das nitreiras artificiais, extração, manipulação e purificação do salitre, nitro, ou nitrato de potassa; publicada por ordem do Ministério da Guerra.	Memória.	225

Índice do Volume 13 número 9. Setembro de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a cultura e a preparação do chá.	Memória.	257
Manual prático da cultura das batatas. (continuação.).		267
Atas das sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dos meses de julho e agosto.		286

Índice do Volume 13 número 10. Outubro de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Viagem geognóstica, por parte da Província de S. Paulo, feita em 1820 por J. B. d'Andrade e Silva.		289
Manual prático da cultura das batatas. (continuação.).		303

Índice do Volume 13 número 11. Novembro de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre o método econômico de transportar a aguardente do Brasil para Portugal. Por João Manso Pereira.	Memória.	321
Sobre a questão: 1ª. Se convém ao Brasil vender madeiras de construção as nações estrangeiras; 2ª. Se no Brasil há abundância das suas madeiras preciosas de construção, que possam vender-se sem dano, ou falta das mesmas para a nossa Marinha Real e Mercante.		333
Maravilhas do mar.		338
Iluminação do meio do Galvanismo.		340
Aviso aos doentes do peito.		342
Sobre a piaçava do Brasil.	Comércio.	345
Estabelecendo as regras necessárias para a conservação, e defesa das matas e arvoredos, na capitania da Paraíba.	Carta régia.	345

Índice do Volume 13 número 12. Dezembro de 1845.

Título do artigo	Seção	Página
Estabelecendo as regras necessárias para a conservação, e defesa das matas e arvoredos, na capitania da Paraíba. (continuação.).	Carta régia.	353
A seda. (transcrita da Revista Universal Lisbonense. Tomo 2. Ano de 1842 e 1843).		355
Influência meteorológica sobre a vegetação.		361
Cura da hidrofobia. (transcrito da Revista Universal Lisbonense. Tomo 2. Ano de 1842 e 1843).		372
Como se há de fazer parar o sangue do nariz. (idem).		374
Modo de zincar o ferro e sua utilidade. (idem).		375
Verniz para o ferro. (idem).		376
Milagres do Guano. Cura da morphéa. Transcrito do Jornal do Comércio de 3 de dezembro de 1845.		377

Índice do volume 14 número 1. Janeiro de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
Sobre a cultura do urumbeba e sobre a criação da cochonilha. Extraída por M. Bertholet.	Memória.	3
História resumida da invenção e melhoramento das máquinas de vapor, pelo Sr. Visconde de Vilarinho de S. Romão. (Extraída da Revista Universal Lisbonense. Tomo 2. Ano de 1842 e 1843).		15

Índice do volume 14 número 2. Fevereiro de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
História, análise e efeitos do guano do Peru (análise de uma brochura que apareceu com este título). Por M. A. H. de Monieres.	Agricultura.	33
Sobre a cultura do urumbeba e sobre a criação da cochonilha. Extraída por M. Bertholet. (continuação.).	Memória.	36
Método de preparar a cochonilha no Rio de Janeiro, segundo Stauton.		42
História resumida da invenção e melhoramento das máquinas de vapor, pelo Sr. Visconde de Vilarinho de S. Romão. (Extraída da Revista Universal Lisbonense. Tomo 2. Ano de 1842 e 1843). (Continuação.)		44

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 1. Junho de 1846. Tipografia de J. E. S. Cabral.

Título do artigo	Seção	Página
Introdução.		3
Equivalentes químicos.	Química.	9
Considerações sobre a química agrícola.	Química.	13
Apontamentos sobre novos objetos de cultura, que podem ser úteis ao Brasil: trabalho enviado de Hamburgo à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pelo seu sócio o Sr. Shmid.	Indústria agrícola.	19
Conservação das madeiras.		25
Processo eletroquímico para dourar a prata, o cobre, o bronze, o latão, o packfong, o ferro, o aço, e o estanho.	Indústria manufatureira.	27
Do aço, da sua preparação e tempera.	Indústria manufatureira.	33
O café do Brasil nos Estados Unidos.	Indústria comercial.	34
Sessão do dia 3 de setembro de 1845.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	37
Sessão do dia 15 de março de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	38
Sessão do dia 4 de abril de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	38
Sessão do dia 18 de abril de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	40

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 2. Julho de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
Processo eletroquímico para dourar a prata, o cobre, o bronze, o latão, o packfong, o ferro, o aço, e o estanho.	Indústria manufatureira.	41
Processo para a purificação do azeite de peixe.		57
Ácido sulfúrico. Vantagens que resultariam do estabelecimento de uma fábrica deste gênero entre nós.		60
Seringa ou borracha.	Indústria agrícola.	63
Remédio infalível contra a peste do gado vaccum.	Indústria agrícola.	67
Batata. Seus principais usos, sua cultura, e o modo de conservá-la.	Indústria agrícola.	69
Método de curar um cavalo tolhido, ou como vulgarmente se diz aguado.		75
Maneira de conhecer se o pão está adulterado com pedra-hume.		76
Método de conservarem-se biscoitos sem se arruinarem.		76
Método de conservar os ovos.		76
Sessão do dia 29 de abril de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	77
Sessão do dia 20 de maio de 1846.	Sociedade	78

	Auxiliadora da Indústria Nacional.	
Sessão do dia 6 de junho de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	79

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 3. Agosto de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
Resumo histórico das minas, e valor das produções mineralógicas, por Améede Burat.	Indústria manufatureira.	81
Iluminação por gás.		89
Polimento de mármore e de outras pedras empregadas na decoração ou ornamento dos edifícios.		93
Extrato da descrição do fabrico do açúcar feita na sala de sessões da S. A. da I. N. pelo sócio efetivo Pedro Alcântara Lisboa no dia 24 de julho de 1846.		95
Estrumes.	Indústria agrícola.	104
Sessão do dia 17 de junho de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	113
Sessão do dia 1 de julho de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	115
Sessão do dia 15 de julho de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	117

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 4. Setembro de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
Ar atmosférico.	Química.	121
Educação do bicho da seda no Brasil.	Indústria agrícola.	134
Resumo do discurso pronunciado na sessão de 30 de julho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pelo sócio efetivo Pedro Alcântara Lisboa.	Indústria agrícola.	140
Imprensa anastática.	Indústria agrícola.	145
Conservação dos alimentos.	Indústria agrícola.	146
Sand ost, ou queijo negro.	Indústria agrícola.	151
Processo para dar ao corno a aparência de tartaruga.	Indústria agrícola.	152
Sessão do dia 22 de julho de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	153
Sessão do dia 29 de julho de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	156

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 5. Outubro de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
Corpos elementares.	Química.	157
Distritos metalíferos.	Indústria manufatureira.	161
Brasil. Província de Minas Gerais.	Indústria manufatureira.	166
Meio prático de conhecer a quantidade de açúcar cristalizável contido no açúcar bruto.	Indústria manufatureira.	170
Informação mandada pelo Dr. Antonio Maria de Miranda e Castro ao Exmo. Sr. Hollanda Cavalcante, onde expõe os processos para purificar azeite de peixe.	Indústria manufatureira.	173
Educação do bicho da seda no Brasil.	Indústria manufatureira.	174
Reflexões sobre a escravatura das fazendas no Brasil.	Indústria manufatureira.	183
Cultura das couves.	Indústria manufatureira.	187
Processo para afugentar e destruir as formigas.	Indústria manufatureira.	190
Receita para destruir os ratos.	Indústria manufatureira.	191
Sessão da Assembléia Geral do dia 29 de julho de 1846.	Sociedade	192

	Auxiliadora da Indústria Nacional.	
Sessão do dia 12 de agosto de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	192
Sessão do dia 3 de setembro de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	194

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 6. Novembro de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
Montanhas cordilheiras.	Indústria manufatureira.	197
Educação do bicho da seda no Brasil.	Indústria manufatureira.	207
Colonização e agricultura da Argélia. Por Mr. Moll.	Indústria manufatureira.	213
Sino de mergulhar.	Variedades.	226
Maneira de tingir de amarelo ouro o fio de algodão empregado na serigaria.	Variedades.	228
Luto chinês.	Lutos ou bitumes.	229
Sessão do dia 30 de setembro de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	230

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 7. Dezembro de 1846.

Título do artigo	Seção	Página
Memória sobre a mineração na província da Bahia, desde 1836 até 1846, precedida de uma idéia sumária dos antigos trabalhos mineralógicos na mesma província, feita e oferecida ao Recreio-Literário daquela cidade, por Abílio C. Borges.	Indústria manufatureira.	237
Algumas noções sobre os óxidos metálicos.	Indústria manufatureira	247
Educação do bicho da seda no Brasil.	Indústria manufatureira	252
Quais são os meios mais adequados de substituir no Brasil os braços escravos pelos livres? Por T. Taunay.	Indústria manufatureira	258
Marfim vegetal.	Variedades.	266
Utilidade do sangue dos animais.	Variedades.	267
Processo para fabricar boa água de colônia.	Variedades.	267
Sessão do dia 18 de novembro de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	268

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 8. Janeiro de 1847.

Título do artigo	Seção	Página
Educação do bicho da seda no Brasil.	Indústria agrícola.	269
Carta do diretor Carlos Hanewald, em Brieg, na Silesia, sobre o fabrico do açúcar, ao cônsul J. D. Struz, em Berlim.	Indústria manufatureira	276
Processos para por aço em espelhos.	Indústria manufatureira	280
Agentes principais ou reativos que se faz uso para tirar nódoas.	Indústria manufatureira	290
Carta do conselheiro Martius ao cônsul brasileiro em Berlim João Diogo Sturz.	Variedades.	295
Criação dos perus.	Variedades.	301
Estacas semeadas.	Variedades.	304
Processo de M. Keen para endurecer o gesso.	Variedades.	305
Sessão do dia 9 de dezembro de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	307
Sessão do dia 25 de dezembro de 1846.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	308

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 9. Fevereiro de 1847.

Título do artigo	Seção	Página
Educação do bicho da seda no Brasil.	Indústria agrícola.	309
Dos terrenos e de sua natureza, e dos meios de conhecê-los.		318
Construção de poços.	Indústria manufatureira	323
Algodão-pólvora. Artigo manda pelo Sr. P. de Alcântara de Lisboa.	Indústria manufatureira	327
Instrumentos de física necessários na fazenda.	Variedades.	329
Órgãos sexuais das plantas.	Variedades.	336
Conservação dos ferros nas construções subterrâneas.	Variedades.	342
Sessão do dia 13 de janeiro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	342
Sessão do dia 28 de janeiro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	344

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 10. Março de 1847.

Título do artigo	Seção	Página
Reflexões histórias sobre a agricultura em alguns países da Europa.	Indústria agrícola.	349
Instruções para fabricar a erva mate, destinada a ser exportada para o Rio da Prata e Chile.	Indústria agrícola.	355
Memória sobre a mineração na província da Bahia, desde 1836 até 1846, precedida de uma idéia sumária dos antigos trabalhos mineralógicos na mesma província, feita e oferecida ao Recreio-Literário daquela cidade, por Abílio C. Borges.	Indústria manufatureira.	358
Memória para melhorar a sorte dos nossos escravos, pelo Sr. Dr. Caetano Alberto Soares.	Variedades.	368
Meio de passar por entre as chamas.	Variedades.	377
Meio econômico para sustentar os bezerros.	Variedades.	379
Sessão do dia 1 de fevereiro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	380
Sessão do dia 10 de fevereiro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	381

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 11. Abril de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Reflexões histórias sobre a agricultura em alguns países da Europa.	Indústria agrícola.	389
Aviso aos paulistas industriais, sobre a indústria da seda.	Indústria agrícola.	397
Poços artesianos.	Indústria manufatureira.	405
Memória para melhorar a sorte dos nossos escravos, pelo Sr. Dr. Caetano Alberto Soares.	Variedades.	413
Sessão do dia 24 de fevereiro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	428

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 12. Maio de 1847.

Título do artigo	Seção	Página
Reflexões histórias sobre a agricultura em alguns países da Europa.	Indústria agrícola.	429
Extrato do relatório apresentado por M. Rivoire, membro da Sociedade Francesa Universal, da Academia do Gard, etc., acerca da estatística sericícola neste departamento.	Indústria agrícola.	434
Memória sobre a mineração na província da Bahia, desde 1836 até 1846, precedida de uma idéia sumária dos antigos trabalhos mineralógicos na mesma província, feita e oferecida ao Recreio-Literário daquela cidade, por Abílio C. Borges.	Indústria manufatureira.	437
Progressos da indústria moderna na França. Artigo mandado de Paris pelo Sr. P. de A. Lisboa.	Indústria manufatureira	443
Breve notícia sobre imprensa ou tipografia.	Indústria manufatureira	447
Papel de marfim.	Indústria	450

	manufatureira	
Fuzis.	Indústria manufatureira	452
Estradas	Variedades.	453
O que é agricultura.	Variedades.	462
Sessão do dia 17 de março de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	463
Sessão do dia 14 de abril de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	464
Sessão do dia 28 de abril de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	465

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 1. Junho de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Dois metais novamente descobertos.	Química.	3
Ação do carvão sobre os líquidos que contem soluções metálicas.		4
Revista científica natural. Artigo mandado de Paris pelo Sr. P. de A. Lisboa.	Indústria manufatureira	6
Processo eletroquímico para pratear o cobre, o latão, o bronze, o estanho, o ferro e o aço.	Prateadura.	12
Memoria sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro, sua administração, e épocas em que se devem fazer as plantações e suas colheitas, etc., etc. – Por Francisco Peixoto de Laderda Verneck.	Indústria agrícola.	17
Método escocês para a preparação de estrume líquido.	Indústria agrícola.	25
Vantagens que se podem tirar do leite das ovelhas.	Indústria agrícola.	27
Agricultura nas filipinas.	Indústria agrícola.	28
Sessão do dia 12 de maio de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	33
Sessão do dia 26 de maio de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	36
Sessão do dia 2 de junho de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	38

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 2. Julho de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Alguns princípios de química.	Química.	41
Diferença entre AA água destilada do loureiro-cereja e a das amêndoas amargas.		44
Revista científica natural. Artigo mandado de Paris pelo Sr. P. de A. Lisboa.	Indústria manufatureira	45
Bombas.	Indústria manufatureira	46
Processo para dourar as rodas de dentes dos relógios e cronômetros.	Indústria manufatureira	54
Meio fácil para estabelecer a comunicação entre um navio naufragado e a terra.	Indústria manufatureira	54
Processo para se dissolver a goma laca, e empregá-la para tornar os tecidos impermeáveis.	Indústria manufatureira	55
Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração, e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc. Por Francisco Peixoto de Laderda Verneck.	Indústria manufatureira	56
Meio econômico para se obter o fosfato de cal e de magnésia como um poderoso estrume para as terras, por M. J. Stenhouse. (na Inglaterra).	Indústria manufatureira	68
O sal como meio higiênico para os animais domésticos.	Indústria manufatureira	71
Remédio contra o moro dos animais.	Indústria manufatureira	72
Arte de nadar.	Variedades.	73
Sessão do dia 9 de junho de 1847.	Sociedade	75

	Auxiliadora da Indústria Nacional.	
Sessão do dia 16 de junho de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	77
Sessão do dia 23 de junho de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	78

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 3. Agosto de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Teoria atomística	Química.	82
Eletroquímica.	Indústria manufatureira	87
Memória sobre a fabricação de óleo de mamona no Brasil.	Indústria manufatureira	91
Novo processo para extrair o cobre.	Indústria manufatureira	95
Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração, e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc. Por Francisco Peixoto de Laderda Verneck.	Indústria manufatureira	97
O que é charrua.	Indústria manufatureira	112
Meio de destruir as lagartas.	Indústria manufatureira	113
Arte de nadar.	Variedades.	114
Sessão do dia 7 de julho de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	118
Sessão do dia 28 de julho de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	119

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 4. Setembro de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Meio de reconhecer as falsificações do azeite.	Química.	121
Novo contraveneno de arsênico.	Química.	124
Nova e bela aplicação de etherização.	Química.	125
Exposição pública dos produtos brasileiros.	Indústria manufatureira	126
Processo para preservar o ferro da oxidação e da corrosão, e prevenir o depósito das matérias calcárias nos costados e quilhas dos navios.	Indústria manufatureira	129
A neve. Artigo mandado de Paris pelo Sr. P. de A. Lisboa.	Indústria manufatureira	137
Novo processo para se fabricar o sabão, por Mr. Waterson.	Indústria manufatureira	138
Preparação do mármore artificial, por Willians.	Indústria manufatureira	140
Reflexões sobre o equilíbrio entre a produção e o consumo do trigo. Artigo mandado de Paris pelo Sr. P. de A. Lisboa.	Indústria manufatureira	141
A cultura do cacau no Brasil. manuscrito da Sociedade Auxiliadora.	Indústria manufatureira	143
Destruição dos pulgões da terra.	Indústria manufatureira	145
Reflexões sobre a colonização e a escravidão no Brasil. Pelo Sr. F. L. Cezar Burlamaque.	Variedades.	146
Sessão do dia 4 de agosto de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	158
Sessão do dia 12 de agosto de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	160
Sessão do dia 25 de agosto de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	162

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 5. Outubro de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Processo para separar o paládio dos outros metais com que se acha ligado.	Química.	165
Azul Thénerd.		169
Química agrícola. Artigo mandado de Paris pelo Sr. P. de A. Lisboa.		173
Emprego do exalato de alumina no fabrico do açúcar.	Indústria manufatureira	176
Meio de impedir que se formem crustas salinas nas caldeiras de vapor.	Indústria manufatureira	178
Modo fácil de construir poços e maus terrenos.	Indústria manufatureira	179
Afiadores de navalhas.	Indústria manufatureira	181
Convite da Sociedade Auxiliadora para uma exposição.		183
Importância da agricultura: meios para conseguir seu melhoramento. Artigo extraído do Correio Mercantil da Bahia.	Indústria agrícola.	186
Destruição das formigas.	Indústria agrícola.	191
Arte de nadar.	Variedades.	192
Segunda sessão em 1º de setembro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	197
3ª sessão em 15 de setembro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	198
Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro.		200

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 6. Novembro de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Nova química agrícola. Artigo extraído da Gazeta Oficial.	Química.	209
Cacau.	Indústria agrícola.	217
O açúcar do Brasil. artigo extraído do Monitor Campista.	Indústria agrícola.	221
Algumas idéias sobre o tratamento do boi.	Indústria agrícola.	223
Meio de se obter do leite uma grande quantidade de creme para a preparação da manteiga.	Indústria agrícola.	226
Polidores de resina laca.	Indústria manufatureira	227
Meio de reconhecer se uma barra de aço é idêntica em todas as suas partes.	Indústria manufatureira	228
Buchas de espingardas inflamáveis.	Indústria manufatureira	229
Reflexões sobre a colonização e a escravidão no Brasil. Pelo Sr. F. L. Cezar Burlamaque.	Variedades.	230
Sessão em 13 de outubro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	247

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 7. Dezembro de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Nova química agrícola. Artigo extraído da Gazeta Oficial.	Química.	250
Asfalto.	Indústria manufatureira	258
Aperfeiçoamento da goma elástica, por Mr. Hansck.	Indústria manufatureira	260
Algodão.	Indústria agrícola.	261
Algumas idéias sobre o tratamento do boi.	Indústria agrícola.	266
Reflexões sobre a colonização e a escravidão no Brasil. Pelo Sr. F. L. Cezar Burlamaque.	Variedades.	268
Sessão em 27 de outubro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	289
Sessão em 10 de novembro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	290

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 8. Janeiro de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Café.	Indústria agrícola.	293
Processo para tingir a seda, o algodão, o linho, e a lã com o azul da Prússia.	Indústria manufatureira	303
Reflexões sobre a colonização e a escravidão no Brasil. Pelo Sr. F. L. Cezar Burlamaque.	Variedades.	314
Sessão em 17 de novembro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	328
Sessão da Assembléia Geral em 10 de dezembro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	329
Sessão em 15 de dezembro de 1847.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	331

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 9. Fevereiro de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Café.	Indústria agrícola.	334
Sacarímetro de Mr. Soleil. Novo instrumento que se acha na coleção de máquinas da Sociedade Auxiliadora.	Indústria agrícola.	344
Primeira lição de economia industrial professada por Mr. Blanqui, em Paris, no dia 7 de setembro de 1847, redigida por P. de A. Lisboa.	Indústria comercial.	349
Reflexões sobre a colonização e a escravidão no Brasil. Pelo Sr. F. L. Cezar Burlamaque.	Variedades.	355
Sessão em 26 de janeiro de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	374

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 10. Março de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Abelhas.	Indústria agrícola.	373
Processo para dar-se o ondeado metálico na folha de Flandres.	Indústria manufatureira	385
Método de preparar e conservar as carnes por meio do fumeiro.	Indústria manufatureira	391
Reflexões sobre a colonização e a escravidão no Brasil. Pelo Sr. F. L. Cezar Burlamaque.	Variedades.	394
Sessão do dia 5 de fevereiro de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	416
Sessão do dia 29 de fevereiro de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	418

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 11. Abril de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Abelhas.	Indústria agrícola.	422
Memória sobre o mate ou sobre o chá congonha.	Indústria agrícola.	428
Necessidade e utilidade do estudo da instrução agrícola no Brasil.	Indústria agrícola.	433
Exposição da indústria belga no ano de 1847.	Indústria manufatureira	439
Remédio para as contusões e assaduras dos animais.	Notícias úteis.	446
Remédio para curar as feridas dos cavalos.	Notícias úteis.	446
Meio fácil de cortar as mos dos moinhos nas pedreiras.	Notícias úteis.	447
Meio fácil de cortar grandes pedras nas pedreiras.	Notícias úteis.	447
Reflexões sobre a colonização e a escravidão no Brasil. Pelo Sr. F. L. Cezar Burlamaque.	Variedades.	447
Prospecto.		454
Sessão em 15 de março de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	457
Sessão em 28 de março de 1848.	Sociedade Auxiliadora da	458

	Indústria Nacional.	

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 12. Maio de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Processo para dar-se o ondeado metálico na folha de Flandres. (continuação.).	Indústria manufatureira	461
Maneira de conservar e melhoras as qualidades naturais das madeiras. Extraído do Industrial Portuense.	Indústria manufatureira	467
Sobre o mate ou sobre o chá congonha.	Memória.	470
Necessidade de um instituto agrícola no Brasil.		473
Catálogo de sementes e raízes do Sr. J. Praxedes P. Pacheco.	Horticultura.	478
Horticultura em geral.	Horticultura.	481
Arte de nadar.	Variedades.	487
Sessão em 11 de abril de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	491

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 1. Junho de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Introdução.		3
Relatório apresentado ao ministro de instrução pública na França acerca do estudo da economia rural na Alemanha. Por M. F. Hoffer. (traduzido pelo sócio efetivo A. J. de Bem.).	Indústria agrícola.	9
Reflexões sobre os meios de acelerar a madureza dos frutos ao mesmo tempo melhorando-os em volume, gosto, e cheiro.	Indústria agrícola.	13
Sessão em 9 de maio de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	20
Sessão em 23 de maio de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	21
Sessão em 30 de maio de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	24

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 2. Julho de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Objetos que devem ser conhecidos por um jardineiro.	Indústria agrícola.	25
Arte veterinária.	Indústria agrícola.	30
Fabricação das flores de cera.	Indústria manufatureira	33
Construção dos tetos lisos.	Indústria manufatureira	36
Discurso recitado na sessão pública aniversária do dia 9 de julho de 1848, pelo exmo Sr Visconde de Abrantes, vice-presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ocupando nesta ocasião a cadeira da presidência.	Sociedade Auxiliadora.	41
Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional desde 21 de dezembro de 1844 até o fim de junho de 1848.		42
Discurso sobre colonização lido na sessão pública do dia 9 de julho, pelo sócio efetivo, membro do Conselho, o Sr. Theodoro Taunay.		53
Sessão do dia 15 de junho de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	60
Sessão da Assembléia geral do dia 15 de junho de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	62
Programa para a sessão aniversária do dia 9 de julho de 1848.		63

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 3. Agosto de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Influxo maléfico da revolução francesa sobre a indústria. Artigo enviado de Paris pelo Sr. Pedro de Alcântara Lisboa.	Indústria manufatureira	66
Representação a Assembléia Geral Legislativa sobre a necessidade da criação de uma escola de agricultura, com as bases do projeto para esta	Indústria agrícola.	70

criação, enviada ao Corpo Legislativo pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		
Bases de um projeto para a criação de uma escola de agricultura.	Indústria agrícola.	72
Aperfeiçoamento dos animais domésticos por meio do cruzamento de raças.	Indústria agrícola.	74
Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional desde 21 de dezembro de 1844 até o fim de junho de 1848. (continuação).		77
Sessão do Conselho de 27 de junho de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	93
Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Sessão aniversária do dia 9 de julho de 1848.		95

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 4. Setembro de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aperfeiçoamento dos animais domésticos por meio do cruzamento de raças.	Indústria agrícola.	97
Objetos que devem ser conhecidos por um jardineiro.	Indústria agrícola.	102
Modo de filtrar a água.	Indústria manufatureira	105
Novo aparelho hidráulico para lançar alicerces.	Indústria manufatureira	106
Importante aplicação da cortiça em pó.	Indústria manufatureira	107
Sessão da Assembléia Geral em 18 de julho de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	108
Sessão da Assembléia Geral do dia 4 de agosto de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	111
Sessão do Conselho do dia 8 de agosto de 1848.		112

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 5. Outubro de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Construção dos tetos lisos. (construção.).	Indústria manufatureira	113
Máquina de vapor para lavar.	Indústria manufatureira	121
Verniz para a louça.	Indústria manufatureira	121
Modo de pratear o marfim.	Indústria manufatureira	122
Processo para dar elasticidade ao corno.	Indústria manufatureira	122
Da natureza das terras e da sua ação sobre a vegetação.	Indústria agrícola.	123
Irrigação. Artigo extraído da Revista Americana.	Indústria agrícola.	127
Maneira de transportar árvores depois de grandes.	Indústria agrícola.	131
Sessão do Conselho do dia 23 de agosto de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	132
Sessão do dia 5 de setembro de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	134
Sessão do dia 15 de setembro de 1848.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	135
Prêmio proposto pela Sociedade.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	136

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 6. Novembro de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A química e suas aplicações à indústria, à fisiologia e a agricultura, por J. Liebig.	Indústria agrícola.	137
Da cultura e preparação do chá.	Indústria agrícola.	146
Qualidades da vaca de criação.	Indústria agrícola.	150
Fábrica de fiar e tecer o algodão em Valença. Extraída da Revista	Indústria	153

Americana da Bahia.	manufatureira	
Meio de distinguir o anil do azul da Prússia.	Indústria manufatureira	155
Tinta de ouro.	Indústria manufatureira	156
Tinta de prata.	Indústria manufatureira	157
Colonização. Extratos da importante obra- England and America – traduzidos por ordem do exmo. Sr. Conselheiro Antonio Paulino Limpo d’Abreu, ex-ministro dos negócios estrangeiros.	Variedades.	157
Sessão do Conselho do dia 10 de outubro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	166
Sessão do Conselho do dia 16 de outubro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	167

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 7. Dezembro de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A química e suas aplicações à indústria, á fisiologia e a agricultura, por J. Liebig.	Indústria agrícola.	169
Do milho.	Indústria agrícola.	177
Novidades industriais.	Indústria manufatureira	183
Meio para fixar os desenhos a lápis.	Indústria manufatureira	186
Nova máquina para torcer o ferro como se fosse de linho fino.	Indústria manufatureira	186
Meio para conhecer o vinho de cor artificial.	Indústria manufatureira	187
Colonização. Extratos da importante obra- England and America – traduzidos por ordem do exmo. Sr. Conselheiro Antonio Paulino Limpo d’Abreu, ex-ministro dos negócios estrangeiros.	Variedades.	188
Sessão do Conselho do dia 31 de outubro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	198
Sessão do Conselho do dia 15 de novembro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	199

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 8. Janeiro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Da cultura e preparação do chá.	Indústria agrícola.	201
Do milho.	Indústria agrícola.	208
Uma nova cor de bronze para tintas e impressão por M. C. . Kurtzs de Manchester.	Indústria manufatureira	216
Argamassa de Mr. Parch.	Indústria manufatureira	217
Aparelho para medir a corrente d’água.	Indústria manufatureira	218
Reflexões sobre o direito de propriedade.	Variedades.	219
Colonização. Extratos da importante obra- England and America – traduzidos por ordem do exmo. Sr. Conselheiro Antonio Paulino Limpo d’Abreu, ex-ministro dos negócios estrangeiros.	Variedades.	222
Sessão do Conselho do dia 5 de dezembro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	230
Sessão do Conselho do dia 5 de dezembro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	232

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 9. Fevereiro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a cultura das amoreiras e a criação do bicho da seda	Indústria agrícola.	233
Memória sobre a cultura da cochinilha e criação das cochinilhas.	Indústria agrícola.	243

Revista industrial de dezembro.	Indústria manufatureira	249
Aplicações úteis do asfalto.	Indústria manufatureira	252
Meio de impedir incrustações nas cadeiras de vapor.	Indústria manufatureira	253
Método de tornar legíveis as escrituras antigas.	Indústria manufatureira	254
Modo fácil de soldar o ferro em pedra.	Indústria manufatureira	255
Colonização. Extratos da importante obra- England and America – traduzidos por ordem do exmo. Sr. Conselheiro Antonio Paulino Limpo d’Abreu, ex-ministro dos negócios estrangeiros.	Variedades.	255
Sessão do Conselho do dia 16 de janeiro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	268
Sessão do Conselho do dia 30 de janeiro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	272

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 10. Março de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Observações sobre a fabricação do açúcar. Por Henrique Mitchell.	Indústria manufatureira	273
Da dessecação por meio de poços.	Indústria manufatureira	281
Revista industrial e agrícola de janeiro de 1849.	Indústria manufatureira	283
Aplicação do galvanismo para minar pedreiras.	Indústria manufatureira	285
Plantas alimentares.	Indústria manufatureira	285
Meteorologia aplicada a botânica, agricultura e silvicultura.	Indústria manufatureira	286
Memória sobre a cultura da cochonilha e criação das cochonilhas. (continuação.).	Indústria agrícola.	289
Colonização. Extratos da importante obra- England and America – traduzidos por ordem do exmo. Sr. Conselheiro Antonio Paulino Limpo d’Abreu, ex-ministro dos negócios estrangeiros. (continuação.).	Variedades.	297
Sessão do Conselho do dia 27 de fevereiro.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	300
Sessão do Conselho do dia 6 de março.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	303

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 11. Abril de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Processo para preparar e curtir a pele de diferentes animais.	Indústria manufatureira	305
Novo instrumento para avaliar pela dilatação as quantidades relativas de dois líquidos misturados.	Indústria manufatureira	317
Revista industrial e agrícola de fevereiro de 1849.	Indústria manufatureira	321
A serradela.	Indústria agrícola.	325
Fim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – como tem preenchido – como está – o seu futuro.		328
Sessão do Conselho do dia 27 de março.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	343

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 12. Maio de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Processo para preparar e curtir a pele de diferentes animais.	Indústria manufatureira	345
Revista industrial e agrícola de março.	Indústria	354

	manufatureira	
Notícia a cultura da anileira e fabricação do anil.	Indústria agrícola.	359
Colonização. Extratos da importante obra- England and America – traduzidos por ordem do exmo. Sr. Conselheiro Antonio Paulino Limpo d’Abreu, ex-ministro dos negócios estrangeiros. (continuação.).	Variedades.	366
Sessão do Conselho do dia 13 de abril.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	377

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 1. Junho de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Introdução.		3
Considerações sobre a meteorologia com relação a indústria.	Indústria manufatureira	7
Fabricação da potassa do sabão mole e do sabão líquido.	Indústria manufatureira	13
Iluminação da cidade do Rio de Janeiro por meio do gás.	Indústria manufatureira	17
Cultura e fabrico do chá.	Indústria agrícola.	24
Sessão do Conselho do dia 20 de abril de 1849	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	29
Sessão do Conselho do dia 11 de maio de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	30
Sessão do Conselho do dia 1º de junho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	32
Sessão do Conselho do dia 26 de junho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	33
Sessão do Conselho do dia 28 de junho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	35
Sessão do Conselho do dia 30 de junho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	37

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 2. Julho de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Carvão vegetal.	Indústria agrícola e rural.	41
Extração do anil.	Indústria agrícola e rural.	45
Se a teoria tem contribuído para progresso da agricultura.	Indústria agrícola e rural.	46
Revista industrial e agrícola de abril.	Indústria agrícola e rural.	51
Fabricação do açúcar.	Indústria manufatureira	54
Fabricação do vidro.	Indústria manufatureira	56
Cal hidráulica.	Indústria manufatureira	58
Juro dos capitais.	Indústria manufatureira	60
Algumas reflexões sobre tráfico.	Indústria manufatureira	61
Viagem a Goyaz por Mr. Augusto de St. Hilaire.	Variedades.	65
Sessão do Conselho do dia 7 de julho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	71
Sessão do Conselho do dia 14 de julho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	72
Sessão do Conselho do dia 21 de julho de 1849.	Sociedade	74

	Auxiliadora da Indústria Nacional.	
Sessão do Conselho do dia 27 de julho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	74

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 3. Agosto de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Algumas observações sobre o chá.	Indústria agrícola.	81
Cultura do cafeeiro em Jaava.	Indústria agrícola.	89
Combustíveis empregados na indústria.	Indústria manufatureira	91
Meio de cobrir de cobre o ferro.	Indústria manufatureira	95
Conservação das carnes alimentares pelo Sr. Gannal.	Indústria manufatureira	97
Aquecimento das caldeiras nos barcos a vapor.	Indústria manufatureira	101
Algumas considerações sobre a extração das substâncias gordurosas.	Indústria manufatureira	101
Causas e meios preventivos das explosões dos barcos a vapor.	Indústria manufatureira	105
Visgo marinho.	Indústria manufatureira	109
Notícia relativa ao açúcar.	Indústria manufatureira	110
Sessão da Assembléia Geral do dia 14 de julho de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	112
Sessão do Conselho do dia 21 de agosto de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	115
Sessão do Conselho do dia 27 de agosto de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	117

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 4. Setembro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Da propagação e cultura do chá na Província de S. Paulo.	Indústria agrícola e rural.	121
Meio de melhorar as condições vegetais dos animais.	Indústria agrícola e rural.	125
Observações sobre a cultura do tabaco.	Indústria agrícola e rural.	129
Breves reflexões sobre a fabricação das velas stearicas.	Indústria manufatureira	136
Extrato do pau Brasil.	Indústria manufatureira	141
Processo para tornar a água do mar e dos poços próprias para a lavagem de roupa.	Indústria manufatureira	142
Bancos para emissão de papéis de crédito, que circulam entre ou industriais e negociantes, por S. P. Ferreira.	Indústria manufatureira	145
Fabricação do carvão animal.	Indústria manufatureira	151
Preparação de sabonetes.	Variedades.	154
Sessão da Assembléia Geral do dia 7 de setembro de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	156
Sessão da Assembléia Geral do dia 10 de setembro de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	157
Sessão do Conselho do dia 17 de setembro de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	158
Sessão do Conselho do dia 24 de setembro de 1849.	Sociedade Auxiliadora da	159

	Indústria Nacional.	

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 5. Outubro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Utilidade de uma escola de agricultura.	Indústria agrícola e rural.	161
Memória sobre o novo processo de fabricação do ácido sulfúrico pelo Sr. Schneider.	Indústria manufatureira	165
Exposição da indústria na França.	Indústria manufatureira	169
Meio de dar a alguns metais a aparência de latão e bronze.	Indústria manufatureira	189
Tinta para marcar a roupa.	Indústria manufatureira	190
Tintas de diversas cores empregadas nas escrituras do comércio.	Indústria manufatureira	190
Processos para endurecer o gesso.	Indústria manufatureira	191
Meio de reconhecer as falsificações da farinha de trigo.	Indústria manufatureira	193
Para as notas de ferrugem e de tinta.	Indústria manufatureira	195
Verniz que aplicado a qualquer obra de madeira resiste a ação d'água a ferver.	Indústria manufatureira	196
Lavagem da seda preta.	Indústria manufatureira	198
Modo de furar o ferro.	Indústria manufatureira	198
Panos e estofos incombustíveis.	Indústria manufatureira	199

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 6. Novembro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sistemas de agricultura.	Indústria agrícola e rural.	201
Da população.	Indústria agrícola e rural.	205
Novo amassador inventado pelo Sr. Boland. – algumas observações do autor.	Indústria manufatureira	214
Nota sobre o copal, pelo Sr. Aubé.	Indústria manufatureira	217
Combustível necessário para a evaporação d'água.	Indústria manufatureira	218
Sobre o novo método de fabricar açúcar, descoberto pelo belga Melsens.	Indústria manufatureira	220
Turfa no Ingá, em Niterói.	Indústria manufatureira	222
Aplicação do cálculo infinitesimal a geometria.	Variedades.	225
A ciência na economia doméstica.	Variedades.	228
Meio de evitar o ranço no azeite.	Variedades.	231
Cobre estanhado.	Variedades.	231
Receita para tirar o cheiro de terebentina de um quarto pintado de fresco.	Variedades.	231
Preservativo contra a humidade nas paredes das casas feitas de novo.	Variedades.	232
Modo de conservar por muito tempo as flores depois de colhidas.	Variedades.	232

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 7. Dezembro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A substituição dos braços escravos pelos livres.	Indústria agrícola e rural.	234
Solos inutilizados.	Indústria agrícola e rural.	252
Processo expeditivo de fabricar vinagre.	Indústria manufatureira	254
O processo Melsen de produção de açúcar.	Indústria manufatureira	256

Tratado de química industrial do Sr. Payen.	Indústria manufatureira	259
Receita para tingir de preto a madeira.	Indústria manufatureira	264
Sessão do Conselho do dia 8 de outubro de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	266
Sessão do Conselho do dia 19 de dezembro de 1849.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	267

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 8. Janeiro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A substituição dos braços escravos pelos livres.	Indústria agrícola e rural.	273
Utilidade do plantio de árvores a beira de estradas e praças.	Indústria agrícola e rural.	283
Benefício das estradas, sua conservação, e encarregados deste trabalho.	Indústria agrícola e rural.	285
Vantagens do bambu e outra qualquer planta para ser empregada no plantio a beira de estradas e praças.	Indústria agrícola e rural.	287
Vários usos do bambu.	Indústria agrícola e rural.	290
Observações entre o bambu e o taquarussu e conclusão.	Indústria agrícola e rural.	291
A cessação do trafico de africanos.	Indústria agrícola e rural.	292
Fabricação do papel.	Indústria manufatureira	297
Ferro galvanizado.	Indústria manufatureira	302
Aparelho do Sr. Briet aplicado a preparação de bebidas gasosas.	Indústria manufatureira	304
Novo processo para curtir do Sr Turnbull.	Indústria manufatureira	306
Economia doméstica. Preservativo contra o bolor.	Variedades.	307
Conservação das substâncias animais e vegetais.	Variedades.	307
Modo de evitar que as moscas pousem na carne.	Variedades.	309
Conservação da carne.	Variedades.	309
Modo de conservar a carne salgada e seca ao fumo.	Variedades.	309
Receita para se conservar fresca a carne nos grandes calores.	Variedades.	310
Conservação do caldo.	Variedades.	310
Conservação dos ovos.	Variedades.	310
Conservação do leite.	Variedades.	310
Modo de conservar o azeite sem ranço.	Variedades.	311
Modo de conservar o leite anos inteiros.	Variedades.	311
Outra receita para o mesmo.	Variedades.	311
Excelente caldo que se pode fazer em menos de uma hora.	Variedades.	311
Outra receita.	Variedades.	311
Modo de tirar o mau sabor a manteiga.	Variedades.	312
Receita para lhe tirar o ranço.	Variedades.	312
Modo de conservar o trigo e preservá-lo do gorgulho.	Variedades.	312

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 9. Fevereiro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Utilidade da agronomia.	Indústria agrícola e rural.	313
Plantas inúteis.	Indústria agrícola e rural.	318
Cultura da cana nas colônias inglesas.	Indústria agrícola e rural.	320
Cultura do algodoeiro.	Indústria agrícola e rural.	332
Ensaio sobre a riqueza das nações, e refutação sobre os principais erros em economia política. Por Luiz Say.	Indústria manufatureira	336

Composição para substituir o mastique de mínio nos encaixes das máquinas de vapor, etc.	Indústria manufatureira	343
Considerações sobre o futuro da geração humana.	Variedades.	345
Meio de grudar as louças.	Variedades.	350
Papel próprio para desenferrujar aço e ferro.	Variedades.	350
Modo de limpar a folha de flandres.	Variedades.	351
Papel impermeável.	Variedades.	351
Cola econômica para o papel.	Variedades.	351
Meio fácil e expedito de soldar o ferro na pedra.	Variedades.	352
Gravura em aço.	Variedades.	352

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 10. Março de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Novo processo para extração do açúcar.	Indústria manufatureira	353
Algumas reflexões sobre as imigrações e colonos para o Brasil.	Indústria manufatureira	360
Enxofre.	Indústria manufatureira	369
Melhoramentos manufatureiros nos Estados Unidos em 1849.	Indústria manufatureira	374
A indústria nacional e a exposição de 1849.	Indústria manufatureira	380
Destilação da água do mar.	Indústria manufatureira	384

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 11. Abril de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória do Sr Melsens.	Indústria agrícola e rural.	385
A produção do café.	Indústria agrícola e rural.	389
A púrpura.	Indústria manufatureira	390
Ácido sulfúrico.	Indústria manufatureira	401
Comestíveis;	Higiene pública.	407
Resumo da primeira preleção de física feita no ensaio filosófico no dia 15 de abril de 1849. Por P. de A. Lisboa.	Variedades.	410
Caixas econômicas.	Variedades.	413
Lenhos próprios para tinturaria que se acham nas linhas de S. Tomé e Príncipe.	Variedades.	419
Sessão do Conselho do dia 16 de janeiro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	420
Sessão do Conselho do dia 23 de janeiro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	421

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 12. Maio de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O fabrico da pólvora.	Indústria manufatureira	425
O carvão.	Indústria manufatureira	436
O sistema métrico na Alemanha.	Indústria manufatureira	440
Plano de uma escola de agricultura.	Indústria agrícola e rural.	444
Variedades.	Variedades.	455

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 1. Junho de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Fabrico do açúcar.	Indústria agrícola e rural.	3

Tempo e modo de descobrir, colher e conservar os frutos.	Indústria agrícola e rural.	7
O açúcar na Rússia.	Indústria agrícola e rural.	9
A produção de açúcar de beterrabas na Rússia.	Indústria agrícola e rural.	14
Projeto substitutivo ao projeto sobre escola agrícola, formulado por uma comissão do Ginásio, oferecido como emenda pelo sócio P. de A. Lisboa.	Indústria agrícola e rural.	16
Estanho.	Indústria manufatureira	18
Ato para favorecer os progressos das artes úteis, e que revoga um ato anteriormente promulgado no Estado Unidos.	Indústria manufatureira	28
Ministério da Fazenda.	Indústria manufatureira	33
Discurso pronunciado no ginásio sobre o projeto da escola agrícola.	Variedades.	35
Comunicado.		40

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 2. Julho de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Breve indicação prática para criação do bicho da seda, em ponto pequeno.	Indústria agrícola.	41
Progresso na preparação do chá.	Indústria agrícola.	50
Para promover as artes é necessário animar a faculdade da invenção.	Indústria agrícola.	51
A repressão do tráfico.	Indústria agrícola.	59
Projeto de um estabelecimento agrícola que se deve fundar no município neutro, com os capitais de uma companhia, garantidos pelo governo, formulado pela comissão <i>ad hoc</i> do Ginásio Brasileiro.	Variedades.	65
O discurso que o Sr José Antonio do Valle Caldre e Fião fez a Comissão do Ginásio Brasileiro em sessão de 6 de abril de 1850.	Variedades.	72
Sessão da Assembléia Geral em 19 de junho de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	75
Sessão do dia 26 de junho de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	76
Sessão do dia 3 de julho de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	77
Sessão do Conselho do dia 3 de julho de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	80

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 3. Agosto de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Discurso proferido pelo exmo Sr visconde de Abrantes, na sessão do senado de 3 do corrente, por ocasião da discussão sobre terras devolutas e colonização.	Indústria agrícola.	81
Breve indicação prática para criação do bicho da seda, em ponto pequeno. (continuação.).	Indústria agrícola.	104
Discurso pronunciado no Ginásio pelo sócio Pedro de Alcântara Lisboa sobre a questão do tráfico e escravidão.	Variedades.	110
Sessão do Conselho do dia 15 de julho de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	114
Sessão do Conselho do dia 20 de julho de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	115

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 4. Setembro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Breve indicação prática para criação do bicho da seda, em ponto pequeno. (continuação.).	Indústria agrícola.	121
A cochonilha.	Indústria agrícola.	129
Observações sobre os diferentes sistemas protetores.	Indústria manufatureira	133
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria	138

	manufatureira	
Importância do ar atmosférico em relação a indústria.	Indústria manufatureira	145
Variedades.	Variedades.	148
Modo de consertar a louça.	Variedades.	150
Modo de purificar o azeite rançoso.	Variedades.	150
Modo de destruir as lagartas.	Variedades.	150
Sessão do Conselho do dia 3 de agosto de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	151
Sessão do Conselho do dia 21 de agosto de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	155
Sessão do Conselho do dia 5 de setembro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	156

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 5. Outubro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Breve indicação prática para criação do bicho da seda, em ponto pequeno. (continuação.).	Indústria agrícola.	161
Carta do Dr. Schmidt dirigida ao Encarregado de Negócios do Brasil em Hamburgo relativa à cultura do trigo.	Indústria agrícola.	166
Memória sobre a conveniência de adotar-se no Brasil o projeto de um estabelecimento agrícola, que foi formulado pela Sociedade.	Indústria agrícola.	171
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira	180
O fósforo e sua fabricação.	Indústria manufatureira	188
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	195
Novo instrumento de nivelamento.	Variedades.	199
Correspondência da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		199

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 6. Novembro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Continuação da memória do Sr. Valle Caldre e Fião. Pág. 100.	Indústria agrícola e rural.	202
Instrumentos aratórios.	Indústria agrícola e rural.	208
Curiosidade estatística.	Indústria agrícola e rural.	213
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira	218
Utilidade comparativa dos diversos sistemas de máquinas a vapor.	Indústria manufatureira	227
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	230
Correspondência da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		234
Sessão do Conselho do dia 18 de setembro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	235
Sessão do Conselho do dia 1 outubro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	236
Sessão do Conselho do dia 17 outubro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	238

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 7. Dezembro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Continuação da memória do Sr. Valle Caldre e Fião.	Indústria agrícola e rural.	242
A criação dos bichos da seda.	Indústria agrícola e rural.	249
Carta do Sr doutor Schmidt ao Ministro do Brasil nas cidades Asiáticas relativa ao tratamento do algodão, a cultura de alguns cereais e outros	Indústria agrícola e rural.	252

objetos de interessante de nossa indústria agrícola.		
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira	255
Utilidade comparativa dos diversos sistemas de máquinas a vapor.	Indústria manufatureira	263
Novo salinometro.	Indústria manufatureira	268
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	270
Noticias sobre a iluminação a gás.	Variedades.	274
Sessão do Conselho do dia 4 de novembro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	275
Sessão do Conselho do dia 18 de novembro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	277
Post scriptum.		

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 8. Janeiro de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Continuação da memória do Sr. Valle Caldre e Fião.	Indústria agrícola e rural.	281
Ensaio sobre a história das plantas úteis do Brasil, pelo Sr Braz da Costa Rubim.	Indústria agrícola e rural.	289
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira	294
Do emprego do sangue dos animais na fabricação do azul da Prússia. Pelo Sr Dr. Fl L. C. Burlamaque.	Indústria manufatureira	301
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	306
Relatório da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no decurso do ano fundo de 1850, enviado ao governo imperial em cumprimento do aviso do ministério do império de 5 de dezembro do dito ano.	Variedades.	314
Sessão do Conselho do dia 3 de dezembro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	318
Sessão do Conselho do dia 19 de dezembro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	319

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 9. Fevereiro de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Novo sistema de irrigação interior por correntes de ar, de água e de calor através do solo e das raízes mesmo das plantas.	Indústria agrícola e rural.	321
Comparação entre o custo do trabalho escravo e do trabalho livre.	Indústria agrícola e rural.	324
Emprego das substâncias animais na cultura das terras.	Indústria agrícola e rural.	326
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira	330
Utilidade comparativa dos diversos sistemas de máquinas a vapor.	Indústria manufatureira	337
Da alcalimetria ou dos meios próprios para reconhecer o grão de riqueza em álcali puro nas potassas, sodas, lixívia, cinzas, e em geral nas substâncias alcalinas.	Indústria manufatureira	338
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	342
Pensamentos morais e filosóficos sobre o trabalho, de Mr. De Saint-Aignan.	Variedades.	348
Meios de reconhecer a falsificação do vinagre pelos ácidos e pelas substâncias azedas.	Variedades.	349
Meios de afugentar e destruir as formigas.	Variedades.	351
Correspondência da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Variedades.	352
Sessão do Conselho do dia 2 de janeiro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	354
Sessão do Conselho do dia 15 de janeiro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	358

Sessão Extraordinária do Conselho do dia 22 de janeiro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	360
Post-escriptum.		360

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 10. Março de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a posição social dos veterinários civis e militares em diferentes países da Europa, pelo Sr José Ignácio Garcia.	Indústria agrícola e rural.	361
Considerações sobre a cultura e usos do gira-sol.	Indústria agrícola e rural.	368
Agricultura.	Indústria agrícola e rural.	370
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira e artística.	377
Potassa, soda e salitre. Pelo Sr Dr. F. L. C. Burlamaque.	Indústria manufatureira e artística.	384
Meios práticos de se conhecer a qualidade da potassa.	Indústria manufatureira e artística.	398
Sessão do Conselho do dia 1 de fevereiro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	400

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 11. Abril de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	401
Breve revista sobre a história, o estado atual e os princípios da agricultura.	Indústria agrícola e rural.	407
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira e artística.	410
O trabalho, a permuta e a distribuição de riqueza.	Indústria manufatureira e artística.	419
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	425
Agricultura alterna na Alemanha, por W. A. Kreyssig.	Variedades.	431
Meio de grudar a louça.	Variedades.	433
Modo de limpar a folha de flandres.	Variedades.	433
Sessão do Conselho do dia 15 de fevereiro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	434
Sessão do Conselho do dia 15 de março de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	435
Sessão do Conselho do dia 1 de abril de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	437

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 12. Maio de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	441
Breve revista sobre a história, o estado atual e os princípios da agricultura.	Indústria agrícola e rural.	444
A repressão do tráfico e a colonização.	Indústria agrícola e rural.	452
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira e artística.	455
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	465
Sessão do Conselho do dia 15 de abril de 1851.	Sociedade Auxiliadora da	470

	Indústria Nacional.	
Sessão do Conselho do dia 5 de maio de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	473
Post-scriptum.		475

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 13. Junho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Observações sobre o cultivo e o tratamento do tabaco do Brasil e sua posição atual e provável nos mercados da Europa, dedicadas aos senhores fazendeiros do Brasil. pelo senhor João Diogo Sturz.	Indústria agrícola e rural.	481
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira e artística.	487
A liberdade nos Estados Unidos.	Variedades.	496
Sessão da Assembléia Geral do dia 17 de outubro de 1850.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	503
Sessão do Conselho do dia 15 de maio de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	504

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 1. Julho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Arroz: sua cultura, utilidades e inconvenientes.	Indústria agrícola e rural.	1
Trabalho livre.	Indústria agrícola e rural.	6
Composição de tintas.	Indústria manufatureira e artística.	14
O império do Brasil e a sociedade brasileira em 1850.	Variedades.	19
Adesão.	Variedades.	24
Sessão do Conselho do dia 2 de junho de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	28
Sessão da Assembléia Geral do dia 17 de junho de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	29

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 2. Agosto de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Descrição sucinta de algumas madeiras mais conhecidas no mercado da cidade do Desterro, capital da província de Santa Catarina. Memória, por M. J. de Almeida Couto.	Indústria agrícola e rural.	33
Observações gerais sobre o tabaco.	Indústria agrícola e rural.	40
Eterização dos casulos de seda.	Indústria agrícola e rural.	48
Composição de tintas. (continuação).	Indústria manufatureira e artística.	50
Combustíveis.	Indústria manufatureira e artística.	56
O império do Brasil e a sociedade brasileira em 1850.	Variedades.	60
Sessão do Conselho do dia 1 de julho de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	64
Sessão do Conselho do dia 1 de agosto de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	65
Sessão do Conselho do dia 17 de agosto de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	67
Post-scriptum.		68

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 3. Setembro de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Descrição sucinta de algumas madeiras mais conhecidas no mercado da cidade do Desterro, capital da província de Santa Catarina. Memória, por M. J. de Almeida Couto. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	73
Importância do gado lanífero na agricultura.	Indústria agrícola e rural.	80
Sinais pelos quais se pode reconhecer se uma árvore tem chegado ao seu máximo crescimento, ou se já se acha em estado de decadência.	Indústria agrícola e rural.	86
Exposição universal da indústria de Londres.	Indústria agrícola e rural.	89
Combustíveis. (continuação.).	Indústria manufatureira e artística.	99
O império do Brasil e a sociedade brasileira em 1850. (continuação.).	Variedades.	105
Sessão do Conselho do dia 27 de agosto de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	109
Sessão do Conselho do dia 1 de setembro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	110

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 4. Outubro de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Descrição sucinta de algumas madeiras mais conhecidas no mercado da cidade do Desterro, capital da província de Santa Catarina. Memória, por M. J. de Almeida Couto. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	113
Dos climas e sua influencia na agricultura.	Indústria agrícola e rural.	121
Descoberta importante. Novo chá feito das folhas do café.	Indústria agrícola e rural.	126
Aparelhos empregados no fabrico do açúcar.	Indústria agrícola e rural.	127

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 5. Novembro de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O chá de folhas de café.	Indústria agrícola e rural.	153
Provir da indústria do algodão na Inglaterra.	Indústria agrícola e rural.	162
Sessão do Conselho do dia 15 de setembro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	188
Sessão do Conselho do dia 4 de novembro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	191
Sessão do Conselho do dia 15. de novembro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	191
Post-scriptum.		192

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 6. Dezembro de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Texto da redação.	Indústria agrícola e rural.	193
Notas desconexas sobre a exposição universal das nações em Londres.	Indústria manufatureira e artística.	197
Exposição universal da indústria.	Indústria manufatureira e artística.	206
O império do Brasil e a sociedade brasileira em 1850. (continuação.).	Variedades.	220
Sessão do Conselho do dia 1 de dezembro de 1851.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	230

Post-scriptum.		232

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 7. Janeiro de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Utilidade das estradas de ferro e sua urgente necessidade no Brasil.	Indústria agrícola e rural.	233
O chá de folhas de café.	Indústria agrícola e rural.	236
Carta dirigida ao Sr João Diogo Stutz pelo Sr Dr. Van-Der-Corput.	Indústria agrícola e rural.	236
A emancipação gradual e compensada da escravatura considerada como meio de obter que a colonização torne espontânea.	Indústria agrícola e rural.	243
Carta do Sr padre Manoel Joaquim da Paixão.	Indústria agrícola e rural.	256
Exposição universal da indústria em Londres.	Indústria manufatureira e artística.	260

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 8. Fevereiro de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Utilidade das estradas de ferro e sua urgente necessidade no Brasil. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	273
Algumas considerações acerca da Circular de 15 de outubro de 1850. Opiniões emitidas nas respostas que deram alguns convidados a fazerem parte da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; observações acerca destas opiniões.	Indústria agrícola e rural.	279
Agricultura e indústria.	Indústria agrícola e rural.	286
Exposição universal da indústria em Londres.	Indústria manufatureira e artística.	288
Maneira de tingir seda, lã e algodão.	Indústria manufatureira e artística.	296
O eletromagnetismo associado ao vapor nos caminhos de ferro.	Indústria manufatureira e artística.	302
O império do Brasil e a sociedade brasileira em 1850. (conclusão.).	Variedades.	307
Sessão do Conselho do dia 2 de janeiro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	310
Sessão do Conselho do dia 15 de janeiro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	312

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 9. Março de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Utilidade das estradas de ferro e sua urgente necessidade no Brasil. (conclusão.).	Indústria agrícola e rural.	313
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria agrícola e rural.	319
A colonização.	Indústria agrícola e rural.	323
Considerações sobre a colonização, de Carlos Perrel Gentil.	Indústria agrícola e rural.	330
Cera vegetal.	Variedades.	345
Relatórios dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dirigidos ao ministro do império.		346
Sessão do Conselho do dia 3 de fevereiro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	348
Sessão do Conselho do dia 16 de fevereiro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	350
Advertência.		351
Máquinas.		352

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 10. Abril de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A colonização. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	353
Estudos e observações sobre a colônia do ilmo e exmo Sr Senador Vergueiro, estabelecida no ibicaba, perto da Limeira, na província de S. Paulo.	Indústria agrícola e rural.	358
Descrição da colônia fundada pelo exmo Sr Senador Vergueiro, e seu filho, o Sr José Vergueiro.	Indústria agrícola e rural.	362
A agricultura.	Indústria agrícola e rural.	365
A fabricação das substâncias fertilizadoras, modificadoras e estimulantes das terras.	Indústria agrícola e rural.	373
O eletromagnetismo como força motriz.	Indústria manufatureira e artística.	380
A fabricação da manteiga e do queijo.	Indústria manufatureira e artística.	384
O leite.	Indústria manufatureira e artística.	388
Sessão do Conselho do dia 1 de março de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	390
Sessão do Conselho do dia 15 de março de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	391
Sessão do Conselho do dia 1 de abril de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	391

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 11. Maio de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A colonização. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	393
A agricultura. Estrumes. (Continuação.).	Indústria agrícola e rural.	407
A fabricação da manteiga e do queijo.	Indústria manufatureira e artística.	419
Da fabricação da conserva de leite.	Indústria manufatureira e artística.	423
Maneira de tingir seda, lã e algodão.	Indústria manufatureira e artística.	424
Sessão do Conselho do dia 15 de abril de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	428
Sessão do Conselho do dia 4 de maio de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	430
Distribuição de sementes.		432

Índice do Volume 6 – Nova série – Número 12. Junho de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A colonização. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	433
A agricultura. Estrumes. (Continuação.).	Indústria agrícola e rural.	445
O relatório do ilmo e exmo Sr Dr. José Thomaz Nabuco de Araujo Digníssimo Presidente de S. Paulo.	Variedades.	449
Distribuição das sementes.	Variedades.	457

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 1. Julho de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 15 de maio de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	1
Sessão do Conselho do dia 2 de junho de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	3
Sessão do Conselho do dia 15 de junho de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	6
Sessão da Assembléia Geral do dia 28 de junho de junho1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	7
Orçamento para o ano social de 1852 a 1853 votado na assembléia geral de 28 de junho de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	10
A colonização. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	13
Método de dar novas cores e aroma as flores.	Floricultura.	27
Fabricação da manteiga.	Indústria agrícola e rural.	30
Maneira de tingir seda, lã e algodão.	Indústria manufatureira e artística.	31
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		34

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 2. agosto de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		35
Sessão do Conselho do dia 1 de junho de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	35
Sessão do Conselho do dia 15 de junho de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	37
Sessão do Conselho do dia 2 de agosto de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	40
Sessão do Conselho do dia 16 de agosto de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	42
Brevíssimas considerações acerca das vantagens gerais das estradas de ferro e sua influência sobre a agricultura, o tráfico, a colonização, a conservação das florestas, a riqueza e a segurança pública.	Indústria agrícola e rural.	45
A colonização. (conclusão.).	Indústria agrícola e rural.	53
Reflexões.	Indústria agrícola e rural.	55
A incubação artificial. Chocador aperfeiçoado.	Indústria agrícola e rural.	59
Observação sobre a cultura e fabricação do chá da China.	Indústria agrícola e rural.	62
Modo de tirar das terras montanhosas, incultas, o maior lucro com a menor despesa possível.	Indústria agrícola e rural.	71
Arroteação agrária.	Indústria agrícola e rural.	73

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 3. Setembro de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		75
Sessão do Conselho do dia 1 de setembro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	75
Missão especial do império do Brasil nas repúblicas do oceano pacífico.		78
Quais são os meios que devem ser empregados para se chamar ao Brasil	Indústria agrícola e	80

uma colonização espontânea?	rural.	
Das condições naturais necessárias para o cultivo do chá.	Indústria agrícola e rural.	87
Parecer sobre o aparelho de fazer açúcar de Thomaz Pedreira Geremoabo.	Indústria manufatureira e artística.	94

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 4. Outubro de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		115
Sessão do Conselho do dia 15 de setembro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	115
Quais são os meios que devem ser empregados para se chamar ao Brasil uma colonização espontânea?	Indústria agrícola e rural.	119
Das condições naturais necessárias para o cultivo do chá. (conclusão.).	Indústria agrícola e rural.	128
Fabricação da manteiga e queijo.	Indústria agrícola e rural.	134
A Indústria manufatureira da colônia de São Leopoldo.	Indústria agrícola e rural.	143
Economia doméstica.	Variedades.	145
Deveres, trabalho e divertimentos particulares de uma esposa.	Variedades.	148
Sapatos de galgar léguas.	Variedades.	152
Origem dos cafés na França.	Variedades.	153

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 5. Novembro de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		155
Sessão do Conselho do dia 16 de outubro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	155
Sessão do Conselho do dia 3 de novembro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	160
Economia política.	Indústria agrícola e rural.	164
Quais são os meios que devem ser empregados para se chamar ao Brasil uma colonização espontânea?	Indústria agrícola e rural.	168
Agricultura.	Indústria agrícola e rural.	175
O arcano de stoll.	Indústria manufatureira e artística.	192

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 6. Dezembro de 1852.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		196
Sessão do Conselho do dia 15 de novembro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	196
Conclusão do extrato do relatório do exmo Sr presidente da província do Rio de Janeiro.	Indústria agrícola e rural.	197
Quais são os meios que devem ser empregados para se chamar ao Brasil uma colonização espontânea?	Indústria agrícola e rural.	204
Fabricação da manteiga.	Indústria agrícola e rural.	215
O arcano de stoll.	Indústria agrícola e rural.	222
Economia doméstica.	Variedades.	223
Estrada de ferro.	Variedades.	233
Aviso.		234

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 7. Janeiro de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página

Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		235
Sessão do Conselho do dia 15 de novembro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	235
Sessão do Conselho do dia 16 de dezembro de 1852.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	237
O ano de 1852.	Indústria agrícola e rural.	242
Processos agrícolas.	Indústria agrícola e rural.	245
Memória sobre o cultivo do milho no México, escrita pelo Sr Dr. Luiz de La Rosa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Washington.	Indústria agrícola e rural.	251
Caixas econômicas.	Variedades.	268

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 8. Fevereiro de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		275
Sessão do Conselho do dia 19 de janeiro de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	275
Memória sobre o cultivo do milho no México. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	281
Método vantajoso de arrebentar pedras.	Indústria agrícola e rural.	298
Os moinhos excêntricos de Bogard.	Indústria agrícola e rural.	302
A gutta-percha.	Indústria agrícola e rural.	312

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 9. Março de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		315
Sessão do Conselho do dia 1 de março de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	315
Ofício do exmo senhor do império.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	321
Relatório que a Sociedade mandou ao exmo senhor do império.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	322
Notícia abreviada sobre a batata da cajazeira.	Indústria agrícola e rural.	326
Processos agrícolas.	Indústria agrícola e rural.	329
Memória sobre o cultivo do milho no México. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	331
Formigas.	Indústria agrícola e rural.	348
Extrato da resposta do Sr Serapião.	Indústria agrícola e rural.	350
Diretório para o emprego da massa para matar formigas.	Indústria agrícola e rural.	351
Relatório dirigido ao exmo senador presidente da província pelo senador nogueira da gama.	Indústria agrícola e rural.	352

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 10. Abril de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		355
Sessão do Conselho do dia 15 de março de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	355
Sessão do Conselho do dia 1 de abril de 1853.	Sociedade Auxiliadora da	357

	Indústria Nacional.	
Progressos agrícolas.	Indústria agrícola e rural.	362
Memória sobre o cultivo do milho no México. (continuação.).	Indústria agrícola e rural.	370
Extração das matérias minerais nos trabalhos de mineração subterrânea, e na pedreira, por meio da pólvora e do fogo, quer nos terrenos secos, quer nos terrenos cobertos d'água.	Indústria manufatureira e artística.	380
Dissolução da goma elástica e da gutta-percha.	Indústria manufatureira e artística.	385
Chapéus impermeáveis.	Indústria manufatureira e artística.	386
Emprego de vapor para apagar incêndios.	Variedades.	388
Multiplicação da dália por sementes.	Variedades.	389

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 11. Maio de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		395
Sessão do Conselho do dia 16 de abril de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	395
Progressos agrícolas.	Indústria agrícola e rural.	398
Memória sobre o cultivo do milho no México. (conclusão.).	Indústria agrícola e rural.	402
Influência que sobre a civilização exerce o transporte aperfeiçoado.	Indústria agrícola e rural.	414
O tabaco do Brasil nos mercados de Hamburgo e Bremen.	Indústria manufatureira e artística.	428
O algodão herbáceo.	Indústria manufatureira e artística.	434

Índice do Volume 1 – Nova série – Número 12. Junho de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		435
Sessão do Conselho do dia 17 de maio de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	435
Distribuição das sementes.	Indústria agrícola e rural.	444
As vantagens da cultura da planta que fornece o mate, de formação da árvore desta planta, e do melhoramento da fabricação do chá mate.		446
Progresso do magnetismo na Europa.	Variedades.	451
Relação dos membros que pertencem a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	457

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 1. Julho de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		476
Sessão do Conselho do dia 17 de junho de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	476
Sessão do Conselho do dia 1 de julho de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	483
Sessão do Conselho do dia 15 de julho de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	484
O sistema de parceria.	Indústria agrícola e rural.	487

A fabricação do anil.	Indústria manufatureira e artística.	495
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira e artística.	502

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 2. agosto de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		33
Sessão do Conselho do dia 1 de agosto de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	33
Assembléia geral em 17 de agosto de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	36
A sociedade progressiva da vila de São Leopoldo.	Indústria agrícola e rural.	41
A cultura do tabaco na linha de Cuba.	Indústria agrícola e rural.	43
Exposição universal de Dublin.	Indústria manufatureira e artística.	50

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 3. Setembro de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		73
Sessão do Conselho do dia 1 de Setembro de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	73
Sessão do Conselho do dia 15 de Setembro de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	77
Uma escola normal agrícola.	Indústria agrícola e rural.	79
Discurso pronunciado pelo diretor da quinta normal de agricultura, Dom Luiz Sada de Carlos.	Indústria agrícola e rural.	81
Exposição universal de Dublin. (continuação.).	Indústria manufatureira e artística.	88
Preparação do café.	Indústria manufatureira e artística.	100
Método de desinfecção das cloacas.	Indústria manufatureira e artística.	109
Método de decompor o clorureto de prata, de C. Bruner.	Indústria manufatureira e artística.	111

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 4. Outubro de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		114
Sessão do Conselho do dia 1 de Outubro de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	114
Sessão do Conselho do dia 15 de Outubro de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	118
Progressos agrícolas.	Indústria agrícola e rural.	121
Conselho administrativo da Associação Catarinense Promotora do Comércio, Agricultura e Artes, ano social de 1853.	Indústria agrícola e rural.	125
A cultura do tabaco na linha de Cuba.	Indústria agrícola e rural.	126
Exposição universal de Dublin. (continuação.).	Indústria	134

	manufatureira e artística.	
O moinho de vento para fazer subir a água a grandes alturas, e explicação do desenho dos moinhos aplicados nas estações das estradas de ferro na Alemanha.	Indústria manufatureira e artística.	141
Relatório do presidente da província do Maranhão.	Variedades.	149

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 5. Novembro de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		154
Sessão do Conselho do dia 3 de novembro de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	154
Uma escola normal agrícola.	Indústria agrícola e rural.	160
O forno aerotermo de Roland e o amassador mecânico.	Indústria manufatureira e artística.	168
Relatório favorável da academia das ciências.	Indústria manufatureira e artística.	173
Forno a ar quente e solo gigante.	Indústria manufatureira e artística.	175
Relatório do presidente da província do Maranhão. (conclusão.).	Variedades.	177
Novo método de lavar roupa.	Variedades.	189
Conservação das penas de aço.	Variedades.	190
Boa tinta para o uso com penas de aço.	Variedades.	190
Método de transportar pinturas e desenhos litográficos ou de chapas de cobre sobre madeira.	Variedades.	191
Verniz sem cor.	Variedades.	192

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 6. Dezembro de 1853.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos senhores fazendeiros e homens industriais.		193
Sessão do Conselho do dia 15 de novembro de 1853.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	193
O algodão.	Indústria agrícola e rural.	196
Colonização.	Indústria agrícola e rural.	222
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira e artística.	229

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 7. Janeiro de 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 16 de janeiro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	233
Relatório que a Sociedade enviou por intermédio do seu secretário perpétuo, ao exmo senador ministro do império.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	239
Notícias agrícolas.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	246
Colonização. (conclusão.).	Indústria agrícola e rural.	250
Tabaco.	Indústria agrícola e rural.	252
A máquina de coser.	Indústria manufatureira e artística.	261
Cola fluida.	Variedades.	271

Para os relojoeiros.	Variedades.	272

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 8. Fevereiro de 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de fevereiro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	274
Sessão do Conselho do dia 17 de fevereiro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	276
A retirada do senador Dr. Burlamaque como secretário perpétuo e a eleição e posse do seu sucessor, o senador Dr. Manoel d'Oliveira Fausto.	Indústria agrícola e rural.	281
Riquezas minerais.	Indústria agrícola e rural.	286
Tabaco.	Indústria agrícola e rural.	288
A indústria da porcelana na França.	Indústria manufatureira e artística.	296
Iluminação a gás e caminho de ferro subterrâneo.	Indústria manufatureira e artística.	308
O açúcar no mar.	Indústria manufatureira e artística.	309
Camélia azul, uma aplicação da indústria.	Indústria manufatureira e artística.	310
Progressos artísticos.	Indústria manufatureira e artística.	311

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 9. Março de 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 2 de março de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	254
Memória sobre a colonização alemã oferecida a S. M. Imperial pelo cavaleiro A. F. Rademaker, cônsul geral na Bélgica.	Indústria agrícola e rural.	262
O café na província do Rio de Janeiro.	Indústria agrícola e rural.	273
O gás hidrogênio.	Indústria manufatureira e artística.	280
Da indústria da porcelana na França.	Indústria manufatureira e artística.	284
Descrição de uma máquina para ralar raízes, como as da mandioca.	Indústria manufatureira e artística.	289

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 10. Abril de 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de abril de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	294
Sessão do Conselho do dia 18 de abril de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	307
Informações mandadas ao Senador Berlink sobre a indústria da seda.	Indústria agrícola e rural.	312
O motor a calórico de Ericson.	Indústria manufatureira e artística.	317
Da indústria da porcelana na França. (conclusão.).	Indústria manufatureira e	321

	artística.	
Extinção das formigas.	Indústria manufatureira e artística.	332

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 11. Maio de 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de maio de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	334
Sessão do Conselho do dia 18 de maio de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	335
Trabalhos das comissões versando sobre a Exposição Universal de Paris em 1855.		337

Índice do Volume 2 – Nova série – Número 12. Junho de 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de junho de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	374
A nossa despedida pelo redator.	Variedades.	382
Exterminação das formigas.	Variedades.	387
Lista dos sócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	Variedades.	388

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 1. Julho de 1854. Os seguintes números não possuem separação de datas.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Introdução.		3
Indústria.		12
Ciência florestal.		17
Primeira parte. Produção florestal.		18
Aplicação do vapor a agricultura.		41
Da cultura das terras no Brasil.		50
Ciência florestal. (continuação.).		57
Ciência florestal. (continuação.).		81

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 2. Sem data. 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 16 de junho de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	85
Sessão do Conselho do dia 1 de julho de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	91
Sessão do Conselho do dia 1 de agosto de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	93
Sessão do Conselho do dia 17 de agosto de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	97
Resenha estatística da lavoura do Maranhão. Pelo major José Fortunato Madail.		103
Floricultura e horticultura.	Indústria agrícola	107
Cultura do trigo.	Indústria agrícola	109
As terras virgens e cansadas do Brasil.	Variedades.	117

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 3. Sem data. 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de setembro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	121
Sessão do Conselho do dia 15 de setembro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	124
Sessão do Conselho do dia 2 de outubro de 1854.	Sociedade	127

	Auxiliadora da Indústria Nacional.	
Sessão do Conselho do dia 16 de outubro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	128
Correspondência.	Indústria agrícola	131
Riquezas minerais do Brasil.	Indústria manufatureira e artística.	134
Os prados.	Variedades.	143
Quinoa.	Variedades.	160

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 4. Sem data. 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 3 de novembro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Sessão do Conselho do dia 16 de novembro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	167
Fabricação dos queijos da Holanda, de Gruyère, parmesão e de Brie.	Indústria fabril.	184
Fabricação dos ácidos sulfúrico, nítrico e hidrolórico, e da soda artificial.	Indústria manufatureira.	190
Pedras artificiais.	Variedades.	199

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 5. Sem data. 1854.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de dezembro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	201
Sessão do Conselho do dia 18 de dezembro de 1854.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	202
Plano de uma vasta empresa agrícola, pelo Sr Taison.		204
Plano de uma vasta exploração agrícola na província do Rio de Janeiro.		210
O farol agrícola e industrial.		217
Considerações gerais sobre a agricultura tropical. Necessidade do estrume e rotação das plantas.		221
Agricultura do trigo.		228
Produção da parafina como matéria para velas pela destilação do carvão de pedra schistoso.		239
Cultura das batatas;		239

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 6. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 15 de janeiro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	241
Exposição universal de Paris.		242
Notícia sobre método de cultura sem estrume.		247
A grande e pequena cultura.		248
Extração da borracha.		250
Preparo da borracha.		252
A criação das abelhas entre os trópicos.		255
Da cultura melhoradora.		259
Ciência florestal. Segunda parte.		264

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 7. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 15 de fevereiro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	281
Descrições de uma máquina de rolar mandioca que possui a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		282
Da introdução do arroz no pão.		286

Do adubo nas terras.		289
Exposição universal de Paris.		297
Ciência florestal. (continuação.).		304
Indústria fabril. Artes cerâmicas.	Variedades.	313

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 8. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de março de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	321
Sessão do Conselho do dia 16 de março de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	324
Expediente da Sociedade Auxiliadora durante o ano de 1854.		326
Princípios da nutrição das plantas;		329
Dos progressos recentes da mecânica agrícola.		339
Lã vegetal tirada das folhas do pinheiro silvestre.		344
Queijo de família.	Variedades.	348
Indústria fabril. Artes cerâmicas. (continuação.).	Variedades.	349

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 9. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 16 de abril de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	361
Da estabulação permanente.	Economia rural.	363
Da oliveira e de seus produtos.	Indústria agrícola.	366
Indústria fabril. Artes cerâmicas. (continuação.).	Variedades.	375
Bibliografia.	Variedades.	381
Ensaio sobre a economia rural da Inglaterra, Escócia e Irlanda, por Leonce Lavergne, do instituto de Versailles.	Variedades.	383
Azeite de caroços de algodão.	Variedades.	391
Perda em peso do café pela torrefação.	Variedades.	392
Preparação do cal.	Variedades.	393

Índice do Volume 3 – Nova série – Número 10. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de maio de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	401
Sessão do Conselho do dia 15 de maio de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	405
Estrada de ferro. D. Pedro Segundo.		409
A agricultura no Peru.		411
Desenvolvimento agrícola e industrial na Argélia.		419
Indústria fabril. Artes cerâmicas.		424
A máquina de ralar mandioca.		430
Preparação do cal. (continuação.).	Variedades.	432
Cultura de plantas industriais.		438
Pescaria tintorial, ou sempre noiva dos tintureiros.		440

Índice do Volume 3 – Nova série – Números 11 e 12. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de junho de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	441
Sessão do Conselho do dia 15 de junho de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	442
Sessão do Conselho do dia 22 de junho de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	444
Correspondência.		446
Cultura do sorgho (planta do açúcar.).		448

Das maquinas agrícolas mais bem aperfeiçoadas de alguns países.		451
Concurso geral agrícola.		457
Relação dos sócios da Sociedade.		460

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 1. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da Assembléia geral do dia 24 de julho de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	3
Inauguração da exposição universal da indústria e das belas-artes em Paris.		27
Revista bibliográfica. Janeiro e fevereiro de 1855.		33
Da escolha das vacas de leite.	Economia rural.	37

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 2. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do Conselho do dia 1 de agosto de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	41
Notas sobre o parecer da comissão de ensaios e análises químicas acerca dos despejos urbanos.		47
Sessão da do Conselho do dia 17 de agosto de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	52
Memória sobre a Associação Colonial do Rio Novo, oferecida a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pelo seu sócio efetivo, e fundador da mesma Associação, o major Caetano Dias da Silva.		57
Estatutos da Associação Colonial do Rio Novo		65
Ciências aplicadas. Revolução na arquitetura pelo emprego do zinco.		75
Vantagens que resultam das máquinas;		80

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 3. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da do Conselho do dia 1 de setembro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	81
Sessão da do Conselho do dia 15 de setembro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	84
Projetos de estatutos para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.		86
Agricultura no Brasil.		94
Relatório apresentado a presidência da província das Alagoas pelo Dr. Manoel Rodrigues Leite e Oiticica em comissão ao município de Itaguaí na província do Rio de Janeiro.		111
Cultura da cana de açúcar.		113
Concurso universal de animais reprodutores franceses e estrangeiros.		118

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 4. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da do Conselho do dia 1 de outubro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	121
Riquezas minerais do Brasil.		122
O pau breu.	Variedades.	152
Concurso de animais reprodutores.		155
Revista bibliográfica. Maio e junho de 1855.		158

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 5. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da do Conselho do dia 15 de outubro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Sessão da do Conselho do dia 15 de novembro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	162

As máquinas a vapor apresentadas na exposição universal de Paris.	Agricultura.	171
Economia rural na Inglaterra.		180
Ofício dirigido ao governo do ceará em que se mostra a propriedade do município de Crato, para a cultura do chá e plantação das amoreiras.		188
Exposição universal de Paris.		195

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 6. Sem data. 1855.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da do Conselho do dia 17 de dezembro de 1855.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	201
Correspondência.		207
Novo modo de torrar a massa ralada da mandioca.		209
O tabaco. Cultura e tratamento.		213
O salitre.		227
O tupinambour e a utilidade de seus produtos.	Agricultura.	240

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 7. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da do Conselho do dia 2 de janeiro de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	241
Sessão da do Conselho do dia 15 de janeiro de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	242
Economia rural. Gado vaccum. Sua história natural, criação e trato.	Agricultura.	243
Carvão de pedra e ferro.	Indústria.	350
Substâncias vegetais para tecidos.	Indústria.	358
Cultura da cana de açúcar.	Indústria.	363
Revista de produtos das diversas nações que figuraram na exposição universal de paris.	Indústria.	276

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 8. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Memória sobre a carnaúba e seus produtos, acompanhada de um desenho da mesma planta, por M. . de Macedo.		281
Relatório da Companhia Seropedica Fluminense.		294
A spergula.	Agricultura.	309
Revista de produtos das diversas nações que figuraram na exposição universal de paris.		311

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 9. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da do Conselho do dia 15 de março de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	321
O que se deve entender por economia rural.	Indústria.	322
Escolha das vacas leiteiras ou descrição de todos os sinais por meio dos quais se podem apreciar as qualidades lactíferas das vacas.		331
Revista de produtos das diversas nações que figuraram na exposição universal de paris.		344
Carnaúba.	Agricultura.	347
Extrato do relatório do presidente da província de Minas Gerais.		354
Enxugo e saneamento das terras úmidas para o melhoramento da cultura.		357

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 10. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão da do Conselho do dia 1 de abril de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	361
Sessão da do Conselho do dia 15 de abril de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	362
Escolha das vacas leiteiras ou descrição de todos os sinais por meio dos	Indústria.	365

quais se podem apreciar as qualidades lactíferas das vacas.		
O que se deve entender por economia rural.		379
Agricultura;		392

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 11. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 2 de maio de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	401
Sessão do conselho do dia 15 de maio de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	405
Escolha das vacas leiteiras ou descrição de todos os sinais por meio dos quais se podem apreciar as qualidades lactíferas das vacas.		406
Extrato do relatório do engenheiro encarregado dos trabalhos para navegação do Rio das Velhas na Província de Minas Gerais.	Agricultura.	418

Índice do Volume 4 – Nova série – Número 12. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 16 de junho de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	441
Exposição acerca da cultura da cana de açúcar no estabelecimento do Sr T. B. Dodgson, em Itaguaí.	Agricultura.	445
Relação dos sócios da Sociedade.		459

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 1. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 1 de julho de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	3
Sessão do conselho do dia 30 de julho de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	6
A agricultura.	Agricultura.	16
O açúcar.	Agricultura.	27
Correspondência.		34

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 2. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 6 de agosto de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	41
Fabricação do cal de pedra.		44
A agricultura.		52
O lúpulo.		56
O carvalho da Índia.	Indústria agrícola.	62
Extrato do relatório do presidente da província do Maranhão, acerca do estado da agricultura e indústria da mesma província em 1856.	Indústria nacional.	73

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 3. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 15 de setembro de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	81
Riquezas minerais do Brasil.		85
Primeiro ofício do Sr Barão de Muritiba, com a data de 20 de novembro de 1855.		95
Segundo ofício do mesmo, com a data de 17 de dezembro.		96
Extrato do relatório do presidente da província do Maranhão, acerca do estado da agricultura e indústria da mesma província em 1856. (conclusão.).	Indústria nacional.	105
O gado.	Indústria nacional.	114
Sociedade de Agricultura e Indústria Rural Maranhense.	Indústria nacional.	118

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 4. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 1 de outubro de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	121
O açúcar.	Indústria agrícola.	123
O lúpulo.	Indústria agrícola.	132
Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares no Brasil.		140
Plano de melhoramento das raças cavaleares no Brasil.		150
Nova espécie do gênero cavalo.	Economia rural.	154
A cultura do tabaco.	Indústria agrícola.	157

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 5. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 15 de outubro de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	161
Sessão do conselho do dia 15 de novembro de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	164
A cultura do tabaco.	Indústria agrícola.	169
Introdução.	Indústria sérica.	176
Primeira parte. Contendo o plantio e tratamento das amoreiras.	Indústria sérica.	180

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 6. Sem data. 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 1 de dezembro de 1856.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	185
A cultura do tabaco.	Indústria agrícola.	189
A cultura da seda.	Indústria sérica.	198

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 7. Janeiro de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 15 de dezembro de 1856. Discussão dos estatutos.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	209
Cultivo do trigo em S. Paulo.	Agricultura.	211
Da carie do trigo – meios de preservar o trigo da ferrugem, da carie e do carvão.	Agricultura.	216
A cultura do tabaco. (conclusão.).	Indústria agrícola.	220
A cultura da seda.	Indústria sérica.	227
Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares		

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 8. Fevereiro de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 15 de janeiro de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	233
Memória sobre o novo tear do Sr Rodrigo Bretas.		235
A cultura da seda. (conclusão.).	Indústria sérica.	244
Plantio, cultura e fabrico do urucu no Pará.		253
Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares		

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 9. Março de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 16 de fevereiro de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	257
Sessão do conselho do dia 2 de março de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	258
Breves considerações sobre as lavouras.	Agricultura.	269
Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares		

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 10. Abril de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 16 de março de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	281
Sessão do conselho do dia 1 de abril de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	284
Relatório dos trabalhos da Sociedade durante o ano de 1856.		285
Breves considerações sobre as lavouras.	Agricultura.	289
Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares		

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 11. Maio de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 15 de maio de 1857. Parecer da Comissão da Indústria Manufatureira sobre o requerimento de Guilherme Schuch de Capanema, que pede privilégio para fabricar papel de jornais, e mesmo de escrita.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.	329
O Instituto Agrícola de Lisboa.	Economia rural.	331
Estado indústria da agricultura da província do Ceará em 1856.	Indústria nacional.	340

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 12. Junho de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 15 de junho de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	353
Estado da agricultura e da indústria na província do Ceará 1856.	Estado nacional.	356
O chá na China.		359
Sementes de trigo do tempo dos faraós.		375

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 13. Agosto de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 15 de julho de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	378
Sessão da Assembléia Geral em 15 de julho de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	379
Sessão da Assembléia Geral em 25 de julho de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	381
Controvérsia teórica e prática sobre os estrumes. Aproveitamento das imundices das cidades. Experiência.	Revista agrícola.	391
Tinta de escrever seca e líquida, denominada tinta dos três reinos.		399
Fabricação de uma belíssima cor preta.		399
Massa própria para formar ornamentos d'arquitetura e obras d'escultura.		400
Composição de uma massa própria para cobrir os lugares, que se quer preservar da humidade.		400
Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares.		

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 14. Setembro de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sessão do conselho do dia 1 de agosto de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	402
Sessão do conselho do dia 17 de agosto de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	408
Do coqueiro e seus produtos na Ilha de Ceylão.	Agricultura.	411
Uma lição aos agricultores e homens de Estado.	Agricultura.	420
Renovação das plantas de cana de açúcar.	Agricultura.	422
Ensaio sobre a regeneração das raças cavaleares		

Índice do Volume 5 – Nova série – Número 15. Outubro de 1857.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página

Sessão do conselho do dia 1 de setembro de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	425
Sessão do conselho do dia 15 de setembro de 1857.	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	?
Experiências propostas aos agricultores.	Agricultura.	434
Aparelhos centrífugos para a depuração de açúcar.	Agricultura.	440
A cana da China.	Agricultura.	444
Cultura do arroz.	Agricultura.	447
O vapor aplicado a agricultura.	Indústria.	452
Processo para separar o óleo das frutas do coqueiro.	Indústria fabril.	455
Modo de purificar óleos, principalmente aqueles que são destinados a pintura.	Indústria fabril.	456
Modo simples de fabricar vinagre com açúcar e melaços.	Indústria fabril.	458
Receita de uma verniz para preservar os metais da oxidação.	Indústria fabril.	459
Modificações na lei inglesa sobre privilégios.		460
A cabra.		461
Uso que os chineses dão ao bambu.		462
Cimento universal para soldar vidro, louça ou porcelana.		463
Cimento inalterável.		464

A Miscellania Científica. Rio de Janeiro, RJ: Tip. de José Andrés Garcia Gimenes, 1835.

Índice do v.1 número 2. Agosto de 1835.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sobre o estudo da história natural	Parte semanal	1
A cana d'açúcar.	Parte semanal	1
A cultura da cana, e preparação do açúcar em calda.	Parte semanal	2
A cobra de cascavel.	Parte semanal	3
O rinoceronte.	Parte semanal	3
O elefante.	Parte semanal	4
A fruta do pão.	Parte semanal	5

Índice do v.1 número 3. Agosto de 1835.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Continuado da fruta do pão	Parte semanal	1
O México.	Parte semanal	1
O templo mor.	Parte semanal	14
Discrição do Monte Vesúvio.	Parte semanal	15
A planta do fumo.	Parte semanal	16
O papiro.	Parte semanal	17
Continuado da cobra cascavel.	Parte semanal	18

O Indicador da Utilidade Publica. Folha política, científica, e litteraria. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia de Pereira, 1836.

Índice do Número 1. 12 de abril de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página

Prospecto.		1
Política interna.		3

Índice do Número 2. 27 de abril de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Política interna.		1
Ao redator da Sentinella.		4

Índice do Número 3. 3 de maio de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Regência da Sra Dona Januária.		1

Índice do Número 4. 9 de maio de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Regência da Sra. Dona Januária. (continuação.).		1
O Raio de Júpiter, e o ministério solidário.		4

Índice do Número 5. 16 de maio de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Câmaras legislativas.		1
Imprensa Periódica: O atlante.		2
O Raio de Júpiter, e o ministério solidário. (continuação.).		4
Doutrina social.		4

Índice do Número 6. 28 de maio de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Organização social. Independência do poderes políticos.		1
Negociações com a corte de Roma.		3
Comunicado.		4

Índice do Número 7. 11 de junho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Comunicado.		1
Direto da confirmação dos bispos.		3
A oposição e o ministério.		4

Índice do Número 8. 20 de junho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Comunicado.		1
Direto da confirmação dos bispos. (continuação.).		4
Fixação das forças da terra na câmara temporária.		5
O Cronista e o Indicador.		6

Índice do Número 9. 28 de junho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Palavras e frases da moda.		1
O provincialismo mal entendido provoca a insubordinação, arrasta a anarquia, e conspira para a dissolução social.		3
Tratado com Portugal.		4

Índice do Número 10. 4 de julho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Jornalismo.		1
Quais serão as causas dos atuais males do Brasil?		2

Índice do Número 11. 9 de julho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A câmara dos deputados.		1
Os irmãos Moraves, ou Hernhutes, e a cataquese dos Índios.		3
A imoralidade no comércio dos livros.		4
Rio Grande do Sul.		4

Índice do Número 12. 16 de julho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Resumo curioso das argüições feitas pela oposição ao Governo na questão da		1

suspensão de garantias para o Rio Grande, e das razões que provam essas arguições.		
Câmara dos deputados.		3
Direto da confirmação dos bispos. (continuação.).		4

Índice do Número 13. 27 de julho de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Câmara dos deputados.		1
Jornalismo. O Indicador ao Chronista.		3
Doutrina social.		4

Índice do Número 14. 6 de agosto de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Política interna.		1
Anistia para o Pará.		3
Jornalismo.		4

Índice do Número 15. 20 de agosto de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Câmara vitalícia.		1
Eleições.		4
O Indicador ao público e ao Chronista		4

Índice do Número 16. 3 de setembro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Indicador ao público.		1
A câmara temporária, e o governo.		1
Crédito suplementar para a guerra das províncias.		3
Comunicado.		3

Índice do Número 17. 7 de setembro de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O dia sete de setembro.		1
Câmaras legislativas.		2
O Indicador ao público.		4

Índice do número sem identificação, com páginas mutiladas.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Jornalismo. O Correio do Imperador.		3
Organização administrativa.		4

O propagador de conhecimentos úteis. Rio de Janeiro, RJ: Tipologia Americana, 1836.

Índice do número 8. Abril de 1836.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Educação moral. Carta de B. Franklin a John Alleyne, sobre casamentos prematuros.	I. Educação.	113
Instrução. Escolas e métodos. – Instrução nacional e profissional.	I. Educação.	115
Continuação do glossário do número antecedente.	I. Educação	118
Trabalho científico. Ciências médicas. O que é a homeopatia.	II. Trabalho	119
Trabalho industrial. Indústria fabril.	II. Trabalho	124
Economia geral. Considerações gerais sobre as estradas.	III. Economia.	125

Gazeta dos domingos; revista encyclopedica semanal. Rio de Janeiro, RJ: Tip. Americana, 1839.

Índice do Volume 1 Número 1. Janeiro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Prospecto		1
Bases.		1
Do nosso gabinete de redação.		1
Resumo noticioso.		2
O Brasil.	Política interna.	2
Adão Mickiewicz. Parábola aos polacos.		3

Uma violeta. Acontecimento desastroso, que teve lugar em Madrid.		3
Os barcos de vapor.		4
Preces da infância.		4
O tigre em Baño.		4
A rosa. Cantata de A. F. de Castilho.		5
Chamorros. Derivação deste epíteto.		5
Castelo de Windsor. Palácio campestre dos reis da Grã-Bretanha.		6
Cultura da amoreira.	Agricultura.	8
Águias.	História natural.	8
O mergulhador. Tradução de Schiller.	Literatura.	9
Fridolino. Ou O Page do rei de Portugal.	Literatura.	10
Estatística - Rio de Janeiro. Finanças.	Parte comercial.	11
Movimento do porto.	Parte comercial.	11

Índice do Volume 1 Número 2. Janeiro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Brasil. Continuação.	Política interna.	1
Recordações históricas.	Política interna.	2
Do nosso gabinete de redação.		2
Um romance.O modelo e sua Ave-Maria.		3
O lenço da rainha.	Variedades.	4
Vista do palacete de Versalhes.		5
Sobre o homem.	História natural.	7
A noiva de Ricardo.balada de Alexandre Dumas.	Literatura.	8
João Cristovão Frederico Von Schiller.	Biografia.	9
Uma antigualha. Sermão para as madames.		10
Charada.		10
Estatística - Rio de Janeiro. Fundos públicos.	Parte comercial.	11

Índice do Volume 1 Número 3. Janeiro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Biografia Walter Scott.	Literatura.	1
Cântico de Vincenzo Fillenta.		2
Hino a Polônia.		2
Usos e Costumes. "O conhecimento dos usos e costumes dos Povos, é o complemento da Geografia; este conhecimento enriquece a memória, deleita o espírito e desenvolve o entendimento"		3
Morte de pessoas célebres em 1836.		4
Variedade da raça humana.		4
Operação feita em uma leoa.		5
Roma moderna.		5
Templos de Roma.		5
O colosseo.		6
O milho.		7
Recordações históricas.		7
14 de janeiro de 1659.	História	8
Ode de Filinto.		8
O Brasil. Continuação.	Política interna.	9
Do nosso gabinete de redação.		10
Parte comercial.	Parte comercial.	11
Movimento do porto.	Parte comercial.	11

Índice do Volume 1 Número 4. Janeiro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Biografia. Auber.	Literatura.	1
A poesia romântica do Brasil.	Literatura.	2
Recordações históricas		3
Usos e Costumes. Alimento.		3

Ode anacreontica.		4
Condor.	História natural.	4
Viagens.		5
Literatura. O alchorão.		5
Canto do Cossaco.		7
Etimologia do Mês atual (janeiro).		7
D. Marcos. Velha balata portuguesa.		7
Homero.		8
Memória.		9
Morte de José Ferreira Borges.		9
Do nosso gabinete de redação.		10
Tributação dos vinhos.	Parte comercial.	10
Marinha mercante.	Parte comercial.	11
Estado do mercado.	Parte comercial.	11
Movimento do porto.	Parte comercial.	11

Índice do Volume 1 Número 5. Fevereiro de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Biografia. Joseph Addison.	Literatura.	1
Recordações históricas		2
Variação da raça americana.		3
Uma vista da Cidade do México.		4
Apólogo.	Variedades.	5
Ao dia 7 de abril. Ode.	Variedades.	6
Duas estâncias do Orlando Furioso de Ariosto.		7
Epigrama.		7
Sonetos.		7
Incêndios nos teatros de Paris.		8
O milho mais e o milho branco ou miúdo.		8
Donizete e os salteadores.		8
O Brasil visto por Europeus.		9
Crítica.		9
Simplicidade na tipografia do Estado de Indiana.		10
Extração de ouro das minas do Brasil.		10
Estatística. Marinha naval inglesa em 1839.		10
Mulheres.		11
O Brasil. Continuação.	Política interna.	11
Origem de inventos.		12
Anúncio aos Srs. Assinantes da Gazeta de Domingo.		12

Jornal da sociedade amante da instrução. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia do Diário, de N. L. Vianna, 1839.

Índice do Número 2. Agosto de 1839.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sociedade amante da instrução.		1
Elogio. Do falecido Presidente da Sociedade Amante da instrução, o Exmo. Tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva, composto e recitado por Antonio Candido de Lima.		2
Epicedio. Recitado pelo Dr. L. V. de Simoni.		6
Nênia. Recitada pelas deputações dos alunos e alunas das aulas.		8
Assembléia Geral.		10
Balanço da Sociedade Amante da Instrução no mês de junho e julho.		12
Movimento das aulas de primeiras letras da Sociedade nos meses de junho e julho.		12

O Globo. Jornal philosophico, litterario, industrial e scientifico. Rio de Janeiro, RJ: Tipologia de J. R. da Costa, 1844.

Índice do número 1. Outubro de 1844.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Lede.		1
O vestido de Chita.	Folhetim.	1
Ao jornalismo.		3
Ciência social.		3
O phalansterio.		5
Inglaterra.		5
Jacotot e seu método. Por A. Guyare.		6
Hymne des travailleurs.		8
O globo.		8

O Gratis. Jornal puramente d'annuncios, declarações, reclamações, correspondência, artigos literarios. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia do Gratis, 1844.

Índice do número 4. Novembro de 1844.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Explicação.		1
Revista comercial. De 16 a 22 de novembro de 1844.	Comércio.	1
Teatro.		2
Obras no prelo.	Anúncios.	2

Índice do número 6. Novembro de 1844.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Parte comercial.		1
Sobre a educação das meninas.	Variedade.	1
Notícia dos principais estabelecimentos consagrados ao ensino e a prática da homeopatia.		2

Índice do número 7. Dezembro de 1844.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Explicação.		1
Cartas.		1
Suzana, novela composta por uma senhora brasileira.		2
Notícia dos principais estabelecimentos consagrados a homeopatia.		3

Índice do número 8. Dezembro de 1844.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Declaração.		1
Correspondências.		1
Obras no prelo.	Anúncios	2

Índice do número 9. Dezembro de 1844.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Explicação.		1
Correspondências.		1
Botica Central. Do Instituto Homeopático do Brasil.		1
Suzana, novela composta por uma senhora brasileira. (continuado do número 7.).		2
Obras no prelo.	Anúncios	3

Obs.: as próximas páginas estão mutiladas.

A Nova Minerva: revista dedicada as sciencias, artes, litteratura e costumes. - Rio de Janeiro, RJ: Tip. de M. A. da Silva Lima, Tomo 1, n.1 (dezembro de 1845)-Tomo 2, n.32 (julho de 1846).

Índice do Tomo I Número 1. Dezembro de 1845.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Introdução. Por J. M. Valdez e Palacios.		1
I. O forçado. (Traduzido pelo Sr. Antonio José Leite Lobo).	Gabriel Lambert, por	1

	Alexandre Dumas.	
Bosquejo da mente humana.	Filosofia.	5
Algumas reflexões a propósito da nova edição da Marília de Dirceu. Por A. F. Dutra e Mello.	Bibliografia.	7
II. Henrique de Faverne.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	8
Beleza comparativa das brasileiras e das hispano-americanas. Por Dr. Valdez.	Belo sexo.	13
III. O salão da ópera.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	13
Instruções sobre a criação e tratamento das abelhas. (Em casa do Sr. J. P. da Veiga, Rua da Quitanda N. 144). Por D. M.	Indústria.	16
O Globo. Por M.M.		17
Conversões a homeopatia.	Conversões a homeopatia.	18

Índice do Tomo I Número 2. Dezembro de 1845.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Marcha das luzes do oriente ao ocidente. – Sua chegada ao novo mundo. Por J. M. Valdez e Palacios.	Literatura.	1
I. O forçado. (Traduzido pelo Sr. Antonio José Leite Lobo).	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
Bosquejo da mente humana. II. Divisão geral das funções intellectuais.	Filosofia.	4
III. Da atenção. E dos efeitos que causa o seu exercício no organismo material.	Filosofia.	5
IV. Preparativas.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	5
Do Cristianismo considerado como elemento da civilização na América Meridional: combate da filosofia do século XVIII contra a religião.		7
A mais recente maravilha do dia. O coche aéreo de vapor.		9
V. A alameda muda.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	9
Caráter do baile no Rio de Janeiro. Por Dr. Valdez.	Costumes.	14
Lichtenberg e um seu pensamento sobre os olhos de uma mulher formosa.	Variedades.	14
Do Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Por Dr. Valdez.	Necrologia.	15
Charada. Por S. L.		16
Continuado do número antecedente. Por João Vicente Martins.	Conversões a homeopatia.	17
Conceito ingênuo a respeito do valor da homeopatia.	Conversões a homeopatia.	18

Índice do Tomo I Número 3. Dezembro de 1845.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Marcha das luzes do oriente ao ocidente. – Sua chegada ao novo mundo. Conclusão do artigo primeiro. Por Valdez e Palacios.	Literatura.	1
V. A alameda muda. Continuado do número antecedente. (Traduzido pelo Sr. Antonio José Leite Lobo).	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
VI. O manuscrito.	Gabriel Lambert, por Alexandre	3

	Dumas.	
Do Cristianismo considerado como elemento da civilização na América Meridional: combate da filosofia do século XVIII contra a religião. Conclusão do primeiro artigo. Por Dr. Valdez.		4
Movimento civil e religioso atual da época presente. (Extract)		5
Diferença de temperatura e de clima dos países. – Efeitos do uso do chá, segundo estas diferenças. – Pretendida diferença entre o chá preto e os demais.		7
O que é uma senhora de educação brilhante? Por Dr. Valdez.	Belo sexo.	9
Texto de João Vicente Martins.		10
VII. O doente.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	11
Das minas do Paraguay Diamantino na província de Mato Grosso; Escrita pelo desembargador ouvidor da comarca da mesma província, Antonio José de Carvalho Chaves, no ano de 1822.	Memória.	11
Nota sobre a morte do médico homeopata Joaquim José Chaves de Mello. Por J. V. M.		15
Conceito ingênuo a respeito do valor da homeopatia. Continuado do número antecedente.	Conversões a homeopatia.	15

Índice do Tomo I Número 4. Dezembro de 1845.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
I. Vantagens favoráveis ao desenvolvimento das letras na América Meridional. – Tópicos principais da literatura. Por J. M. V.	Literatura americana.	1
VII. O doente. Continuado do número antecedente. (Traduzido pelo Sr. Antonio José Leite Lobo).	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
Navegação aerostática. – Notícia pasmosa. – Trajeto do Mar Atlântico em três dias. – Triunfo do globo aerostático de Vitória.	Mecânica.	4
VIII.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	4
Exposição de 1845. Dr. M. F.	Belas Artes.	8
IX.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	9
Das minas do Paraguay Diamantino na província de Mato Grosso; Escrita pelo desembargador ouvidor da comarca da mesma província, Antonio José de Carvalho Chaves, no ano de 1822. Continuado do número antecedente.	Memória.	11
Célebres cantores e cantoras existentes atualmente na Europa.	Variedades.	14
Sucesso atual das obras dramáticas na França.	Variedades.	14
Gram banquete dado pelos artistas de Bruxelas aos artistas estrangeiros, presididos por Van de Weyez.	Notícias Diversas.	14
Notícias estadísticas.	Notícias estadísticas.	15
Influência dos títulos sobre a opinião.	Notícias estadísticas.	15
Anedota.		15
Conceito ingênuo a respeito do valor da homeopatia. Continuado do número antecedente.	Conversões a homeopatia.	17
Lições de anatomia e fisiologia humana professadas na escola de medicina homeopática, pelo cirurgião João Vicente Martins.	Ciências naturais.	20

Índice do Tomo I Número 5. Janeiro de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os poetas á Byron.	Costumes contemporâneos	1
IX. Uma parte do véu descoberto. Continuado do número antecedente.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
Viagem ao Tour de ma Chambre, de Mr. Maistre. De Luiz de Bivar.	Bibliografia.	3
X. Uma terrível confissão.	Gabriel Lambert, por	3

	Alexandre Dumas.	
A dedicação da Basílica de S. Pedro e S. Máximo Bispo. – Descrição e história da ereção desta célebre e primeira catedral do mundo.		5
O condoro dos Andes rei dos pássaros.		7
Eugenio Sue. Julgamos que não desagradará nossa lei.	Biografia.	9
Biblioteca da mocidade.	Biografia	12
XI. Partida para Paris.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	12
Cálculo do número dos habitantes que têm morrido até hoje sobre a terra.	Variedades.	13
Fatos estatísticos.	Variedades.	14
Indústria.	Variedades.	14
Lições de anatomia e fisiologia humana professadas na escola de medicina homeopática, pelo cirurgião João Vicente Martins.	Ciências naturais.	15
A respeito do homem. Por João Vicente Martins.	Ciências naturais.	16
Academia homeopática. – Circular dirigida ao sócio correspondente o Sr. Dr. Ginlio Benedito Mure, presidente do instituto homeopático do Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1845.	Itália.	17
Conversões a homeopatia. Continuado do número antecedente.	Conversões a homeopatia.	18
Duas palavras sobre minha conversão a homeopatia. Por Manuel Duarte Pereira.	Conversões a homeopatia.	18
Mais uma conversão a homeopatia. Por João Vicente Martins.	Conversões a homeopatia.	20

Índice do Tomo 1 Número 6. Janeiro de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Prospectos futuros do continente americano.		1
XI. Partida para Paris. Continuado do número antecedente.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
Passagem do Atlântico ao Mar Pacífico. – Navegação por vapor pelo Amazonas.	Relações do Brasil com a América Espanhola.	5
XII. Confissão.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	6
Golpe de vista da Europa.		7
Comunicado. Congresso feminino.		9
Das minas do Paraguay Diamantino na província de Mato Grosso; Escrita pelo desembargador ouvidor da comarca da mesma província, Antonio José de Carvalho Chaves, no ano de 1822. Continuado do número antecedente.	Memória.	11
São Domingos.		13
Correspondência.		13
A florinha. De Henrique Lagoas.		14
Notícias estatísticas.	Variedades.	14
Errata.		14

Índice do Tomo I Número 7. Janeiro de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Bosquejos da mente humana IV. Da ação associativa. Memória ideológica, memória de signos. Por J. M. V. P.	Filosofia.	1
XII. Confissão. Continuado do número antecedente.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
Robert Peel.	Biografia.	3
Plácido.	Literatura Americana.	6
Plegaria.		7
XIII. A ramalheteira.	Gabriel Lambert, por	7

	Alexandre Dumas.	
Soneto a la fatalidad.		8
Etimologia do mês de janeiro.	Ephemerides Universaes, ou Semanário Histórico.	8
Sobre a separação das filhas de suas mães para unirem-se a um esposo. – Verdadeira missão da avó. Por J. M. V. P.	Belo Sexo.	11
Variedades.	Variedades.	13
Notícias da Europa.		14

Índice do Tomo I Número 8. Janeiro de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Flores, signo do pensamento. – Origem dos alfabetos.	Humanidades.	1
XIII. A ramalheteira. Continuado do número antecedente.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
Robert Peel. (Conclusão)	Biografia.	4
Estrada de ferro na Europa.		6
A sacerdotisa de Irmensul. História misteriosa em que se funda a ação da tragédia “Norma” e da opera que com o mesmo título tantos aplausos tem recebido no mundo.		8
XV. A cadea bicetre.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	10
Dirigida por Mr. Charles E. Impugnando o artigo da Minerva sobre a Dança no Rio de Janeiro.	Correspondência.	12
Napoleão e Chateaubriand.	Variedades.	14

Índice do Tomo 1 Número 9. Janeiro de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Do Fr. Manoel Plaza, missionário residente nas margens do Uçayali. – Seus serviços à causa da civilização e do comércio. – O seu encontro com o Dr. Valdez e Palacios na sua viagem de Cuzco ao Grão Pará, publicado no comércio de Lima. – N. 1791.	Biografia.	1
Os amores de Caramuru e Paraguaçu, a Índia. Episódio histórico das tradições brasileiras do século XVI.		1
A ópera italiana no Rio de Janeiro. Por J. M. V. P.		4
Estrelas da câmaras francesas.		6
Das minas do Paraguay Diamantino na província de Mato Grosso; Escrita pelo desembargador ouvidor da comarca da mesma província, Antonio José de Carvalho Chaves, no ano de 1822. (Conclusão.).	Memória.	7
Continuado do número 7.	Ephemerides Universaes, ou Semanário Histórico.	9
Variedades.	Variedades.	12
Notícias da Europa.		12

Índice do Tomo 1 Número 11. Fevereiro de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Amor conjugal.	Filosofia.	1
XVI. Um velar de rei.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
XVII. O enforcado.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	2
Biografia de Cuvier.	Biografia.	8
A estátua de S. Jorge em Florença. – Superioridade da escultura sobre a pintura. – Donatello. – Miguel Ângelo.	Belas artes.	9
Bonaparte, protetor das ciências e das artes.		11

Continuado do número 9.	Ephemerides Universaes, ou Semanário Histórico.	12
Medicina homeopática. Artigo III. Prova-se, por meio de fatos, a eficácia das doses infinitésimas.	Notícias científicas.	13

Índice do Tomo I Número 12. Fevereiro de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A família e o Estado. – Claustros. – Universidades. – Ensino livre.	Instrução pública.	1
XVII. O enforcado. (Conclusão.)	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	1
O profeta do século XIX. Bosquejo de Daniel O'Connel.		4
Dircei de Marília, liras atribuídas a Dona Maria Joaquina Dorothea de Seixas. Por D. M. N.	Biografia.	6
XVIII. Processo verbal.	Gabriel Lambert, por Alexandre Dumas.	8
O preço da vida.		10
Continuado do número antecedente.	Ephemerides Universaes, ou Semanário Histórico.	11
A senhora Laurens, célebre viajadora e patriótica estabelecadora das fábricas de linha na Espanha.	Variedades.	12

Índice do Tomo I Número 13. Março de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A expedição que deu o Brasil a coroa de Portugal. – Acontecimentos e entrevistas entre os descobridores e os nativos.	O passado do Brasil.	1
Anna Boleyn.		5
A Revolução Francesa.		5
Continuado do número antecedente.	Ephemerides Universaes, ou Semanário Histórico.	7
Anedota.		8
Os mistérios de família. Romance composto por uma senhora brasileira.		9
1640. I.		10

Índice do Tomo I Número 14. Março de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Influência da economia doméstica na casa das famílias.		1
Artigo II. Primeiro estabelecimento dos franceses no Brasil, intérpretes normandos.	O passado do Brasil.	3
Expulsão dos franceses, jesuítas e paulistas.		5
Uma meditação na biblioteca pública.		7
Os mistérios de família. Romance composto por uma senhora brasileira. Continuado do número antecedente.		9

Índice do Tomo I número 15. Março de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Influência da civilização sobre a condição do homem e da sociedade. Verdadeira acepção desta palavra.		1
As literatas e as folhetinistas.		3
Uma meditação na biblioteca pública. Continuado do número antecedente.		5
Particularidades da viagem do Imperador Nicolao na Itália. – A sua entrevista com o papa.	Variedades.	6
Conformidade dos movimentos do mar com os do sol e lua.	Da maré.	8

Os mistérios de família. Romance composto por uma senhora brasileira. Continuado do número antecedente.		9

Índice do Tomo I Número 16. Março de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Artigo III. Ocupação do Brasil pelos holandeses.	O passado do Brasil.	1
Flora americana.		3
O mérito do saber. – Monumentos públicos de gratidão que se devem aos homens eminentes do Brasil.		5
As limenhas.	Costumes.	7
Teatro flutuante nas águas.	Variedades.	8
Os mistérios de família. Romance composto por uma senhora brasileira. Continuado do número antecedente.		9

Índice do Tomo I Número 17. Abril de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As limenhas. Continuado do número antecedente.		1
Causa e utilidade permanente das pirâmides do Egito e da Núbia.		4
Paralelo entre os espanhóis e os franceses.		6
Sociedade fluminense. A páscoa, os bailes mascarados no Teatro de S. Pedro de Alcântara.		6
Plutarco brasileiro. Por J. M. Pereira da Silva. (Dois volumes.).	Bibliografia.	8
Errata.		8

Índice do Tomo I Número 18. Abril de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Bosquejo da mente humana. Artigo V.	Filosofia.	1
As limenhas. Continuado do número antecedente.		3
Causa e utilidade permanente das pirâmides do Egito e da Núbia. II.		5
Viagem do Cuzco ao Grão Pará pelos Rios Vilcamayu, Ucayali e Amazonas.		7
Das circunstâncias particulares que se observam nas marés.	Teoria das marés.	7

Índice do Tomo I Número 19. Abril de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A norte-americana e a italiana. – A brasileira e a hispano-americana.		1
As limenhas. Conclusão.		2
Causa e utilidade permanente das pirâmides do Egito e da Núbia. III.		3
A procissão de N. Senhora de Belém na cidade de Cuzco.	Costumes.	5
Sobre o decrescimento dos aborígenes depois do descobrimento da América, e sua sujeição à influência estrangeira.	Variedade.	7
En el album de una distinguida lettante.	Hojas de Laurel.	7
Mas não! – De F. J. de Souza Silva.		8
Os mistérios de família. Romance composto por uma senhora brasileira. Continuado do número 16.		9

Índice do Tomo I Número 20. Abril de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Impressões de uma noite no passeio público do Rio de Janeiro.		1
Artigo IV. Ocupação do Brasil pelos holandeses.	O passado do Brasil.	3
Causa e utilidade permanente das pirâmides do Egito e da Núbia. IV.		5
A Batalha de Moscova. A seguinte descrição de uma das mais célebres batalhas do mundo, debaixo do comando do grande Napoleão, feita pelo mais hábil e eloqüente pena neste gênero, julgamos que será sumamente interessante aos nossos leitores.		7
Jacinto e Manoel ou A família de Oliveira, vítima dos partidos. Novela histórica sobre fatos da recente história de Portugal.		9
Souvenir. De Constance Montluc.		12

Índice do Tomo II Número 32. Julho de 1846.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Ação da Europa sobre a América.	Política.	1
Literatura política da Alemanha. Continuado do número antecedente.		3
Ilustres americanas. Seus fatos heróicos na Guerra da Independência.		4

A viúva do mestre de postas.		5
Estatística da instrução pública na Rússia e no reino da Polônia.		5
Da educação estética do gênero humano. Por Schiller.		6
Cancion. (Ensaio poéticos).		
Efeitos do matrimônio sobre a duração da vida.	Variedades.	8
Erratas.		8
Os mistérios de família. Romance composto por uma senhora brasileira. Segunda parte.		9
1650.		10

Índice de número sem identificação.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os humanitários. Continuado do número 36.		1
Estado presente dos Estados Unidos.		4
Da educação estética do gênero humano, por Schiller. Continuado do número 36.		7
Do Doutor Gall.	Biografia.	9
O novo colégio. Da sociedade amante da instrução.		11
“Radiante a estrela no horizonte surge”, de José Antonio do Valle.		13
Algumas indicações do barômetro.		16
Sobre a instrução geral e o ensino da literatura no Brasil e particular.	Considerações.	17
Do Doutor Gall. Continuação.	Biografia.	19
Sobre a instrução geral e o ensino da literatura no Brasil e particular. Artigo II.	Considerações.	29
Alberto de Haller.	Biografia.	31
As chuvas de sapos.		36
A verdadeira glória.		39
A amizade.		40
Teoria da respiração vegetal.		46
As estações do ano. Ode 1ª. A primavera.		
Influência das mulheres sobre a conversação.		51
Educação de uma menina cega, surda, muda e privada de olfato.		56
Uma vista d’olhos sobre a América.	Geografia política.	60
Diário de uma noiva.		61
Sonho de Marco Aurélio.		62
Estatística conjugal.		64
Utilidade da religião.		64
Pensamentos morais e filosóficos sobre o trabalho.	Educação moral.	101
O gabinete de Cícero, segundo o Abbade Venutti.		103
O verdadeiro aio dos meninos.		105
O homicídio. (Continuação.)		106
Química		125
Geologia		125
Instrução pública.		127
Corographia dos estados d’América, tendo a vista os mapas corographicos.		128
Instituições de caridade.	Economia política.	136
Costumes do Oriente. Árabs e Persas. Por V. S.		137
Tendência da raiz das plantas para o centro da terra.		139

A Sciencia: revista synthetica dos conhecimentos humanos. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Silva Lima, 1847-1848.

Índice do Volume 1 Número 1. Julho de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Ciência. Por Dr. Mure.		1
Ciência. Por Luiz Antonio de Castro.		2
Memória sobre as mudanças dos antigos equadores.	Astronomia e geologia.	6
Explicação da figura.	Astronomia e geologia.	9
Novas idéias sobre a luz. Como explicar a atração para os corpos celestes. Por Dr. Jozé Victorino dos Santos e Souza.	Astronomia e geologia.	10
Fisiologia.	Enlevos de J. V.	11

	Martins.	
Curso de filosofia da medicina. Por Luiz Antonio de Castre.		12
Homeopatia. Por Luiz Antonio de Castre.		16
Instituto Homeopático do Brasil.		19

Índice do Volume 1 Número 2. Agosto de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Doutrinas homeopáticas.		21
Fisiologia. (Continuação.).	Enlevos de J. V. Martins.	26
Clínica homeopática.		27
Um homeopata da América do Sul. Viajando na Europa.		28
Glória a homeopatia brasileira. Por E. T. A.		29
Notícias sobre a homeopatia. Por Duque Estrada.		30
As altíssimas dinamizações.		31
Patogenesia brasileira. Por Dr. Mure.		33
Crotalus Cascavella.		34
Correspondência do Jornal do Commercio. Nº 222. Homeopatia.		39
Notícias diversas.		40

Índice do Volume 1 Número 3. Setembro de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Dinamismo vital. Questões de doutrina.		41
Perseverança. Por João Vicente Martins.	Fatos clínicos.	45
Perseverança. II. Por João Vicente Martins.	Fatos clínicos.	46
Clínica homeopática.		47
As altíssimas dinamizações.		47
Dinamismo vital.		49
Correspondência do Jornal do Commercio. Nº 223.		49
Patogenesia brasileira. Por Dr. Mure.		50
Emancipação intelectual.		58
Notícias diversas.		60
Instituto Homeopático do Brasil. Pequena correspondência.		60

Índice do Volume 1 Número 4. Outubro de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Posologia homeopática. Por Dr. Mure.		62
Sociedade Hahnemanniana. Por Antonio Antunes Guimarães.		65
Discurso recitado pelo Dr. Mure.		66
Discurso recitado por um aluno hispano-americano.		66
Novos estatutos da Sociedade Hahnemanniana, apresentados em reunião solene do segundo ano da Sociedade, no dia 7 de outubro de 1847.		67
As altíssimas dinamizações.		68
Propaganda Homeopática.		71
Nova Sociedade homeopática.		78
Locomoção rápida.		79

Índice do Volume 1 Número 5. Novembro de 1847.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Plano de estudos para uma universidade nacional.		81
Sociedade Panecástica. Plano de uma universidade nacional, dedicado aos legisladores do Brasil, pelo Dr. Mure.		82
Memória sobre as causas físicas dos movimentos de rotação da terra e dos planetas. Causa das influências da lua. Nota em que se dá definição do sol e da sua rotação. (Continuado do Nº 1.).		84
Embalsamentos pelo método Tranchina, e seus resultados, pelo Dr. Mure.		87
Curso de toxicologia. Na escola homeopática. Por Dr. Mure		89
Curso de toxicologia ou estudo sobre os venenos. Por Dr. Leboiteux.		90
Experiência pura sobre o veneno da cobra coral pelo Dr. Mure.		92
Fatos clínicos. (Continuação.).		100
Notícias diversas.		100

Índice do Volume 1 Número 6. Dezembro de 1847 e janeiro de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página

Discurso pronunciado pelo Dr. Mure.		101
Proposições pacíficas. Feitas aos alopatas em 1846.		105
Instituto Homeopático do Brasil. 9ª Sessão Magna, em 10 de janeiro de 1848.		118
Novo meio de produzir a insensibilidade. O clorofórmio.		119
Necrologia.		119
Notícias diversas.		120
Escola Homeopática do Brasil.		120

Índice do Volume II Número 7. Março de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Reverendo, vigários e mais dignos sacerdotes.		121
História da moléstia. Do Ilmo Sr. Antonio José de Araújo.		125
As altíssimas dinamizações.		126
Notícias da Bahia.		128

Índice do Volume II Número 8. Março de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Pharmacodynamia.		129
Escola Homeopática do Brasil.		130
A homeopatia.		133
Amphisbena.		134
Notícias diversas.		136

Índice do Volume II Número 9. Março de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Homeopatia.		137

Índice do Volume II Número 10. Março de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A alopatia e a ciência dos disparates.		144
Toxicologia.		146
Eco da homeopatia brasileira na Europa.		149
Continuação. – Memória sobre a causa que imprime o movimento de rotação, e outros fenômenos à terra e aos planetas.	Astronomia.	151

Índice do Volume II Número 11. Abril de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Estatística da medicina homeopática.		152

Índice do Volume II Número 12. Abril de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Estatística da medicina homeopática.		161
A alopatia e a medicina dos disparates.		165
Patogenesia brasileira.		167
Clínica dos pobres.		172

Índice do Volume II Número 16. Maio de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Emancipação intelectual. Ensino universal. Método Jacotot.		193
Ao cirurgião português João Vicente Martins.		195
A homeopatia ante as leis.		196
Questões de nacionalidade contra a homeopatia. I.		197
Questões de nacionalidade contra a homeopatia. II.		197
Lista de homeopatas europeus e americanos.		199

Índice do Volume II Número 18. Maio de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Ensino universal. Método Jacotot.		209
Homeopatia. Carta a um pai de família sobre os perigos da medicina, por um Doutor em medicina.		212
Botica central, no Instituto Homeopático do Brasil.		216

Índice do Volume II Número 19. Maio de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Homeopatia. Carta a um pai de família sobre os perigos da medicina, por um Doutor		217

em medicina. (Continuado do número 18.).		
Nova propaganda.		218
Propaganda homeopática. Parabéns a Província de Sergipe.		219

Índice do Volume II Número 20. Junho de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A medicina da experiência.		225
Botica central, no Instituto Homeopático do Brasil.		232

Índice do Volume II Número 21. Junho de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Ensino universal. Método Jacotot. III.		233
Verdadeira constituição do ar atmosférico.		235
Química orgânica.		237
Fatos clínicos.		238
Notícias diversas.		239
Botica central, no Instituto Homeopático do Brasil.		240
Primeiro consultório do Instituto Homeopático do Brasil.		240

Índice do Volume II Números 22-23. Junho de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Augustos e digníssimos senhores representantes da nação.		241
Augustos e digníssimos senhores representantes da nação brasileira.		243
Painel.		245
Europa.		248
América.		248
Augustos e digníssimos senhores representantes da nação.		249

Índice do Volume II Números 24-25. Julho de 1848.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
<i>Experientia in Homine Sano</i> . Tese apresentada a Escola Homeopática do Brasil. Sustentada em 17 de julho de 1848.		257
Nota da redação.		272

O Beija-Flor, jornal de instrução e recreio. Rio de Janeiro, RJ: Tip. de Guanabarenses de L. A. F. de Menezes, 1849.

Índice do Volume 1 Número 1. Abril de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Beija-Flor.		1
O livro dos meus amores.		2
Anedotas.		8
Charadas.		8

Índice do Volume 1 Número 2. Abril de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Pensamentear.		1

Índice do Volume 1 Número 4. Abril de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A velhice. Por S. Maia.		1

Índice do Volume 1 Número 6. Maio de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Pesares domésticos. Por S. Maia.		1
O testamento falso. Conto romântico.		2

Índice do Volume 1 Número 8. Maio de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A imprensa e a civilização.		1
O testamento falso. Conto romântico.		2

Índice do Volume 1 Número 9. Junho de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A educação		1
O testamento falso. Conto romântico.		3

Índice do Volume 1 Número 11. Junho de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A mulher.		1

Índice do Volume 1 Número 12. Junho de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A mulher. (continuação.).		1

Índice do Volume 1 Número 13. Junho de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As revoluções e o progresso.		1

Índice do Volume 1 Número 16. Julho de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Um pai.		1

Índice do Volume 1 Número 18. Agosto de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os pecados favoritos.		1
Advertências necessárias a respeito das explicações e exames práticos da geografia física. (continuação.).	Ciências.	3

Índice do Volume 1 Número 20. Agosto de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Religiões.		1
O morro do castelo e os jesuítas. (continuação.).		2

Índice do Volume 1 Número 32. Novembro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Rio de Janeiro.		1
As flores de uma coroa.		2
Modas.		7
Notícias.		7

Índice do Volume 1 Número 35. Dezembro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Revolução no fabrico do açúcar.	Conhecimentos úteis.	1
As flores de uma coroa.		2
O jornalismo.		4
As flores de uma coroa.		6

Índice do Volume 1 Número 45. Fevereiro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A civilização dos indígenas.		1

Índice do Volume 1 Número 46. Fevereiro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A liberdade do homem é uma qualidade acidental.		1
As flores de uma coroa.		3

Índice do Volume 2 Número 1. Abril de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Beija-Flor.		1
O cemitério.		2

Índice do Volume 2 Número 2. Abril de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Beija-Flor. Por Carlos Miller.		9
Da fisionomia.		10

Índice do Volume 2 Número 3. Abril de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Beija-Flor. Por Carlos Miller.		17
Buff. Conselhos.		19

Índice do Volume 2 Número sem identificação.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Duas palavras ao público.		58

Índice do Volume 2 Número 9. Junho de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Beija-Flor, a civilização.		65
Botafogo é tarde.		66

Índice do Volume 2 Número sem identificação.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A escravidão. Por Tavares da Luz.	História.	180

Índice do Volume 2 Número 24. Setembro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Beija-Flor, modas.		Sem identificação.

O Cruzeiro do Sul. Periódico Hebdomadario. Instrução e recreio. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Clássica de F. A. de Almeida, 1849.

Índice do Volume 1 Número 1.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Prefácio.		1
Influência das Letras sobre a sorte das nações. Necessidade de cultivá-las no Brasil.	Literatura.	5
Considerações sobre a homeopatia.	Ciência.	9

Índice do Volume 1 Número 1.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Influência das escrituras sagradas sobre as literaturas dos tempos modernos.	Literatura.	1
Sobre o suicídio.		4
Viagem da cidade de Cuzco a de Belém, no Grão-Pará, pelos Rios Vilcamayu, Ugayaly e Amazonas. Pelo Dr. José Manoel Valdez e Palacios.	Viagens.	5
Epístola.	Poesia.	10

Índice do Volume 1 Número 3.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Tristes efeitos das guerras civis.	Literatura.	1
Sobre o suicídio. (continuação.).	Literatura.	6
Considerações sobre a homeopatia. (continuação.).	Ciência.	8

Índice do Volume 1 Número 4.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Influência das Letras sobre a sorte das nações. Necessidade de cultivá-las no Brasil. (continuação.).	Literatura.	37
Política religiosa.		39
Original de uma senhora perfeita que deveriam imitar todas as senhoras.	Costumes.	46

Índice do Volume 1 Número 5.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Influência das Letras sobre a sorte das nações. Necessidade de cultivá-las no Brasil. (continuação.).	Literatura.	49
Influência do cristianismo sobre a felicidade e a moral das outras nações.		50
Original de uma senhora perfeita que deveriam imitar todas as senhoras.	Costumes.	54
Considerações sobre a homeopatia. (continuação.).	Ciência.	55
Nicolau I.	Variedades.	57

Índice do Volume 1 Número 6.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sobre o suicídio. (continuação.).	Literatura.	61
Política religiosa. (continuação.).		63
Geografia política.		65
Viagem da cidade de Cuzco a de Belém, no Grão-Pará, pelos Rios Vilcamayu, Ugayaly e Amazonas. Pelo Dr. José Manoel Valdez e Palacios.	Viagens.	67
Gissele ou As Wilis.		70
O usurário.		73

O Philantropo: periodico humanitario, scientifico e litterario. - Rio de Janeiro, RJ : Typ. Philantropica, Anno 1, n.1 (abril de 1849)-anno 3, n.138 (maio de 1852).

Índice do número 36. 7 de dezembro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A moralidade pública.	Parte humanitária.	1
Comunicado.	Parte humanitária	2
A tecnologia humanitária.	Parte humanitária	3
As autoridades traficantes.	Parte humanitária	3
O cemitério de S. Francisco de Paula.	Parte humanitária	3
A casa da correção.	Parte humanitária	3
A nacionalidade do comércio interno.	Parte humanitária	3

Índice do número 39. 28 de dezembro de 1849.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Correspondência.	Parte humanitária	1
A substituição dos braços escravos pelos livres.	Parte humanitária	2
Aos traficantes de carne humana.	Parte literária.	4

Índice do número 41. 11 de janeiro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A morte do Príncipe Imperial.	O Philantropo.	1
A colônia de D. Pedro II.	Parte humanitária	1
O incêndio da barca de Santa Cruz.	Parte humanitária	1
A câmara dos senhores deputados.	Parte humanitária	1
A questão do tráfico retratado pelo Correio da Tarde.	Parte humanitária	2
O tráfego na província do Rio de Janeiro.	Parte humanitária	4
A moralidade pública.	Parte humanitária	4

Índice do número 44. 1 de fevereiro de 1850.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A questão do tráfico tratada pelo Brasil.	Parte humanitária	1
A proteção do tráfico.	Parte humanitária	3
O cristianismo e a economia política em relação a extinção da escravatura.	Parte humanitária	3
A correspondência.	Parte humanitária	4
O cruzeiro inglês e os africanistas.	Parte	4

	humanitária	
O cruzeiro inglês para o senhor deputado Nébias.	Parte humanitária	4

Índice do número 45. 8 de janeiro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O tráfego na província do Rio de Janeiro.	Parte humanitária	
A nacionalização do comércio interno.	Parte humanitária	
A câmara municipal desta cidade.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	

Índice do número 46. 15 de fevereiro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A moralidade pública.	Parte humanitária	
A resposta ao Correio da Tarde.	Parte humanitária	
A câmara dos senhores deputados.	Parte humanitária	
A câmara municipal desta cidade.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
A notícia sobre a gente de cor.	Parte humanitária	
A guerra aos contrabandistas.	Parte humanitária	

Índice do número 46. 15 de fevereiro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A liberdade dos escravos.	Parte humanitária	
Os navios negreiros.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
A cessação do tráfico de africanos.	Parte humanitária	
As questões pendentes na atualidade e que propomos ao Correio da Tarde.	Parte humanitária	
O progresso da opinião humanitária no Brasil.	Parte humanitária	

Índice do número 48. 1 de março de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As questões pendentes na atualidade e que propomos ao Correio da Tarde.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
A polícia contrabandista na Bahia.	Parte humanitária	
A colonização externa.	Parte humanitária	
As colônias em Santa Catarina.	Parte humanitária	
O contrato entre o Príncipe de Joinville e a casa Schroder para a fundação de uma colônia alemã em Santa Catarina.	Parte humanitária	

Índice do número 49. 8 de março de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
O brado pela humanidade.	Parte humanitária	
O contrato entre o Príncipe de Joinville e a casa Schroder para a fundação de uma colônia alemã em Santa Catarina.	Parte humanitária	
A causa da epidemia reinante.	Parte humanitária	

Índice do número 50. 15 de março de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A epidemia reinante.	Parte humanitária	
As escolas agrícolas.	Parte humanitária	
A reexportação de africanos.	Parte humanitária	
As colônias em Santa Catarina.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	

Índice do número 51. 22 de março de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A representação a assembléia geral.	Parte humanitária	
A epidemia reinante ou a febre africana.	Parte humanitária	
A correspondência.	Parte humanitária	
Os estrangeiros traficantes de escravos e o direito internacional.	Parte humanitária	

Índice do número 52. 29 de março de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
As sociedades humanitárias.	Parte humanitária	
Os contrabandistas de carne humana e a epidemia reinante.	Parte humanitária	
O contrato entre o Príncipe de Joinville e a casa Schroder para a fundação de uma colônia alemã em Santa Catarina.	Parte humanitária	
As falsas profecias de nossos inimigos desmascarados.	Parte humanitária	

Índice do número 55. 19 de abril de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O cinismo dos contrabandistas de carne humana	Parte humanitária	
A substituição do trabalho escravo pelo livre.	Parte humanitária	
A correspondência da Revista Commercial de Santos.	Parte humanitária	
O assassinato impune feito por escravos.	Parte humanitária	
A correspondência do Ypiranga, periódico de S. Paulo.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte	

	humanitária	

Índice do número 56. 26 de abril de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
A economia agrícola.	Parte humanitária	
O tráfico e a epidemia.	Parte humanitária	
Aos traficantes de carne humana.	Parte literária.	

Índice do número 57. 3 de maio de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As perdas que sofre o país com a existência dos escravos.	Parte humanitária	
Os jornais ministerialistas e a reexportação de escravos.	Parte humanitária	
A economia agrícola.	Parte humanitária	
A correspondência do Itamontano.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	

Índice do número 61. 31 de maio de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
O triunfo das idéias cristãs no Brasil sobre o bárbaro e hediondo sistema da escravatura.	Parte humanitária	
O exemplo do caráter infectante da Costa da África.	Parte humanitária	
O subdelegado da polícia contrabandista de africanos.	Parte humanitária	
Os inimigos da prosperidade no Brasil.	Parte humanitária	
O artigo primeiro do tratado do Brasil com a Inglaterra. De 23 de novembro de 1826.	Parte humanitária	
Os problemas para serem resolvidos.	Parte humanitária	
Os depósitos de africanos em Niterói.	Parte humanitária	

Índice do número 62. 7 de junho de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A comunidade religiosa de São Bento.	Parte humanitária	
As medidas oferecidas ao país por um político contemporâneo.	Parte humanitária	
O tráfico.	Parte humanitária	
As declarações do consulado britânico.	Parte humanitária	
Os problemas para serem resolvidos.	Parte humanitária	
As escolas agrícolas.	Parte humanitária	
A colonização externa.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte	

	humanitária	

Índice do número 63. 14 de junho de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
As escolas agrícolas.	Parte humanitária	

Índice do número 64. 21 de junho de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As medidas oferecidas ao país por um político contemporâneo.	Parte humanitária	
Os problemas para serem resolvidos.	Parte humanitária	
A luta dos africanos de Santos com os marinheiros de Riflaman.	Parte humanitária	
A retificação sobre o vapor Serpente.	Parte humanitária	
A estatística agrícola de alguns países da Europa.	Parte humanitária	
Os estudos sobre a colonização.	Parte humanitária	
As escolas agrícolas.	Parte humanitária	

Índice do número 65. 28 de junho de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O retrospecto trimensal.	Parte humanitária	
A reclamação.	Parte humanitária	
A representação a assembléia geral sobre a posse indevida dos escravos pelos estrangeiros.	Parte humanitária	
O tráfico de escravos.	Parte humanitária	
A agricultura.	Parte humanitária	

Índice do número 68. 19 de julho de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As sessões.	Parte humanitária	
Algumas reflexões sobre os escravos, os ingleses e os portugueses.	Parte humanitária	
A agricultura prática.	Parte humanitária	
A pedagogia.	Parte humanitária	

Índice do número 69. 26 de julho de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O discurso do ministro dos negócios estrangeiros.	Parte humanitária	
A pedagogia.	Parte humanitária	
A agricultura prática.	Parte humanitária	

Índice do número 70. 2 de agosto de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A pedagogia.	Parte humanitária	
A atualidade.	Parte humanitária	
O discurso do ministro dos negócios estrangeiros na câmara dos deputados.	Parte humanitária	
A agricultura prática.	Parte humanitária	
A necrologia.	Parte humanitária	

Índice do número 71. 9 de agosto de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As questões da atualidade.	Parte humanitária	
A libertação dos pardos.	Parte humanitária	
A liberdade dos ventres.	Parte humanitária	
A proibição do tráfico africano.	Parte humanitária	
O discurso do ministro dos negócios estrangeiros na câmara dos deputados.	Parte humanitária	
A pedagogia.	Parte humanitária	
A agricultura prática.	Parte humanitária	

Índice do número 72. 16 de agosto de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As escolas de agricultura.	Parte humanitária	
O discurso do ministro dos negócios estrangeiros na câmara dos deputados.	Parte humanitária	
A agricultura prática.	Parte humanitária	
A pedagogia.	Parte humanitária	

Índice do número 73. 28 de agosto de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A atualidade.	Parte humanitária	
O tráfico de carne humana.	Parte humanitária	
O discurso do ministro dos negócios estrangeiros na câmara dos deputados.	Parte humanitária	
A navegação a vapor.	Parte humanitária	
A pedagogia.	Parte humanitária	

Índice do número 74. 30 de agosto de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As autoridades traficantes.	Parte humanitária	
A casa da correção.	Parte humanitária	
As perguntas.	Parte	

	humanitária	
O discurso do ministro dos negócios estrangeiros na câmara dos deputados.	Parte humanitária	
As notícias industrio-agrícolas.	Parte humanitária	
A pedagogia.	Parte humanitária	
A indústria na província de Alagoas.	Parte humanitária	

Índice do número 75. 6 de setembro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	Parte humanitária	
A crônica do Ginásio Brasileiro.	Parte humanitária	
O discurso do ministro dos negócios estrangeiros na câmara dos deputados.	Parte humanitária	
As perguntas.	Parte humanitária	

Índice do número 76. 13 de setembro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Atas da sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	O tráfico.	

Índice do número 79. 4 de outubro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Discurso do sócio fundador Domingos José Monteiro, em sessão de instalação da sociedade contra o tráfico de africanos.	O tráfico.	
A crônica do Ginásio Brasileiro.	O tráfico.	
A correspondência da Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	O tráfico.	

Índice do número 81. 18 de outubro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A população.	O tráfico.	

Índice do número 83. 1 de novembro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Abolição do infame tráfico de africanos.	O tráfico.	
Ata da Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	O tráfico.	
A correspondência da Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	O tráfico.	
O bloqueio inglês.	O tráfico.	

Índice do número 84. 8 de novembro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A catequese.		
A colonização do Rio Grande do Sul.	A colonização.	
Notícia importante que pode servir de dado estatístico econômico.	O tráfico.	

Índice do número 85. 15 de novembro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O país e a Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	O tráfico.	
Ata da Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e	O tráfico.	

civilização, dos indígenas.		
A repressão do tráfico de africanos.	O tráfico.	

Índice do número 85. 29 de novembro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A reexportação de africanos da Bahia.	O tráfico.	
A memória.	O tráfico.	
Nossa correspondência.	O tráfico.	

Índice do número 88. 6 de dezembro de 1850.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A breve resposta ao Brasil.	O tráfico.	
O trabalho livre dos saveiros na Bahia.	O tráfico.	
O banco comercial em Santos.	O tráfico.	
O apresamento do brigue brasileiro Encantador.	O tráfico.	
A negativa de <i>habeas-corpus</i> aos incursos no contrabando do Encantador.	O tráfico.	

Índice do número 95. 24 de janeiro de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O trabalho livre.	O tráfico.	
A abolição do tráfico de africanos.	O tráfico.	
O tráfico dos negros considerado como causa da febre amarela.	O tráfico.	
Os traficantes.	O tráfico.	
Ata da Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	O tráfico.	
O regimento interno da Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização, dos indígenas.	O tráfico.	
As colônias militares na Áustria e Rússia.	A colonização.	

Índice do número 98. 14 de fevereiro de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O tráfico e a escravidão.	O tráfico.	
As colônias militares na Áustria e Rússia.	A colonização.	
A agricultura.		

Índice do número 99. 24 de fevereiro de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O tráfico de africanos.	O tráfico.	
O contrabando de africanos.	O tráfico.	
A questão do tráfico.	O tráfico.	

Índice do número 100. 28 de fevereiro de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A questão do tráfico.	O tráfico.	
A lei agrária.	O tráfico.	
A lei industrial.	O tráfico.	

Índice do número 101. 7 de março de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Propostas.	O tráfico.	

Índice do número 105. 25 de abril de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O Philantropo.		
O tráfico.		
A correspondência da Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da	O tráfico.	

colonização, e civilização, dos indígenas.		
Breves considerações sobre o atraso de material no Brasil.		

Índice do número 106. 9 de maio de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A repressão do tráfico e a colonização.	O tráfico.	
Colonização.		
Projeto de lei.		

Índice do número 107. 23 de maio de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Nova redação do Philantropo.		
Colonização.		
O Brasil colonizador.		

Índice do número 108. 30 de maio de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Colonização.		
Breves considerações sobre o atraso de material no Brasil.		
Instrução pública.		
Obras públicas.		

Índice do número 116. 15 de agosto de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Breves considerações sobre o atraso de material no Brasil.		
Colonização.		
Ao Correio da tarde.		

Índice do número 119. 12 de setembro de 1851.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Colonização.		
Catequese.		
O tráfico.		
O tráfico no Brasil.	O tráfico.	
Abolição.		
Correspondências.		

Índice do número ilegível. 13 de fevereiro de 1852.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Catequese		

Índice do número 130. 12 de março de 1852.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Colonização.		

Índice do número 131. 26 de março de 1852.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Exposição universal da indústria.	Indústria.	
Colonização.		
Continuação do tráfico.	O tráfico.	

Índice do número sem identificação.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Exposição universal da indústria. (continuação.).	Indústria.	
Mais tráfico!	O tráfico.	
Colonização.		

Índice do número 135. 14 de maio de 1852.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Mais tráfico!	O tráfico.	

Índice do número 137. 11 de junho de 1852.

Número das páginas ilegíveis.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Sistema de medidas adotáveis. Progressiva e total extinção do tráfico.	O tráfico.	

A Aurora: Periódico litterário e crítico. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia de F. A. de Almeida, 1851.

Índice do Número 1. Junho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A Aurora.		1
Revista semanal. Por Demócrito.		1
S. B. P. Melpomene.		2
Vai muito do vivo ao pintado.		3
A crítica. Por Addison.		4
A saudade (de Byron).		4

Índice do Número 2. Junho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A Aurora.		1
O Bandido. Por Cyrineo.		1
Notícia biográfica sobre o rabequista português Francisco de Sá Noronha.	Folhetim.	1
Revista semanal. Por Demócrito.		3

Índice do Número 3. Junho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
As serenatas de Veneza.		1
O crepúsculo da tarde. (de Andersen.).		1
Revista semanal. Por Demócrito.		2
Algumas definições do belo.		3
Uma oração.		3
Charada. Por Calisto.		4

Índice do Número 4. Julho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O exilado. Por Cyrineo.		1
Teatro de S. Francisco.		1
Teatro de S. Pedro D'Alcântara. Por Cyrineo.		2
As aves de arribação. Stagnelio (versão.). Por B. J.		3
Revista semanal. Por Demócrito.		4

Índice do Número 5. Julho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A volta do ancião. (de Runeberg.). Por B. J.		1
Um sonho de realidade. Por A. S.		2
O regato (tradução.). Por Cyrineo.		2
Revista semanal. Por Demócrito.		3
Ao túmulo de Chateaubriand. Por L. E. E. S. S.		4

Índice do Número 6. Julho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O sonâmbulo. I.		1
Revista semanal. Por Demócrito.		2
Ao ingá. No álbum da Exm ^a . Sra. D. M. J. T. Por L. E. E. S. S.		3
Você me dá, sinhazinha? Por J. A. Santanna V.		4

Índice do Número 7. Julho de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A Aurora.		1

O sonâmbulo. II.		1
A face do homem. (de Franzen.). Por B. J.		2
Revista semanal.		3
Três pensamentos. (Versão.). Por B. J.		4
Charadas.		4

Índice do Número 8. Agosto de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Revista semanal.		1
S. B. P. Melpomene.		2
Uma baile. (Fragmento de um romance inédito.). Por S.		3
Um sonho de realidade (continuação). Por A. S.		3
Gazetilha semanal.		4
Cantei A. Por L. E. E. S. S.		4
Expediente. A redação.		4

Índice do Número 9. Agosto de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Epistolografia. I. Por Pirata Pequira Amoroso.		1
Revista semanal.		1
O lírio e a rosa. (de Bernardin Saint-Pierre.). Por S. F.		2
Gazetilha semanal.		3
O filho do deserto. (Oriental.). (de Luis Rivera.). Por A. F.		3
Os suspiros. Por J. A. Santanna V.		4
Inscrição para o sepulcro de um emigrado. (de Martinez de La Rosa.). Por A.		4

Índice do Número 10. Agosto de 1851.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A Aurora.		1
Montani e Orsat.		1
Trinta e cinco cartas.		2
Mercúrio – poeta.		2
Ao nosso amigo ateu.		2
Exposição.		2
Agências amorosas.		2
O ateu.		2
A rabequinha e o rabeção. (da Rabequinha Nº. 9.).		2
Consórcio da Sra. Leonor Orsat.		3
Virgem pálida. Por L. E. E. S. S.		4
Charada.		4

A abelha. Semanario Científico, industrial e litterario. Rio de Janeiro, RJ: Empresa Nacional do Diário, 1856.

Índice do 1º ano Número 1. Janeiro de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos leitores.		1
A exposição dos produtos da nossa indústria. I.		1
Insalubridade e Polícia Sanitária das fábricas e oficinas consideradas em geral.		2
O panopticon de Londres.		4
Resistência dos tubos de Gutta-Percha.		6
Revivificação do carvão animal.		6
Estrume precioso.		6
Mais uma demonstração da rotação da Terra.	Parte científica e literária.	6
A lenda da cholera. Traduzido de Aur Scholl.		8

Índice do 1º ano Número 2. Janeiro de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A exposição dos produtos da nossa indústria. (Continuação do número antecedente.). II.		1
Insalubridade e Polícia Sanitária das fábricas e oficinas consideradas em geral. Continuação do número antecedente.		2
História da reforma comercial da Inglaterra por Henry Richelot.		3

Óleo das sementes do tabaco.		4
Fósforos.		4
Vasos metálicos para flores.		4
Nova aplicação do Caoutchouc (borracha.).		5
A astronomia e os Estados Unidos.	Parte científica e literária.	5
Asteróides.		7
Zelo.	Fábulas de Saadi.	7
O erro.	Fábulas de Saadi.	7
A inscrição.	Fábulas de Saadi.	7
Uma história do outro mundo. I.	Fábulas de Saadi.	7

Índice do 1º ano Número 3. Janeiro de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Breves considerações sobre a agiotagem.		1
Abundância do ouro.		3
História da reforma comercial da Inglaterra por Henry Richelot. Continuação do número antecedente.		4
Exposição universal do mês.		6
Algodão.		6
Pesca da baleia por meio da eletricidade.		6
Aerostação. – Fenômeno ótico nas regiões elevadas da atmosfera.	Parte científica e literária.	6
Um capítulo esquecido nos mistérios de Paris.		7
Aos Srs. Assinantes.		8

Índice do 1º ano Número 4. Fevereiro de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A rua do cano.		1
O campo de Santa Anna.		2
Bibliotecas científico-industriais.		2
História da reforma comercial da Inglaterra por Henry Richelot.		3
Insalubridade e Polícia Sanitária das fábricas e oficinas consideradas em geral. Continuação do número antecedente.		5
Árvores de Gutta-Percha.		6
Estrelas cadentes.	Parte científica e literária.	

Índice do 1º ano Número 5. Fevereiro de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Bibliotecas científico-industriais. Continuação do número antecedente.		1
História da reforma comercial da Inglaterra por Henry Richelot. Continuação do número antecedente.		2

Índice do 1º ano Número 6. Fevereiro de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Bibliotecas científico-industriais. Continuação do número antecedente.		1
História da reforma comercial da Inglaterra por Henry Richelot. Continuação do número antecedente.		2
Insalubridade e Polícia Sanitária das fábricas e oficinas consideradas em geral. Continuação do número antecedente. Por A. F. de M. P. (Jornal da Associação Industrial Portuense.).		3
A borracha ou caoutchouc.		4
Nova aplicação da cola.		5
Nova fonte de eletricidade.	Parte científica e literária.	5
Constituição física do sol.	Parte científica e literária.	6
Roberto Treze. I.		7

Índice do 1º ano Número 7. Fevereiro de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Estacas em forma de cunha.		1
História da reforma comercial da Inglaterra por Henry Richelot. Continuação do número antecedente. Por Joubert.		2
A descoberta do café.		4
Calor sem combustível.		4
Tijolos combustíveis.		4
Constituição física do sol. Continuação do número antecedente.	Parte científica e literária.	4
Ope anacreônica. O beijo. Por A. C.		6
Utilidade das pirâmides do Egito. Por Silvestre (Traduzido.).		7
Roberto Treze. Continuação do número antecedente.		7

Índice do 1º ano Número 8. Março de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Aos Srs. Assinantes.		1
Grés cerâmico. Encanamentos d'água e de gás.		1
Estacas em forma de cunha. Continuação do número antecedente. Por A. V. (Extraído.).		2
Constituição física do sol. Continuação do número antecedente.	Parte científica e literária.	3

A abelha. Periódico Universal. Rio de Janeiro, RJ: Empresa Nacional do Diário, 1856.

Índice do 1º ano Número 9. Março de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Algumas considerações sobre as causas da carestia dos gêneros alimentícios. Por C. A.		1
D. Manoel Montt.		2
Companhia de refinação de açúcar.		4
Novo método de lavar roupas.	Conhecimentos úteis	5
Conservação das penas de aço.	Conhecimentos úteis	5
Tinta boa para usar com penas de aço.	Conhecimentos úteis	5
Verniz sem cor.	Conhecimentos úteis	5

Índice do 1º ano Número 10. Março de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Academias de ciências naturais.		1
A candidatura do Sr. Pedro Pereira de Andrade.		2

Índice do 1º ano Número 11. Abril de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
A abelha.		1
A companhia brasileira de paquetes de vapor.		2
Exposição que fez sobre os melhoramentos que reclama o estabelecimento Seropedico de Itaguaby o respectivo superintendente.		3

Índice do 1º ano Número 12. Abril de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Ascensão das serras.		1
O bordo sacarífero.		2
Raças principais e criações de cavalos. I. Tipos diversos.		4

Índice do 1º ano Número 13. Maio de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
O concurso a cadeira de química e física do colégio de D. Pedro II.		1

Índice do 1º ano Número 15. Junho de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Os liceus e os princípios das ciências naturais.		1

A maravilha das maravilhas do palácio da indústria. Conservas alimentares de Mr. Lamy.		2
Pede-se-nos a inserção da seguinte carta.		3
Das doenças das árvores frutíferas, do meio de evitá-las e de curá-las. Por Ferdinand Rubens, professor de arboricultura, e diretor da sociedade de economia rural da Prússia Rhenava. Capítulo I. Origem da doença das árvores.		4

Índice do 1º ano Número 16. Junho de 1856.

TÍTULO DO ARTIGO	Seção	Página
Algumas considerações sobre as reformas militares delegadas ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra.		1
Academia das ciências.	Trabalhos acadêmicos.	3
Das doenças das árvores frutíferas, do meio de evitá-las e de curá-las. Por Ferdinand Rubens, professor de arboricultura, e diretor da sociedade de economia rural da Prússia Rhenava. Capítulo I. Origem da doença das árvores. (Continuação.)		4